

OBRAS COMPLETAS DO
P.^e LEONEL FRANCA S.J.

XII

LIBERDADE
E
DETERMINISMO



AGIR

de contrastes, o sé-
culo ao mesmo tempo
alçou com lirismo ro-
mântico a Liberdade em suas
diversas formas, negou a
existência no plano psi-
cológico. O determinismo
o pensamento da
século XIX: determinis-
mo, determinismo bio-
lógico, determinismo psicoló-
gico, determinismo socio-
lógico, determinismo metafí-
sico. Todos os fatores que se
excogitar por qual-
quer verossimilhança como
condições do exercício
da vontade humana foram
denunciados por pensadores di-
versos. Os argumentos tradi-
cionais em favor do livre ar-
bítrio foram criticados. Ten-
ham-se várias comparações
entre o valor do tes-
timônio da consciência, da
liberdade da vida social, da
razão metafísica da
natureza, decorrente da ten-
são entre o SEM característica
da liberdade e da limitação
das condições particulares. Re-
ferências ao trabalho dessa polê-
mica em tanto alcance, eis o
conteúdo deste volume do Pe.
FRANCA. É um li-
vrosinho. As notas del-
tas do ilustre jesuíta
mostram que ele tinha a

(continua na 2.ª orelha)

LIBERDADE E DETERMINISMO

OBRAS COMPLETAS DO
P.^e LEONEL FRANCA S.J.

XII

"OBRAS COMPLETAS" DO Pe. LEONEL FRANCA S. J.

TOMO

- I — *Noções da História da Filosofia*
- II — *A Igreja, a Reforma e a Civilização*
- III — *Polêmicas*
- IV — *Divórcio*
- V — *Alocuções e Artigos*
- VI — *Catolicismo e Protestantismo*
- VII — *O Protestantismo no Brasil. Lutero e o Sr. Frederico Hansen*
- VIII — *A Psicologia da Fé*
- IX — *A Crise do Mundo Moderno*
- X — *O Método Pedagógico dos Jesuítas*
- XI — *O Livro dos Salmos*
- XII — *Liberdade e Determinismo*
- XIII — *O Problema de Deus*
- XIV — *Imitação de Cristo*
- XV — *A Formação da Personalidade*

Processado em liberdade
28.5.1956

LIBERDADE
E DETERMINISMO
ORIENTAÇÃO DA VIDA HUMANA

1954

Livraria AGIR *Editores*

RIO DE JANEIRO

Copyright de

ARTES GRAFICAS INDUSTRIAS REUNIDAS S. A. (AGIR)

IMPRIMI POTEST

P. Josephus da Frota Gentil, S. J.

Ex commissione Emmi. Card. Archiepiscopi
Flumine Januario, 15 augusti 1954.

Livraria AGIR Editora

Rio de Janeiro — Rua México, 98-B — Caixa Postal 3291
São Paulo — Rua Bráulio Gomes, 125, loja 2 — Caixa Postal 6040
Belo Horizonte — Avenida Afonso Pena, 919 — Caixa Postal 733

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO "AGIRSA"

LIBERDADE

O que é ser *livre*.

Liberdade provada:

- a) pelo testemunho da consciência; resposta às objeções dos deterministas;
- b) pelo testemunho do gênero humano;
- c) pelo exame da natureza da vontade;
- d) pela moral.

Conclusão.

A.M.D.G.

As professoras do "Sacré-Cœur", 12-VI-930.

A questão do livre arbítrio pode ser encarada sob dois aspectos: teológico e filosófico, como um dogma de fé, firmado pela infalibilidade da palavra divina, como uma certeza científica baseada numa demonstração racional.

Para nós católicos o conhecimento da liberdade nos advém de dois focos de luz diversos mas convergentes. Se consultamos as fontes da revelação, encontramos nelas explicitamente o ensino da existência em nós de um livre alvedrio que fundamenta a responsabilidade da nossa vida moral. Na Escritura são inúmeros os textos em que se baseia a doutrina católica. O justo é louvado e premiado, porque, podendo transgredir a lei, não transgrediu: *erit illi gloria aeterna qui cum poterit transgredi, non est transgressus*. Nós seremos julgados pelas nossas ações; a felicidade do céu é-nos representada como uma coroa devida à justiça. Contra os protestantes, a Igreja teve ensejo de declarar, no magistério solene de uma definição conciliar, que o homem goza da liberdade para cooperar com a ação da graça.

Prescindindo, porém, dos ensinamentos inconcussos da fé, podemos estudar a questão do livre arbítrio, no campo puramente científico e filosófico, lançando mãos de argumentos puramente racionais. Como muitas vezes os adversários que encontramos não nos permitem o manejo de outras armas, é este o termo em que nos colocamos hoje. Não justificaremos um dogma no campo da teologia católica; provaremos uma tese racional no domínio da filosofia e da ciência.

Poucas palavras se aplicam com tanta frequência e à primeira vista em acepções tão diversas. Livre diz-se o grave (corpo) que cái no vácuo, livre a torrente que rola desapo-

deradamente os seus cachões pelo íngreme das encostas. Livre a água que paira serena na imensa amplitude do azul, livre o leão que passeia pelo deserto o terror da sua fulva majestade. Livre o operário que dispõe de seu trabalho e o contrata como lhe apraz, livre o cidadão que elege os legisladores que o governam.

Em tôdas estas expressões, ao parecer, tão descontraídas, há um elemento comum que justifica tão variado emprego. Livre, em tôdas elas, de um ou de outro modo, equivale à imunidade de um vínculo que limita a expansão de uma atividade. Na sua mais ampla aceção liberdade é a imunidade de um vínculo, a isenção de uma necessidade. E necessidade chamamos a determinação de uma causa a produzir um só efeito.

Quantas forem os diferenças da necessidade, outras tantas serão as espécies de liberdade. Ora, a necessidade pode ser física ou moral.

A necessidade *moral*, é a obrigação, o dever. Livre moralmente é quem não tem o preceito de uma lei a vedar-lhe um ato. Sou moralmente livre de escolher o campo de minha atividade; não o sou de pagar a quem trabalha. O poder físico dá-me a força, o poder moral, o direito.

A necessidade *física* — que determina fisicamente a causa a um efeito, pode ser *extrínseca* ou *intrínseca*. A necessidade física *extrínseca* é a violência — o constrangimento. A isenção da violência dá ao agente a espontaneidade dos seus atos. Perdem esta liberdade o leão na sua jaula, o delinqüente na sua grilheta. Uma coação exterior — prevalência de uma força mais poderosa — limita-lhe a liberdade de movimentos.

A necessidade *intrínseca* finalmente é a que provém da própria natureza do agente. É a determinação de uma causa a produzir fatalmente nas mesmas condições os mesmos efeitos. Explodindo a pólvora, parte a bala com uma velocidade proporcionada à energia dinâmica do explosivo. Só a imunidade desta determinação interna constitui a liberdade pró-

priamente dita, — o *livre arbítrio* de que nos devemos exclusivamente ocupar. O *livre arbítrio* excluiu, portanto, não só a coação, senão ainda a necessidade natural que se concilia com a espontaneidade da ação. De nada nos serviria furtar-nos às imposições violentas do mundo exterior se a nossa própria natureza nos prendesse nas cadeias de um determinismo tanto mais inevitável e infrangível quanto mais íntima e profundamente radicado no nosso próprio ser.

No sentido psicológico a liberdade é algo de mais íntimo do que uma simples relação externa com as forças que podem atuar no nosso organismo e inculcá-lo na espontaneidade dos seus movimentos. A liberdade é o domínio interno dos próprios atos, é uma capacidade de autodeterminação, um poder inerente à nossa vontade de agir ou não agir, de escolher este ou aquele objeto sem ser por nenhum deles determinado.

Há em nós este poder ativo de autodeterminação? Podemos realmente, em algumas circunstâncias e verificadas algumas condições — eleger livremente, isto é, escolher de modo que nesta eleição não sejamos fatalmente determinados por outras influências a cuja ação inelutável não nos possamos furtar? Somos, dentro de certos limites, os responsáveis pelos nossos atos ou não passamos de um joguete passivo de causas estranhas, arrastados inevitavelmente na torrente de um determinismo férreo e inflexível?

Eis a questão da liberdade. Estudemo-la serena e imparcialmente. A existência de um fato não depende das construções arbitrarias dos filósofos; verifica-se. A observação é, no caso, o único tribunal autorizado a pronunciar-se. Trata-se de um fato externo, físico? Observamo-lo com os sentidos. Trata-se de um fato interno, psíquico? Recorremos à faculdade de observação psíquica, a consciência, que, só, nos pode revelar a existência do nosso mundo interior. Fora do seu testemunho, não há resolver o problema da realidade de um fato psicológico. Filósofo ou não, todo homem que, despido de preconceitos sistemáticos, quiser certificar-

-se da existência do livre arbítrio, deve interrogar a própria consciência. Querer falar da liberdade fora das informações do senso íntimo é abandonar voluntariamente o terreno sólido da experiência e dos fatos para aventurar-se pelas regiões da imaginação e arquitetar construções frágeis e subjetivas, destituídas de todo fundamento científico. Apague-se a luz da consciência e sobre toda a nossa vida interior cerrar-se-ão as trevas de uma noite impenetrável.

Interroguemos dócilmente a consciência, e arquivemos, sem preocupações de sistema, a lealdade do seu depoimento. O seu tribunal é o tribunal da observação. Ora, que nos diz a consciência sobre a liberdade? Suas declarações são decisivas, seu testemunho de uma clareza insofismável. “Esquite e consulte cada qual a si mesmo, diz BOSSUET, e sentirá que é livre, como sentirá que é racional.” “De tal modo somos certos de nossa liberdade moral, acrescenta DESCARTES, que nada há que conheçamos com mais clareza.” De fato, sentimos que em muitos atos somos livres, sentimos o domínio de umas tantas ações, sentimos que está em nosso poder determinarmos-nos a agir ou não agir, agir deste ou daquele modo. E com tal evidência o observamos, como nota S. AGOSTINHO, que sentimos nenhuma outra coisa está tanto em nosso poder como nossa vontade. “Quid autem meum dicam prorsus non invenio, si voluntas qua volo et nolo non est mea.”

Analisemos porém mais detidamente este depoimento, acompanhando o ato livre em todos os momentos de sua evolução. Exemplifiquemos. Cai nas mãos de uma jovem um livro que está na voga mas nem por isso deixa de ser mau. Lerá ou não? Trava-se-lhe no interior uma luta que poderá revestir todo o interesse de um drama. Os motivos afluem, pró e contra. Ler? Será uma satisfação da curiosidade! O prazer talvez de emoções ainda não sentidas. A verdade de poder amanhã afirmar na roda das companheiras que já leu MARGUERITTE ou RENAN. É o encanto sedutor do estilo que fascina. Não ler? É o cumprimento de um dever! É uma me-

dida de profilaxia que lhe defenderá a integridade da fé que é a luz da vida e a pureza do coração, que não se perde duas vezes? Que importa seja a taça do ouro, se lhe poderá destilar nos lábios um veneno letal? E diante de Deus, que merecimento terá este sacrifício sincero; com êle não se poderá talvez alcançar uma graça de perfeição mais elevada, ou a conversão de uma alma querida? Os motivos solicitam, atraem, movem; não determinam. A vontade sente que está nas suas mãos dar a vitória a qualquer dos grupos em conflito. Finalmente, depois de uma ponderação mais ou menos longa, a vontade decide-se; os pesos oscilavam nas duas chances da balança, a eleição dá a preponderância definitiva a uma delas; o fiel inclina-se, segue-se o ato escolhido.

A noite, quando a penumbra desce a sua cortina sobre a policromia dissipadora do mundo externo, e convida a este olhar benfazejo do nosso mundo interior, a jovem examina a sua consciência, esta lhe segreda, nítido, o seu julgamento: um parabém se foi fiel ao dever; o amargor de um remorso, se a traiu.

Todos estes fatos depõem concordes em favor do livre arbítrio.

Antes do ato aparecem os motivos no campo da consciência, mas não arrastam a vontade à ação, como acontece com as causas necessárias que, verificadas as condições do seu exercício, irrompem imediatamente em ato. A vontade domina os motivos dirigindo a inteligência sobre a consideração ora de uns, ora de outros. E este trabalho de deliberação nós o podemos prolongar quanto quisermos. Se a ação urge — um “basta” enérgico da vontade põe-lhe termo: é mister agir.

Durante o ato, no momento da escolha, a vontade sente que ela é a causa adequada da sua decisão; que os motivos não a arrastaram irresistivelmente; a força vencedora dos motivos foi ela quem deu com o seu consentimento. Se quisesse voltar atrás, ainda estaria em seu poder. Os motivos indicaram apenas as direções à sua atividade; mas a deter-

minação foi sua; a vontade não se sente determinada, mas determinante.

Depois do ato, a alegria ou o remorso atestam ainda, num juízo retrospectivo, a liberdade da eleição feita. Vêde a diferença que passa entre o remorso e a tristeza que sentimos naturalmente depois de uma ação desagradável, mas que não foi livre. O sonâmbulo que, na inconsciência da sua hipnose, mata um amigo, voltando-a si sente uma tristeza, um pesar, uma pena; — remorso! não. O remorso implica a responsabilidade, esta a deliberação, a liberdade, a persuasão de que um ato foi filho da nossa vontade perversa, que naquele momento conhecíamos o mal que fizemos, que o pudéramos ter evitado, se o quiséramos. Se o quiséramos; estava nas nossas mãos, éramos livres.

Eis o que nós diz a consciência, não a respeito de todos os nossos atos — mas a respeito de muito deles — dos atos deliberados, refletidos, daqueles de que nos sentimos responsáveis.

Tal a resposta da observação sincera e desapaixorada. Qual, dizem os deterministas, este testemunho da consciência é uma ilusão! — Ilusão! Subterfúgio cômodo e fácil. Um fato molesta, não quadra com uma teoria preconcebida? Elimine-se, declarando-o ilusório. Mas todo o gênero humano crê na liberdade dos seus atos. Que importa; ilude-se todo o gênero humano. Ilusão universal do livre arbítrio! Outros talvez achem mais simples dizer que o gênero humano tem razão e iludidos são os que assim se põem fora do senso e do consenso comum da humanidade. Um psicólogo fino veria facilmente nesta atitude a manifestação de um orgulho refinado que se compraz em opor assim a singularidade solitária do seu pequenino “eu” — inteligência rara — e a turba-multa, massa informe e inferior, incapaz de elevar-se às eminências que só êle atinge.

Mas enfim a dificuldade foi articulada e importa resolvê-la.

Liberdade uma ilusão! Por que esta ilusão? Porque, não havendo no universo que conhecemos nenhum ser livre, não vem a nós esta idéia de liberdade? Ah! dizem os deterministas, julgamo-nos livres, porque desconhecemos os motivos que necessitam a nossa volição. “A consciência da nossa liberdade não passa da inconsciência da nossa dependência.” A frase de ESPINOSA pareceu escultória aos deterministas e todos êles a repetem em côro uniforme. Para ilustrá-la multiplicaram-se as analogias fáceis. Imaginai uma pedra consciente de seus atos mas ignorante da atração da gravidade. Caindo, ela se julgará livre, tal o homem, diz ESPINOSA. Vêde o catavento, diz BAYLE; os seus movimentos sucedem-se rápidos e variados, mas determinados a cada momento pela resultante dos ventos; dai-lhe consciência e ignorância das causas que o movem, e êle se dirá livre, imagem do homem. SPENCER recorre a um planêta solicitado pela atração de grandes massas; outros lembraram-se da inquietude fremente da agulha magnética.

Respondamos a tudo isto; às dificuldades em si e às comparações.

A ignorância das causas que nos fazem agir é incapaz de explicar a consciência da liberdade.

1.º — Se assim fôra, se a consciência da liberdade coincidissem com a ignorância dos motivos, a convicção de que somos livres estaria na razão inversa do conhecimento destes motivos: quantos mais... tanto menos... Ora, é precisamente o contrário que se verifica. Se num momento de perturbação ou cólera agimos precipitadamente sem examinar o porquê dos nossos atos, sentimo-nos menos livres, declinamos a responsabilidade destes atos que não julgamos nossos ainda que por nós fôssem praticados. Como é frequente em lábios humanos a desculpa: não sabia o que fazia, não pensei, não refleti! Se, ao invés, uma resolução é assentada depois de maduro refletir, a ponderação exata dos motivos pró e contra, então, mais vivo e mais íntimo, experi-

mentamos o sentimento de nossa liberdade, assumimos então toda a responsabilidade dos nossos atos.

2.º — O expediente determinista está, pois, em aberta oposição com os fatos; ficaram-lhe ainda, porém, uns laivos de verossimilhança, se a consciência nos atestara sempre que somos livres; mas a consciência atesta-nos atos livres ao lado de atos necessários. Nós queremos necessariamente a nossa felicidade; são necessários os atos da vida animal; necessários os atos da inteligência em face da verdade evidente. Se a razão de nos crermos livres fôra a ignorância das causas subscientes e fisiológicas, esta ignorância existe tanto aqui como lá. Dos atos necessários ignoramos o substrato fisiológico tanto quanto nos atos livres. E no entanto a consciência afirma uma diferença nítida. Por que pois prestar-lhe fé quando nos refere a necessidade de alguns atos e negar-lha quando afirma a liberdade de outros? Ah! sabeis por quê? Porque o ato livre é *a priori* declarado impossível; se depois no-lo revela a experiência, tacha-se a experiência de ilusão. Já não estamos em face de uma ciência que interroga desapassionadamente a realidade e lhe investiga as leis; temos o apriorismo arbitrário e caprichoso e anticientífico que tenta ditar despoticamente as suas imposições à natureza dos seres; é a filosofia da arbitrariedade a substituir a filosofia da observação.

3.º — E ainda não é tudo. A objeção trunca e mutila a seu talante a totalidade dos fatos relatados pela observação psicológica. Supõe que o testemunho da consciência é meramente negativo, uma confissão de ignorância, um silêncio sobre as pretendidas causas determinantes que desconhecemos. Suposição falsa; a consciência afirma positivamente, não só que não há causas necessitantes, mas que há em nós um princípio que se determina por si, que dispõe dos seus atos, senhor de sua atividade. Ora, impossível negar a veracidade da consciência sem comprometer, com esta negação, a existência de toda a psicologia e até de toda a ciência. Pondo em dúvida a faculdade de podermos atingir

com a introspecção sincera a realidade da nossa vida interior, como poderemos construir uma ciência dos fenômenos psíquicos? Os próprios atos — raciocínios, observações, generalizações — que constituem a estrutura da nossa atividade científica — quem no-los refere, quem no-los assegura que foram feitos em harmonia com as exigências da lógica e da metodologia, senão a nossa consciência? É realmente consolador verificar como certas verdades fundamentais não podem ser negadas sem arrastar na sua queda todo o edifício dos conhecimentos humanos.

E as comparações da pedra ou do catavento? Nada valem. *Comparatio non est satis*, uma comparação não é um argumento; é uma aproximação escolhida voluntariamente entre dois termos que nós julgamos semelhantes ou idênticos, mas que, só por isso, não o ficam sendo. Compara-se um ato livre com um ato necessário para concluir que não há atos livres. Mas a questão ficou, toda, intata. Se não somos livres, o homem assemelha-se a uma pedra que cai; mas se o somos, a comparação foi mal escolhida. Vós dizeis: uma pedra que tivesse consciência de si e ignorasse a ação da gravidade, se julgaria livre na sua queda. Asserção gratuita. Como o sabem os deterministas? Já estiveram na consciência de uma pedra que cai? Se a pedra tivera a consciência, esta referiria a sua queda tal qual é, isto é, como um ato necessário. O caso não é hipotético; nós também somos graves; perguntai ao aviador que se precipita do alto do seu aeroplano o que a êle lhe diz a consciência sobre a liberdade de sua queda?

Não há cavilação capaz de abalar a firmeza do testemunho da consciência. O homem desapassionado que ouve os subterfúgios dos deterministas continua a crer na existência dos corpos depois de ler os sonhos do idealismo hegeliano. “Os argumentos pelos quais se nega a liberdade humana, escreve o nosso GONÇALVES MAGALHÃES, são como os de ZENÃO DE ELÉIA para negar o movimento dos corpos:

são falácias de dialética que a muitos embaraçam mas a ninguém convencem.”

O argumento da consciência individual é assim magnificamente confirmado pelo da consciência coletiva, pelo consenso unânime do gênero humano. Sempre e em todos os lugares os homens estiveram convencidos de que são livres. Os dicionários de todas as línguas estão cheios de *verbos* que significam esta atividade eletiva da nossa vontade. Todos sabemos distinguir os atos deliberados dos que o não são. Aos primeiros damos qualificativos de ordem moral; são bons ou maus, dignos de louvor ou de censura, de prêmio ou de castigo. Todas estas noções — de bem ou mal — vício ou virtude — responsabilidade, mérito ou demérito, penas e recompensas, implicam na aceitação que lhes dá todo o gênero humano, a noção de livre arbítrio. Não discutimos, por agora, se é possível dar-lhes, no determinismo, outra interpretação; afirmamos que o gênero humano só os entende pressupondo a liberdade. Estamos numa sessão do júri. Dez ou doze homens aí estão para decidir da vida ou da liberdade de um seu semelhante acusado de homicídio. Que querem saber os jurados? Se o réu é *culpado*. E, para êles, que significa esta palavra? Significa se o homem foi ou não livre ao perpetrar o ato criminoso. Demonstra-se que o homem não foi livre? Será absolvido; se, doente, interna-se numa casa de saúde. Foi livre; premeditou, deliberou friamente o delito; será condenado. Tão profundamente enraizada na natureza humana se acha a convicção de que as idéias de responsabilidade do crimé decorrem da liberdade, que, nela firmados, não hesitam um instante em pronunciar uma sentença de vida ou de morte.

Todos os volumes dos deterministas não conseguiram ainda abalar do coração da humanidade a firmeza desta persuasão. E o que mais é, nem mesmo dos próprios corações conseguiram êles desenraizar esta convicção. Depois de declararem iludido todo o gênero humano, confundem-se com êle na ilusão universal. Deterministas em teoria; livre ar-

bitristas ante as realidades da vida. Saindo da solidão do seu gabinete de trabalho, o homem encarrega-se de desmentir a filosofia; descendo do palco da publicidade onde toma atitudes fictícias, o homem não pode deixar de viver segundo a natureza. *Chassez le naturel...* Ouvi esta página de FÉNELON:

“Esta é a grande prerrogativa da verdade: impõe-se aos que a negam, que não a podem negar sem se porem em contradição consigo mesmos.” Pobre do sistema que não se pode sustentar senão a preço de um desdobramento forçado e aos seus adeptos impõe a triste necessidade de incoerência.

Passemos a um argumento mais alto. A prova anterior, baseada no testemunho da consciência individual ou coletivo, diz-nos que *de fato* o homem é livre; a que passaremos a expor, deduzida da *natureza* do homem, vai além, conclui que o homem não pode deixar de ser livre, porque a liberdade é um corolário da natureza racional.

A vontade, como já o dissemos, é a tendência para o bem conhecido pela inteligência. Na sua essência e atividade, proporciona-se inteiramente à natureza da faculdade racional. Ora, a inteligência pode apresentar duas espécies de bem à vontade: o bem absoluto, ideal, na sua pura noção de bem, sem mescla de mal, portanto desejável em qualquer hipótese, cuja posse constitui a nossa felicidade. Diante deste bem a vontade não é livre; não podemos não querer a nossa felicidade. Ao lado desta noção geral de bem perfeito, a inteligência pode apresentar à vontade bens particulares — bens que não encerram toda a bondade, que, sob um aspecto, são apetecíveis e desejáveis, sob outros, não. O livro para a nossa jovem de há pouco. Havia aspectos sob os quais a inteligência podia julgar um bem a sua leitura; aspectos sob os quais a mesma leitura era julgada um mal. Ora, um bem apresentado pela razão nestas condições não pode determinar a vontade. Finito e limitado, incompatível

com outros bens, falta-lhe a eficácia necessária para determinar uma faculdade cujo objeto adequado é o bem em toda a sua extensão. Uma determinação da vontade — só pelo objeto — seria, nesta hipótese, um efeito superior à causa. Se a vontade, apesar disso, entra em ação e escolhe, a razão completa de seu ato não se encontra no motivo ou objeto, mas em si mesma, no seu consentimento, na sua autodeterminação.

“Totius libertatis radix est igitur in ratione constituta”, diz profundamente SANTO TOMÁS: a raiz da liberdade está na razão. Onde quer que haja uma faculdade de generalização capaz de julgar da apetibilidade das coisas, de julgar o seu próprio juízo, vendo se convém agir ou não agir, agir de um ou de outro modo, aí necessariamente há um apetite livre. “Toda a questão do livre arbítrio — reduz-se a uma questão de juízo imposto ou não, autônomo ou não.” (SERTILLANGES.) Podemos julgar livremente de qualquer bem, que é apetecível sob um aspecto e não apetecível sob outro, julgar que agir pode ser um bem para nós sob um aspecto e sob outro não agir... Logo, somos livres — e tão certamente livres, como é certo que somos racionais.

O argumento, como vêdes, não é tão simples como o da consciência, que todos entendem facilmente; exige certa cultura intelectual e filosófica, para ser perfeitamente compreendido; mas em compensação satisfaz muito mais; estabelece o livre arbítrio, não só como um fato, mas como uma necessidade. Negar um fato é dizer um erro; negar uma necessidade lógica é afirmar um absurdo. Ser racional que não é livre é um absurdo, uma contradição.

Acenemos por último com o argumento moral, que se compendia numa palavra. A existência da moral implica necessariamente a existência da liberdade. Se o homem não é livre, não há moral. De fato, a moral tem por objeto precisamente o ato livre, o ato humano por excelência. Negais

a liberdade; a moral cessa de existir por falta de objeto. Haverá física, química, fisiologia; moral, não.

Se dispuséramos de tempo não seria difícil desenvolver esta prova, analisando, uma por uma, tôdas as noções morais de bem e de mal, de vício, de virtude, de merecimento, responsabilidade, etc., mostrando que de tôdas elas a liberdade é como o nervo vital, que não se pode tocar sem feridas de morte. Tomemos uma só destas noções, a mais fundamental de tôdas — a noção do *dever*, tão fundamental que se pode dizer com ela se identifica tôda a moral, por muitos definida sem mais como a ciência do dever.

Ora, que é o dever? Uma lei, mas uma lei moral, que prescreve certos atos e proscreeve outros; uma norma imposta, incondicionadamente, à nossa atividade humana; um ditame imperioso e racional, que, independentemente de qualquer interesses ou utilidade nossa, proclama boas algumas ações e más outras, impondo umas e proibindo outras — com imperativo categórico.

E que é o que distingue esta lei particular que chamamos dever das outras leis? A liberdade e só a liberdade.

As outras leis governam seres necessitados em seus atos; a lei moral só regula atos livres. Não dizemos que a pedra tem o dever de cair ou os jasmims de florir na primavera ou no próprio homem que os ouvidos têm o dever de ouvir ou a inteligência de compreender um teorema, mas sim, o de respeitar a vida e a propriedade dos seus semelhantes, de ser reconhecido aos que lhe deram a vida. Por que esta diferença? Precisamente porque os primeiros são atos necessários e por isso regidos por leis físicas, os outros livres, e por isto regidos pela lei moral do dever. A liberdade do ato é a diferença específica que distingue a lei moral da física.

Daí os outros caracteres que as distinguem. A forma da lei moral — necessidade de natureza obrigatória — é essencialmente imperativa, forma que repugna às outras leis; a lei moral é um preceito, uma ordem ao homem que se supõe dotado de livre arbítrio: só se ordena o que é possível.

A lei física é um fato: o modo constante e uniforme de operar dos agentes naturais. Na ordem moral, uma coisa é a lei; outra as ações humanas, e estes dois termos podem achar-se em oposição; na ordem física os fatos se identificam com a lei; porque são a lei em ato. Entre eles nenhuma oposição é possível.

Suprimi a liberdade e entre a lei física e a moral já não haverá diferença; e desaparecendo a lei do dever, mandai celebrar as exéquias da moral. PAUL JANET, um racionalista, aperta a argumentação nesta alternativa fatal. Se supuserdes que o homem não tem livre arbítrio: ou ele será necessariamente levado a obedecer à lei e então a lei é inútil, ou então pela mesma necessidade irresistível impedido de executar e a lei é absurda, porque absurdo é mandar o impossível. Nem me digam os deterministas: não, a lei tem a sua utilidade; com a sua ação acrescenta mais um sentido ao jôgo das causas determinantes. Se este novo motivo atua necessariamente, a lei nunca seria violada — o que é falso; se não atua necessariamente, o homem é livre. E o dilema continua de pé!

É esta solidariedade indissolúvel entre a moral e a liberdade que viram e afirmaram os maiores gênios:

S. AGOSTINHO: “*Suprimir a liberdade é destruir pela base toda a vida moral.*” (De Civ. Dei: V, 9.)

SANTO TOMÁS DE AQUINO: “Entre o ato livre e o ato moral não há distinção.” (I, 2ae, q. 2, a. 2.)

KANT: “Uma vontade livre e uma vontade moral são uma só e a mesma coisa.”

DANTE: “Color che regionando andaro a fondo
S'accorser desta innata libertade
Però moralità lasciaro al mondo.”

E. FAGUET: “Todo filósofo que não crê na liberdade e escreve uma moral, está em perpétua contradição.” (*Iniciation philosophique*, p. 87.)

FENELON: “Dai-me um homem que se dê por filósofo profundo e negue o livre arbítrio; não discutirei com êle, mas pô-lo-ei à prova nas mais comuns ocasiões da vida... Suponho que a sua esposa não lhe é fiel, o filho lhe desobedece e desrespeita, o amigo o atroiçoa ou o criado lhe rouba. Se êle se queixar, dir-lhe-ei: nenhum dêles tem culpa; nenhum dêles é livre de proceder de outro modo. Conforme as vossas teorias, êles são invencivelmente necessitados a quererem o que querem, como uma pedra a cair se não a sustentam. Credes porventura que êle ficará com isto satisfeito; credes que desculpará a infidelidade da esposa, a insolência e ingratidão do filho, a traição do amigo ou o furto de criado? Não é certo que êste filósofo que nega o livre arbítrio na escola o supõe indubitável em casa e não será menos implacável com os culpados como os que defenderam sempre a mais ampla liberdade. *Il est donc visible que cette philosophie n'en est pas une, et qu'elle se dénie elle-même sans aucune pudeur.* (FENELON, *Lettres sur la religion.*)

Resumamos e concluamos. “A liberdade, escreve BERGSON, é um fato, e entre os fatos que se verificam nenhum é mais evidente.” É o que acabamos de fazer. Numa convergência condensadora de luzes, em favor da liberdade, depõem a psicologia e a história, a metafísica e a moral. Se êste fato entra naturalmente nos quadros de uma filosofia, esta filosofia é viável; se não se concilia com um sistema, êste sistema já está julgado e condenado irremissivelmente. Em filosofia como em física não são as teorias que governam os fatos, mas os fatos que inspiram, sustentam, conservam, ou abalam e derribam as teorias.

O homem, pois, é livre. Defendemo-la com a convicção fria e serena da inteligência que investiga imparcialmente a verdade; e defendemo-la também com o ardor do coração que se entusiasma ante as grandes causas. Trata-se aqui da honra e da dignidade do homem. A liberdade é o nosso maior

título de glória, a jóia mais preciosa da nossa coroa, o maior dom que Deus fez à sua criatura. Cantou-a divinamente o ALIGHIERI:

*Lo maggior don che Dio per la sua larghezza
Fesse creando, et alla sua bontate
Più confermato, e qual che apprezza
Fin de la volontà la libertate
Di che la creature intelligente
E tutte e sole.*

(PARADISO, V. 19.)

Pela liberdade partimos as cadeias férreas dêste determinismo inflexível que prende todo o mundo físico.

Pela liberdade entramos nesta vida superior, vida do espírito onde se encontram as realidades sublimes do dever e da virtude, da dedicação e do sacrifício, do heroísmo e da santidade.

Pela liberdade, colaboramos com Deus, na realização magnífica do seu plano criador. Não somos como a flor que realiza o seu ideal na cegueira de uma inconsciência sem remédio. Nesta obra-prima de leis admiráveis que de um punhado de terra, sem forma nem atrativos, entretece e matura o cetim de uma corola e destila a fragrância dos seus aromas, resplende a sabedoria criadora, mas na flor não há nenhum merecimento. *Cum magna reverentia e disponisnos* diz a Igreja, recordando o livro da Sabedoria. Chegando ao ser racional, Deus o trata com grande reverência; o homem deve ser o artífice dos seus destinos. E seria covardia e ingratidão nossa, declinar as graves responsabilidades desta honra singular. Cada um de nós é como um artista encarregado por Deus de burilar a sua própria estátua, e cada um de nossos atos livres é um traço que lhe acrescentamos. Será ela a de um jovem na frescura da sua primavera? de um homem, na plenitude de sua virilidade? de um ancião na venerabilidade de suas cãs? Pouco importa; o que importa é

que seja uma obra-prima. Os limites da nossa existência, à Providência amável pertence o determiná-los; a nós, o trabalhar para que a nossa estátua seja bela e digna de nela descansarem os olhos de Deus; que não seja a estátua de um escravo mas de um homem livre. Não seremos homens, se não formos reis. O maior dos nossos crimes fôra abdicar a sublimidade de nossa realeza.

CAMPO DA LIBERDADE

Influência da vontade nos atos das outras faculdades

Nada mais freqüente do que encontrar nos livros dos deterministas frases como estas: Na teoria do livre arbítrio a vontade é um poder soberano, uma causa absoluta, uma força superior a todos os motivos, capaz de agir independentemente de tudo e todos. Daí a concluírem mais prontamente que o livre arbítrio, êsse poder misterioso, é simplesmente incompreensível, que a liberdade é um verdadeiro absurdo. São estas expressões muito de molde a impressionar os ânimos e a substituir na inteligência dos que não refletem o valor dos argumentos pela fascinação de uma palavra.

E no entanto nada de mais falso. Seria mister não haver nunca manuseado um tratado de sã filosofia para adiantar tão despreocupadamente semelhantes afirmações.

A liberdade existe, é um fato cuja existência não se pode pôr em dúvida. Provamo-lo no nosso último estudo. Mas o seu exercício é essencialmente condicionado por um certo número de fatores, que a podem diminuir ou abolir por completo. É o estudo dêstes fatores que condicionam o exercício do livre arbítrio, é o estudo das fronteiras que demarcam o seu domínio que constituirá hoje o principal objeto de nossa atenção. Estudo interessante em si porque nos leva a um conhecimento mais profundo dos recursos e dos deficits de nossa natureza psicológica, estudo interessante, sob o ponto de vista polêmico, porque nos mostrará como os golpes

do determinismo não nos atingem, estudo interessante ainda e principalmente pelo lado moral, porque nos dará como corolários vários princípios de primeira importância na educação e direção da nossa consciência.

Começemos pelo estudo das condições essenciais ao exercício da liberdade. Estas condições podem reduzir-se a três grupos: a) condições por parte da inteligência, b) condições por parte da sensibilidade e c) condições por parte do organismo.

Por parte da inteligência exige-se a *capacidade de reflexão*. A vontade, em geral, não pode existir nem agir sem o concurso da inteligência. É faculdade cognoscitiva que lhe apresenta o objeto, o termo da sua volição. *Nil volitum nisi praecognitum*. Mas se a apresentação de um objeto pode bastar para o exercício da vontade, não é suficiente para o da liberdade. Esta exige que a inteligência se ache em condições de julgar da apetibilidade do objeto apresentado, em condições de discernir no bem proposto os aspectos sob os quais é desejável dos outros sob os quais já não é apetecível, exige numa palavra que a inteligência se ache em condições de refletir.

Tôdas as causas que podem temporária ou permanentemente inibir o poder intelectual da reflexão suprimem o livre arbítrio.

É o que se dá normalmente no primeiro período da infância em que a criança, pelo desenvolvimento ainda incompleto dos centros nervosos, é incapaz de refletir sobre a própria atividade e vive à mercê das primeiras imagens externas e das tendências instintivas e orgânicas.

É o que se dá, normalmente, ainda no sonho. As imagens então sucedem-se tumultuariamente obedecendo a leis fisiológicas de associação que não são ainda perfeitamente conhecidas.

As vezes estes laços anatômico-fisiológicos de associação, estabelecidos durante a vigília pelo hábito de raciocinar, prendem e evocam as imagens em séries que imitam a con-

xão lógica das idéias e nos dão a ilusão de um raciocínio perfeito. Outras vezes e mas freqüentemente as imagens se vão sucedendo sem nexos lógicos, em transformações fantásticas, desfilando, como em grandiosa fita cinematográfica, em dramas e tragédias, de que somos quase sempre os protagonistas e que desafiam pelo maravilhoso de seus enredos e pelo inesperado de seus desfechos, prodigiosos contos de fada que nos embalaram a infância. Sobre este desfilar de imagens a inteligência e a vontade não podem exercer influência direta alguma.

Fora destes estados normais, a inteligência pode ainda ser privada do seu poder de reflexão, pelo monoideísmo ou estado psicológico da idéia fixa. É então impossível qualquer deliberação; uma idéia única e exclusiva ocupa pertinazmente o campo da consciência, dominando-o por tal forma que não permite a consideração imparcial dos prós e dos contras, necessária para a indiferença objetiva em que se funda a liberdade.

O mesmo efeito é produzido por outro estado patológico diametralmente oposto ao precedente, e caracterizado pela *mobildade* extrema dos estados psíquicos representativos. As representações, rápidas e vaporosas, atropelam-se, recalçando umas às outras e fugindo tumultuosamente sem permitirem à inteligência a fixação de nenhuma delas no campo da consciência. Tais são quase tôdas as formas do delírio.

Nestes e em outros diferentes estados normais e anormais, não há livre arbítrio por defeito da primeira condição — capacidade intelectual de refletir.

Por parte da sensibilidade o exercício do livre arbítrio requer como condição necessária 1.º) a *ausência de sentimentos violentos* de paixões irresistíveis que arrastam imediatamente à ação sem deixar tempo em meio à deliberação e ponderação da inteligência; 2.º) um *regime normal na motricidade das imagens e o poder dinamogênico das sensações*.

Por esta última cláusula excluimos do domínio da liberdade todos aquêles atos em que por uma alteração mórbida

qualquer, por um deficit no processo representativo, não é possível uma atividade regular da vontade. WILLIAM JAMES reduz a dois grupos estes casos anormais: "*casos de explosão*," a vontade pode ser explosiva ou por excesso de impulsão ou por defeito de inibição; por excesso de impulsão, quando o poder motor de uma imagem é tão forte, que baste o seu aparecimento na consciência para determinar fatalmente a ação. Este poder motor pode provir da constância de uma obsessão ou de um hábito inveterado como nos ébrios; por *defeito de inibição* quando a ação determinada por um estado representativo não encontra em estados representativos antagonistas uma força de repressão.

O segundo grupo compreende os casos de obstração; a vontade nesses casos, ou por falta de impulsão ou por excesso de inibição no regime das imagens, fica perplexa, incapaz de decidir-se, de agir, é a *abulia* dos clínicos.

E baste assim acenar de vôo à múltipla influência que sobre as nossas volições livres pode exercer a sensibilidade. Um estudo mais minucioso destas influências nos arrastaria para fora do programa que nos traçamos a princípio.

Abaixo da inteligência, abaixo da sensibilidade, como substrato de uma vida psíquica, encontra-se o organismo. Também das condições orgânicas dependem os atos livres. A saúde e a enfermidade modificando diretamente a parte material do nosso ser, vão repercutir-se infalivelmente nas funções mais elevadas da alma em virtude daquela solidariedade fundamental, daquele consenso harmônico que deriva como uma consequência necessária da unidade substancial do composto humano.

Em modo particular influi sobre as funções superiores o bom estado estrutural e funcional dos centros cerebrais. O sistema nervoso, esta obra-prima da matéria organizada, é o instrumento delicadíssimo de que se serve o espírito ainda nas suas mais elevadas manifestações intelectuais e volitivas.

Quebrai os pincéis, desafinai as cordas da harpa e o mais exímio artista quedará inativo, impotente ante estes instru-

mentos inutilizados e incapazes de reproduzir a beleza e harmonia de suas criações ideais.

Desmontai a grande máquina nervosa, desarticulai-lhe as peças, travai-lhe a entrosação e tereis privado a alma do único e insubstituível instrumento de suas operações.

Tais são os fatores intelectuais, sensitivos e orgânicos que podem influir mais ou menos profundamente no exercício regular do livre arbítrio. Não quisera, porém, que nesta enumeração visseis uma separação completa de causas desconexas e independentes. É apenas uma classificação de influências, uma divisão metódica que facilita o estudo. Na realidade, estes fatores atuam sempre de concerto, simultaneamente. As alterações no poder de reflexão intelectual são sempre reflexos de perturbações da sensibilidade e estas por sua vez são necessária consequência de anormalidades orgânicas, de más condições do estado cerebral. Bem sei que ainda há atualmente algumas formas de psicopatia de que se ignoram as correspondentes lesões orgânicas. Tais são as que alguns chamam psicoses em oposição às nevroses. Estes resultados, porém, parece-me que nós os devemos considerar não como uma conquista definitiva da psicopatologia mas apenas como uma condição provisória, resultante de escassez atual dos novos conhecimentos em matéria tão vasta e complexa. Poderemos dizer com A. MARIE no seu *Tratado de Psicologia Patológica*: "Aproxima-se a hora em que da ciência psiquiátrica serão eliminadas as nevroses e psiconevroses sem matéria e sem substrato orgânico definido subjacente." (T. II, XVIII — Ap. DE LA VAISSIÈRE, *Psychologie expérimentale*, p. 126). É uma proposição muito em harmonia com as teses escolásticas. Nós a subscrevemos com ambas as mãos.

Através dessas condições que acabamos de percorrer rapidamente podeis entrever a ação profunda que na nossa liberdade poderão exercer outros fatores. Sobre a inteligência, sobre a sensibilidade, sobre o organismo atuam poderosamente inúmeras causas: a educação, o hábito, o temperamento, a hereditariedade, o clima, a alimentação, o ambiente

físico, intelectual e social em que vivemos. Não acabaríamos nunca se quiséramos examinar por miúdo a ação particular de cada uma destas causas e aquilatar a medida em que elas poderão entrar o funcionamento normal do livre arbítrio. Na discussão com os deterministas seremos obrigados a fazer algumas destas análises.

Por hoje vejamos apenas o influxo de um destes fatores: o hábito.

O hábito, diziam os escolásticos, é uma disposição da potência a exercer os seus atos, com facilidade, prontidão, precisão e prazer. Esta disposição adquire-se pela repetição dos atos. A definição é boa. Hoje, que conhecemos um pouco mais de anatomia e fisiologia do que êstes nossos velhos pais, podemos acrescentar que o efeito da repetição dos atos, é, além de aumentar a eficácia motriz da imagem, tornar mais excitável a linha neuro-muscular de que depende a execução do movimento e organizar esta execução nos centros inferiores de modo a dispensar gradualmente a intervenção dos hemisférios cerebrais e das suas camadas superiores. Assim, o ato se vai substituindo pouco a pouco à atenção e a consciência e o automatismo psicológico acabam por substituir inteiramente o esforço voluntário. Assim as comadres, quando tecem suas rendas, enquanto se ocupam com muita atenção em tesourar a vida alheia, continuam despreocupadamente e com precisão e rapidez admiráveis a entrelaçar os bilros nas almofadas. Evidentemente, os atos praticados nestas condições perdem de sua liberdade na mesma medida em que se furtam à reflexão e fiscalização da inteligência. Por isso diz-se que o hábito é uma segunda natureza, porque torna os atos tão prontos, fáceis e precisos que parecem naturais, espontâneos e, por isso, necessários.

Uma ligeira observação, porém, quanto à moralidade destes atos. O hábito não torna o ato amoral, como poderão alguns erroneamente inferir do que acabamos de dizer. Nem o vício por ser habitual cessa de ser vício e, portanto, culpado, nem a virtude habitual deixa de merecer. Antes a

ideal da virtude é praticá-la com facilidade e sem esforço como se nos fôra natureza. E a razão desta verdade é óbvia. Ainda que um ato concreto, praticado em força de um hábito inveterado, não seja em si suscetível de moralidade, por faltar a liberdade necessária, é ainda contudo imputável ao agente *in causa*, porque livre é a aquisição deste ou daquele hábito. Quem, portanto, livremente adquire um hábito de vício ou de virtude, aceita livremente tôdas as suas consequências e por elas é responsável. O mais... aos diretores de consciência.

Voltemos a nós. Estabelecidas as condições essenciais para o exercício do livre arbítrio cumpre-nos agora examinar a extensão do seu domínio, o campo de sua ação. No indivíduo normal, de constituição sadia, de sensibilidade equilibrada, de inteligência firme até onde se estende a influência da liberdade; quais os atos que êle pode atingir e governar, quais as faculdades submetidas ao seu império? O homem, com as suas faculdades e energias é comparável a uma pequena sociedade, onde subsiste a distinção de classes e a divisão de trabalho é feita com mais regularidade e menos atritos do que nas grandes sociedades. Costuma dizer-se que nesta sociedade a vontade é soberana por ela ser a rainha natural das nossas faculdades.

É a natureza e a extensão desta soberania que nos cumpre agora determinar. Em outros tempos, em algumas sociedades humanas, soberania era um poder absoluto, era a vontade ou o capricho de um homem impondo-se como lei incontrastável às vontades particulares: *quidquid principi placuit legis habet vigorem*. Hoje a soberania democratizou-se; diz-se que o povo governa, que o povo é soberano; o voto é o título inauferível de sua realeza, com a cédula eleitoral, êle escolhe, ou fazem-no escolher os seus representantes que hão de legislar para a nação inteira. Os soberanos, reis ou presidentes, abdicaram ante o poder do número e limitam-se agora a reinar sem governar, a assinar decretos e organizar ministérios. Um belo dia, quando os

seus atos já não caem em graça das multidões o povo-rei levanta-se, retira-lhe os títulos de sua soberania, apeia-o do trono e substitui-se em péso ao nonarca decaído. E a demagogia revolucionária por alguns dias beatifica a nação com o saque e o roubo que hão de restabelecer a igualdade universal, com o terror e a opressão de que há de brotar a suprema liberdade, com a matança e o sangue que hão de cimentar os fundamentos da fraternidade humana.

Na soberania da vontade há de tôdas estas soberanias. As vèzes o seu império é absoluto, despótico, incontrastável. Outras vèzes encontra uma opposição mais ou menos aberta; um dia é uma resistência moderada, semelhante à resistência passiva dos nossos paredistas que, sem provocarem desordem, cruzam os braços, se deixam ficar em suas casas, à espera de que a intransigência do capital ceda ante a inércia do trabalho; outras vèzes, porém, a resistência arma-se, assume a ofensiva e degenera em verdadeiro motim. As paixões, que são as revolucionárias e de casa, em revolta declarada, apoderam-se da vontade, garroteiam-na e assumem as rédeas do governo. Sob o seu domínio o homem interior oferece então o triste espetáculo da Rússia contemporânea. Os sensatos vêem as inconveniências dêste regime, desta situação lastimável e deploram-na sinceramente. Mas não falta quem a exalte e lhe teça os panegíricos. A Rússia atual é o mais bem governado dos países da Europa, já disse alguém. O homem dirigido pelas paixões e instintos inferiores, eis o homem ideal, disseram outros. São critérios!

Fora de analogias e metáforas estudemos tudo isto mais didaticamente. No homem podemos distinguir a vida do espírito, a vida do animal e a vida orgânica.

A vida do espírito compreende os atos da vontade e da inteligência. Com exceção do ato pelo qual desejamos a nossa felicidade e os meios que nos parecem com ela indissolúvelmente unidos sôbre todos os outros atos da vontade, a liberdade exerce o mais completo e o mais absoluto domínio. Nada depende tanto de nós como a nossa vontade. Não há

violência, não há coação, não há força, criada ou humana que nos possa fazer querer o que não queremos, que nos possa violentar a vontade. Vêde esta menina de treze anos diante do tribunal dos Césares. Chama-se Inês e é cristã. De um lado tendes o Império Romano com todo o poder de suas legiões, com tôda a fascinação de suas glórias, com tôda a sedução dos seus prazeres, com todo o horror de um lamento; do outro, uma vontade humana, inabalável na firmeza de suas convicções.

Contra a constância do espírito quebram-se impotentes tôdas as forças da matéria, todos os recursos do grande império! Inês vence! Tão forte e invencível é o poder que temos sôbre a nossa vontade.

No desenvolvimento da vida intelectual é maior a influência do livre arbítrio, do que à primeira vista se poderá julgar. Distingamos o exercício da atividade intelectual, da sua especificação. No que respeita à especificação, o império da vontade é mais restrito, o objeto quando se apresenta à inteligência, revestido dos fulgores da evidência, determina-lhe fatalmente o ato, sem deixar margem a uma intervenção eficaz da vontade. Assim é que não somos livres em afirmar que dois e dois são quatro, não somos livres em negar o nosso assentimento a um teorema de geometria, cuja demonstração compreendemos. Fora, porém, destes casos de evidência necessitante, a vontade desempenha um papel importantíssimo na orientação da nossa vida intelectual. "Nossos sistemas filosóficos, escreveu FICHTE, não são as mais das vèzes senão a história do nosso coração." Nas verdades de ordem moral, sobretudo, nas verdades religiosas que interessam a prática da vida, é o coração quem dirige a inteligência fixando-a nos argumentos e nas razões, reais ou fictícias, lógicas ou sofisticadas, da opinião predileta e fechando pertinazmente a entrada aos argumentos contrários que, porventura, viessem abalar a segurança superficial da inteligência e estabelecer no homem interior esta autonomia entre a idéia e a vida, êste dualismo entre a especulação e a prá-

tica, que nos roubam, com a unidade de orientação, a paz e a tranqüillidade da consciência. Se nos fôra dado penetrar nos mais recônditos mistérios do homem interior, veríamos, muita vez, à luz desta revelação íntima, a razão moral de tantas doutrinas nascidas, ao parecer, de uma inteligência que procura desinteressadamente acertar, filha, de fato, de um coração que desama criífinosamente a verdade. Por isso é que, principalmente, nesta juventude que se diz atéia ou incrédula, a conversão deve começar pela vontade e não pela inteligência, pelo coração e não pela cabeça. Depois de uma das suas conferências em Notre-Dame, retirara-se o P. RAVIGNAN a sua humilde cela de religioso, quando com êle foi ter um jovem acadêmico. Padre, disse êle, tenho inúmeras dificuldades contra a Religião, ouvi os seus argumentos, reconheci o seu saber e quisera discutir com V. R. para esclarecer-me sobre vários pontos duvidosos.

Pois não, disse o experimentado diretor de almas, aqui estou ao seu dispor, mas comecemos por uma confissão geral. A esta intimação, o jovem surpreendido e subjugado pela autoridade de RAVIGNAN, dobrou maquinalmente os joelhos e, sob a direção e as exortações do Padre, concluiu com lágrimas uma confissão que começara com indiferença. Agora, disse o Padre, sentando-se a sua mesa de trabalho, agora, vamos às dificuldades. Já lá se vai tudo, Padre, replicou o jovem, já não tenho objeções a formular. A purificação da alma dissipara-lhe num instante as trevas da inteligência, que longas horas talvez de discussão não conseguiriam esclarecer.

Mas se é grande o domínio da vontade sobre a especificação dos nossos atos intelectivos, muito mais ainda e mais absoluto o é sobre o *exercício* da nossa atividade racional.

Podemos à nossa livre escolha cultivar com esmero a inteligência, ou deixá-la à míngua de exercício, esterilizar-se na estagnação infecunda do ócio. Podemos encaminhá-la às elevadas especulações da filosofia e das ciências especulativas ou dirigi-la às investigações minuciosas da natureza

nas ciências experimentais, podemos consagrá-la às eruditas escavações da história, ou às amenas distrações da literatura. Mais ainda. Nos desalentos, nas dificuldades, nas desilusões, nos desfalecimentos que tantas vêzes nos salteiam no curso dos labores ingratos da inteligência, ao seu lado encontramos sempre a vontade, a estimulá-la, a revigorá-la, a infundir-lhe a perseverança que não desmaia, a paciência que não desanima, a esperança que tudo vence. Assim é que não sabemos a que mais atribuir as obras dos grandes gênios, se à inteligência ou à vontade. Assim é que num NEWTON que chegou às suas imortais descobertas "pensando sempre", num KEPLER que ensaiou desenove curvas antes de formular as leis da órbita planetária, num PASTEUR que examinou 5000 bichos da sêda, num LE PLAY, devemos saudar e admirar não só os príncipes da inteligência, mas também os heróis da vontade.

Descendo das elevadas esferas do espírito para as regiões inferiores da sensibilidade, entramos no domínio da matéria, e na matéria encontramos o primeiro adversário da liberdade.

Não me detenho no estudo do domínio da vontade sobre a sensibilidade cognoscitiva. Evidentemente a soberania da vontade, nesse caso, restringe-se apenas ao exercício do ato cognoscitivo. Ao objeto que se me põe diante dos olhos, se os tenho aberto, não sou livre de ver ou não ver. Sou livre, porém, de abri-los ou fechá-los, de fixá-los aqui ou ali. E é por êste caminho, por esta liberdade em realizar as condições necessárias ao exercício do conhecimento sensível, que os seus atos entram no domínio da moralidade.

Mais interessante é o exame das relações entre o livre arbítrio e a sensibilidade afetiva. Sob o nome de sensibilidade afetiva eu incluo os sentimentos (palavra muito vaga e elástica em psicologia), as emoções e as paixões. E por paixão entendo aqui toda tendência sensitiva. Alguns psicólogos modernos restringem um pouco mais o sentido desta

palavra aplicando-a somente às inclinações exageradas, desenvolvidas em detrimento das outras, instaladas permanentemente no indivíduo e canalizando em seu proveito tôdas as outras energias. Nós ampliamos-lhe o significado e chamamos paixão tôda tendência positiva ou aversativa para o objeto conhecido pela sensibilidade, tôdas as reações que respondam às excitações sensíveis.

Posta a questão nestes termos, é interessante estudar as relações entre a vontade e as paixões, a fim de sabermos até que ponto se estende o domínio da liberdade sobre as tendências sensitivas! (Sobre a influência da liberdade na sensibilidade, cfr. GORETTI, *Psicologia sperimentale*, II, pp. 59-61.)

Este domínio, que não é absoluto, mas ainda assim é considerável, manifesta-se primeiro pelo poder que tem a vontade de excitar as paixões. Como? Indiretamente, mediante a inteligência e a sensibilidade. As tendências em si são espontâneas e fatais, resultam necessariamente dum estado representativo, duma imagem, que domina incontrastada o campo da consciência. Que faz então a vontade quando deseja excitar uma paixão? Evoca-lhe, mediante a inteligência, a imagem correspondente, focaliza-a no campo da consciência, enriquece-a, acrescentando-lhe imagens passadas ou fortalecendo-lhe convicções futuras. A imagem assim formada ganha em intensidade motriz e provoca necessariamente a paixão. Que faz o homem que deseja excitar em si o ódio contra um inimigo? Evoca-lhe a imagem, avivando-a com a dos agravos recebidos, que a fantasia sabe colorir com as côres mais intensas, robustece-a com a imagem ou sentimento do prazer da vingança. A paixão assim afagada e evocada sempre virá necessariamente e imperiosa cresce, avoluma-se, podendo assumir tal caráter de violência que já não possa a vontade aplacá-la. Os efeitos consequentes são imputáveis à vontade. Quem atea fogo a um bosque é responsável do incêndio que se segue.

A vontade, pode portanto provocar as paixões. Mas as paixões podem excitar-se independentemente da vontade. Apesar da sua decantada firmeza, o ânimo empalidece na falua ameaçada de naufrágio.

Não somos livres de impedir que se levantem em nós estes movimentos que podem degenerar em tempestades passionais. Nestes casos, onde o império da vontade? Deverá ela, rainha, abdicar ante a revolta dos súditos? Ainda não. Ainda nestes casos, ela pode governar se o quiser. Assiste-lhe a vida a força de favorecer ou combater as paixões excitadas sem o seu beneplácito e isto de dois modos: a) no domínio da sensibilidade interna; b) nas suas manifestações externas.

No domínio da sensibilidade interna a vontade pode combater uma paixão com outra, inibir uma tendência com outra tendência. Surge independentemente da vontade uma tendência má? Desperte-se, evoque-se uma imagem que desenvolve uma tendência inibitória da primeira. Solicita-vos o prazer, associa-lhe uma imagem dolorosa, que lhe neutralizara o efeito da primeira? A quanta gente a representação sinistra da polícia não inibe uma inclinação perversa? Numa ordem mais alta, como é eficaz a imagem, viva do inferno para paralisar uma tendência pecaminosa!

Se a vontade não fôr bem sucedida neste combate interno dado à paixão, ao nascer, resta-lhe ainda, como último recurso, o veto supremo dado às suas manifestações externas. Todos os psicólogos reconhecem que a mímica, capaz de despertar uma paixão que ainda não existe, pode muito mais facilmente reforçar uma paixão já existente. A fuga agrava o pânico, um soluço chama outro e intensifica a dor e provoca um acesso mais violento, a luta excita a fúria. Deste último expediente pode ainda lançar mão a vontade para serenar o esto das paixões. A cólera pode ferver no sangue, palpitar no coração, chamejar nos olhos, tremer nos lábios, as ondas nervosas, entrecruzando-se em descargas súbitas, podem agitar convulsamente todo o aparelho

muscular. Nesta agitação impetuosa, a vontade enérgica intervém, e ordena aos lábios que não profiram palavra, aos pés que não arredem passo, aos braços que não se firam. A paixão agita-se, contorce-se, estira, ruge, como o leão sob o olhar faiscante do domador, mas por fim obedece e diminui e acalma-se. Belo espetáculo esta vitória do espírito sobre a matéria revoltada!

Mas infelizmente nem sempre a vontade triunfa. E todos os moralistas — filósofos católicos, são unânimes em reconhecer certos estos ou explosões de paixões tão violentos que arrastam o homem com tal impetuosidade, que não há resistir-lhes. O homem perde inteiramente o domínio de seus atos, e sob a pressão desta violência, torna-se irresponsável como um louco! Mas como é possível esta vitória do organismo sobre a vontade? S. TOMÁS (*S. T. I* 2ae. q. 77, a 2), cujo estudo psicológico das paixões ainda não foi igualado, no-lo diz que de dois modos: 1.º *per quandam abstractionem*, hoje diríamos por uma certa inibição passiva. A nossa alma é uma só e finita a sua energia. Daí o não podermos agir simultaneamente com vigor em diferentes direções. A energia dividida enfraquece. *Pluribus intentis minor est ad singula sensus*. Daí ainda o diminuírem de intensidade os atos de uma potência na mesma proporção que se intensificam os atos de outra faculdade. Conseqüência natural de unidade do composto humano. Ora, a irrupção brusca de um movimento passional pode ser tão impetuosa e tão rápida que absorva, em seu proveito, tôdas as energias disponíveis da alma, inibindo assim, passivamente, a intervenção de outras faculdades. A inteligência e a vontade quedam, destarte, inativas, e o homem age impellido pelo ímpeto cego da paixão, ou, melhor, desaparece por instantes, o homem, e fica, só, o animal. Não há razão que o convença, não há força moral que o detenha; atira-se ao objeto de seus desejos ou de seus ódios com o furor de uma bête-fera.

Outro modo, diz ainda, S. TOMÁS, por que as paixões suprimem o livre arbítrio é agindo sobre o objeto da verdade, que é o bem, apreendido pela inteligência. É muito próprio da paixão poder fixar a imaginação sobre o termo dos seus desejos, de modo que o espírito não se poderá desprender do objeto que o fascina e próprio da paixão ainda representar o bem que a inflama sob côres tão vivas e sedutoras, que a razão se ofusca e não vê senão a parte desejável, a parte apetecível do objeto. O naufrágio do livre arbítrio é então completo e inevitável. Ora, um bem apresentado nestas condições não deixa lugar à liberdade. O apetite racional fascinado é arrastado fatalmente a reboque das paixões. Fora destes casos extremos a vontade pode sempre lutar com êxito contra as tendências inferiores.

Na vida animal, na vida de relação, além da sensibilidade, cognoscitiva e afetiva, confiada ao sistema nervoso, há a motibilidade — faculdade locomotriz, como dizem os escolásticos, executada pelo aparelho muscular. Os movimentos são mais obedientes à vontade do que os nervos. O domínio da liberdade é aqui menos contrastado. (Movimentos voluntários, cfr. GORETTI, *Psicologia sperimentale*, I P. 153-157.) Quero levantar o braço e êle levanta-se, quero andar e as pernas se põem em movimento, quero falar e a laringe e os lábios e a língua articulam os sons desejados. E tão pronta é esta obediência, que, como diz S. AGOSTINHO, *vix imperium a secutio? distinguatur*, mal se pode distinguir a ordem da sua execução.

Neste campo a vontade só encontra dois adversários: a enfermidade, que pode chumbar os membros numa imobilidade renitente a qualquer ordem voluntária; e a violência, a coação, que não podendo atingir o ato voluntário, em si, inutiliza-o na sua execução. Posso querer mover o braço e êste querer ninguém me pode impedir, mas a sua execução, o movimento real do braço, pode impedir-me a paralisia ou a força de um músculo mais robusto.

Finalmente, como suporte da vida animal, e da vida racional, encontramos no homem a vida orgânica, o físico como substrato do psíquico. É a vida vegetal compreendendo as funções que visam direta e unicamente à conservação material do organismo presidindo às trocas da matéria e energia com o mundo exterior, necessárias à manutenção e ao bom funcionamento da nossa máquina viva. Sobre estas funções estende ainda a liberdade e raio de sua ação à esfera de seu domínio? Não, diretamente não. Com todos os esforços voluntários, não podemos acrescentar um milímetro à nossa estatura, não podemos impedir a queda de um fio de cabelo, não podemos prolongar de um instante a duração da nossa vida. Prevendo os nossos caprichos no abuso da liberdade, subtraiu a Divina Providência ao nosso governo toda a vida inferior. Que não faria o homem se estivera nas suas mãos enrijar à vontade as fibras dos seus músculos, acelerar ou retardar o movimento das ondas sanguíneas, paralisar as palpitações do grande músculo central? Que espetáculo de intermitências caprichosas e desordenadoras de febre e de frio, de saúde e enfermidade, de vida ou de morte não nos ofereceria a humanidade?

A razão filosófica desta importância da vontade de governar diretamente as funções inferiores já vós a entrevistastes. Estas funções são de todo inconscientes e onde se extinguem as luzes da consciência cessa a ação da vontade. Apetite racional, tendência para o bem conhecido pela inteligência, a liberdade só evolui na luz, na claridade da idéia. Onde a inteligência não pode penetrar pelo conhecimento, não pode a liberdade influir pela ação. O bem-estar do nosso organismo nós o atingimos diretamente por outras tendências, tendências orgânicas e necessárias, análogas às tendências, porque a planta, destituída de conhecimento, consegue a própria conservação e desenvolvimento.

Esta mesma explicação, que demonstra impossível a intervenção direta da liberdade no organismo, mostra outrossim a possibilidade de uma ação indireta, mas apesar disto

bastante ampla e eficaz. A vontade pode influir no corpo mediante a inteligência e a sensibilidade. A estas faculdades de conhecimento ordena a vontade que estudem os efeitos físicos, químicos e fisiológicos, tóxicos e antitóxicos que sobre os nossos órgãos podem exercer os agentes externos e pelo uso livre destes agentes penetra com a sua ação até o mais íntimo dos tecidos, até as células mais recônditas. Dificulta-se-me a respiração em dispnéia que afronta; vem o facultativo, que me representa a inteligência humana, nas suas maiores conquistas neste ramo de conhecimentos. Examina, ausculta; é o coração que está fraco, conclui. Que simples fôra então com um simples ato da vontade reconduzir o órgão desequilibrado ao seu regime normal. Não sendo possível, *digitalis*. E aí tendes, como indiretamente as ciências humanas, a física, a química, a fisiologia, a terapêutica, a higiene e toda a medicina em geral, oferecem à alma meios sempre mais eficazes e numerosos de estender o domínio de sua ação sobre as faculdades orgânicas.

E com este último estudo acabamos de perlustrar o território humano em todas as direções e sentidos, delimitando-o com marcos de separação em regiões bem definidas e estabelecendo a natureza e a extensão da soberania da vontade em cada uma delas.

As conseqüências práticas e morais destes conhecimentos de psicologia especulativa são, como bem podeis avaliar, inúmeras e muitas de grande alcance e fáceis de se deduzirem. Sobre uma, porém, quero particularmente chamar a vossa atenção, e apesar do adiantado da hora não me permitir mais largo desenvolvimento, acená-la-ei de passo, deixando o mais à vossa meditação para logo concluir.

Quero referir-me à educação da liberdade. Condiionada por fatores de ordem psicológica e fisiológica, como vimos, a liberdade não existe no mesmo grau em todos os indivíduos; mas varia com as constituições orgânicas e as condições intelectuais. Qualquer, porém, que seja o grau de liberdade que lhe tenha tocado em partilha, todo indivíduo

normal, todo indivíduo que realiza em si a fórmula do homem *mens sana in corpore sano*, pode desenvolvê-la pela educação, como pelo exercício, pela aplicação constante, pelo método, se estimulam e desenvolvem as forças nativas da inteligência. De que modo, porém, educar a liberdade, quais os meios que a podem aperfeiçoar? Nada mais fácil depois do que acabamos de expor.

Em segundo lugar, pelo exercício continuado da *reflexão*. Agir precipitadamente é deixar-se levar pela corrente tumultuosa das impressões, deixar-se arrastar cegamente pelo primeiro impulso, é ser dominado, não dominar. A reflexão, não só nos mostra a beleza do dever, não só faz resplandecer o ideal moral que devemos atingir, senão também mostra em cada objeto, em cada um dos bens que nos solicitam a sua dupla face de bem e de não bem, de apetecível e não apetecível, proporcionando assim à vontade o ensejo de uma escolha plenamente livre.

Vêde certos mundanos que não acabam de compreender como um religioso possa renunciar aos seus bens, a uma carreira civil, aos prazeres do mundo. Falta de reflexão. Estes objetos só lhes aparecem sob a face apetecível, de modo que renunciar a êles parece-lhes uma renúncia à felicidade. No entanto, se quisessem entrar em si, refletir, ponderar, veriam que muitos dêstes bens são mais aparentes que reais, para cuja consecução êles empregam a vida inteira, que acima dêles há outros bens de ordem superior, bens mais elevados e dignos do homem e que renunciar àqueles por conseguir êstes longe de ser loucura pode ser ato de bem acertada prudência. Nós refletimos, somos livres, êles não o são, porque não refletem. Nós desprezamos livremente porque refletimos o que êles adoram escravizados.

Esta reflexão, em linguagem ascética, chama-se meditação, recolhimento interno, e é a virtude pela qual nos conservamos sempre vigilantes e senhores de nós mesmos, e

opõe-se à dissipação, ao derramamento, à difusão do espírito sôbre as coisas exteriores.

Se a reflexão desenvolve diretamente a liberdade, a luta contra as paixões desenvolve-a indiretamente, desembaraçando-a dos seus mais terríveis adversários. Queremos ser livres? Não demos trégua às paixões, combatamo-las continuamente negando-lhes a satisfação não só em coisas ilícitas e que a moral condena, senão também em lícitas, porque serve para adestrar a vontade e firmar a sua soberania.¹ Quando as paixões estiverem senhoreadas nós as poderemos dirigir para o bem e dóceis à parte racional, elas serão para nós um instrumento precioso de energia e eficácia e intensidade de ação. Sabeis como se chama esta luta para subjugar e ordenar as paixões em linguagem evangélica? Chama-se mortificação. Ao realismo do nosso século o termo destoa-lhe aos ouvidos como anacronismo medieval. Mas a verdade é de todos os tempos e se os seus inimigos podem condenar ao ostracismo as palavras que melhor a exprimem, não podem suprimir-lhe a realidade na firmeza inabalável de sua estabilidade eterna. Onde não houver mortificação de paixões, não haverá verdadeira liberdade.

Na reflexão e na luta, pelo contrário, no recolhimento e na mortificação tempera-se a vontade; acostumando-nos ao esforço e ao combate, aprenderemos a vencer e só esta vitória é capaz de realizar em nós o ideal de perfeição humano, que devemos atingir. "O homem, numa imagem de Mr. D'HULST, é uma pirâmide viva, uma jerarquia de po-

¹ Em primeiro lugar por um cuidado moderado e racional da saúde. Um bom organismo é um instrumento de valor inestimável para a alma; como um organismo viciado é fonte perene de manifestações mórbidas que a cada instante entravam as operações superiores do espírito. Esta primeira parte, sôbre a qual não me quero demorar, é do domínio da higiene e da medicina que, para o caso particular da liberdade, deverá fazer cair principalmente sua ação sôbre o sistema nervoso.

tências — na base, a sensibilidade com as suas emoções e apetites, no centro o coração com seus afetos e desejos, no vértice, a razão, e de alto a baixo, como elemento indispensável de vida, a liberdade que circula, para manter a ordem moral, para fazer chegar até a espontaneidade animal os ditames de uma vontade racional. Tal é o homem que Deus concebeu, que a criação começa, que a educação social e doméstica desenvolve, o homem que se completa a si mesmo pelo exercício incessante e laborioso da virtude.

E assim terminamos quase em exortação espiritual o que havíamos começado em abstrata psicologia científica. É que apesar de tudo a ascética cristã é ainda e será sempre a melhor escola da liberdade.

O fim desta ginástica moral não é extirpar as paixões, não é chegar à apatia estoica, que isto fôra quimera. É opor tendências novas a tendências antigas, hábitos de virtude a hábitos condenáveis, entusiasmos nobres a entusiasmos irreflexivos. Nós precisamos de paixões; não se fazem grandes coisas sem grandes paixões. As paixões são grandes estímulos da atividade e privarmo-nos delas, sôbre impossível, fôra querer mutilar metade de nossa natureza, querer agir como puros anjos quando somos homens, mas queremos-las ordenadas, queremos paixões que obedeçam à vontade, queremos-las domadas e submissas aos ditames da reta razão.

Quando estiverem assim senhoreadas, nós as poderemos dirigir para o bem e, dóceis então à parte racional, se converterão, em nossas mãos, em instrumento precioso de energia, eficácia e intensidade de ação. Sabeis como em linguagem evangélica se chama esta luta para subjugar e ordenar as paixões? Chama-se mortificação. Ao sensualismo do nosso século a palavra destoa como um anacronismo medieval. Mas a verdade é de todos os tempos, e se os seus adversários podem condenar ao ostracismo as palavras que melhor a exprimem, não lhe podem suprimir a realidade inconcussa na firmeza de sua estabilidade eterna.

Onde não houver mortificação de paixões, não haverá verdadeira liberdade.

As gerações educadas neste sentimentalismo mórbido de impulsões sempre seguidas, de paixões sempre afagadas, de caprichos sempre satisfeitos, são gerações escravas do prazer. E sob a influência dissolvente e deletéria do prazer, do que agrada aos sentidos, os ânimos efeminam-se, desfibram-se os caracteres e os próprios organismos se debilitam e depauperam. Em duas ou três gerações aos "nervos" sucedem as nevroses, às nevroses a histeria, à histeria a loucura moral com tôdas as suas impulsões mórbidas.

Dêste estudo rápido e sêco como um esquema, podemos inferir logo duas conclusões que se desprendem muito à flor da terra.

A primeira é a complexidade pedagógica do problema da educação da vontade. Há, como vistes, uma reciprocidade de influências profundas entre a faculdade do querer e tôdas as outras atividades humanas — desde as mais elevadas do conhecimento intelectual até às mais obscuras e inconscientes das funções orgânicas. A educação da vontade exigirá portanto uma convergência sábia e harmoniosa de esforços que se estendem das mais rudimentares prescrições de higiene à formação das mais sólidas convicções morais e religiosas, sôbre a natureza e a finalidade do homem.

Mais do que a complexidade ressalta, porém, aqui a importância capital da pedagogia do caráter. Agora, mais do que na nossa primeira palestra dêste ano, já começamos de fato a entrever tôda a verdade que se encerra na afirmação que então adiantamos: formar a vontade é formar o homem. O homem, de fato, aparece-nos como uma pirâmide viva; uma hierarquia ordenada de potências. No vértice a inteligência, mãe da idéia, princípio de luz, de orientação, de verdade; no centro: o coração — com os seus afetos e paixões, fonte de movimento, de energia, de calor; na base, o organismo, na variedade de suas funções, com a solidez dum

substrato material indispensável ao desenvolvimento das formas superiores da vida. De alto a baixo, como elemento indispensável a qualquer ato humano, a liberdade que circula e vivifica tudo, encarregada de imprimir a todos os nossos atos uma finalidade consciente e harmoniosa, levando até à espontaneidade das faculdades animais os ditames de uma vontade, racional. Tal é o homem que Deus concebeu, mas que não realiza sem o concurso livre da nossa colaboração. “Tal é o homem que a criação começa, que a educação doméstica e social desenvolve”, o homem que vai completando e conquistando e realizando a si mesmo no exercício nobre e infatigável mas laborioso da virtude. Levar heróicamente a termo a beleza dêste plano divino — eis o grande ideal, a perfeição suprema, a única, verdadeira e definitiva felicidade.

A vontade pode excitar a paixão — orientada para o bem ou para o mal, quando se impõe uma ação vigorosa.

1.º) *Provocando a sensação* — excitadora da paixão — Fácil, normal. Abrir os olhos sôbre um objeto...

2.º) *Por intermédio da imaginação* — imagens motrizes — imaginações mais ou menos ricas — pensamentos abstratos...

A vontade pode dominar a paixão — Paixões que nascem por iniciativa da vontade — ou de surpresa por força das circunstâncias... Podem ser dominadas?

1.º) A paixão pode cessar *por si* — desaparecimento do excitante — falsa a notícia que causou dor — uma injúria... desmobilização progressiva da ebulição fisiológica...

2.º) *Pela resistência da vontade*... É um fato — na vida moral das pessoas boas — cólera...

É um direito — Como? a) por dispersão de atenção — Leitura. Espetáculo — presença de indivíduos; b) opondo

imagens contrárias; c) inibir os atos externos — as suas manifestações sensíveis — atos musculares dependentes da vontade.

Domínio político — não despótico.

Ponto capital: sensação e imaginação.

Reduzir a iniciativa e a independência da paixão.

NOBLE — *Les passifs dans la vie morale* I, 178-204.

Algumas conseqüências práticas relativas ao ato livre e à sua eficiência.

Para sabermos querer é preciso:

1.º) *Escolher* — optar — deliberar — os atos automáticos e reflexos irrompem espontâneos — o escolhido é *previsto* e *pré-imaginado* (motriz).

2.º) *Incorporar o novo ato na própria síntese pessoal* — fazê-lo meu — efeito de uma boa escolha — enriquecimento — de uma má escolha — desintegração — remorso.

3.º) *Excluir as idéias antagonistas* — “é o nervo da vontade eficaz, o sinal da vontade forte” (EYMIEU).

A ausência de um ou outros dêstes elementos caracteriza as vontades eficazes.

1.º) O impulsivo não escolhe. Desenvolve o animal em detrimento do humano — o teórico não chega a formar a imagem concreta — pensamentos gerais.

2.º) Os *nervosos* não integram na própria síntese — não querem a fundo.

3.º) Os *indecisos* não excluem as idéias antagonistas — Reabrem eternamente os debates.

Confr. EYMIEU, *L'art de vouloir*, 74-80.

Sôbre a inteligência:

Onde há evidência contringente — nenhuma influência. Ainda assim larga.

Influência no exercício da atividade intelectual:

em manter a atenção,

em observar a fidelidade aos métodos.

Tôda grande obra intelectual é uma obra de benemerência moral.

Influência na especificação.

Escolha do ramo intelectual.

Influência no assentimento. — Psicologia, p. 46.

Razão Psicológica da Fé, p. 238.

DETERMINISMO

Contraste do século XIX — século da liberdade e século do determinismo.

I — Causas históricas da voga determinista:

- a) hábito de tratar das ciências naturais,
- b) ignorância da verdadeira teoria da liberdade,
- c) preconceitos sistemáticos,
- d) causas de ordem moral.

II — Classificações dos sistemas deterministas.

Refutação — no caso:

de um motivo,

de dois motivos iguais,

de dois motivos desiguais — o motivo mais forte.

Conclusão — Paralelo entre os dois sistemas.

A. M. D. G.

As professoras do "Sacré-Cœur", 10-VII-930.

A quem lhe considera imparcialmente a evolução intelectual e social o século XIX oferece um dos contrastes mais frisantes e instrutivos da história. Em nenhuma outra época a palavra mágica de liberdade inspirou tantos cânticos e hinos, despertou tanto delírio de entusiasmos e exerceu tanta fascinação sobre as turbas. O grito de liberdade e independência que “do Ipiranga ouviram as margens plácidas”, eco, entre nós, no princípio do século de um sentimento quase universal, continuou a repercutir-lhe pelos anos a fora até aos nossos dias. Nos jornais e nas praças, nas tribunas dos parlamentos e nos palcos improvisados dos comícios populares é um contínuo apelar para a liberdade, é um reclamar insaciável de mais liberdade, liberdade de imprensa, liberdade de consciência, liberdade de pensamento, liberdade civil e liberdade política, liberdade ilimitada para tudo e para todos. E as figuras retóricas iluminadas pelos reflexos dêste nome cintilante, produzem infalivelmente o seu efeito, exercem sempre uma ação profundamente eletrizadora nas massas, exaltam os corações e empolgam os ânimos.

Êste o primeiro aspecto que nos oferece o grande século, que, antecipando imprudentemente os juízos da história, a si mesmo se conferiu, com pouca modéstia, o título honroso de século de luzes e de progresso. Se só lhe considerarmos esta face, poderíamos chamá-lo outrossim o século da liberdade. Mas voltai a medalha e examinai-lhe o reverso. Deixai o borbórinho exterior das praças onde se agita a vida social e entrai nestes cenáculos graves e silenciosos, nas escolas e nas academias, nestes laboratórios da inteligência onde se trabalham as idéias que mais tarde vão dirigir e

orientar os movimentos da história. Que espetáculo diverso! Em lugar dos hinos e cantos de há pouco ouvireis os doutores e sábios, da serenidade olímpica de suas cátedras, fulminarem contra a liberdade os raios mais terríveis de sua filosófica e científica indignação. E de seus lábios, que só se deviam abrir para ensinar a verdade, destila a mais fria, a mais cética, a mais cruel negação do livre arbítrio. “A liberdade, doutrina PAULSEN, é uma quimera, uma fantasia de metafísicos escolásticos, um sonho de cérebros doentios.” “A liberdade, sentenciou HERBART, é um cúmulo de absurdos.” “A liberdade, decretou um dos grandes arautos do materialismo e do socialismo, FEURBACH, é uma invenção metafísica de uma filosofia ébria, boa para embalar a preguiça de cérebros indolentes.” “O liberdade, repetiu MIGUEL BOMBARDA, um pouco atrasado, na Faculdade de Medicina de Lisboa, é um escárnio, uma ironia, um desarranjo cerebral, a mais espantosa das ilusões, uma embriaguez, uma loucura.”

Como vêdes, bem diferente é o reverso da medalha. Na face direita escrevêramos o mote “século de liberdade”; no exergo do anverso gravai agora “século do determinismo”. Com efeito, se em nenhuma outra época se escreveram tantas obras e tantos campeões desceram à estacada em defesa da liberdade, nenhum outro século assistiu também a um esforço tão ingente para arrancar da dignidade humana a mais nobre de suas prerrogativas.

O fato é de impressionar e o homem de reflexão, o filósofo, deve investigar-lhe as causas. Êste estudo de indagação histórica parece-me de grande importância. A história de uma teoria ou dos sucessos momentâneos de um sistema projeta muitas vezes torrentes de claridade sobre o seu valor doutrinal. Aos reflexos desta luz diminui de muito a força de autoridade que nas inteligências novas sobretudo e mais naquelas que se dizem emancipadas, costuma produzir tão profunda impressão. Nos jovens é poderosa a sugestão exercida pelo prestígio de um nome que a glória aureolou por

um momento de seus esplendores. Incapaz ainda de distinguir os campos de competência de cada qual, inexperiente ainda da profunda psicologia humana que vai muitas vezes encontrar as razões e as idéias da vida, a preferência dada a um sistema por motivos de ordem extracientífica ou extrafilosófica, vê não raro só na autoridade dum nome uma força de demonstração, que de todo em todo lhe falece.

Ora reconstituindo o ambiente histórico do século passado e examinando de perto as diferentes teorias deterministas parece-me poder reduzir a quatro as causas principais que mais contribuíram para a vulgarização do determinismo em certos meios intelectuais dos últimos tempos.

1.^a) A primeira é o hábito de tratar das ciências físicas e naturais. Justamente orgulha-se o século passado deste surto maravilhoso das ciências de observação e de experiência que, em tão curto prazo, tantos segredos arrancaram à natureza. O estudo destas disciplinas, o entusiasmo por estas gloriosas conquistas do pensamento encheram os anos de juventude de quase todos os nossos pensadores, ainda dos que mais tarde, em idade madura, se aplicaram às meditações filosóficas. Ora afeita ao comércio continuado com os fenômenos físicos e químicos, habituada aos rigores de um método que no mundo inorgânico fôra coroado de tantos e tão brilhantes resultados, a inteligência entrava no campo da psicologia, com moldes já feitos, com quadros de investigação já organizados com uma propensão acentuada a aplicar aos fenômenos humanos os mesmos processos que tão bons efeitos haviam surtido no mundo da matéria. A inteligência com aplicar-se exclusivamente a um campo de trabalho, com empregar exclusivamente um método sofre às vezes uma deformação que os alemães chamam unilateralidade, inclinação a encarar tôdas as coisas através de um só prisma. O biólogo verá todos os outros problemas através da sua biologia; o matemático, afeito ao rigor das demonstrações, que não são possíveis senão na ordem quantitativa,

será pouco sensível à eficácia de uma demonstração histórica. É uma predisposição de espírito que o pode levar facilmente a falsear um novo objeto de estudo aplicando-lhe exclusivamente um método feito para outras realidades.

Foi precisamente o que aconteceu a muitos psicólogos. Quiseram fazer da psicologia uma ciência natural subordinada ao mesmo rigorismo inflexível que rege os fatos de ordem física ou química. Ouvi a HOFFDING: "A psicologia como as outras ciências deve ser determinista; deve partir da suposição que a lei de causalidade se aplica à vida da vontade do mesmo modo que às outras manifestações da vida e da natureza material." Aí está um *a priori* eminentemente anticientífico! Não, senhor! A psicologia não deve partir deste ou daquele pressuposto; dêste ou daquele preconceito. A psicologia deve examinar os fatos psíquicos tais quais no-los apresenta a introspecção ou observação dos fatos internos. Se esta experiência só nos revela atos necessários, seja determinista a psicologia, mas agora com razão, *a posteriori*; se, porém, esta experiência, confirmada ainda pelo mais evidente raciocínio, nos atesta a existência de atos livres, amolde-se a psicologia a seu objeto, explique, se puder, esta nova forma de atividade, mas não a negue, não despreze os fatos, fundamento inconcutável de qualquer ciência.

2.^a) A segunda causa é a ignorância da verdadeira teoria do livre arbítrio. Acreditais? Ainda não encontrei um determinista que expusesse a verdadeira teoria da liberdade sem a desfigurar de uma maneira lamentável. Não é um ataque sincero, uma polêmica leal. Criam um fantasma de teoria para terem depois o prazer fácil de o trucidarem. Em vez de estudarem imparcialmente as nossas idéias em fontes autorizadas, limitam-se a copiar um dos outros, citações truncadas, falseando, de todo em todo, os pensamentos de nossos autores. Não é sinceridade científica. Quereis exemplos? SCHOPENHAUER: "Uma vontade livre seria uma vontade que não se dirige por motivos, mas cuja ação provém exclusiva-

mente de si mesma." Quem nunca asseverou tal coisa? Não pusemos como definição fundamental que a vontade age iluminada pela inteligência, que é a inclinação para o bem conhecido intelectualmente? E que é o motivo senão um bem conhecido pela inteligência? Não ouvimos a SANTO TOMÁS: "*Totius libertatis radix est in ratione constituta?*" Somos livres precisamente porque somos racionais e quando agimos como racionais. E que outra coisa é proceder racionalmente senão dirigir-se com razões, com motivos? Mas ser dirigida por motivos não é ser por eles determinada.

Tenho diante de mim dois caminhos: ler ou não ler este livro; delibero, reflito, posso escolher um ou outro, e nisto consiste a liberdade, mas em qualquer das alternativas a minha eleição será sempre motivada. Os motivos indicam-me várias direções, eu escolho uma. SCHOPENHAUER é o original, eu vi a cópia. (PEDRO LESSA, p. 237. TOBIAS BARRETO.)

Neste gênero de ignorância das nossas idéias a todos levam a palma K. FISHER e HAEKEL, o falsificador de esque-mas, que no intuito de engrossar as fileiras dos deterministas afirmam sem pestanejar que deterministas foram também S. AGOSTINHO com todos os Padres e teólogos cristãos.

3.^a) Outra causa do determinismo moderno são os *preconceitos de sistema*. É sabido com que fecundidade têm proliferado nos últimos tempos os sistemas filosóficos. Cada filósofo de certa envergadura dá-se à ocupação e preocupação de criar a sua visão das coisas, a sua *Weltanschauung*, como por lá dizem onde pulularam em mais abundância. É um desejo vaidoso de originalidade, mas não da originalidade verdadeira, filha do gênio, da originalidade malsã, que se confunde com a ambição de impressionar pelo escândalo, pelo paradoxo das idéias. Encerra-se assim um pensador na solidão de seu gabinete. Combina e elabora o seu poema de idéias, como se a filosofia fôra uma arte; se depois nos quadros deste sistema encontra cabida o livre arbítrio, admite-se o livre arbítrio; senão, sacrifica-se o sem contem-

plações. Neste grupo incluímos todos os panteístas — de ESPINOSA a HEGEL, para os quais Deus e o mundo se identificam numa mesma realidade, eterna, infinita, sujeita em tôdas as fases de sua evolução a uma necessidade inexorável. Neste grupo, ainda, entram todos os monistas, positivistas e materialistas que nada enxergam acima da inércia da matéria determinada em todos os seus atos. Em todos estes deterministas a negação do livre arbítrio não tem o valor de uma sentença proferida após consciencioso estudo da questão, é um aresto inapelável impôsto pelo capricho de um juiz que rejeita o exame dos autos. A liberdade não é discutida, é simplesmente sacrificada a um apriorismo sistemático.

4.^a) Parece-me, por fim, que para a florescência do determinismo se devem também apontar as causas de ordem moral. Ouvistes como muitos de nossos adversários averbam as nossas idéias: é de delírio, de sonhos de cérebros enfermos, de devaneio para baixo. Sob as suas penas indignadas esgota-se o vocabulário da injúria e do menosprezo. Ora, uma questão que acende assim os ânimos, que esbraseia assim as paixões, não entende só com a inteligência, repercute também na vontade, interessa o homem todo. Os debates de alcance puramente especulativo e intelectual controvertem-se com esta serenidade superior que o fumo das paixões não tolda. A questão do livre arbítrio é também uma questão de ordem moral. Que digo? É a questão moral por excelência! A existência do dever, da responsabilidade, da religião estão pendentes desta questão suprema. Se somos livres, somos senhores dos nossos atos; se somos senhores dos nossos atos devemos dirigi-los por leis e normas racionais de cuja infração somos responsáveis. Se não somos livres, tudo se acha justificado, por o que é, deve ser e não pode deixar de ser como é, e tendes nivelado o vício e a virtude, o bem e o mal, a santidade e o crime. A negação do livre arbítrio é um *bill* de indenidade para tôdas as licenças, carta-branca para todos

os excessos, dispensa de todo esforço regenerador. Vemos como a nossa questão queima, candante como ferro em brasa. E ao resolvê-la negativamente bem podem influir outras razões que não a lógica, a ciência, o amor desinteressado da vontade. Ainda uma vez se verifica como a história dos nossos erros não é quase sempre mais do que a história das nossas paixões. Erramos, porque não queremos ser bons.

Podemos agora entrar no estudo direto do determinismo. Sob esta rubrica incluímos todos os sistemas que negam o livre arbítrio, afirmando que a vontade humana é determinada em todos os seus atos. Quais porém as causas ou fatores determinantes da vontade? São muitos e segundo a preferência dada a estes ou àqueles fatores se discriminam as diferentes espécies de determinismo. Na ofensiva geral contra "a fortaleza gótica da liberdade" foram mobilizadas todas as ciências e desde a metafísica até a estatística, da psicologia até a mecânica, todas elas foram chamadas a postos e abriram os seus arsenais para armar os assaltantes. Daí a imensa variedade de matizes deterministas. Aqui temos, entre outras possíveis, uma classificação para clareza e boa ordem das idéias.

Deus, o homem e o mundo: eis as três grandes realidades com que podem entrar em contato os nossos atos voluntários.

De todas elas lhes pode advir uma determinação necessitante. Daí os três grandes gêneros de determinismo: o *determinismo teológico*, que vai pedir aos atributos divinos — da ciência e do governo das criaturas, o princípio de incompatibilidade com a livre disposição dos nossos atos; o *determinismo cosmológico* que pretende não se poder conciliar a liberdade com os princípios que regem a atividade dos corpos, com o da constância das leis naturais ou com a conservação da energia; e finalmente *determinismo antropológico* que na própria natureza humana vai buscar os elementos de determinação dos atos voluntários: será *fisiológico* se a

determinação provier do organismo, da parte material do nosso ser; *psicológico*, se da inteligência.

Não espereis de mim nem uma exposição nem uma crítica minuciosa de todas estas modalidades do determinismo. Muitas delas já caducaram — e não apresentam hoje senão um interesse de erudição histórica; de outras já indicamos os princípios gerais de solução. Finalmente o tempo urge e não poderei levar o ano inteiro só estudando a liberdade; além de já me pungirem uns remorsos de alma a vossa atenção por tanto tempo, na aridez de um estudo tão seguidamente abstrato. Sairemos breve deste deserto calcinado para percorrer regiões mais floridas e amenas.

Nos nossos dias o determinismo mais em voga é, sem dúvida, o *antropológico*, nas suas duas formas, fisiológica e psicológica. O fisiológico é um postulado de uma metafísica materialista. Só o materialismo pode identificar as formas superiores da nossa vida psíquica com as simples atividades orgânicas e subordiná-las às mesmas lei.

O determinismo psicológico é mais aristocrata; é a forma preferida pelas inteligências mais finas. Ao seu exame consagraremos, por isto, alguns minutos de atenção.

A vontade é determinada pelo organismo, diziam os materialistas. Não, respondem os adeptos do determinismo psicológico. A causa determinante dos atos voluntários está na inteligência: são os motivos. Tendência intelectual para o bem, a nossa faculdade de querer não pode ser determinada senão por uma causa de ordem intelectual, isto é, por um motivo; um ato não motivado cessaria de ser um ato voluntário. Até aqui muito bem. Ora, continuam eles, na apresentação dos motivos podemos imaginar três hipóteses. 1.^a) Só se apresenta um motivo no campo da consciência; neste caso a vontade só tem uma direção diante de si; por ela necessariamente se encaminha. 2.^a) Apresentam-se dois motivos iguais; nesta hipótese, dizem alguns, a vontade não pode agir, fica suspensa, indecisa, equilibrada como um móvel sujeito à ação de duas forças iguais e contrárias, ou como uma agulha

magnética entre dois pólos de um ímã, ou como o fiel de uma balança, quando nas conchas carregam pesos iguais. Não, dizem outros, a vontade pode agir, mas ao explicar esta possibilidade, como veremos logo, destroem virtualmente o princípio fundamental do sistema. 3.^a) A terceira hipótese é a mais comum: apresentam-se na inteligência dois motivos desiguais. A vontade inclina-se então necessariamente para o mais forte. Com efeito, se representarmos por A e B os dois bens desiguais, B o bem maior, pode considerar-se como igual a A, bem menor, mais certo excesso que chamaremos e. As partes iguais destroem-se, elidem-se, ficando apenas e que arrasta necessariamente a vontade como na hipótese de um só motivo. Com os motivos sucede algo de semelhante à composição de forças de sentido contrário, o móvel desloca-se no sentido da resultante, obtida pela soma algébrica dos componentes. Concluindo, a vontade nunca é livre; obedece sempre necessariamente à força de um motivo que se lhe impõe sem possibilidade de resistência. Tal em suas linhas fundamentais o determinismo psicológico. Examinemo-lo rapidamente percorrendo o mesmo caminho.

No caso de um só motivo a vontade é por ele fatalmente determinada, asseveram os nossos adversários. A experiência, os contradiz e uma boa filosofia dá razão à experiência. A um estudante desocupado apresenta-se a idéia de estudar, sem que lhe ocorra no momento — hipótese difícil a verificar-se, outra ocupação. Um só motivo na consciência. Haverá determinação? Diga-o a experiência: o estudante conserva ainda neste caso toda a sua liberdade de estudar ou não. A natureza da vontade e a da ação dos motivos dão-nos a explicação do fato. *A natureza da vontade*: porque assim como a inteligência pode pensar o seu pensamento, assim a vontade pode querer o seu ato. Se o estudar, o agir podem parecer-lhe desejáveis — o não estudar e o não agir podem outrossim afigurar-se-lhe um bem e como tal constituir o termo de uma escolha. Escolhe-se não agir. Em outras palavras, a vontade conserva sempre a sua liberdade de exercício e esta pode exercitar-se ainda quando um só motivo a solicita. Na

ação dos motivos os bens concretos como particulares, limitados e deficientes, não têm a eficácia necessária para determinar uma faculdade cujo objeto adequado é o bem absoluto, universal. Possuir um bem finito (uma moeda) poderá concorrer para sermos felizes; mas podemos também ser felizes sem o possuir (damp-la a um pobre). Em presença de um bem desta natureza a vontade conserva o poder de agir ou não, de querer ou não querer.

Passemos ao caso dos motivos iguais. Os deterministas coerentes afirmam aqui a impossibilidade de qualquer decisão. Se na realidade a causa única das ações voluntárias são os motivos, iguais motivos tendem a imprimir a vontade simultaneamente direções diferentes. Qualquer ação ou eleição é de todo impossível. Se aproximamos estas deduções sistemáticas dos dados da experiência, salta-nos logo aos olhos a sua inconsistência. Ponde diante de um homem duas estérilinas perfeitamente iguais; dizei-lhe que escolha, podeis estar certo que ele levará uma das vossas moedas.

Os que não querem opor-se assim à evidência dos fatos concedendo a possibilidade da escolha, procuram conciliá-la com o determinismo e para isto recorrem a um expediente: cortam o nó gordiano da dificuldade, mas desastrosamente com espada de dois gumes; um dos fios corta-lhes o embaraço, o outro fere de morte o sistema. Ouçamos o Dr. Pedro Lessa, pp. 201-202. A possibilidade da escolha é explicada por uma separação mental; a inteligência com o seu poder de abstração, como que escamoteia uma das libras, um dos pratos; e diante da vontade só aparece a outra libra, o outro prato. Não quero verificar se a consciência psicológica confirma esta explicação. Pergunto somente se a inteligência pode abstrair de um dos motivos quando são iguais, por que não o poderá fazer quando forem desiguais? Porventura, o poder de abstração está ligado à igualdade dos motivos ou dos objetos que se abstraem? Evidentemente que não. Mas se me é possível abstrair de um dos motivos, quaisquer que eles sejam, iguais ou desiguais, sou livre. **Está nas minhas**

mãos fazer abstração de um dos motivos e deixar agir o outro; sou senhor do meu ato. E aí tendes a liberdade restabelecida pelo mesmo expediente com que se julgava salvo o sistema que a combate.

Passemos finalmente ao terceiro caso: motivos *desiguais*. Prevalece sempre o mais forte, dizem aqui unânimes todos os deterministas. Mas não basta asseverar, é mister provar. Como de costumê, vamos aferir as suas afirmações pelos dados da experiência.

Antes de mais nada, qual é o motivo mais forte, o motivo maior? Fora dos bens que se podem reduzir à ordem quantitativa — 5 libras — 10 libras — onde achar uma craveira, uma medida comum, que permita determinar uma relação de maior a menor, de mais forte a menos forte? Coisas heterogêneas não se podem comparar. Perguntar se é maior dizer a verdade ou voltar à casa de automóvel, se é maior um bem honesto ou um bem útil, equivale a perguntar o que vale mais, um metro ou um quilo.

Objetivamente, portanto, poderá quando muito estabelecer-se entre os bens uma hierarquia baseada na qualidade e não na quantidade. Ora, que a nossa vontade não siga necessariamente esta ordem hierárquica *objetiva* preferindo sempre o dever ao prazer é evidência que salta aos olhos de quem os tem abertos. Por esta dificuldade inextricável renunciam os deterministas a um critério *objetivo* para a classificação dos motivos e apelam para razões de *ordem subjetiva*. Mais forte é o motivo que nós julgamos maior. Mas a experiência de todos os homens aí está a repetir que não seguimos necessariamente o que julgamos *melhor*. Ovídio fixou a expressão clássica deste fato corrente: *Videtur meliora, proboque — deteriora sequor*. PETRARCA: *Veggio il meglio ed al peggior m'appiglio*. Infelizmente as nossas idéias, os nossos juízos de valor marcham muitas vezes numa direção e as nossas ações noutra, e uma metade da nossa vida passa-se em contradizer os princípios que regem a outra metade. Se para agir bem,

bastara julgar bem, ciência e virtude, ignorância e vício identificar-se-iam e os maiores sábios seriam os maiores santos.

Para evitar êstes contra-sensos, outros deterministas disseram maior não o motivo que julgamos tal, mas o que melhor se harmoniza com o nosso caráter. Ainda aqui nos achamos diante de uma exageração proveniente de uma análise incompleta. O caráter resulta de dois elementos: um inato, outro adquirido. O inato é o temperamento, o determinado pelo predomínio deste ou daquele grupo de paixões, dependente da excitabilidade congênita de certas zonas cerebrais. Assim, por natureza podemos ser fleugmáticos ou sanguíneos, coléricos ou melancólicos. O elemento adquirido, constitui-no precisamente o trabalho, o esforço da vontade livre. Num mesmo temperamento a educação pode enxertar um caráter bom ou um caráter mau, como num mesmo tronco exuberante de seiva pode o pomareiro garfar uma árvore frutífera ou uma árvore inútil, de um mesmo violino pode um maestro tirar melodias maviosas e um principiante desafinações intoleráveis. O fleumático poderá vir a ser uma índole colérica, refletida, ponderada ou um apático, cético, egoísta. O temperamento sanguíneo mal dirigido poderá degenerar num caráter sensual, efeminado, mole, ou pelo contrário bem guiado virá a ser uma índole franca, jovial, expansiva, todo zelo, ardor e dedicação para o bem. Com o mesmo temperamento Madalena poderá ser o escândalo de Jerusalém ou o modelo das penitentes. Com o mesmo temperamento Inácio, hoje o fidalgo ativo e elegante, o militar valoroso e indomável de Pamplona, amanhã o mendigo desprezado de Manresa, ou depois o geral, prudente e enérgico, da Companhia de Jesus. Longe, pois, de ser o caráter um princípio de determinação é mais uma prova da liberdade. Exercitando-a como convém nós podemos agir sobre o nosso temperamento e sem o destruir, modificá-lo, corrigi-lo, aperfeiçoá-lo. Demais, os limites dos caracteres não são tão definidos e estreitos, como se poderia crer; nos quadros elásticos de um mesmo tipo cabem inúmeras ações diferentes e até contrárias. Não é preciso mudar de índole

para dar ou não uma esmola, ler ou deixar de ler um livro. É falso, pois, que o motivo mais em harmonia com o nosso caráter seja o mais forte no sentido de determinar inelutavelmente as nossas ações.

Não nos resta tempo para examinar ainda outros critérios propostos pelos adversários. Só a sua multiplicidade já vós mostra o embaraço em que se acham ao porem as suas teorias em contato com a realidade. Estes subterfúgios multiplicados para sustentar uma idéia assemelham-se às escoras com que se amparam os edifícios mal construídos. Prolongam-lhe artificialmente a duração efêmera mas conseguem evitar o desmoronamento finalmente inelutável.

Com efeito, a raiz de todos estes erros está num equívoco acerca da causalidade dos motivos. Julgam-no *eficiente* os deterministas e aplicam-lhe o princípio das causas eficientes — o da composição mecânica das forças — mas a causalidade dos motivos é final. Para verdes a diferença entre estas duas causalidades lembrai o exemplo de ARISTÓTELES. Arranca um estatuário uma pedra destas montanhas toscas. Toma o maço e o cinzel na mão e começa a trabalhar numa estátua, com o intuito de ganhar ou de vencer num concurso. Causa eficiente da estátua? O artista. Causa final? O lucro, a glória. Como influi o lucro, a glória no efeito? Fisicamente? Não. Ainda não existe; só terminado o trabalho lhe há de advir a recompensa, ou sorrir a glória. De que modo então? Moralmente, pela sua bondade conhecida, que alicia, atrai e move a causa eficiente. Só esta atua fisicamente no efeito. Apliquemos ao nosso caso. Qual a causa eficiente do ato livre? A vontade... Como influem os motivos? Como causas finais, solicitando, atraindo pela sua bondade apetecível. Se o bem é absoluto, universal, a felicidade na sua idéia abstrata — a vontade é determinada, cessa de ser livre diante de seu objeto completo. Se se trata de um bem finito particular, contingente? A vontade conserva o domínio dos seus atos.

Mas na prática seguimos quase sempre o motivo mais forte! Se assim é, tanto melhor, sinal é que agimos racio-

nalmente. Mas, depois das reservas feitas anteriormente, uma coisa é seguir livremente o motivo que nos parece mais forte, outra, o ser por ele fatalmente determinado. A primeira destas afirmações está em harmonia com a experiência e os fatos, a segunda esbarra em dificuldades insuperáveis, contradições na ordem especulativa, erros e desmentidos dos fatos na ordem prática.

E eis-nos chegado ao termo. Comparamos, com a brevidade que nos foi possível, as doutrinas opostas do livre arbítrio e do determinismo. Examinamos os fundamentos racionais de uma e de outra. A primeira tem por si o testemunho incontestável da consciência, o consenso moralmente unânime do gênero humano, a autoridade científica de uma psicologia que sabe aliar em robusta síntese as conseqüências dos princípios racionais com os dados da experiência. O determinismo nascido quase sempre de idéias preconcebidas, de sistemas apriorísticos, pôs-se decididamente fora ou contra a experiência e os fatos, declarando universal a ilusão do livre arbítrio e vivendo à custa de análises psicológicas incompletas e de interpretações unilaterais de fatos mutilados na complexidade orgânica de sua realidade viva.

Se passarmos do domínio da abstração pura ao das conseqüências práticas e morais, ainda uma vez encontramos entre as duas doutrinas a distância imensa que separa o erro da verdade.

O erro cedo ou tarde degrada o homem. De conseqüência em conseqüência o determinismo destrói irremediavelmente a responsabilidade moral e com ela todo o valor da personalidade humana. Se os nossos atos são determinados — como os da planta ou pedra — desaparece a diferença objetiva entre o bem e o mal, a santidade e o crime, a cobardia e o heroísmo. A virtude e o vício não passam de resultantes necessárias das nossas condições orgânicas como a côr do cabelo ou a elevação da estatura. A dedicação heróica de uma irmã de caridade, a felonía de um traidor, ou o descarrilhamento de uma locomotiva equiparam-se numa

mesma necessidade niveladora. Uma civilização baseada no determinismo é uma civilização que justifica tudo o que é, que capitula, ante tôdas as tentações do ambiente que se pretendem irresistíveis, que renuncia aos nobres e generosos combates da vida moral. O cristianismo, para civilizar o homem, começa por declará-lo livre, senhor dos seus atos e dos seus destinos e depois aos esforços de sua liberdade conquistada rasga o infinito dos ideais divinos: *estate perfecti sicuti... Pater vester colertis...* Tôdas as forças anticristãs — incapazes de libertar os homens do jugo de suas paixões, tendem a justificar a sua decadência moral como uma necessidade inevitável. Alheiam do homem o governo de si para responsabilizar outras causas de sua impotência: é o destino do pagão, o fatalismo do muçulmano, é o determinismo do homem moderno, nascido da Reforma protestante, cujo patriarca, mal se separando de Roma, escreveu o seu tratado *Do arbitrio escravo*.

Profundamente disse PROUDHON: no fundo de tôdas as grandes questões, há uma questão religiosa. Muito mais do que se pensá a nossa maneira de viver influi na nossa maneira de pensar. A conquista da verdade exige um esforço leal da inteligência mas exige principalmente retidão moral. S. João tem uma palavra: *Omnis qui male agit odit lucem, et non venit ad lucem ut non arguantur opera ejus*. Para ver a verdade é necessário amá-la. Quem não ama a verdade, não merece conhecê-la. Etc... ¹

¹ Conclusão na Conf. "A fé é a vontade." Nota do P. Franca.

DETERMINISMO FISIOLÓGICO

O determinismo fisiológico, como o seu nome bem o indica, faz dos atos voluntários uma função necessária do organismo. Inspirou-o a idéia materialista de que a vontade, como a inteligência, é uma simples faculdade orgânica, identificada com o sangue e os nervos. Foi nos fins do século XVIII e nos meados do século XIX, quando a deusa matéria se sacrificava nas aras desonradas da ciência, que CABANIS pôde escrever "o cérebro digere os pensamentos como o estômago digere os alimentos", e VOGT, "o cérebro segrega o pensamento como o rim a urina", e o jovem TAINÉ, num repente de extravagância, "a virtude e o vício são produtos naturais como o óleo de vitriolo e o açúcar". Para honra da ciência, a onda materialista passou, e consigo teria arrastado o determinismo fisiológico, se uma nova escola nascida na sua vara ainda não de todo esterilizada pela luz e calor da verdade, não "dera a estas antigualhas um verniz de juventude, uma presença de novidade", revestindo-as do aparato de medidas e de estatísticas e de tabelas fora de texto e de curvas e gráficos que muitas vêzes acompanham a verdadeira ciência, mas que às vêzes são a sua caricatura. Já reconhecestes a escola antropológica positiva, a escola criminal de CÉSAR LOMBRÓSO. As suas doutrinas, prescindindo das inúmeras modificações que lhes acrescentaram os discípulos retocando a obra do mestre, compreendem uma parte científica ou biológica, como a quizerdes chamar, e uma parte moral ou jurídica, repercussão da primeira no campo do direito penal.

A parte científica reduz-se ao seguinte: Existe um tipo de criminoso, como existe um tipo ariano, um tipo negro, assinalado por um certo número de caracteres: caracteres de *ordem anatômica*, assimetria craniana, microcefalia, prognatismo, proeminência das arcadas superciliares e dos ossos frontais, irregularidades na forma do nariz, da bôca, no sistema piloso, etc.; caracteres de *ordem fisiológica*, sentidos obtusos, analgesia, invulnerabilidade; caracteres de *ordem psíquica*, faculdades imaginativas rudimentares, impulsividade, embotamento da sensibilidade afetiva, paixões violentas, ausência de consciência moral. Estes caracteres que se transmitem por hereditariedade constituem um tipo de que a criminalidade é a propriedade mais importante. A existência deste tipo, diz LOMBRÓSO inspirado nas idéias darwínicas da descendência simiana do homem, explica-se pelo atavismo, por um regresso às primeiras fases da evolução da espécie. Os delinquentes são os representantes atuais do homem primitivo, para o qual o crime era uma função normal. Nem para aqui a sua imaginação férvida, desce pela escala biológica abaixo e vai buscar mais longe a origem do crime, sabeis onde? Nas plantas. Nas plantas a aurora do delito! A *dionala muscipulen* prende nas suas fôlhas o incauto inseto que lhe pousa em cima? Assassínio! Passeais à sombra dum bosque; cai-vos uma castanha na cabeça? Tentativa de homicídio! A planta tinha alvejado. Ides colher uma rosa, fere-vos um espinho? Vingança sanguinária. Por estes exemplos, tirados textualmente do estudo sobre o delinquente, podeis fazer uma idéia da crítica científica do seu autor. Que prestidigitação de palavras!

Para chamar crimes a estas inocentíssimas ações é necessário reformar o vocabulário. Mas o sofisma é isto mesmo, uma escamoteação de vocábulos. Mas prossigamos, sem antecipar juízos. Da descoberta do tipo-delinquente surge um novo conceito do crime. O crime não é mais uma transgressão voluntária de um preceito ou de uma lei, não é um ato, filho da vontade perversa do homem, que atenta livre-

mente contra a ordem moral, jurídica e social, é uma fatalidade biológica, é uma função normal e necessária de um organismo degenerado. Ouvi a escola: Nas nossas ações há uma "necessidade natural, uma regularidade completa, como no movimento dos astros e dos meteoros", "a educação, que se julgava o modificador supremo da natureza humana, nada pode sobre os nossos atos, nem para o bem nem para o mal", o delito é infelizmente um produto natural, uma forma de doença, que merece cura e regeneração, mais do que pena e vingança". (MORSELLI, ap. GEMELLI, p. 27.)

Na etiologia do crime, só entram *dois fatores*, um orgânico, outro social; o primeiro é a constituição do infeliz, que o predispõe fatalmente ao crime, o outro é o meio humano, que mal organizado lhe oferece a ocasião para o crime.

Estas novas idéias sobre o crime são grávidas de consequências morais e jurídicas. Desaparecem os fundamentos clássicos do direito penal, que deverá então ser estabelecido sobre novas bases.

Se o crime não envolve mais a idéia de culpa, a sua repressão não pode ser um castigo, uma pena. É injustiça flagrante submeter um louco aos rigores dos tribunais; igual injustiça será punir um delinquente se êle se acha em condições análogas às do epiléptico, do impulsivo e do mentecapto. Não temos mais criminosos, temos enfermos, infelizes degenerados. Abaixo portanto a justiça, "esta emanção do capricho de um déspota, ou dum sacerdote, ou do furor popular." Abaixo a justiça e viva a medicina! Substituam-se as prisões por hospitais, os juizes por alienistas, os códigos de direito penal por tratados de psiquiatria e de antropologia criminal. Sobre estes novos moldes reformemos os nossos costumes. Passais despreocupadamente pela Avenida, um amigo do alheio retira-vos cautamente a carteira; é por vós apanhado em flagrante. Indignai-vos; se tendes músculos rijos, a justiça é sumária, alguns murros ou algumas bengaladas para reaverdes o vosso; se sois mais moderado, entregais o delinquente ao primeiro guarda-civil ou polícia que

encontrais. Injustiça tudo isto, reclama LOMBROSO, costumes bárbaros, sobrevivências atávicas do homem primitivo, hábitos indignos de um século que da ciência positiva tira o seu maior título de glória. Sabeis o que importa fazer? **Tomai um automóvel e levai o infeliz que vos sorrteou o fruto do vosso trabalho a um alienista, se sois generoso pagai-lhe a pensão no hospício e depois pensai em recobrar o vosso dinheiro. Nem sei se ainda tendes direito a isto. A causa do crime, segundo LOMBROSO, é, além da constituição orgânica, o desequilíbrio da sociedade, proveniente da desigual distribuição das riquezas. O culpado, por remate de contas, sois vós e somente vós, que tinheis uma carteira que o infeliz não tinha! Que nossos horizontes de filantropia se rasguem no futuro da humanidade sofredora!**

Abaladas assim as antigas bases do direito penal, procurou a nova escola fundamentá-lo em outros alicerces; estes científicos, e ainda aqui o darwinismo deu a chave para solver o árduo problema. A sociedade é um organismo e, como todo organismo, sujeito à luta pela vida e à conseqüente seleção natural. Neste combate pela existência assiste-lhe o direito de defender-se contra tudo que pode ameaçar-lhe a conservação e estabilidade. Ora, o louco, o delinqüente, é um indivíduo nocivo, uma molécula que não pode ser assimilada no organismo social. Para conservar-se, a sociedade elimina-o, seqüestrando-o. As leis penais constituem uma reação social à ação antijurídica do indivíduo, como dis PUGLIA. Não é mais uma punição, é uma repressão no sentido mais material da palavra. O fogaço professor da Universidade de Messina propõe mesmo que se risque a palavra *pena* do vocabulário jurídico, e êle intitulou um dos seus trabalhos "prolegômenos ao estudo do Direito repressivo."

Resumindo em poucas proposições as idéias de LOMBROSO.

- 1.º) Existe um tipo antropológico de delinqüente;
- 2.º) Este tipo é hereditário e predispõe fatalmente ao crime;

3.º) O crime é um fenômeno de ordem puramente biológico, sem nenhum valor moral;

4.º) A sociedade pode agir contra os criminosos como contra os loucos; a pena expiatória é injusta, a repressão deve ser um simples meio útil de defesa social.

Não tendo cabida aqui uma análise crítica minuciosa de tôdas as afirmações da escola, limitamo-nos a uma crítica geral, que os alemães chamam "crítica principal"; tendo unicamente em vista o nosso objetivo, isto é, a defesa do livre arbítrio contra as exagerações anticientíficas da nova escola.

Em primeiro lugar, não existe o tipo delinqüente no sentido em que o entende LOMBROSO. Para estabelecer sua tese fundamental, relação de causalidade necessária e exclusiva entre o crime e a organização, cumpria-lhe demonstrar:

1.º) que em *todos* os criminosos se encontram os caracteres essenciais do tipo;

2.º) que estes caracteres são inatos e não adquiridos, são causa e não efeito do crime.

Mostrar, de fato, que em alguns habitantes das nossas penitenciárias se encontram tipos anormais, com estigmas evidentes dos degenerados, é provar apenas que, não raro, estes desventurados, os heróis do punhal e da gazua, se vão recrutar nas fileiras dos tarados que o alcoolismo e a libertinagem avolumam de dia para dia. Ora, que um louco, um epilético, um impulsivo possam praticar ações materialmente criminosas já o sabíamos. A questão é outra. O crime é sempre uma conseqüência inelutável do organismo, com exclusão do livre arbítrio? Mais. Estes caracteres que se encontram com freqüência nos delinqüentes são causa ou efeito do crime? Quem não sabe a influência profunda que sobre o organismo exercem as nossas ações, os nossos hábitos? Quem não sabe que o cérebro é um dos órgãos mais "maleáveis" como dizem os fisiólogos modernos. "Todo homem, escreve RAMÓN Y CAJAL, pode ser, se o quiser, o escultor do próprio

cérebro". (RAMÓN, *Reglas y consejos sobre investigación biológica*, Madrid, 1899.)

Quem não sabe que, por sua vez, as modificações e anomalias do cérebro se vão repercutir em todo o sistema nervoso, vascular e ósseo? Quem ignora que modernamente se podem determinar com alguma aproximação os chamados tipos anatômicos profissionais? Os operários, que manejam sempre os mesmos instrumentos, e exercem sempre os mesmos músculos, os que trabalham em indústrias químicas e anilina, arsênico, etc., o militar, o religioso não têm porventura certos caracteres comuns que constituem, se quizerem, outros tantos tipos, no sentido muito diferente do tipo lombrosiano? Por que não existiria também neste outro sentido um tipo criminal, efeito e não causa deste infeliz gênero de vida? "O aspecto do réu, o olhar fixo, imóvel, diz FRANCORTE, a face torva, patibular, não preexistem à prática do crime, são expressões do hábito da violência, da dissimulação, da fraude, de uma vida vivida entre perigos e dificuldades, da corrupção das pessoas, de modo que as irregularidades estruturais não têm sempre significado degenerativo." Nesta ordem de idéias podiam multiplicar-se ainda as considerações, tôdas de grande importância e que mostram a extraordinária complexidade do problema. Tudo isto descuidou LOMBROSO que, nos seus estudos, foi de uma infelicidade, digamos a palavra, de uma imperícia científica que pasma em quem frequentou as escolas de estudos experimentais do século XIX. Não sou eu quem afirma; confessam-no os próprios discípulos.

E senão vêde. A sua teoria acudiu-lhe um dia no exame de um assassino. Observou-lhe uma anomalia no cérebro. Este único fato, diz êle, iluminou para logo todo o problema da natureza do delinqüente. Formulada destarte a teoria antes dos fatos, empreendeu a sua demonstração experimental. De um lado examinou os detidos nos cárceres, desprezando todos os seus antecedentes de vida, e pondo sistemá-

ticamente de lado os fatores psíquicos, morais e sociais do crime, para ocupar-se somente em medidas anatômicas de crânios e narizes. De outro, como tipos de homens honestos, examinou os soldados, que, como sabeis, são escolhidos com certos critérios, descartando-se como inábeis para a milícia indivíduos perfeitamente normais sob o ponto de vista moral. Dêstes estudos superficiais e precipitados, em número muito limitado de lugares e de delinqüentes, com desprezo dos cânones mais elementares do método experimental e dos cálculos das probabilidades e das regras de estatística, saiu o primeiro tipo delinqüente-nato. Entrado no mundo científico, despertou surpresa a princípio, depois dúvida e por fim a verificação. Choveram então as objeções, os desmentidos e as contraditas. LOMBROSO e os seus, alvo das investidas dos sábios, entraram a retocar o improvisado tipo. Cada edição dos seus livros desmentia em parte as precedentes e em parte acumulava afirmações para serem desmentidas pelas seguintes. TARDE, com a fria ironia francesa, não perdoava a leviandade do italiano.

Apesar de todos êstes retoques e esforços foi impossível salvar da morte o parto do grande LOMBROSO. Era um abôrto inviável, um natimorto. As investigações feitas em todos os sentidos demonstraram que não há um só caráter dos criminosos que se não encontre em pessoas honestas, um só caráter de pessoas honestas que não se ache nos criminosos. O "tipo" foi repellido pela ciência. Podemos aduzir alguns dos testemunhos de sábios pertencentes a várias escolas.

Ao testemunho dos sábios acrescentemos, por ser de mais autoridade, o dos congressos de antropologia.¹

Ora, desaparecido o tipo criminal, rui pela base todo o sistema lombrosiano, e caem, por si, as suas conseqüências jurídicas e penais que tendiam a realibitar todos os delin-

¹ Não encontramos as citações anexas aos originaes. (Nota do Editor.)

qüentes passados, presentes e futuros. Vimos que LOMBROSO tenta reduzir o homem a uma simples mecânica no gênero dos polichinelos, a degradá-lo até o bruto, cujas ações resultam necessariamente da constituição orgânica. O direito de punir, pois, a força, nas mãos da sociedade, não passa então do chicote do domador, em contínua ameaça contra a fera humana e a correção dos delinqüentes não difere do adestramento do animal. A pena não é uma simples repressão material. Entre a sociedade e o indivíduo há uma luta pela vida em que prevalece a sociedade só porque é mais forte. Nós nos ufanamos de ter um conceito mais elevado da dignidade humana. A punição é o emprêgo da força mas a serviço do direito. A sociedade, em virtude de sua mesma essência e constituição, é defensora nata da integridade da ordem jurídica e moral, nas ações exteriores. Cumpre-lhe fazer reinar a ordem social, mas uma ordem social digna do homem, i. é., de seres racionais e morais. Perturba um indivíduo esta ordem, abusando da sua liberdade? A sociedade restabelece a ordem alterada, punindo-lhe o transgressor, visando nesta pena a reparação da justiça, a correção do extraviado e o exemplo dos demais. A esta doutrina que, louvado Deus, serviu até hoje de fundamento aos códigos penais de todos os povos civilizados, os nossos inovadores apelidaram de criminologia teológica. É o epíteto que costumam afixar a uma doutrina que lhes desagrade a fim de desprestigiar-la no conceito dos que não aprofundam as coisas e vivem a borboletear na superfície das palavras. Mas a nós não nos faz medo o espantalho de uma palavra! Nossas teorias, chamem-nas teológicas, metafísicas, medievais, como quiserem; todos estes adjetivos podem qualificar a verdade, e isto nos basta. É sempre mais fácil acerar um epigrama do que aprofundar uma questão.

Resumindo os resultados deste estudo, dizemos:

1.º) Há irresponsáveis, infelizes a quem um vício ingênito, orgânico, fadaram inelutavelmente ao mal. Não os cha-

mamos criminosos, porque não o são. Nossos maiores, com caridade cristã, chamavam-nos "inocentes". São, porém, inocentes às vezes temíveis. Que deverá fazer deles a sociedade? Arrastá-los à barra dos tribunais? Fôra injustiça. Deixá-los em liberdade? Fôra uma ameaça aos normais. Que fazer? Tratá-los não como causas livres senão como causas necessárias, perigosas. Que faz a sociedade quando uma epidemia ameaça a saúde pública? Isola, separa os atacados do mal para que não contaminem os demais. Pois bem, seqüestrem-se estes infelizes irresponsáveis, ouçam-se os conselhos da ciência e, de acôrdo com as suas indicações, fundem-se asilos, hospitais, destinados somente a êste ofício de caridade pública.

2.º) Há homens a quem um temperamento feliz deixa o pleno uso da liberdade. São perfeitamente responsáveis de seus atos. Se prevaricam, a sociedade seja rigorosa em puni-los, que só assim serve à santidade da justiça.

3.º) Entre estes dois extremos, entre o louco, o impulsivo e o homem perfeitamente normal se dispõem, em gradações insensíveis, os demais — a maioria da humanidade, todos os graus de liberdade, como entre o idiota e o gênio se encontram tôdas as variações da inteligência. A responsabilidade moral e social é em cada indivíduo proporcionada à sua liberdade. Pesá-la a ouro e fio, só o pode fazer a balança da Justiça de Deus na sua infinita clarividência, que sonda os recônditos das consciências e que dará a cada um segundo os seus merecimentos. A justiça humana, essencialmente limitada e falível, deverá esforçar-se por atingir êste ideal divino, chamando em seu socorro todos os recursos que lhe podem subministrar as ciências morais e antropológicas, jurídicas e psiquiátricas, para, na individuação da pena, proporcioná-la à gravidade da culpa, avaliada a parte de liberdade.

Comparamos duas doutrinas opostas: a do livre arbítrio e a do determinismo. Examinamos os fundamentos racionais de uma e de outra. A primeira tem por si o testemunho

incontrastável da consciência, o consenso moralmente unânime do gênero humano, a autoridade de uma psicologia que sabe aliar em robusta síntese as conseqüências dos princípios racionais com os dados verdadeiros da experiência. O determinismo, nascido quase sempre de idéias preconcebidas, de sistemas apriorísticos, põe-se decididamente fora ou contra a experiência e os fatos, declarando universal a ilusão do livre arbítrio, e vive ainda à conta de análises psicológicas incompletas e de interpretações unilaterais de fatos exatos mas mutilados na sua realidade viva e complexa. Tal o resultado a que deve necessariamente chegar quem se der a um exame profundo e imparcial da questão. Nem todos, porém, têm o lazer, a inteligência e os estudos necessários para penetrar até o âmago de um problema que entende com as teses mais elevadas da metafísica, da psicologia e da moral, nem todos evidentemente podem descer até a razão íntima das coisas. Quereis, porém, um grande critério de verdade, um critério simples, fácil, pronto, ao alcance de todo o gênero humano? *Ex fructibus eorum cognoscetis eos*. A Arvore conhece-se pelos frutos. O valor de uma doutrina manifesta-se nas suas conseqüências de ordem prática. Ora quais são as conseqüências do determinismo? São as mais degradantes, as mais odiosas, as mais indignas do homem. Destruindo a responsabilidade moral e interna, o determinismo diminui o valor da personalidade humana. Na ordem externa e objetiva suprime a diferença entre o bem e o mal, a santidade e o crime, o heroísmo e a cobardia, fazendo da virtude e do vício expoentes necessários das condições orgânicas ou psíquicas do indivíduo e equiparando a dedicação de uma irmã de caridade às façanhas de um sicário e a queda de uma pedra à igualdade revoltante de uma mesma necessidade. Ofende os mais nobres e elevados sentimentos humanos de zêlo que nos levam a trabalhar pela regeneração moral dos nossos semelhantes. O determinista, se levanta um instante o criminoso do lôdo de seus crimes, leva-o aos seus gabinetes de antropometria, mede-lhe o crânio, em

todos os seus ângulos, em tôdas as suas curvas, em tôdas as suas saliências e depressões, põe-lhe depois na testa um rótulo: delinqüente nato, louco moral, psicose congênita, epilepsia, e atira-o depois ao lôdo donde o retirara, dizendo-lhe: és um retrógrado, um selvagem, um homem-fera, fadado inexoravelmente ao crime.

O determinismo é ainda doutrina dos ineptos, dos preguiçosos, de tôda esta legião de cobardes que, sob a capa de uma pretendida irresistibilidade do ambiente, capitulam ante o vício e fogem dos nobres e generosos combates da vida moral; é a doutrina que prega o respeito ignominioso dos fatos consumados, é enfim a doutrina que mais diametralmente se opõe à verdadeira civilização. A verdadeira civilização não reside só no progresso das coisas, consiste principalmente no progresso das almas. Quando as almas não se elevam, o desenvolvimento material não passa de um simulacro de civilização — é a civilização pagã: Fora os anfiteatros magníficos, as termas grandiosas, o “domus aurea” de Nero com todos os seus esplendores, o luxo, a opulência que arrastam após si os olhos e deslumbram a imaginação; dentro, no íntimo dos corações, a corrupção, o egoísmo, a dúvida, o desassossêgo, o tédio profundo da vida, tudo enfim menos paz de coração e felicidade verdadeiramente humana. A civilização cristã, pelo contrário, começa pelas almas, trabalhando-as, elevando-as, educando-as na prática do bem e da virtude, mediante estas grandes lutas, em que, depois da graça de Deus, a liberdade do homem é o fator mais importante e decisivo. Por isso, tôda civilização que se opõe à cristã começa por negar o livre arbítrio. Ao fatalismo pagão sucedeu o determinismo moderno. Quando o frade que protestou, dilacerando a unidade da Europa cristã e arrancando-nos o Evangelho, quis, com êle e com a sua razão individual, fundar uma nova civilização oposta à civilização da Igreja, começou por escrever um livro a que deu o título “De servo arbitrio”. Do homem escravo. Nem cui-

deis que estas preocupações anti-religiosas e sectárias sejam alheias aos chefes deterministas dos nossos dias. Diante das turbas e dos espíritos superficiais afetam uma fingida neutralidade, um zêlo desinteressado pela ciência, uma superioridade olímpica às que êles chamam lutas confissionais. Não! No fundo de tôdas as grandes questões, disse profundamente o insuspeito PROUDHON, há sempre uma questão religiosa. E assim é. Aqui e ali, através das dissimulações do estilo transparecem confissões que não deixam lugar à menor dúvida. FERRI, um dos grandes paladinos do determinismo, que levou o seu zêlo de apóstolo a vir até nós, comunicar-nos as grandes descobertas da escola lombrosiana, cujos funerais os sábios já haviam celebrado na Europa, FERRI, precisamente no livro em que combate mais acremente o livre arbítrio, escreveu em letras de fôrma: "O positivismo deve colocar a ciência num santuário aonde não chegue o eco de Deus! Ora, sabeis qual é o maior eco de Deus na terra? É o homem, o homem com a sua razão, o homem com a sua liberdade!"

Pois bem, degrade-se o homem, avilte-se o homem, nivele-se o homem com o bruto, com a planta, com a pedra, na identidade revoltante de um monismo absurdo. Proclame-se a razão em grau mais elevado nas fases evolutivas do instinto, declare-se a liberdade uma ilusão, uma quimera e envolvam-se os atos humanos na torrente brutal do determinismo cósmico.

Aí tendes o santuário da ciência positivista. Mas neste santuário, que traz na frontaria gravado o dístico "a deusa matéria", neste santuário, em cujas abóbadas nunca repercutiu, na majestade de sua soberania infinita, o nome inefável de Deus, debalde eu procuro o homem: só vejo o animal.

9-11-1919.

A VONTADE

Valor da vontade.

Sintomas de fraqueza da vontade:

- a) os inertes,
- b) os dispersivos,
- c) os inconstantes.

A fraqueza de vontade e a decadência moral.
Métodos ineficazes.

Análise da vontade.

O conhecimento sensitivo,
intelectual.

As tendências — sensitivas,
inatas,
adquiridas.

A tendência intelectual ou vontade.

Importância da educação da vontade:
para a valorização dos bens humanos,
para a valorização cristã dos dons da graça.

Laus Deo

Ao "Sacré-Cœur", 8-V-930.

Na ordem dos bens humanos não há tesouro mais precioso que uma vontade forte. Sem ela todos os outros dons desvalorizam-se numa esterilidade inútil; com ela, as mais pequeninas prendas desenvolvem-se, intensificam-se, expandem-se numa fecundidade benfazeja. A riqueza, a força, a saúde, a inteligência, grandes dádivas da natureza, por certo, mas se a desenvolvê-las, dirigi-las, aplicá-las não há a constância e a energia de uma vontade robusta — são talentos inúteis. Enterra-os a preguiça; dissipa-os a frivolidade. Para os indivíduos que as possuem como para as sociedades a que pertencem são bens improdutivos, quando não degeneram em instrumentos do mal, agentes de desordens, fatores de desgraça.

Procurai agora um homem que saiba dizer “quero” e a história vos contará os prodígios de seus triunfos. Este é um tartamudo; voz desagradável; as primeiras vezes que se apresenta à tribuna, um fracasso: mas é uma têmpera de aço; vencerá e toda a posteridade saudará em DEMÓSTENES o primeiro orador da Grécia. Este é um humilde trabalhador que ontem se lançava na terrível concorrência do industrialismo moderno sem capitais e sem recomendações, mas com uma energia indomável; hoje chama-se FORD. Só com uma firmeza infrangível de vencer, que ele sabia incutir em todos os desânimos que se abatiam a seu lado, FOCH triunfa dos inúmeros obstáculos na maior das guerras que registra a história. Este é o maior sábio do século XIX e um dos maiores benfeitores da humanidade. Qual o segredo das suas descobertas? Que o diga ele próprio. Num discurso proferido aos alunos do colégio d’Arbois, em 1873,

PASTEUR atribuía o êxito de suas investigações “a um trabalho assíduo sem outro dom particular a fora o da perseverança no esforço, aliado ao amor de tudo o que é grande e belo”. Este autor é um jovem, prendado na inteligência e no coração como talvez nenhum outro homem. Mas as paixões indomadas invadiram-lhe a mocidade ameaçando malbaratar toda esta riqueza de energias naturais. Aos 30 anos este adolescente quebra os grilhões de uma escravidão deprimente e no interior de sua alma pronuncia um “não” e um “sim” irrevogáveis. Não: a todas as solicitações inferiores que o degradavam; sim: aos atrativos sobrenaturais de um ideal heróico que o fascinava. E esta revolução viril conservou à humanidade o gênio e deu à Igreja a santidade de AGOSTINHO.

Não há negar: uma vontade forte e disciplinada é a condição essencial do desenvolvimento de todos os valores humanos. Desde as mais humildes habilidades profissionais até às conquistas mais elevadas da nossa perfeição moral, nada de grande, nada de duradouro, nada de útil se realiza na vida sem a intervenção deste poder maravilhoso que reside no centro do espírito humano e daí dirige e governa todas as suas atividades. Se queres, podes; tudo está em querer.

E são precisamente as almas dessa têmpera, que em vez de “eu quisera” sabem dizer eu “quero” que de dia para dia vai escasseando. Faltam-nos almas de vontade; já se não encontram com frequência homens de caráter — é a queixa universal que de um e de outro modo se encontra formulada por moralistas e psicólogos de todos os matizes.

E basta abrir os olhos para uma verificação fácil. Os sintomas evidentes do mal comum são muitos e variados.

A primeira classe que naturalmente se nos oferece à observação é a dos que diante das exigências imperiosas de atividade cruzam os braços numa passividade desanimadora. Almas apáticas, parece que a existência se lhes resume na

vida vegetativa. Não reagem, não querem, não se decidem. Andam à caça de ninharias para “encher o tempo”, para “matar o tempo” que lhes parece o mais insuportável dos inimigos com as suas horas eternas e enfadonhas de fastio incurável. É preguiça; a indolência, a negação quase radical da atividade voluntária. Mais numerosas do que se julgaria à primeira vista, no nosso século de agitação febril, são as vítimas desta sonolência paralisadora das energias.

Ao lado dos inertes, os *dispersivos*. Aqui existe a atividade exuberante mesmo em muitos casos, mas uma atividade dividida. É o borboletear de flor em flor. É o jovem, que passa, nas suas leituras, de um jornal para uma revista, de um romance para uma narrativa de aventuras, de um livro de estudo para uma crítica literária, sem outra norma que o desejo do momento, sem outro critério na escolha que o reclamo das livrarias ou a voga efêmera das rodas elegantemente desocupadas, dos salões mundanos. Em toda esta aplicação incessantemente curiosa há talvez a manifestação espontânea de uma vitalidade rica; não há a afirmação de uma vontade disciplinada. É uma vida de movimento perpétuo, uma vida sem ossatura, onde nada há que dure, nada se pode realizar que exija a coordenação dos esforços, a subordinação unificada dos meios para a realização de um grande fim, que caracteriza precisamente a atividade voluntária. Estes dissipados passeiam pela vida, não vivem.

Aos indolentes falta-lhe o vigor da ação; aos dispersivos, a unidade das iniciativas; aos inconstantes, a tenacidade do esforço. Aqui se encontram os começos generosos, aqui se organizam programas inspirados pelo desejo sincero de uma realização útil. Assim armada, desce a vontade ao terreno da prática.

É onde a esperam as dificuldades sérias; surgem os primeiros obstáculos, hostilidade das coisas, variabilidade das impressões internas. Ante a perspectiva da luta, estas von-

tades fracas cedem. Souberam querer, mas não souberam querer com perseverança. Como a *mimosa pudica*, a sensitiva dos nossos prados, abriram as suas pétalas aos afagos meigos da luz mas ao primeiro contato rude fecharam-se num encolhimento apavorado. Não é esta talvez uma das doenças dos nossos tempos? Quantas existências não se esgotam em mil tentativas esboçadas hoje, abandonadas amanhã? Quantas biografias não se resumiriam na decepção de ruínas inglórias que nem ao menos têm o merecimento de serem as relíquias venerandas de uma grandeza que um dia foi real? Hoje labaredas de um entusiasmo que ameaçam inflamar o mundo, amanhã a frieza de cinzas mortas.

E ainda não acabamos a descrição dos sintomas na patologia da vontade contemporânea. A languidez, a frivolidade, a inconstância são males cujas conseqüências repercutem em todas as esferas a que a atividade humana pode aplicar os seus esforços. Mas é principalmente no domínio moral que eles se manifestam com maior evidência. Mais de uma vez já aludimos a esta decadência progressiva de costumes, a esta relaxação no cumprimento dos deveres unanimemente atestada por todos os observadores que abrem olhos perspicazes sobre a realidade contemporânea. Ora esta grande crise na moralidade de nossos dias coincide em larga parte com a decadência na pedagogia do caráter. São duas crises simultâneas e internamente relacionadas como efeito e causa. Toda transgressão de um dever equivale à derrota da vontade ante os assaltos de um interesse ou de uma paixão. *C'est plus fort que moi?* — quantas vezes não ouvimos esta fórmula da pusilanimidade vencida!

Não conheço na vida de um militar gesto mais vergonhoso que o içar de uma bandeira branca. A pátria confiara-lhe a defesa de uma das suas praças fortes, guardas avançadas na tutela da integridade de seu território e da intangibilidade de sua soberania. Aproximam-se as hostes adversas; são talvez mais numerosas. O soldado treme;

a vida própria parece-lhe mais preciosa que a honra de sua nação. *C'est plus fort que moi*, diz êle de si para si, embaíha a espada imbele e substitui o pavilhão da pátria humilhada pela vulgaridade de um pano incolor.

Na vida moral, o *C'est plus fort que moi* é também uma capitulação vergonhosa, ante os inimigos do nosso valor humano e da nossa dignidade cristã. Multiplicam-se, agravam-se as violações das leis superiores da consciência? É que se multiplicam outrossim as vontades mal formadas que à grandeza das lutas que dignificam, preferem a cobardia de uma rendição sem combate.

Aí temos alguns dos muitos sintomas de uma deficiência séria na formação dos caracteres com tôdas as suas lastimáveis conseqüências. É o suficiente para evidenciar a importância e urgência da questão. É possível formar as vontades? Sim? Então esta formação das vontades deve ser a primeira missão da escola. É possível fortalecer, com a nossa própria atividade, as energias do nosso querer? Então esta deve ser a primeira preocupação da nossa vida.

Como, porém, formar as vontades? A esta pergunta vemos surgir, sob outro aspecto, a crise que analisávamos há pouco. Pululam por tôda parte os pedagogos com promessas tentadoras. Abrem-se, em nome de novos métodos, com grande reclame, escolas de formação de caráter. A exigüidade dos resultados, porém, não corresponde à grandeza das promessas. Confessa-o abertamente PAYOT. PAYOT é o tipo do educador laicista, hábil em transpor para um plano inteiramente a-religioso os ensinamentos da Igreja, despojando-os de sua vitalidade íntima que êle desconhece e dissimulando-lhes artificialmente a origem cristã. Teremos ocasião de nos encontrarmos várias vezes êste ano. Por ora, consignemos a sua confissão, por isso mesmo mais insuspeita. No prefácio ao seu livro sobre a educação da vontade, muitas vezes reeditado, diz-nos: "As forças de que

dispunha a Igreja Católica, esta incomparável educadora dos caracteres, etc...."

E aí temos, revelado por uma dupla crise, o duplo aspecto prático e teórico, da educação da vontade. Aspecto prático: atonia crescente das energias volitivas da alma, a manifestar-se muita variedade de formas cada vez mais numerosas de abulia. Aspecto teórico: insuficiência averiguada de um bom número de métodos educativos da vontade, ruidosamente apregoados como panacéia de eficácia infalível mas indiscretamente estereis quando postos à prova da experiência.

De fato, os dois aspectos apresentam-se como inseparavelmente solidários: impossível resolver definitivamente a questão encarando-a só por uma das faces. Tôda terapêutica racional pressupõe a patologia e a fisiologia. Não se cura um órgão enfermo sem lhe diagnosticar o mal com acêrto e conhecer as leis do seu funcionamento normal. Tôda disciplina praticamente eficaz da vontade depende de um conhecimento exato da sua natureza e das condições de sua atividade psicológica.

Temos assim traçado pelas próprias exigências internas do nosso argumento, o itinerário intelectual que havemos de percorrer: um estudo teórico, de caráter psicológico, e as suas aplicações práticas, de caráter propriamente pedagógico: o primeiro servindo de fundamento e de luz; a verdade sustentando, esclarecendo a ação.

Começamos pela teoria: é a parte árida e abstrata, porém indispensável; convém afrontá-la com coragem e paciência.

A primeira questão que se nos apresenta espontaneamente no limiar dêste estudo é a da natureza da vontade. Existe a vontade? Que é a vontade? A esta palavra empregada tão corretamente corresponde uma realidade psicológica? Em que consiste precisamente esta atividade volitiva? Com os termos muito usados costuma acontecer algo de

semelhante ao que sucede às moedas antigas que passaram pelo atrito de muitas mãos. Desgasta-se-lhes pouco a pouco o relêvo do cunho e acabam reduzidas a um disco amorfo a representar uma fisionomia que já não é de ninguém, porque pode ser de todos. Nas palavras de emprêgo cotidiano, à singularidade de sua significação primitiva vão-se sobrepondo outras mais ou menos semelhantes; perdem assim em precisão o que aumentaram em extensão; são mais usadas e menos úteis; podem significar muitas coisas; nenhuma significam sem perigos de equívocos.

Num estudo de caráter científico a primeira exigência que se impõe é a do rigor técnico dos termos.

Desmontemos esta nossa máquina psicológica e vejamos a que peça importante chamamos com exatidão — vontade.

Ao primeiro olhar lançado para a complexidade do nosso mundo interior discriminam-se logo duas grandes categorias de atividade nitidamente diferenciadas: atividades cognitivas e atividades apetitivas — conhecimentos e tendências.

O conhecimento é a representação vital de um objeto. É uma perfeição bem elevada na escala dos seres. A pedra, a planta existem, mas em possuírem a própria forma ou essência de um modo físico cifra-se toda a sua existência. O ser dotado da faculdade de conhecer além da própria essência possuída fisicamente é capaz de receber de um modo singular a essência dos outros seres. O mundo estrelado existe disseminado na imensidade desses espaços mas existe também de uma maneira particular na imaginação cismadora do poeta que o contempla, na inteligência investigadora do astrônomo que lhe indaga as leis. E como os astros, todos os outros seres com que podemos entrar em relação passam a existir na nossa inteligência que lhes pode representar com fidelidade a natureza constitutiva.

No homem, a atividade cognoscitiva exerce-se por dois grandes grupos de faculdades essencialmente diversas ainda que ligadas pelas mais íntimas relações.

Numa primeira camada, se assim nos é lícito falar, encontram-se as faculdades *sensitivas*. São os sentidos *externos* que nos põem imediatamente em contato com o mundo que nos cerca e nos dizem a cor, a forma, a grandeza, o gosto, o cheiro, o som, o estado de repouso e de movimento dos objetos ao seu alcance. São os sentidos *internos*, cuja sede são os centros cerebrais e cujo objeto é constituído pelas modificações do nosso próprio organismo e pelas representações adquiridas pela sensibilidade externa. A imaginação organiza e sintetiza estas representações ou imagens; a memória as conserva e evoca.

Toda esta atividade de conhecimento é-nos comum com os animais. Própria exclusivamente do homem é a inteligência, no sentido técnico deste termo, que constitui outra espécie de conhecimento, imensamente superior à primeira. Os sentidos percebem apenas o singular, o contingente, o individual... (Explicar.) A inteligência eleva-se mais alto: abstrai, generaliza, universaliza. (Idem.) A representação sensível chama-se *imagem* — a representação intelectual, *idéia*. Só dos seres materiais e particulares podemos formar *imagem*; a inteligência alteia-se à esfera do espírito; temos a *idéia* da honra, da virtude, da ciência, da dignidade, do infinito, de Deus.

Pelo conhecimento intelectual o homem — e só ele — é capaz de ciência, moralidade, religião. Por esta atividade superior da nossa psicologia distanciamos-nos imensamente dos animais aos quais nos aproximamos por semelhanças anatômicas e fisiológicas que condicionam a vida orgânica e o conhecimento sensitivo que nos é comum.

Recapitulando...

Por meio do conhecimento entramos em relação consciente com os objetos que nos rodeiam. O conhecimento

transporta para o nosso mundo interior todo êste universo externo que passa a viver e palpitar dentro de nós sob forma de imagens que se associam na sensibilidade e idéias que se elaboram em sistemas ordenados pela atividade intelectual.

A êste movimento dos objetos *para* o homem corresponde um outro movimento *do* homem para os objetos. Eles agem sobre nós, nós reagimos sobre eles. Os nervos que servem ao conhecimento são centrípetos — levam as impressões da periferia para os centros cerebrais; os outros são centrífugos — conduzem as reações do cérebro aos músculos executores do movimento. O homem, com efeito, não é um ser inerte, impassível, isolado do meio em que vive; os objetos que o impressionam provocam reações diferentes que vão influir sobre as suas atitudes, sobre a sua adaptação ao meio; êstes se lhes afiguram nocivos; êle os evitará; tenderá, pelo contrário, para os que se lhe representarem como úteis ou necessários à realização do seu fim, isto é, da sua perfeição.

E eis já bastante caracterizada a segunda grande categoria de atividade em que havíamos dividido a nossa vida psicológica: as atividades apetitivas ou tendências.

De um modo geral, a *tendência* psíquica é inclinação — positiva ou negativa — para um objeto conhecido; é uma disposição a reagir de um modo determinado a uma excitação determinada. Por sua natureza, a tendência é essencialmente proporcionada ao conhecimento que a despertou. A divisão do conhecimento, portanto, no homem sensitivo e intelectual transporta-se espontaneamente para o domínio das tendências. Aqui, como lá, encontramos tendências sensitivas e tendências intelectuais.

As tendências sensitivas são a inclinação ao bem conhecido pelos sentidos. O leão faminto que está de emboscada avista a presa que segue descuidosa o seu caminho; salta, empolga-a, dilacera, estraçalha e devora. O princípio de todos êstes atos é uma imagem: a visão da vítima; o cordeiro afigurou-se-lhe um bem — o meio de satisfazer a fome;

o bem incitou-lhe o *desejo* — eis a tendência sensitiva; o desejo põe harmônicamente em jôgo os músculos necessários à sua execução.

Estas tendências são umas *inatas*, outras *adquiridas*. As inatas, por isso mesmo que fazem parte do patrimônio psíquico de cada natureza específica, encontram-se igualmente em todos os seus indivíduos. Constituem o que nós, com outra palavra, chamamos *instintos*. A sensação dos primeiros frios do inverno provoca nas aves de arribação tôda aquela série complexa de movimentos necessários à emigração para climas mais temperados. A visão de uma palhinha, desencadeia nas aves, em tempos de primavera, o conjunto de reações que as levam a construir desde a primeira vez o seu ninho com a mesma perfeição com que a aranha recém-saída do seu casulo estende a sua teia e as abelhas diligentes fabricam a arquitetura geométrica de suas colmeias. Os instintos — tendências inatas, completas e comuns a um grupo de seres — visam regular as ações indispensáveis à conservação do indivíduo e à propagação da espécie. — Nas tendências adquiridas, o nexa entre a imagem e a reação que se lhe segue é determinado por uma *experiência individual*. O animal sequioso que passeia pela floresta e encontra casualmente uma fonte, associa nesta primeira experiência o prazer da sede satisfeita com as imagens da fonte e dos caminhos que a ela levam. Amanhã, idêntica sensação de sede evocará a imagem da fonte e esta provocará as reações motrizes para procurá-la. O cão fugirá à vista do chicote com que foi uma vez castigado pelo dono. O prazer e a dor, pois, são os grandes motores da vida sensitiva. As tendências assim provocadas constituem as paixões, não no sentido moral de afeto desordenado, mas na acepção puramente psicológica de inclinação para um bem percebido pela sensibilidade. Inclinação geral para um bem — amor; para um bem ausente — *desejo*; fácil de alcançar: *esperança*; difícil — *audácia*; para bem presente — *alegria, gôzo*; movi-

mento do apetite relativamente a um mal — *ódio*; a um mal ausente — *aversão*; possível de evitar — *mêdo*; impossível — *desespêro*; presente — *tristeza*, *cólera*.

Até aqui só tendências sensitivas, inatas ou adquiridas, passageiras ou transformadas em hábito — capítulo da psicologia comum ao animal e ao homem.

No homem, porém, já o vimos, acima do conhecimento sensível, há o conhecimento intelectual. Com a inteligência não só percebemos de um modo mais elevado os objetos corpóreos, percebidos pelos sentidos, mas nos estendemos ainda a um domínio de realidades espirituais, de todo inacessíveis à sensibilidade. Tôdas estas realidades podem parecer-nos convenientes ou nocivas ao nosso desenvolvimento, boas ou más; daí uma inclinação natural, uma nova tendência de atração por tudo o que a inteligência nos apresenta como bom, de repulsão e fuga de tudo o que se nos propõe como prejudicial à nossa perfeição. Chegamos finalmente ao termo desejado; achamo-nos diante da vontade, que poderá, portanto, definir-se, como apetite intelectual — ou a faculdade de tendência para o bem conhecido pela inteligência. Notai logo, porém: o objeto da vontade não se limita aos bens de ordem espiritual; estende-se a todos os bens — sensíveis e supra-sensíveis; como a inteligência, alarga a sua esfera de conhecimento a toda realidade, empírica e meta-empírica. A inteligência e os sentidos não dividem a totalidade dos objetos cognoscíveis em dois campos, distintos e separados um do outro; distinguem-se como dois círculos concêntricos de raios diversos; a inteligência — círculo maior — cobre toda a área da sensibilidade e estende-se além. Mesma relação entre a vontade e as tendências sensitivas. A um mesmo bem, de ordem material, podemos tender com um ato do apetite sensitivo, e com um ato da vontade. A criança, depois de uma hora de estudo, apenas a mãe lhe dá alta, corre aos saltos para o jardim, a brincar: necessidade de expan-

dir a vitalidade nascente em movimentos espontâneos. O intelectual, depois de longa concentração, sente a cabeça fatigada; interrompe o estudo; vai também êle dar o seu passeio; o repouso é a condição essencial à continuação dos trabalhos de largo fôlego. Aí tendes como ao mesmo termo de “espairecer” se inclinam os dois apetites, inferior e superior. Na criança é quase puramente animal — muito semelhante do poldro que, pôsto em liberdade, sai correndo e corcoveando pela imensidade livre dos campos. Se lhe perguntais a razão do ato provavelmente não vos dará outra senão o *prazer* de jogar. No adulto, o ato, sem excluir o primeiro motivo, é determinado por um outro de ordem intelectual, reflexa, — a necessidade da interrupção imposta pela higiene. Mesmo que se atenuasse ou desaparecesse de todo o primeiro motivo, o segundo subsistiria e por êle continuará o homem prudente a regular as alternativas de trabalho e descanso no seu programa de vida.

Eis nitidamente esclarecida a natureza da vontade: inclinação a um bem — de ordem sensível ou espiritual — conhecido pela inteligência.

É a vontade suscetível de educação, de aperfeiçoamento? Sem dúvida nenhuma; são-no tôdas as faculdades humanas desde os sentidos até a inteligência; porque só a vontade faria exceção? Vamos adiante: mais que as outras faculdades é a vontade suscetível de desenvolvimento; só ela é livre e só, pelo exercício de sua liberdade, são educáveis as outras virtualidades humanas. Aqui, porém, como vêdes, já tocamos uma questão de importância fundamental, que não pode ser preterida nem tratada na estreiteza de alguns minutos: a questão do livre arbítrio e do determinismo. Será o assunto das palestras seguintes.

No entanto, do que deixamos expendido sôbre a definição mesma da vontade, já nos é lícito inferir a importância transcendente de sua formação. Pode afirmar-se sem exa-

gêro que dela depende todo o homem e em tôda a pedagogia não deve haver questão mais capital.

Da vontade depende, em última análise a valorização completa da nossa vida, ainda no simples domínio dos bens terrenos e puramente humanos. Na ordem material como na ordem intelectual, na formação de hábitos estéticos e científicos como na atuação de um programa doméstico ou social, nada de estável, de grande, de definitivo se leva a termo sem unidade, sem coerência e sem constância. Unidade, coerência e constância são as prerrogativas da atividade voluntária. Na região inferior da sensibilidade, tiranizam as paixões; domina a impressionabilidade. As paixões são cegas, exaltam-se e exprimem-se; a impressionabilidade varia, avulta insignificâncias, cria obstáculos fictícios. O sensível identifica-se com o contingente, o particular, o variável: é o reino da volubilidade. A inteligência organiza, sistematiza a nossa atividade com outros critérios; os seus motivos, tirados não de impressões subjetivas de prazer ou de dor, mas do valor objetivo e imutável das coisas, subsistem sempre na identidade de sua eficácia motriz; só a inteligência prevê um fim, percebe a proporção dos meios necessários à sua realização; ela é a potência da ordem, da harmonia, da organização; estas qualidades admiráveis são, por isso mesmo, as prerrogativas da vontade bem formada. E aí vêdes como a formação da vontade identifica-se com a formação do caráter. “Um caráter, disse NOVALIS, é uma vontade de uma educação perfeita.” (CAZÈS.)

Mais, porém, do que para a utilização terrena das nossas habilidades é uma vontade forte o princípio indispensável da nossa dignidade moral, do nosso valor humano e cristão. Nós somos racionais; a inteligência fixa na escala dos seres a elevação da nossa natureza. Por ela nós conhecemos todos os seres que nos cercam, Deus de quem viemos, os nossos semelhantes com quem convivemos e aos quais

devemos ajudar a atingirem a sua perfeição, o mundo inferior sujeito às nossas curiosidades científicas e às nossas utilizações industriais; pela inteligência chegamos ao conhecimento do lugar que ocupamos no universo, o papel que nêle desempenhamos, os destinos definitivos que devemos atingir. O que a inteligência conhece, a vontade realiza. Quando ela abdica, quando os motivos das nossas ações já se não inspiram na ordem racional, mas exclusivamente no prazer e na dor, o homem decai e resvala para a animalidade pura. Podemos em tôda a verdade estabelecer a proporção seguinte: o homem é tanto mais homem quanto nêle mais domina a razão; e o seu ideal de perfeição e de felicidade — entrevisto pela inteligência — é a vontade quem o faz descer das regiões superiores do espírito ao domínio real das atuações efetivas. Educar a vontade é educar o homem.

E educar o cristão. Sobre o magnífico edifício da nossa grandeza natural, a graça, sem o destruir, assenta a coroa da vida sobrenatural. A inteligência inunda-se de novas luzes: são os ensinós da fé que rasgam à perspectiva das nossas esperanças a sublimidade dos destinos inefáveis, a que nos elevou a bondade comunicativa de Deus.

Mas ainda aqui o plano divino não se realiza sem a nossa colaboração. As verdades da fé — novas iluminações na esfera do conhecimento — devem refletir-se em novas elevações da vida — por um esforço da vontade livre. Do Gênio disse alguém que era “uma longa paciência”. O que, assim, à primeira vista, pareceria exclusivamente a expressão máxima da inteligência, se reduziria, em boa parte, à tenacidade de um esforço voluntário. Mas o que do gênio não é senão parcialmente verdadeiro, é perfeitamente exato da santidade — expressão máxima da perfeição moral do cristão. Como poderei ser santa? perguntava um dia a TOMÁS DE AQUINO sua irmã curiosa e desejosa. “Querendo”, respondeu-lhe o grande gênio. Querêr, querêr e querêr sem-

pre: eis todo o homem. Nas conquistas passageiras da nossa atividade natural, como nas elevações definitivas da nossa felicidade divina é a vontade a grande força insubstituível para transformar todos os grandes pensamentos em atos, os nobres propósitos em realidades consoladoras, a abstração de todos os ideais em realidades de perfeição viva.

Rio, 23-V-930.

EDUCAÇÃO DA VONTADE

Princípios diretores

Educabilidade das faculdades cognoscitivas e apetitivas (*cultiva — não cria, nem, transforma*).

Educabilidade da vontade — sua importância — função capital da vontade na vida.

Complexa a sua pedagogia — aspecto intelectual, sentimental e higiênico.

Começaremos pelo aspecto intelectual.

Necessidade de princípios diretores que condicionam:

- a) a constância da vontade,
- b) a coerência da vontade,
- c) a capacidade realizadora da vontade.

Necessidade de inculcar este princípio à criança; sabedoria pedagógica da educação cristã.

Erro fundamental da escola neutra.

Sem ideal da vida não há educação.

A escola leiga interdiz a questão do ideal, reduz a pedagogia a um psicologismo estéril, sem juízos de valor. De fato não há pedagogia neutra.

Esterilidade da escola leiga na formação das vontades. Autoridades.

Cumprir reagir deslaicizando, ensinando o catecismo, dando o bom exemplo; eficácia educadora do exemplo.

As professoras do "Sacré-Cœur", 18-IX-930.

Não é possível dirigir uma máquina sem conhecer-lhe a estrutura, a força de suas molas, a variedade dos seus recursos, a finalidade de cada uma de suas peças.

Não nos teria sido possível construir uma teoria e fundamentar uma prática de educação sem examinar-lhe a natureza e investigar as múltiplas relações que a prendem ao jôgo complexo das outras faculdades. Foi esta necessidade lógica indeclinável que nos levou ao estudo psicológico das nossas palestras anteriores. Agora já nos é permitido entrar diretamente e com mais segurança no que constitui o objeto principal do nosso interesse: a educação da vontade.

Que a vontade seja suscetível de educação, isto é, de um desenvolvimento, de um aperfeiçoamento progressivo é o que resulta evidente de quanto deixamos até aqui expendido. A educabilidade das diferentes faculdades humanas é o postulado mesmo que se encontra na base de qualquer pedagogia. Cumpre, porém, entendê-lo com acêrto. A educação não cria, não tira do nada; não faz um gênio de um idiota, nem um atleta de um inválido. A educação, a rigor não transforma, isto é, não dá a uma matéria preexistente sob uma forma outra forma qualquer, como o estatuário que arranca “uma pedra dessas montanhas, tósca, bruta, informe”, e a transforma numa estátua e até num “santo que se pode pôr no altar.” A educação *cultiva*: não é uma criação, não é uma transformação, é uma cultura. E cultivar é desenvolver tôdas as virtualidades latentes num germe. Lançai uma semente a um torrão de terra e confiai-lhe os cuidados do seu crescimento a um jardineiro experimentado. Conhecida a natureza da árvore o agricultor escolhe o adubo da terra,

regula a ação do sol e da chuva, protege a plantazinha nascente dos pássaros e insetos nocivos; mais tarde poda os ramos inúteis, defende, apruma, ampara os que, na exuberância do viço, trazem promessas de flores e frutos. Sob as diligências de sua solicitude esclarecida, a sementinha — carvalho ou jasmim, — atingirá a plenitude do desenvolvimento de que é capaz a sua natureza nas condições do ambiente que a envolve.

Eis a analogia mais perfeita da obra educadora. Também cada planta humana, sob a direção de uma pedagogia prudente, é suscetível assim de crescer, florir, frutificar — realizando um ideal de perfeição talhado segundo as possibilidades de cada indivíduo. Se a não educaís, poderá atrofiar-se, como árvore enfezada e raquítica, sem beleza de flores nem fecundidade de frutos.

Não há faculdade humana que não seja capaz de aperfeiçoamento, isto é, educável.

Das *faculdades cognoscitivas*, nada mais evidente. Educa-se a *inteligência*: o hábito de raciocinar dá, com o tempo, uma segurança, uma precisão, um rigor admirável à atividade da razão.

Educa-se o *senso estético*: o pintor afeito a estudar a perspectiva dos seus desenhos a matizar as tonalidades de seus claros-escuros, diante das obras-primas de um MIGUEL ÂNGELO ou de um RAFAEL, descobre inumeráveis belezas que escapam à atenção deseducada dos profanos.

Educam-se até os *sentidos externos*: o músico, à força de atender e analisar os sons, chega a perceber finezas na diferença de vibrações ou na riqueza do timbre, imperceptíveis aos ouvidos vulgares; o cego, obrigado a usar com mais frequência e analisar com mais cuidado as sensações táteis, pode levá-las a uma perfeição de delicadeza que raia pelo prodígio.

Mas não são menos educáveis as faculdades apetitivas, a cujo grupo, como vimos, pertence a vontade. A sua edu-

cação é análoga ao dos movimentos musculares. Como educamos os músculos que presidem aos nossos movimentos? Estabelecendo relações constantes entre atos cognoscitivos e contrações motrizes, multiplicando estas relações a princípio laboriosamente coordenadas até transformá-las em grupos, fáceis, espontâneos, automáticos. Sente-se uma dactilógrafa na sua Remington ou uma menina ao piano; lê a sua música, com a imaginação representa o dedo que deve bater a tecla da nota correspondente, e executa o movimento imaginado. Repetem-se êstes grupos cada vez mais complexos até que a arte passe tôda para o domínio do automatismo. Mais tarde a pianista exímia, sem preocupar-se mais com os dedos que se devem mover, mesmo por entre as distrações de uma conversa, acorda no instrumento dócil harmonias admiráveis.

Do mesmo modo educam-se as faculdades apetitivas: estabelecendo relações constantes entre atos cognoscitivos e atos apetitivos; repetem-se até que se transformem em hábitos, prontos e espontâneos. O que parecia impossível ou difícil torna-se realizável e até fácil. A que foi mais tarde MME. SWETCHINE, quando menina, tinha um medo instintivo a uma velha múmia, um dos mais preciosos ornamentos da biblioteca paterna. A razão dizia-lhe quão injustificado e vergonhoso era aquêle temor e ela resolveu dominá-lo. Uma noite manda-lhe o pai buscar um livro. Entrar sôzinha, na biblioteca e nas trevas da noite! O sangue gelou-se-lhe nas veias. Mas a menina que queria ser forte não capitulou. Sobe desassombadamente as escadas, entra na sala fatídica, dirige-se em linha reta para aquela imagem repugnante da morte, abraça-a herôicamente... e cai desmaiada. Dêsse dia em diante SWETCHINE não teve mais medo de múmias.

Dominam-se, portanto, as nossas paixões; educam-se as nossas tendências, sensitivas e intelectuais, sentimentos e vontade. Sôbre o mecanismo psicológico desta educação voltaremos, ainda, com mais vagar; agora só nos interessava

afirmar o fato da educabilidade geral do homem com tôdas as suas faculdades.

Educar, pois, é cultivar as nossas aptidões, desenvolver as nossas potências para melhor corresponderem à sua finalidade. Educar a vontade será formá-la para que possa desempenhar a sua função capital na nossa vida.

Função capital: nenhum exagêro nesta expressão. Tôda a utilização, todo o valor da nossa vida cifra-se, em última análise, no poder da rainha das nossas tendências. Já vimos como é complexa a nossa natureza. Pela sua parte mais elevada, o homem sente tôda a atração da verdade, do bem e da beleza, que são os aspectos que revestem o Ser nas relações com as suas faculdades mais nobres. Mas pelo que nêle há de animal experimenta também tôdas as solicitações fortes do prazer. Cada uma das suas potências sensitivas recebe a imagem ou a impressão de seus objetos respectivos e desperta automaticamente uma inclinação correspondente. Cada uma tende para o seu *bem particular*: os olhos querem ver, o gôsto saborear, os ouvidos deleitam-se no encanto das harmonias. Será então o prazer, a norma suprema da vida? Seremos irremediavelmente condenados à decadência? O animal acabará sufocando o que em nós há de anjo? Evidentemente não. Na nossa natureza, orgânica e complexa, há uma unidade e a esta unidade corresponde uma jerarquia de tendências. Cada faculdade não pode tender a seu objeto independentemente do todo ordenado de que faz parte. O ébrio, que não visa senão à satisfação intemperante do paladar, acabará comprometendo, nas degenerescências do alcoolismo, a saúde, a inteligência, a moralidade, a vida própria e a felicidade dos seus descendentes. Importa, portanto, conter cada uma das nossas tendências nos limites exigidos pela finalidade própria em dependência da finalidade total do homem. A vontade, que tem por objeto o bem universal e por isso conserva a liberdade a respeito dos bens particulares, compete o govêrno de tôda a

nossa atividade, a realização, na beleza da vida, da ordem racional em que se resume com a nossa perfeição a condição essencial da felicidade.

Por aí já vêdes como é complexa a pedagogia da vontade. Arbitra suprema na orientação da nossa vida, a sua intervenção vai interferir com o domínio de tôdas as outras potências. Da inteligência advém-lhe a luz dos princípios que esclarecem o fim da nossa existência e os meios necessários para atingi-lo. Com as paixões encontra-se ela a cada instante em contato; cumpre-lhe dirigi-las, coibindo-as ou pondo-as ao serviço do bem. E como tôda a nossa atividade psíquica é condicionada pelo sistema nervoso, e a saúde dos nervos é função da saúde geral, também com a fisiologia entra a vontade em relações inevitáveis. Daí uma tríplice ramificação em que naturalmente se divide o problema da educação da vontade.

Há um aspecto *intelectual*: como formar a inteligência de modo a assegurar à vontade a presença de motivos sólidos e eficazes que a sustentem vitoriosamente na luta inevitável contra tôdas as solicitações dissolventes — internas e externas.

Há um aspecto *sentimental*: como submeter ao domínio da vontade os nossos sentimentos espontâneos, a força imensa mas desordenada das nossas paixões para que não venham a ser inimigas senão colaboradoras preciosas da nossa perfeição. Há, finalmente, um aspecto *higiênico*, que não é nenhuma descoberta do século XX. *Mens sana in corpore sano*. Como dar ao organismo êste desenvolvimento sadio e robusto que faça do corpo um instrumento dócil nas mãos da vontade.

O campo a percorrer é longo; mas não desanimamos. Ao primeiro dos aspectos indicados consagraremos as palestras que ainda êste ano nos restam.

É lógica e psicologicamente o fundamento dos demais e na educação da vontade desempenha uma função cuja im-

portância não é possível exagerar. “Já ninguém hoje tem caráter, escreveu TH. JOUFFROY, e por uma razão muito óbvia; dos dois elementos de que se compõe o caráter: vontade firme e princípios definidos, o segundo falta e torna inútil o primeiro.” Convicções sólidas e profundas: eis a base de tôda a grandeza moral.

A vontade, já o vimos, não age sem motivos; quando na inteligência não há, claro e vivo, um *complexo de princípios diretores*, ela fica à mercê de tôdas as solicitações da sensibilidade; em vez de governar as paixões, é por elas arrastada; abdica vergonhosamente o seu cetro de rainha para servir à prepotência humilhante de caprichos inferiores.

Tôdas as qualidades que a distinguem e lhe dão valor desaparecem com o eclipse, na inteligência, dos princípios que as condicionam.

Uma vontade bem formada é *constante*; começa e leva a termo o começado; orienta a sua vida numa direção e conserva o leme no bom rumo ainda quando escurece o firmamento e encrespam os vagalhões. Mas a constância só a pode firmar a objetividade de *motivos superiores*. As razões intelectuais, porque dependem da verdade das coisas, subtraem-se, por isso mesmo, às flutuações de nosso subjetivismo. Quem não tem, na consciência, princípios nítidos será o juguete indefeso da sua impressionabilidade ou da veemência dos seus instintos. Em coisinhas pequenas, esta moça hoje é delicada, atenciosa, serviçal com todos de casa, porque está de bom humor e a sociabilidade jovial lhe nasce espontânea do bem-estar orgânico. Amanhã, ei-la violenta, irritadiça, intratável. Que aconteceu? Um desgosto, uma impressão desagradável que não soube dominar. Vontade fraca: não apoiada na solidez dos ditames superiores da razão mas oscilante sobre a mutabilidade contingente dos sentimentalismos de cada dia. — Em relações mais graves: êste pai de família, que até ontem conservou a sua honestidade intacta ou ilibada a sua fidelidade conjugal, por que hoje dei-

xou cair no lódo a honra de um nome que é o patrimônio de uma família? Algumas vêzes por fragilidade, outras por falta de convicções sólidas que, ao surgirem as primeiras tentações de uma paixão nascente, pronunciassem um veto formal e intransigente.

Uma vontade bem formada é *coerente*. A coerência é a unidade da vida; é o hoje que responde ao ontem e prepara o amanhã. A harmonia resulta do acôrdo de notas simultâneas; a melodia, da impressão agradável de notas sucessivas. Cada som conserva o seu valor, o número de vibrações próprio, o timbre que lhe é característico, mas todos se fundem na suavidade de uma mesma sensação de conjunto. A coerência é a harmonia e a melodia do caráter. Há nela um elemento unificador que informa a multiplicidade dos nossos atos e os transforma todos na realização simultânea e sucessiva de um plano ordenado que domina a existência. Ora, esta coerência, segredo do valor e da beleza moral, é a razão que a faz reinar na vida. A razão é a fonte da ordem, da lógica, da harmonia. Os princípios intelectuais que nos dão o significado da vida inferem-se uns dos outros, com a necessidade interior que liga uma conclusão às suas premissas e que, no domínio da prática, se reflete como a subordinação coerente de um complexo de meios à unidade de um mesmo ideal.

— Quando no firmamento interior se apagam estas luzes da inteligência a ação passa a ser governada pelo interesse ou pelo prazer. O interesse é incerto, variável, contingente: não pode coerentemente unificar nenhuma existência. Onde governa a razão temos um homem de princípios; onde prevalece o interesse, um homem de expedientes. O prazer, como o instinto que o acompanha, é cego, fatal, violento; as circunstâncias o estimulam e excitam ao acaso. Os hábitos inveterados o impõem como uma tirania; sem discussão, sem escolha, sem previdência. Não é nos infelizes, vítimas de paixões a se agitarem e contradizem no tumultuar de sua

efervescência que se encontrará a ordem, a harmonia, a consonância que são o apanágio de uma vida racional.

Constante, coerente, a vontade bem formada distingue-se ainda pela sua *capacidade de esforço realizador*. O esforço (em linguagem cristã, o sacrifício, a mortificação) é a condição essencial de toda vida elevada, é o estôfo indispensável de que se fazem tôdas as obras-primas humanas tanto no campo da ciência como no domínio da virtude. E o esforço da vontade tem como fundamento insubstituível a solidez das convicções na inteligência. Onde não há certeza, não há virilidade. Uma geração de céticos nunca será uma geração de fortes. Não é sobre as probabilidades de um talvez que se alimenta a generosidade das grandes dedicações. As paixões que não são grandes forças são incapazes de esforços disciplinados e fecundos. Sob a direção de princípios superiores representam em nós uma força motriz de potência incalculável; abandonadas a si mesmas malbaratam as suas energias numa dispersividade estéril. Os homens de prazer passam pelas alternativas de superexcitação exaltada e de depressão abatida. Se a paixão os estimula, são cegamente impulsivos; como que dominados pela violência de uma fatalidade arrancam inconsideradamente contra a resistência de todos os obstáculos; fora daí, entorpecem na inércia de uma apatia sem molas e sem surto. Vontades *explosivas*, diria W. JAMES (*Psychologie*, XXVI), em que a ação anormal é irresistível, ou vontades *obstruídas*, em que a ação normal é impossível. Em nenhuma hipótese vontades viris, capazes de um esforço realizador, orientado e constante. Ora, o "metro", diz ainda JAMES, de nosso valor de homens é a soma de esforços de que somos capazes. É pelo esforço que valemos na vida.

Aí tendes, como as três grandes qualidades do caráter, da vontade bem educada — a constância, a coerência, a capacidade realizadora — são solidariamente dependentes de convicções bem enraizadas. São os princípios racionais que

devem iluminar a ação, disciplinar os impulsos divergentes das tendências inferiores, unificar a multiplicidade de desejos naturais, impor à nossa vida ordem, constância, fecundidade.

A primeira regra de pedagogia que daí se deriva é que importa inculcar na alma das crianças um *complexo de princípios diretores*, capazes de orientar toda a sua vida e cada uma de suas ações ainda as mais íntimas e secretas. Estes princípios ensinam-se no começo — quando a criança ainda não é capaz de lhes perceber as razões internas, por simples via de autoridade, como se inculcam as primeiras regras de higiene, os primeiros rudimentos das ciências, as primeiras normas de educação social. Mais tarde, à medida que se lhes desenvolve a inteligência, cumpre justificar racionalmente — segundo a sua capacidade, os motivos cada vez mais profundos que devem dirigir a sua atividade moral. Não bastará dizer: é preciso ser bom, é preciso trabalhar, é preciso respeitar a propriedade e a honra do próximo, mas pouco a pouco legitimar todos estes preceitos. E vêde aqui, de passagem, a profundidade psicológica da nossa pedagogia cristã. Quando a mãe ensina a seu filhinho: não debes mentir porque desagradas a Papai do céu; debes trabalhar porque esta é a vontade de Deus; saltando por cima de todos os motivos imediatos, utilitários ou sociais das regras de ética, ela vai diretamente ao último fundamento metafísico do dever. Depois de havermos queimado as sobranças no estudo de muitas psicologias e sociologias chegamos, ao cabo de todas as nossas análises, ao mesmo motivo primordial de todo dever: o bem, deve fazer-se porque é a expressão da vontade soberana de Deus, Primeiro Princípio e Fim derradeiro de toda criatura. E este motivo profundo, forte, concreto, porque põe a alma da criança em face do Deus vivo, que para ele é Pai e Senhor, é infinitamente mais eficaz que razões abstratas de que raros são os que percebem a força, porque raros são os que as podem integrar na Realidade Con-

creta; mais tarde, quando surgirem as tempestades das paixões, os silogismos complexos e abstratos dissipam-se ou escurecem-se; só a vontade soberana de Deus poderá assegurar à moralidade ameaçada um ponto de resistência vitoriosa. Eis por que melhor e mais psicologicamente se formam as vontades na humildade aparente dos nossos catecismos do que na complexidade aparatosa das pedagogias oficiais que excluíram das escolas o ensino religioso.

Estais ainda lembrados da averiguação dolorosa feita pelo laicista J. PAYOT, logo no prefácio do seu célebre livro sobre a educação da vontade: Nos séculos XVII e XVIII as forças da Igreja católica “incomparável educadora do caráter” bastaram para orientar a vida dos fiéis. Hoje, esta direção “n’a pont été remplacé”. Daí a baixa geral dos caracteres.

Agora já compreendeis a razão profunda que escapou ao laicismo de PAYOT. Foi precisamente a laicização do ensino que, em alguns países, cortou a arteria vital da formação das vontades. E é interessante observar como, nestes últimos anos, o desenvolvimento dos estudos sobre o caráter reconduziram a pedagogia a uma altura muito mais elevada, pondo-a em contato não só com a vida intelectual, mas também com a vida social, moral e religiosa. Era pô-la em face da realidade, desenrolando-lhe todo o imenso panorama da vida. O resultado destes estudos foi ainda uma vez evidenciar o imenso erro que em pedagogia representa o que se chama escola leiga ou neutra.

O que há de mais importante, de fundamentalmente indispensável em toda pedagogia, é dar ao aluno, ao homem que se forma, uma concepção verdadeira da vida, da sua razão de ser e de sua finalidade.

FÖRSTER: “O estudo do ideal da educação constitui a mais importante ciência auxiliar da pedagogia.” *Schule und Character*.

MURRAY BUTLER: "O valor da nossa doutrina da educação depende do valor da nossa concepção do homem e da vida." *The meaning of Education*. Intr.

MAX SCHELER: "Todos os problemas capitais da filosofia podem, em certo sentido, reduzir-se à questão: que é o homem? qual o seu destino?"

Ora, a escola leiga, por princípio, inculca-se *neutra*, isto é, interdiz ao mestre — só em teoria — o estudo de todas estas questões intrínsecas e indissolúvelmente unidas à vida religiosa. Que é o homem? qual a sua natureza? as suas origens? os seus destinos? As ciências naturais esgotam toda a ciência humana? O valor moral do homem é superior ao seu bem-estar biológico? Há uma imortalidade pessoal, um além-túmulo em que vai repercutir, em consequências definitivas, o uso que fizermos da nossa liberdade? Impossível tocar uma só destas questões, sem entrar em cheio no mais vivo do problema religioso. Mas impossível também esclarecer a consciência com princípios claros e racionais, orientadores eficazes da atividade, sem as haver resolvido. "Quando educamos, escreve um grande educador americano, como quando andamos, temos de mira um fim. Em educação este fim é um ideal: o ideal da perfeição humana. Analisar e explicar este ideal é muito mais importante que qualquer outro destes milhares de problemas que ocupam os nossos pedagogos teóricos." (SPALDING, *Licht en Leven*, p. 102; apud DE HOVRE, XIX.)

A escola leiga, se quer ser coerente, mutila a pedagogia do que ela tem de mais nobre: a ciência dos fins, para ficar reduzida a um psicologismo estéril. Longe de mim o condenar o estudo da psicologia experimental e de modo particular o estudo da psicologia infantil. Importa-nos conhecer a alma humana, a alma da criança, as suas faculdades, os seus recursos, as leis que regem a atividade e evolução de cada uma delas. É à luz destes conhecimentos que esclarecerá a *metodologia pedagógica*. Mas didática não exaure a pedagogia. Mé-

todos, programas, organização técnica, tudo isto só lhe representa o elemento material; é, em remate de contas, de valor secundário. O importante, o formal na educação é o ideal da vida que se transmite. Desde que entramos no estudo do homem toda ciência completa é necessariamente uma ciência de valores (*Wertwissenschaften*); afirmar o contrário fôra negar a personalidade humana com a sua finalidade própria e a jerarquia de valores que necessariamente implica.

Ora a psicologia como qualquer outra ciência, no sentido positivista da palavra, só nos pode dar juízos de existência, nunca *juízos de valor*; pode dizer-nos o que é, não o que deve ser. "A ciência, diz MAX SCHELER, é independente dos valores." Ouvi uma página sensata de CLAPARÈDE: "On pretend parfois que la science est capable de nous fournir un idéal. C'est une erreur et il faut bien s'en persuader. La science explique le cours des phénomènes mais ne prescrit jamais que les phénomènes ne doivent suivre un cours plutôt qu'un autre. La chimie nous renseigne sur la puissance explosive de la dynamite, mais ne nous dit pas quel usage nous devons faire de ces facultés explosives, si nous devons les employer à faire sauter une mine ou un potentat. La physiologie nous apprend quels sont les effets de la morphine, mais elle ne nous dit pas que nous devons nous en servir pour soulager plutôt que pour tuer les malades; elle dira seulement: si vous voulez soulager prenez telle dose; si vous voulez tuer montez jusque telle dose. Et c'est tout; sa recette donnée elle se désintéresse de l'usage qu'on en fait." CLAPARÈDE, *Psychologie de l'enfant*, p. 196.

Ora a vida precisa de juízos de valor; sem isto não há governo racional de atividade humana. Se a razão de ser da pedagogia é formar homens, o problema dos destinos é de tal modo central, que sem ele não há pedagogia. Pedagogia neutra é pedagogia nula: "a pedagogia ou não é neutra ou não é pedagogia." (MARITAIN.) O pedagogo que não se ajoe-

Iha diante de Deus adora um ídolo qualquer, feitura de suas mãos. SPENCER adora a natureza, ROUSSEAU a liberdade, COMTE a humanidade, FREUD o sexualismo, DURKHEIM a sociedade (MARITAIN.) Escola leiga ou escola neutra é, portanto, o mais visível dos contra-sensos, o mais funesto dos absurdos.

Mas há escola verdadeiramente neutra? Não há, porque não pode haver. Já vimos em outra ocasião como êste foi o soluto diplomático com que se quis excluir a influência religiosa nas escolas, numa época de perseguição anticlerical. A escola cessaria de ser religiosa não para ser neutra, mas para transformar-se necessariamente em instrumento de propaganda irreligiosa.

Não é permitido falar em Deus, na imortalidade da alma, na sanção eterna das leis morais — porque é entrar no domínio religioso; mas é lícito orientar-se pela pedagogia de SPENCER ou de COMTE, de FREUD ou de DURKHEIM — que não se justificam senão no postulado implícito do mais completo materialismo e ateísmo, que orienta necessariamente as almas para a irreligião.

A escola leiga é, consciente ou inconscientemente, explícita ou implicitamente, uma escola irreligiosa.

Daí a sua esterilidade na formação dos caracteres. “Reforma da educação eis a grande divisa — escreve EUCKEN, mas nós não possuímos um ideal educativo, e sem ideal educativo tôdas as reformas são condenadas ao fracasso.” (DE HOVRE, p. XXIII.) “A ausência de fé, de uma concepção nítida da vida, é a causa principal da falta de caráter dos modernos (Ibid., p. XVIII.) Nos dois países — França e Estados Unidos — onde a escola leiga foi oficializada, são precisamente aquêles em que são mais profundas as queixas.

GUSTAVO HERVÉ: “Crêde a um francês que assistiu, criança, à primeira aplicação das leis “leigas” e que viu as terríveis devastações que produziram em tôda a França: o livre-pensamento é uma filoxera que destrói tudo, a disciplina, a moralidade, a felicidade individual, a própria raça e que con-

dena as nações por ela infectadas a irremediável decadência e a uma morte sem glória.”

Dr. FRIESSINGER: “A escola leiga é o ópio das almas. Aca-ba tirando ao menino o domínio de si mesmo não desenvolvendo nêle todos os freios que permitem a resistência.”

Nos Estados Unidos, um professor da Universidade de Princeton chamava a pedagogia oficial — “de sistema de matar almas”. É o príncipe dos pedagogos norte-americanos, STANLEY HALL, assinalando êste defeito capital da pedagogia moderna do seu país, fazia esta confissão preciosa:

“Vivemos em séculos de obscuridade pedagógica; não temos nenhuma idéia de nossa decadência... Se a Igreja católica nos parece em atraso em matéria de higiene e ciência aplicada, em quase todos os outros domínios ela tem muito mais a ensinar que a aprender dos que estão fora do seu grêmio.” *Educational Problems*, II, p. 221.

Para restituir às nossas escolas a sua eficiência disciplinadora das vontades viris e enérgicas é mister operar na pedagogia que os enforma uma “revolução conservadora” (DE HOVRE), é mister rebatizá-la.

De sua natureza a escola leiga — é irremediavelmente incapaz de formar caracteres. Se ainda assim saem excepcionalmente dos seus bancos homens que sabem querer é por uma reação vital de temperamentos ricos, é por uma influência benfazeja do ambiente doméstico ou da atmosfera social. Pelos princípios próprios que a enformam e que lhe constituem a essência, a escola que não desce até ao âmago das consciências para aí esculpir as grandes linhas diretrizes da atividade humana que só uma concepção da vida pode traçar, é uma escola vitalmente mutilada; poderá instruir inteligências, não poderá formar homens.

O primeiro passo a dar para elevar o nível dos caracteres é, portanto, restituir à escola, deslaicizando-a, tôda a sua força educadora: — Enquanto não atingirmos êste ideal — que tantos países — Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Holan-

da, Escandinávia, Espanha, Itália, etc. — conservaram; ou reconquistaram nas suas legislações escolares — supre-se a deficiência da escola com o ensino extra-escolar do catecismo. Espero mostrar-vos com o tempo tôda a profundidade da sabedoria educadora que reside na doutrina cristã. Precisamos, como ainda há pouco dizia perspicaz e chistosamente um grande psicólogo, precisamos defender o catecismo contra a pedagogia (citado por MARITAIN, DE HOVRE, XI).

Ao lado do ensino do catecismo — para o qual não me cansarei nunca de pedir a generosidade de vossa colaboração pessoal — há ainda um grande meio de formar as vontades ao alcance de professores e não-professores. As leis podem riscar dos programas pedagógicos a mais importante das ciências — a sabedoria da vida; não podem, porém, excluir dos recintos escolares a influência soberana do educador. Educar é transmitir a vida — é continuar no domínio da inteligência e do coração a obra geradora dos pais. — É nesta transmissão intensa de ser vivo a ser vivo, a personalidade do educador é de uma importância primordial. O que vale no educador antes e acima de tudo é o homem. É a sua concepção da vida, são os princípios diretores da sua atividade moral, é a coerência, a fidelidade, a constância com que ele passa as grandes verdades, da altura das inteligências à dignidade da vida. Este espetáculo, belo e nobre, desce até as profundidades da alma da criança e aí desperta ressonâncias magníficas e inextinguíveis. É a ação poderosa do exemplo na sua acepção mais ampla. “Nada há no mundo, escreveu MAX SCHELER, que atraía tão profundamente, tão imediata, tão necessariamente uma pessoa para o bem como a visão clara e nítida de um homem de bem na sua prática do bem... O bom exemplo, simples e sem mescla, eleva-se absolutamente acima de qualquer outro modo de fazer bem a outrem.” (*Der Formalismus in den Ethik*, p. 568 apud DE HOVRE, p. XXI, onde se inspira esta peroração.)

Não deixemos inútil em nós ou estéril esta imensa possibilidade de irradiar o bem. Sejamós nós antes de tudo verdadeiros caracteres, tenhamos convicções sólidas e profundas, e não as deixemos frias nas regiões superiores das abstrações intelectuais, mas transformemb-las na elegância coerente de uma vida cristã, tangível, concreta, profundamente impressionadora das almas na sua realidade inegável que se impõe forte e suavemente.

Façamos das nossas vidas um dêstes focos vivos de luz e calor e Deus lhe dará uma imensa repercussão. No mundo físico, um abalo produzido no éter vai, em vibrações imperceptíveis mas reais, propagando-se de camada em camada, até atingir talvez os limites do universo sensível. No mundo moral não é menos fecundo e salutar o contágio do bem. Um ato bom impressiona e eleva os que estão em imediato contato conosco; êstes, por sua vez, atingirão uma esfera mais ampla de influência benfezaja e assim se vai indefinidamente alargando, no espaço e no tempo, a irradiação de uma só alma virtuosa. Um dia na eternidade, abraçando na intuição da essência divina todo o magnífico panorama da história humana, num êxtase de admiração e amor, agradeceremos a Deus o ter comunicado à sua pequenina criatura o poder misterioso de fazer tanto bem.

As professoras do “Sacré-Cœur”, 11-IX-930

EDUCAÇÃO DA VONTADE

Meditação

Como transformar as idéias em idéia-fôrça?

Integrando-o no complexo das tendências.

Meditação:

meditação e devaneio,
meditação e estudo.

Eficiência da meditação:

A — Para aproveitar e organizar a nossa vida interior:

- a) eliminando a dissipação e incoerência,
- b) eliminando o imprevisto. — Plano de batalha.

B — Para dar-nos um conhecimento exato das coisas:

- a) substituindo as palavras pela realidade,
- b) reagindo contra as sugestões da linguagem,
- c) conservando ativa a presença dos princípios diretores da vida moral.

As professoras do "Sacré-Cœur", 9-X-930.

Iluminar as regiões superiores da inteligência com princípios claros, sólidos e coerentes que tracem à ação as suas grandes diretrizes é o primeiro passo na educação da vontade. A firmeza, a constância, a continuidade do esforço orientado no mesmo sentido — qualidades preciosas dum caráter bem formado — a apoiar-se naturalmente na solidez das convicções como em seu fundamento psicológico indispensável.

Mas este trabalho preliminar, de ordem intelectual, que é, como vêdes, absolutamente necessário, não é ainda suficiente. Não basta ter princípios para ser homem de vontade. É preciso ainda fazer passar estes princípios na realidade da vida. Ao vapor perdido nesta imensidade dos mares não basta a bússola que lhe indica o norte ou o lema que lhe traça a rota para o desejado pôrto; é mister, ainda e principalmente, nas hélices, a fôrça propulsora que devora as distâncias. Princípios diretores que apenas nos indicassem a rota da vida e não descessem a movimentar a nossa atividade seriam poucos menos que estéreis. Precisamos de bússola e hélices; luz e fôrça. Por outra, é preciso assegurar às idéias diretrizes toda a eficácia de sua *motricidade*.

Na evolução das relações da idéia com a ação correspondente podemos distinguir dois momentos: o primeiro é como de *preparação*: a idéia do bem a fazer aparece no campo da consciência somente com o seu aspecto *inteligível*, com um valor puramente *indicativo e geral*: não se deve mentir, convém aproveitar o tempo, é belo dominar-se a si mesmo em tudo. Na segunda fase, a de *orientação*, a idéia abstrata desce às condições concretas da vida, relaciona-se com o nosso

procedimento, torna-se *imperativa e eficaz*: não hei nunca de dizer uma mentira, não perderei em frivolidades a mínima parcela da minha existência, não me deixarei nunca empolgar e arrastar por uma paixão que me tire das mãos o governo de meus atos. No primero instante a idéia era luz, agora é força; antes indicava, agora move. A primeira fase é tarefa relativa à *instrução*, ao ensino puro e simples; a segunda já depende da educação, que é impulso eficaz para o bem.

Qual é o fator que se acrescenta assim à idéia-luz para transformá-la em idéia-força, e ao seu valor teórico de verdade ajunta-lhe o valor prático de ação?

Este poder causal advém à idéia da sua integração no complexo das nossas tendências. Estais lembrados da grande distinção que fizemos, a princípio, entre as nossas faculdades: faculdades de conhecimento — sensitivas ou intelectuais — pelas quais representamos em nós os objetos, os seres fora de nós — e faculdades apetitivas — sensibilidade e vontade — pelas quais nos inclinamos para o bem conhecido. Aquelas conhecem, estas tendem; umas iluminam, outras movem. Entre os dois grupos, porém, as relações são íntimas e profundas. As faculdades cognoscitivas não nos foram dadas senão para orientarmos, por ela, a nossa atividade. A idéia, portanto, ganha tanto mais em eficácia motriz quanto mais profundamente se integra na totalidade das nossas tendências psíquicas das quais depende imediatamente o nosso proceder.

Eis, portanto, o problema de psicologia prática que agora naturalmente se nos apresenta: como integrar os grandes princípios que devem nortear a nossa existência no conjunto de todas as forças ativas da nossa estrutura moral? Como assegurar-lhes uma eficiência real e vitoriosa na luta inevitável contra os agentes de anarquia e dissolução interior que, sem tréguas, conjuram contra a nossa grandeza humana e dignidade cristã?

Os meios são vários e de eficácia desigual. Fixemos hoje a nossa atenção sobre o mais importante de todos, e que condiciona o emprêgo continuado de todos os demais: a *meditação*. Psicólogos de todos os matizes — crentes ou não — são unânimes em atribuir à reflexão meditativa na ordem natural uma importância de primazia na formação da vontade. E com quanta razão por vós mesmos podereis logo averiguar. A meditação primeira intensifica tôdas as nossas energias interiores, e segundo permite-nos praticamente adaptar as nossas ações ao valor real e objetivo das coisas. Eis, bifurcada em duas proposições, a nossa tese fundamental.

Meditar é recolher-se para refletir. A solidão foi sempre a pátria dos fortes. Mas há solidão e solidão. Há quem se isola para retemperar as suas forças e há quem se isola para dissipá-las. Uns se separam da convivência social para meditar, outros para devanear. Vêde aquela jovem que, em atitude recolhida, de quando em quando interrompe a leitura do seu livro piedoso; pensa, reflete, assimila, propõe — para depois levantar-se mais forte, mais enérgica, mais dedicada, mais ativa — meditou. Observai esta outra, afundada em almofadas, no silêncio de uma varanda, que a intervalos deixa cair o romance e, olhos vagos a perderem-se no longínquo dos horizontes, deixa correr o tempo em seguir a irrealdade das quimeras, para depois, sacudindo rapidamente a cabeça como quem acorda de um pesadelo, entrar de novo na vida — mais irritada e incontentável, mais caprichosa, mais melancólica e egoísta — devaneou. Sob a identidade superficial de uma mesma atitude solitária, meditação e devaneio opõem-se num contraste psicológico que vai ao mais completo antagonismo. Devanear é quase sonhar acordado. Sobre o devaneio, cfr. ainda ARMAND D'AGNEL D'ESPINEY, *Le scrupule*, p. 109 sgs.

Durante o sono, como já vimos, suspende-se o uso normal das faculdades superiores; não há atenção, reflexão, deliberação. Sem a fiscalização da inteligência e o domínio da

vontade as imagens sucedem-se à mercê de associações fortuitas, de vagas sensações atuais ou das tendências surdas dos instintos inferiores desgovernados. É o sonho. O devaneio aproxima-se-lhe por quase todos estes elementos. Da atenção intelectual subsiste o *quantum satis* para conservar certa unidade ao desfilar das imagens. A vontade abdica o governo efetivo dos estados interiores e passiva ou quase, quanto ao mais, conserva, porém, a responsabilidade desta atitude geral de abandono. A imaginação livre guia só estes passeios pela região das quimeras; tôdas as idéias malsãs outrora recalçadas pela vontade firme, tôdas as aspirações incoerentes de um sentimentalismo vago, todos os desejos mórbidos de um coração que palpita longe da consciência, invadem fatalmente o campo da alma imprudente, associam-se, organizam-se em sínteses fortes, para constituir um dos maiores obstáculos ao governo livre, racional, humano da vida. Um homem que passasse o seu tempo a dormir e sonhar atrofiaria tudo o que há de mais nobre na sua natureza. Os que sonham acordados nunca levarão o desenvolvimento de suas mais elevadas faculdades à altura de um caráter. A inteligência, que vive de clareza, precisão, verdade, vai-se aos poucos diluindo no vago, no impreciso, no incoerente do sonho; a vontade, à força de renunciar uma, duas, três vezes o governo real da imaginação e do sentimento, acabará capitulando definitivamente ante a tirania destas forças cegas e indisciplinadas; o coração que se nutre de delicadeza, desinteresse, dedicação, vai-se amesquinhando no egoísmo invasor que já não admite resistência aos seus caprichos e não conhece a generosidade do sacrifício que vai levar uma felicidade aos corações amigos; tôda vida alimentada de fantasmagorias vai perdendo aos poucos o contato com a realidade, e nesta desadaptação profunda a tudo o que constitui a sua verdadeira razão de ser, definha na incapacidade de ação, na moleza, numa melancolia profunda e incurável. O devaneio alimentado principalmente pela literatura de ficção, constitui inegável-

mente em nossos dias um dos fatores mais generalizados do desfibramento dos caracteres.

Pelas qualidades diametralmente opostas que a distinguem dêste sonhar enervante, a meditação robustece e viriliza o querer. Aqui a atividade interior é intensa e jerárquica e organizada. A primazia cabe à inteligência e à vontade. Trabalham também a imaginação e a sensibilidade afetiva, mas para prestar às faculdades superiores, às quais compete a orientação da vida, o inestimável concurso de uma colaboração harmoniosa.

Por estes caracteres que a opõem ao devaneio já podereis ver ao mesmo tempo em que se diferencia a meditação, no sentido em que a tomamos agora de *estudo* propriamente dito. A finalidade do estudo é puramente intelectual. A aplicação mental requer a tranqüilidade do recolhimento, indispensável às leituras sérias, mais indispensável ainda à elaboração do pensamento pessoal na solidez da sua estrutura, na travação de sua coerência lógica. Mas o sábio que assim lê, o filósofo que assim reflete miram diretamente a investigação da verdade ou a sua expressão literária. A meditação de que ora nos ocupamos tem por finalidade primordial a orientação da vida, o governo da sua atividade. Para este objetivo essencialmente prático não lhe basta contemplar, impassível, a verdade; cumpre-lhe sobretudo despertar os sentimentos de amor e aversão. A meditação visa soldar os princípios especulativos diretores da vida moral a movimentos poderosos e enérgicos de atração ou de repulsão: atração por tudo o que é bom e nobre, ainda que difícil, repulsão por tudo o que degrada e avulta, ainda que seduza com a facilidade imediata do prazer. Enquanto o estudo tende diretamente para a verdade, a concentração meditativa converge os seus esforços para a ação.

Definida assim a natureza e a finalidade da meditação, nada mais fácil do que pôr-lhe em tôda a sua luz a eficiência na educação da vontade.

Um dos mais terríveis inimigos na formação da nossa personalidade é a *dissipação*. Nunca talvez como em nossos dias foi maior o perigo de nos inutilizarmos na incoerência dos dispersivos. A facilidade de comunicações — automóveis, telefones, telégrafos, rádios — a freqüência das relações sociais, a intensidade de toda a vida moderna multiplicaram prodigiosamente as nossas impressões. Desde os jornais que pela manhã nos trazem as notícias de todos os países até ao cinema que de noite nos desenrola ante os olhos cansados cenas e panoramas das cinco partes do mundo, é um suceder-se ininterrupto de idéias, sentimentos, impressões que cruzam pela consciência rápidos e incoerentes, como uma turba de desordeiros em algazarra ensurdecedora. Como é fácil deixar-se levar por este torvelinho que envolve e atordoa! Como é comum viver, digo mal, deixar-se viver assim à mercê de todas estas impressões de fora! Quantos os que neste alarido tumultuoso entram em si mesmos, para se conhecerem, para se orientarem na multiplicidade estonteadora, para governarem a vida à luz da própria razão?

Γγῦθί φιεαο Θογ ; conhece-te a ti mesmo; eis o preceito que a sabedoria antiga pôs na base de todo aperfeiçoamento humano. Este conhecimento íntimo de nosso interior, só no-lo pode dar, na calma do recolhimento, a introspecção meditativa, útil em todos os tempos, indispensável nos nossos. É no silêncio destes momentos tranquilos, em que conversamos a sós conosco e com a verdade, que vamos adquirindo a consciência dos nossos recursos e dos nossos defeitos, do bem que podemos fazer e dos perigos que nos podem ameaçar. É, principalmente, nestas horas fecundas que damos a nossa vida, uma orientação racional e asseguramos o emprêgo eficaz dos meios que lhe condicionam a realização.

Em toda a vida humana há uma grande resolução que a dirige para um pólo definitivo. Que fará este jovem trilhista, que entra no cenário do mundo, rico de esperanças, exuberante de seiva primaveril, ardente de entusiasmos, ainda

não arrefecidos pelos frios dos desenganos? Viverá, como vivem tantos e tantos de seus companheiros, na vergonhosa capitulação da mediocridade, cedendo a todas as solicitações? Renunciar à realização de todo o ideal nobre, só porque o ideal não se realiza sem esforços e sacrifícios? Entregar-se-á, mãos e pés algemados, à tirania de sua paixão dominante que dêle fará hoje um homem inútil e nocivo; amanhã um eterno infeliz sem esperanças? — Ou pelo contrário aceitará com entusiasmo a luta pela virtude, a continuidade dos sacrifícios que levam à realização do ideal, às restrições inevitáveis da disciplina que condiciona toda a grandeza moral?

Esta resolução é capital na vida de cada um de nós porque por ela escolhemos os destinos que serão nossos por toda a eternidade. Este ato da nossa liberdade é, como em balística, a mira do artilheiro. Errar a pontaria é perder o tiro. Não acertar o alvo da vida é malbaratá-la para sempre. Nós seremos o que quisermos ser.

Ora, uma resolução, tão importante como a nossa felicidade, não pode amadurecer prudentemente senão no recolhimento de sérias e longas reflexões, em que possamos utilizar o melhor das nossas energias espirituais. Onde as almas não se concentram na meditação aí não pode haver escolha consciente de um fim; onde a vida não se organiza conscientemente em vista de um fim a alcançar, aí há incoerência e dispersão de energias, isto é, ausência de caráter e fraqueza de vontade.

Não basta, porém, haver fixado um *ideal* à vida; é preciso ainda escolher os meios que nos levam a realizá-lo. A grande resolução — única e fundamental — que decide da orientação da nossa existência, devem suceder as resoluções, menores e parciais, com que abraçamos, cada dia e nas diferentes circunstâncias em que nos podemos encontrar, os meios apropriados ao conseguimento do ideal. Quais estes meios, um estudo atento no-los revelará sem dificuldade; como nos decidirmos a abraçá-los; ainda que penosos, a con-

sideração de que são indissolúvelmente unidos ao ideal que constitui o centro de toda a nossa vida, nos subministrará com o tempo as energias exigidas para a vitória das repugnâncias mais teimosas.

Uma e outra coisa, porém — tanto a direção da nossa vida para a sua verdadeira finalidade, quanto a adaptação dos atos particulares à sua atuação cotidiana — não se alcançam senão com este trabalho interior lento e constante que se opera no recolhimento, onde se concentram e intensificam as forças superiores da inteligência e da vontade.

Neste silêncio fecundo da meditação nós nos armamos contra todas as forças dissolventes do exterior. Quem refletir, quem tem a consciência nítida dos fins a alcançar, faz imediatamente, na multiplicidade das impressões dispersivas, uma seleção judiciosa. Elimina as sensações, leituras, conversas, relações, que constituem um obstáculo ao seu plano de perfeição; escolhe, cultiva — desenvolve as que lhe são favoráveis. E temos assim a *coerência* introduzida na vida; já não são ventoinhas que se agitam à mercê das variações do ambiente; são almas, são personalidades que têm consciência do que querem e governam os seus atos de um modo racional e harmonioso. Tantas e tantos, homens e mulheres, afora os atos obrigados, habituais da vida cotidiana, são incapazes de levar a termo uma tarefa qualquer que exija continuidade de esforços precisamente porque não se habituaram a prever um fim, num futuro distante, e organizar a atividade em função desse objetivo. Dissipam-se e esterilizam-se na incoerência das impressões fortuitas de cada hora.

Ao lado da incoerência é também o *imprevisto* que a meditação elimina da vida. A surpresa é um dos grandes inimigos das vontades fracas. Quem não prevê, não provê, e quem não provê é quase sempre vítima desarmada da primeira solicitação. Um convite, uma insinuação, um oferecimento não encontram nem podem encontrar resistências nas almas que vivem à superfície de si mesmas. Só as que,

na calma do recolhimento, organizam a própria atividade, preparam as reações correspondentes aos seus princípios, sabem aceitar e sabem rejeitar; sabem dizer sim e sabem dizer não. E que força admirável é a previdência! Um ato previsto, pré-imaginado é ato meio feito. Já há uma meia tensão psíquica orientada no sentido que facilita a ação. Vêde um exemplo em pequeninas coisas. Na vossa meditação da manhã vós organizais o vosso programa: consagrareis este quarto de hora à leitura espiritual, esta hora a este estudo, etc., etc., prevêes os obstáculos que vos poderão ameaçar a fidelidade ao vosso horário e o modo de resistir-lhes. Mais tarde, virá a tentação de uma curiosidade, a solicitação de uma companheira para uma distração frívola; a resposta já está preparada; o ato segue-se com rapidez e facilidade, não deixando tempo em meio para que a sedução presente de um prazer se venha sobrepor à utilização racional do vosso tempo, ao cumprimento exato dos vossos deveres. No fim do dia tereis feito o que queríeis fazer e não vivido à mercê dos acontecimentos exteriores ou dos estímulos e excitações passageiras das paixões de cada momento.

Numa palavra: a vida humana é uma luta e é preciso preparar o plano de batalha. O general que antes da refrega passa uma revista às suas tropas, pesa os seus recursos de ataque e de resistência, conhece as suas forças e as suas deficiências; mais, que observou o inimigo, as vantagens e desvantagens de sua posição, que explorou o solo com as suas accidentalidades, aclives e declives, com todas as oportunidades de aproveitamento que oferecem; que calculou e previu todos os movimentos estratégicos em resposta às possíveis manhas do inimigo, sem excluir a própria eventualidade de uma retirada em boa ordem no caso de um insucesso parcial e passageiro — este general entra em campo com todas as possibilidades da vitória e em hipótese nenhuma trairá a confiança que nele depositou a pátria. Nos combates ine-

vitáveis, que na vida individual de cada um de nós deve travar a vontade para assegurar o reino da razão e da virtude, este trabalho de preparação — condição essencial do triunfo, exige o hábito do recolhimento e da reflexão meditativa. Sem este olhar introspectivo lançado freqüentemente sobre a nossa vida interior — ou cada dia, a modo da meditação ordinária, ou de outros modos — não chegaremos nunca a um conhecimento exato de nós mesmos nem a uma utilização geral das nossas energias. Seremos sempre vontades fracas, incoerentes, expostas a todos os acasos e imprevistos, a exaurirem-se em veleidades estéreis.

E não param aqui as vantagens da meditação. Conhecer e dirigir tôdas as fôrças do nosso mundo interior é o primeiro requisito para bem aproveitá-las numa vida cheia. O segundo, porém, não menos indispensável é possuir um conhecimento exato e real das coisas. E aqui não nos é menos útil, menos necessária a reflexão que se concentra na solidão do recolhimento.

PLATÃO no Livro VII de sua *República* descreve-nos a célebre alegoria da caverna. Imaginai, diz êle, uns prisioneiros voltados para a face interior de uma caverna, sobre a qual uma luz externa projeta os raios de sua claridade. Entre a fonte luminosa e a caverna passam os homens, desfilam os objetos e as coisas, projetando às suas sombras na parede iluminada. Os pobres prisioneiros, impossibilitados de voltar a cabeça para trás ou para os lados, não terão da realidade mais que a imagem pálida, incompleta, sem relêvo, que lhes poderão dar as negras sombras projetadas no interior do antro. Não discutamos aqui a teoria do conhecimento cuja explicação o grande mestre de ARISTÓTELES quis ilustrar com esta alegoria. O que é certo é que são incontáveis os homens que passam pela existência sem ter da realidade das coisas mais que uma idéia superficial e fugaz como uma sombra.

E não é difícil pôr aqui em evidência os empecilhos psicológicos naturais — que explicam a generalidade dêste fato e de que só triunfam as almas que sabem preparar a energia da ação na calma do recolhimento. Nós pensamos por *palavras*. As coisas entram na nossa inteligência através das idéias que as representam, e as idéias nós as exprimimos e precisamos por meio da palavra. A palavra é, pois, de sua natureza, um sinal, sinal da idéia primeiro, depois da realidade. Esta substituição dos seres por um sinal, se tem as inúmeras vantagens de facilitar e simplificar o nosso trabalho intelectual, não deixa, porém, de oferecer os seus inconvenientes e, entre êstes, o que agora mais nos importa, o de nos determos superficialmente na rapidez do som sem nos esforcarmos por substituí-lo pela riqueza do seu conteúdo real. As palavras são curtas, cômodas, ligeiras; as coisas em si são pesadas e complexas. As palavras sucedem-se vertiginosamente na fluência contínua da leitura ou da conversa. As coisas, por elas assim evocadas, não podem deixar de ficar num estado de abstração vaga, imprecisa, vaporosa. É preciso um trabalho interior lento e continuado para efetuar aos poucos a substituição da palavra pelo objeto que representa, trabalho tanto mais lento e indispensável quanto mais elevada e rica em particularidades for a realidade concreta.

Um exemplo, em história. Pronunciai diante de um preparatoriano distraído a palavra “século XIII.” Que lhe evoca na alma êste nome? Um século, como os outros lá na Idade Média, que veio depois do século XII e antes do XIV, e no qual talvez a memória ainda lhe baste para situar um ou outro fato importante, que sobreviveu ao naufrágio do esquecimento em que desapareceram tantos outros. Repeti a mesma expressão diante de um historiador erudito que tenha meditado a fundo esta quadra da história medieval. Imediatamente, por uma série de associações agora espontâneas, mas outrora laboriosamente formadas pelo longo estudo, êste nome despertará uma civilização inteira. É na vida

intelectual o grande século em que floresceram TOMÁS DE AQUINO e BOAVENTURA, em que se fundaram, em Paris e Oxford, as primeiras Universidades, em que se iniciaram, com ALBERTO MAGNO e ROGÉRIO BACON, com regra e método, os primeiros estudos das ciências experimentais; é na ordem *artística* o século em que o estilo gótico realizou na arquitetura as suas maravilhas de elegância e simbolismo que ainda hoje admiramos nas catedrais de Paris, de Reims... em que DANTE ALIGHIERI ideou e compôs o mais belo poema que ainda saiu de uma imaginação de poeta. É na ordem *política* o século que assistiu na Inglaterra à elaboração da Magna Carta e o estabelecimento do Parlamento britânico, origem de tôdas as legítimas liberdades modernas, na França o reinado de S. Luís, na Espanha o de S. FERNANDO, em Roma, o pontificado de *Inocência III*. E as idéias vão despertando umas após outras, numerosas, ordenadas, a reconstituírem todo o apogeu admirável de civilização cristã que foi êste século glorioso, talvez o mais esplêndido que ainda contemplou a história.

Compreende-se então que nesté erudito aquêlo título século XIII não seja, como no nosso estudantezinho vadio, uma palavra quase vazia na sua pobreza esqualida, mas a síntese evocadora de uma realidade singularmente complexa, à qual naturalmente se associam os sentimentos de estima, admiração, entusiasmo.

Eis a grande vantagem da meditação: substituir as palavras pelas coisas, o abstrato pelo concreto, colocar-nos não em contato superficial com sinais de convenção, mas em face da realidade verdadeira e tangível das coisas.

Para o *governo da nossa vida moral* — onde principalmente se exerce o domínio das vontades viris — é ainda mais imprescindível esta substituição do nome pela realidade representada. Os valores que influem nas nossas deliberações são de ordem espiritual; não são do domínio inferior da sensibilidade, onde a cada palavra corresponde uma imagem

própria, haurida por experiência imediata do objeto em questão. Aos termos — mesa, cadeira, pão, cavalo, corresponde logo uma representação sensível própria, que, com bastante fidelidade, reproduz a realidade a que se refere. Os valores espirituais, os princípios de ordem superior por sua própria natureza não são suscetíveis de uma imagem sensível. Aqui, mais do que nunca, só a reflexão é que nos pode aos poucos pôr em contato com a realidade representada e resumida na palavra. A uma alma frívola, que vive sempre debruçada à janela dos sentidos, a colher impressões fugitivas, procurai dissuadir de uma ação menos correta dizendo-lhe que assim desagrade a Deus, perde a sua amizade, ofende a pureza dos seus olhos; vê-la-eis encolher os ombros e mostrar, neste gesto espontâneo, tôda a sua insensibilidade à força dêstes motivos. Nesta inteligência superficial à palavra Deus não corresponde quase nenhuma realidade. Estas quatro letras são pouco mais que um som vazio, o tesouro infinito de verdade, de beleza, de felicidade, que elas resumem é como se fôra inexistente. Desagradar a Deus não lhe significa o maior mal que possa cometer uma criatura; perder a sua amizade, a sua desdita suprema. Por sobre estas grandezas eternas; por sobre a importância destas conseqüências de uma gravidade extrema, ela passa, encolhendo os ombros, com um coração leve e despreocupado. — E o que exemplificamos na palavra Deus, aplica-se proporcionadamente à virtude, dever, consciência, honra, dignidade, graça, eternidade, etc., etc., em resumo, a tôdas as grandezas sobre que se baseia a nossa vida espiritual. É preciso meditá-las para substituir os sons pela realidade: é preciso enriquecer, com a reflexão, estas palavras magníficas para dar-lhes a eficácia poderosa nas nossas resoluções. Tôda aquela densidade de coisas e sentimentos que o estudo associou ao "século XIII" na alma do historiador, pode e deve a meditação acumular nestas expressões breves, que, transformadas assim em sínteses de pensamentos, emoções, impulsões vigorosas de amor, repulsões

enérgicas de aversão, irão desempenhar na nossa atividade tóda a ação de sua influência salutar.

Substituir a palavra pela realidade, vantagem inegável, não, porém, única. As palavras que são sinais das coisas, são também portadoras de tódas as sugestões do ambiente em que vivemos. Ouvimos continuamente um sem-número de juízos feitos sobre valores morais e que nos são transmitidos pela linguagem corrente. Juízos feitos; feitos por quem? Por esta mesma multidão que vimos há pouco, incapaz na leviandade de sua dissipação de descer ao fundo das coisas e julgar em harmonia com a verdade. Fala-se dos desregramentos de um jovem e lá sai um velho com o aforisma de sua sabedoria indulgentemente curta: "Deixá-lo gozar a juventude; os anos passam e não voltam mais."

E assim sobre a virtude, o prazer, o trabalho, a grandeza, o patriotismo, o desinterêsse, o sacrifício se vão multiplicando as fórmulas consagradas e a linguagem, no dizer de PAYOT, se vai transformando "no mais poderoso instrumento de sugestão que, em prejuízo dos espíritos de valor, possui a ignorância estólida (*sotte*) e vulgar." (*L'éducation de la volonté*, p. 112.) É preciso sacudir êste prestígio deprimente do meio, é preciso desenvolver a própria personalidade nesta atmosfera de vulgaridade, é preciso submeter os preconceitos triviais a uma crítica libertadora, é preciso fundar a grandeza da nossa vida sobre o valor real das coisas e não sobre a vaidade ôca das apreciações fúteis e apaixonadas. Mas sem a solidão e o recolhimento e a atenção reflexiva, como atingir êste magnífico resultado?

Depois de nos pôr em contato com a realidade, de sacudir o jugo humilhante dos juízos feitos, o hábito de meditar *vem ainda conservar-nos a presença psicológica das grandes idéias*, indispensável à sua ação orientadora. De modo geral, pode afirmar-se que a eficácia emotiva de uma representação é função direta da sua proximidade. Ledes no jornal da manhã que um grande terremoto destruiu a cidade de

Yokohama, no Japão. Passais adiante quase insensível. Chega-vos a notícia de uma inundação em Minas; multiplicam-se os pormenores; citam-se os nomes dos lugares atingidos, das famílias vitimadas, talvez as fotografias do desastre. O interêsse é maior; começais a compadecer-vos mais vivamente, e, amanhã, uma subscrição aberta em favor dos que ficaram sem teto encontrará, sem dúvida, a colaboração da vossa generosidade. Imaginai agora que a catástrofe não vos chegou pelas descrições dos jornais mas vos entrou na alma pelos vossos próprios sentidos. Presenciastes aquêlê descarrilhamento ferroviário, vistes a locomotiva precipitar-se num abismo, ouvistes os gritos dos infelizes, contemplanestes aquêlê espetáculo comovedor de corpos mutilados...

Talvez esta cena com as suas emoções não vos saia mais da imaginação por tóda a vossa vida. Como vêdes, os nossos sentimentos são tanto mais vivos quanto mais presentes são os estados psicológicos representativos que os provocam. Quereis que os vossos sentimentos que vos levam à prática do bem sejam fortes, eficazes, capazes de triunfar das sugestões do mal? Procurai entreter na consciência, *presentes*, os grandes princípios, os motivos superiores sobre os quais se fundam a virtude e o heroísmo. Cenas do Evangelho. Por que razão, tomam-se, num retiro, tantas resoluções generosas e, por algum tempo, pratica-se sem dificuldade o que antes havia parecido impossível? Porque a solidão do recolhimento, pondo uma surdina ao ruído ensurdecido das impressões sensíveis, põe-nos em condições de ouvir com atenção os conselhos das grandes verdades que salvam da mediocridade. A meditação não faz senão prolongar e estabilizar influência benéfica; uma das suas funções mais importantes é *entretêr* no campo da consciência ativa, a presença dos grandes princípios da nossa vida moral.

Com o emprêgo d'êste meio não sugerimos, portanto, nenhum artificialismo no nosso procedimento. Indicamos apenas o meio psicológico indispensável para utilizarmos as

nossas energias espirituais e pautarmos os nossos atos pela verdade das coisas. No engano, na ilusão, na superficialidade das aparências vivem as almas frívolas e dissipadas. As que amam a reflexão e nela vão haurir energias para uma vida melhor empregam os esforços racionais para integrar a sua vida na realidade das coisas e não comprometerem a sua felicidade na decepção de uma catástrofe sem remédios. E não deixa de ser consolador o ver, depois de tantos desvios, como pensadores católicos vêm a reconhecer implícita ou explicitamente a sabedoria educadora da Igreja. PAYOT consagra onze parágrafos de seu livro sobre a educação da vontade, a enaltecer as vantagens da meditação. Já ouvimos STANLEY HALL confessar como a Igreja em assunto de pedagogia tem mais que ensinar que aprender dos que estão fora do seu grêmio. Nos Estados Unidos, um russo, SOROKIN, atualmente um dos sociólogos mais conceituados, faz esta confissão: "Devemos reconhecer que, em meios práticos, estes educadores (medievais) conheciam mais do que nós estes problemas... Todos estes métodos são muito eficientes e, importa confessá-lo, muito apropriados no ponto de vista da ciência moderna. A leitura de livros, como os *Exercícios Espirituais* de INÁCIO DE LOIOLA, mostra claramente a visão profunda que tinha o seu autor do mecanismo da atividade humana e a sua genialidade na invenção de métodos eficientes para modificá-la numa direção desejada. Não é necessário acrescentar que a sua técnica é essencialmente psicológica e baseada na modificabilidade da psicologia humana." PITIRIM SOROKIN, *Contemporary sociological theories*, N. Y. 1928, p. 602.

Os educadores laicistas vêm assim a inculcar um método de há muito preconizado e praticado pela Igreja. Mas o método não é tudo; a Igreja não só nos convida a meditar, mas é a única depositária das grandes verdades, que, meditadas e vividas, fazem grandes os homens.

As almas valem pela repercussão que nelas despertam as coisas. Meditemos profundamente as riquezas investigá-

veis do nosso cristianismo; assimilemo-las neste trabalho interior e continuado de cada dia; plasmemos assim insensivelmente as nossas idéias e os nossos sentimentos nestes moldes divinos de nossa grandeza. Destarte, tudo o que é grande, tudo o que é nobre, tudo o que é belo logrará despertar, nesta natureza que o nosso esforço terá elevado à perfeição dos designios de Deus, ecos profundos, sonoros e inextinguíveis. Bem vale alguns minutos, consagrados cada dia à meditação fecunda, esta nossa valorização eterna e divina. Se, meditando-o, transformamo-lo em realidade, o plano do Criador, Deus poderá descansar em nossas almas o seu olhar de complacência, a contemplar-se a si mesmo nos reflexos de suas criaturas. Irradiar assim, em todo o esplendor de sua beleza, as perfeições divinas, é, ao mesmo tempo, dar a Deus tôda a sua glória e à natureza humana tôda a sua felicidade.

Rio, 7-X-930.

EDUCAÇÃO DA VONTADE

Ideal

O ideal para unificar os princípios.
Que é ideal — e como se forma.

Eficácia psicológica do ideal:

A. Na *inteligência*:

- a) *unifica* — subordinando as idéias motrizes;
- b) *consolida* e *intensifica* a sua ação ordenada.

B. Na *vontade*:

- a) *unifica* — as tendências volitivas evitando a dissipação;
- b) robustece evitando atos remissos; soldando a força das paixões à luz da idéia;
- c) *combate* os defeitos — diminuindo a agrura do sacrifício, retirando-lhes a seiva vital.

Pedagogos que exaltam a eficácia formadora do ideal.

O ideal permite a dedicação sem a qual toda vida humana se esteriliza.

As professoras do "Sacré-Cœur", 20-XI-930.

Se a vontade é a tendência para o bem conhecido intelectualmente, se os motivos que lhe orientam a escolha não exercem a sua força atrativa senão através da inteligência, é à formação superior do espírito que a pedagogia do caráter deve aplicar os seus primeiros cuidados. Convicções sólidas e profundas são a condição imprescindível de vontades esclarecidas, enérgicas e constantes. Os princípios racionais intimamente enraizados na alma projetam a sua luz, serena e igual, sobre as possibilidades da nossa escolha, orientando-a para a verdade.

O homem, que tem, assim, traçados por uma inteligência iluminada, os caminhos de sua vida, não se acha exposto, sem defesa, aos assaltos das paixões do momento ou aos conselhos insinuantes de interesses transitórios. Ao prazer ou à utilidade — que lhe venham tentar a unidade e a coerência de sua orientação moral, êle poderá opor, sem hesitações, o veto enérgico e intransigente de um princípio. As paixões, repelidas logo ao nascer, não se desenvolvem nem tomam esta violência de procela em que naufragam tantas liberdades mal protegidas. Como luzes sobre as coisas os princípios esclarecem a nossa atividade, de uma maneira racional, constante, coerente, cortando pela raiz as indecisões que enfraquecem. Como convicções ou certezas *em nós*, tornam possível o esforço, a continuidade da luta, as resistências heróicas que desfecham na paz da vitória. Apagar as certezas da inteligência é jarretear as energias da vontade. A dúvida não alimenta sacrifícios morais nem o ceticismo foi nunca escola de heróis.

Com inculcar profundamente nos espíritos a verdade das grandes leis que devem governar a nossa atividade livre, ainda

não está terminado o trabalho intelectual necessário à educação da vontade.

Devemos dar um passo além para a total unificação das idéias e das energias. Acima dos princípios, dominando-os e vivificando-os, é mister que brilhe na inteligência o esplendor do ideal. Está pronunciada a grande palavra suscitadora de tantos entusiasmos. Ante a sua magia fascinadora, tantas vezes cantada, é quase irresistível a tentação de fugir para as regiões aladas e etéreas da poesia. Parece que só neste ambiente florido pela imaginação se pode falar do ideal dignamente, sem o descoroar do prestígio em que reside todo o mistério de sua força. E no entanto havemos de resistir friamente à tentação sutil. Falaremos do ideal, mas estudando-o em sua realidade psicológica, calma e positivamente. O que parece perdido de encanto nas louçanias da forma será amplamente compensado pela solidez duradora do pensamento.

Deveríamos naturalmente começar por definir o ideal. Mas é possível? É possível submetê-lo à análise dissecadora do pensamento sem lhe destruir a natureza? Tomai uma destas essências que se exalam espontaneamente das nossas flores; encerrai-a nas provetas de um laboratório; submetei-a à ação analítica dos reagentes químicos; examinai agora o que vos ficou entre mãos; um pouco de oxigênio e hidrogênio, de carbono e azoto. Que é daquele perfume que antes vos inebriava? Que vos resta? A saudade de uma lembrança ante a desilusão de uma realidade. O aroma era aquela síntese misteriosamente elaborada pela vida da planta. A análise destruiu-a; o perfume volatilizou-se para sempre.

Não seria também o ideal, como uma essência preciosa, refratária à curiosidade investigadora de minúcias? Uma tentativa de exame não seria para o ideal uma tentativa de vida? Para os que fazem do ideal uma quimera; sim. As quimeras vivem nos domínios da ficção imaginosa; chamadas ao terreno positivo das realidades, esvaecem. Para os que nele vêem a expressão mais alta da verdade a realizar-se, não. O ideal é uma quimera, um sonho sem consistência com

que nos embalamos nas horas vagas; uma fuga para o desconhecido, para o incerto, com que nos momentos de devaneio nos desforramos dos sofrimentos amargos que nos inflige o prosaísmo da realidade dura. A eficácia profunda da sua ação tonificadora da vontade está precisamente na consistência e na solidez de sua verdade.

Tomai um indivíduo, um homem, por exemplo. Eliminaí as suas notas individuantes, os caracteres particulares, próprios, que o distinguem dos outros da sua espécie; conservai somente os elementos comuns a todos e que nós resumimos na definição da nossa espécie: animal racional. Formastes assim a *idéia* de homem. Sublimai-a agora; enriquecei-a com o que vistes de mais perfeito nas realizações humanas que vos são conhecidas. Mais; dai-lhe ainda tôdas as perfeições de que é suscetível a natureza humana e que a vossa razão vos diz possíveis sem ultrapassar os limites específicos desta natureza, sem a transformar, por exemplo, numa natureza de anjo. Chegastes então a formar o *ideal* do homem. Este *ideal* não é uma ficção; é a verdade humana elevada ao expoente máximo de sua perfectibilidade. Quando, amanhã, cruzardes os indivíduos humanos que se movem ao redor de vós é, espontaneamente aferindo-os por aquela craveira, que vós os medis. Se vós tendes a ventura de encontrar um destes homens, em que se realizam, de modo extraordinário, aquelas qualidades de inteligência, caráter e coração com que haveis dotado o vosso ideal, dizeis, quase sem o sentir: Ah! êste sim! Êste é *verdadeiramente* um homem. O *ideal* é, pois, a *verdade no máximo de sua plenitude*.

Como tôdas as coisas são verdadeiras e a tôdas podemos aplicar o processo de abstração que indicamos acima, de tôdas podemos formar outros tantos ideais. É o que confirma a linguagem comum: foi um passeio ideal; é uma família ideal; é um governo ideal. Por vezes desperdiçamos a grande palavra com prodigalidade injustificável. Para o nosso estudo o que mais importa são os ideais que formamos

da nossa atividade, da nossa atividade profissional, da nossa atividade humana. Quanto dissermos adiante, restringe-se, ainda de modo particular, à atividade humana, moral, em toda a sua amplitude. Aqui, é que o ideal desempenha a sua função mais importante, como elemento formador da vontade. Aliás, o ideal profissional, quando bem formado, funde-se como parte necessária no ideal humano. Não será um homem perfeitamente bom o chefe de Estado que não consagra ao bem da pátria o melhor de suas luzes e energias. Não realizará o ideal da mulher a mãe de família para quem o lar não fôr o primeiro beneficiário de seus tesouros de delicadeza, dedicação e afeto. Concentramos, portanto, com fundamento a nossa atenção sobre o ideal humano, em toda a extensão de sua universalidade. É o mais importante; é o que envolve todos os demais. "Prefiro ser maior como homem do que como artista," dizia BEETHOVEN.

Assim definido, o ideal desempenha na nossa vida psicológica um papel primordial; sua ação penetrante invade toda a nossa estrutura interior das alturas serenas da inteligência à região tumultuosa das paixões.

No mundo superior das idéias diretrizes da vida, o ideal *unifica e consolida*.

Para explicar este fenômeno psíquico da unificação, PAYOT¹ recorreu a uma comparação expressiva, depois dele repetida muitas vezes. Tomai uma solução salina; mergulhai nela um pequenino cristal, e deixai repousar o líquido, sem agitações, na tranqüilidade de um laboratório. Pouco a pouco todas as moléculas, quimicamente idênticas ao cristal-núcleo, atraídas por afinidades misteriosas, se vão depositando umas após outras, numa regularidade maravilhosa, sobre as suas faces, aumentando-lhe o volume sem lhe destruir a perfeição das formas geométricas. Se este trabalho de cristalização lenta se puder prolongar, sem abalos, por semanas e

¹ PAYOT, *L'éducation de la volonté*, p. 94.

meses, chegareis a obter um destes magníficos exemplares de formas cristalinas que são a ufania de um museu.

Eis o benefício que produz o ideal no interior de uma alma. Todo estado psicológico forte, mantido no primeiro plano da consciência, tende, espontaneamente, por um fenómeno análogo ao da cristalização, a assimilar progressivamente todos os estados da mesma natureza — intelectuais e afetivos, avultando, fortalecendo-se, dominando-os a ponto de poder exercer uma soberania absoluta. A consciência unifica-se, jerarquizando-se. Tratando-se de idéias-fins, de bens ou motivos que devem orientar a nossa atividade, esta unificação jerárquica é o grande elemento de clareza e de força. Nas causas finais como nas causas eficientes subordinadas à ação das causas intermediárias é condicionada pela sua relação com as últimas. Por outra, as causas que para moverem precisam ser movidas, dependem de uma causa que move e é imóvel. Suspendei uma corrente a um gancho fixo no teto. Cada elo intermediário sustenta os que se lhe seguem e é sustentado pelos que o precedem. Nesta causalidade seriada tudo depende do gancho fixo; arrancai-o e toda a corrente ruirá por terra. Nas causas finais, mesma dependência. Os bens particulares tiram toda a sua eficácia motriz da sua relação de meios para o bem supremo que, só, satisfaz integralmente a nossa capacidade volitiva. A presença de um ideal realiza de uma maneira consciente esta subordinação unificadora de motivos. No alto da inteligência, envolvido em magníficos esplendores, fulge, claro e distinto, o fim da nossa vida, o melhor, o ótimo que desejamos realizar, e à sua luz se vão dispondo, em escala racionalmente ordenada, todos os valores humanos. É a clareza do fim e, com ela, a ordem dos meios. Que numa alma se extinga esta estrela unificadora e toda a vida entra logo a sofrer as consequências dissolventes desta desorganização interior. Não se apresenta nenhum fim, nenhum motivo de agir? É a inação, a inércia, a apatia estéril e imóvel. Apresentam-se

à mercê das circunstâncias, fins ou bens particulares, não articulados organicamente a uma finalidade suprema? É a incerteza, a indecisão, a dispersividade. É a nau sem bússola e sem leme, balouçada pelo capricho das vagas, joguete da violência dos ventos. É o homem para o qual cada manhã traz um alvitre, cada paixão impõe uma tirania, cada interesse, uma orientação. Poderá haver atividade febril, mobilidade sem descanso; não há constância, não há continuidade, não há realização de grandeza que figure, console e explique o porquê da vida. Como a nau sem bússola será uma existência que, agitada pelas procelas, acabará sem porto despedaçando-se na insídia do primeiro parcel.

O ideal unifica e *consolida*. Um efeito é corolário espontâneo do outro. A unidade e o ser se identificam. Destruístes a unidade de um ser; destruístes o próprio ser. E quanto mais se eleva uma coisa na jerarquia da perfeição tanto mais inseparável é a unidade da sua existência. Tomai um brilhante; parti-o; já não tendes o primeiro ser; mas tendes ainda dois brilhantes menores, a natureza do todo encontra-se em cada uma das partes. Tomai agora um ser vivo, esta jóia alada que é um colibri; dividi-o pelo meio. O que vos ficou nas mãos já não é o colibri vivo e cintilante de há pouco; já não são dois colibris menores; será tudo o que quizerdes — um punhado de matéria organizada em via de decomposição; colibri, não. Com a unidade perdeu a existência e a própria natureza.

Mesmo nos seres que não têm uma unidade física, natural, mas só exterior e artificial, ainda esta unidade menos condiciona com a sua existência o seu valor.

Não sei se vos lembrais ainda da grande batalha naval de Tsushima. Entrava a esquadra russa no mar Amarelo, majestosa e temível na correção técnica de sua linha de combate. De repente, no dobrar de uma península, sai-lhe inesperada a flotilha de torpedeiros japoneses. Mais de 100 destas naves, pequenas, ágeis, velozes, introduzem-se em poucos ins-

tantes no interior das linhas russas, canhoneando, torpedeando mas principalmente desorganizando. Ao cabo de alguns minutos mais de 60 haviam soçobrado, mas a frota moscovita está inteiramente desarticulada. Dêstes couraçados e cruzadores desorientados aproximam-se então rapidamente as grandes belonaves de Tojo e as envolvem numa saraivada infernal de fogo e aço.

Poucas horas depois, da grande esquadra russa, uma das primeiras do mundo, restavam apenas alguns raros destroços a flutuarem, aqui e ali, na insensibilidade tranqüila dos mares. Perdeu a sua unidade e com ela toda a sua força, toda a sua capacidade de resistência e de vitória.

É uma lei geral: a unidade mede a existência e o valor dos seres. Desta lei não se furta a nossa atividade intelectual. Idéias desagradáveis, esparsas, incoerentes: mentalidade inferior. Os desditosos que começam a ser clientes da psiquiatria, são todos feridos na integridade de sua síntese mental. Os loucos, são-no precisamente porque não conseguem fundir num todo coerente a multiplicidade de seus estados psíquicos. Fixá-lhes no espírito a idéia de que são reis; a lembrança do seu passado, um olhar atento para tudo o que os cerca bastaria para chamá-los à realidade, e dissuadi-los da realeza. Mas estas idéias não se fundem num todo orgânico; umas não corrigem as outras e a impotência de as sintetizar é precisamente sintoma do enfraquecimento cerebral. Sem ralar por extremos tão dolorosos: menos unidade interior, menos poder de inteligência. Os talentos superiores, os gênios caracterizam-se precisamente pela força de sua capacidade sintética, unificadora. Estes espíritos privilegiados vêem, através de poucas idéias, toda a complicação da realidade que as inteligências menos perspicazes não esgotam, e ainda assim mal, senão multiplicando as considerações e os aspectos. Onde as mediocridades dispersam, os gênios unificam.

A distinção das inteligências em superiores e inferiores,

em gênios e talentos, é tirada de seu poder especulativo. Mas das inteligências práticas vale o mesmo princípio geral. O homem será tanto mais ativo e realizador, quanto melhor conseguir a unificação das suas idéias-motivos, diretrizes da ação. E eis-nos chegados à conclusão que mirávamos. O ideal — realizando do modo mais perfeito esta síntese harmoniosa das nossas idéias-motoras, organizando num todo coerente os fins particulares das pequeninas ações de cada dia subordinados pela relação consciente ao fim supremo de toda a nossa existência — dá, a toda estrutura intelectual que serve de base indispensável à ação, toda a coesão de sua unidade e, com a unidade, a consistência de uma solidez superior ao embate de todas as forças *dissolventes*.

Não se limitam à organização dos elementos intelectuais os benefícios de um ideal; sua ação benéfica estende-se outrossim ao domínio das tendências, volitivas e sentimentais. Depois de nos abrir os olhos e no-los conservar fixos na contemplação de uma grandeza e de uma beleza mais alta entra também a despertar, estimular, coordenar o que há de melhor nas aspirações da alma. Antes, o ideal não é digno deste nome senão quando começou a interessar profundamente as forças da nossa vida afetiva. Enquanto é só luz, não passa de uma grande idéia; quando se transforma em calor e nos aquece e abrasa e inflama, então sim, principia a ser ideal. Esta estrela orientadora da nossa existência não pode ser só uma *idéia-vista*; há de ser também uma *idéia-querida*. Como praticamente soldar a idéia privilegiada ao que há de mais profundo nas aspirações da nossa vontade e de mais enérgico na força de nossas paixões, vê-lo-emos mais tarde em estudo especial. De passagem diremos que o meio mais eficaz é a meditação. Almas dissipadas e frívolas nunca chegarão a formar um ideal nítido da vida e, menos ainda, a transformá-lo em norma eficaz de ação. Tudo o que há de grande e útil, todo o trabalho fecundo na humanidade é obra dos meditativos. Quem o afirma é J. PAYOT.

que dos cinco livros de que se compõe a sua obra sobre a educação da vontade, dois consagra-os êle à necessidade, importância e eficiência da reflexão meditativa, na formação do caráter. Há vinte séculos que o sabe e inculca a Igreja católica. Quando tanto insistimos sobre êste exercício indispensável a toda vida interior séria, não fazemos senão bater sobre um ponto capital de psicologia humana, comprovado por uma experiência sem exceções e ao qual, como vistes, voltam os psicólogos mais modernos, alguns deles, os acatólicos, algumas vezes com ares de descobrir o que apenas haviam esquecido.

Suponhamos, porém, concluído ou, pelo menos, bem encaminhado êste trabalho interior de embeber o ideal no mais vivo dos nossos afetos, para averiguarmos logo o elemento de força, disciplina e organização que êle introduz nesta segunda metade da nossa vida psíquica. Os resultados são aqui paralelos aos que já estudamos na vida intelectual.

O ideal começa por *unificar*, para robustecer e intensificar pela condensação das forças. A fonte primeira da perda de tantas energias espirituais está na sua *dissipação* irrefletida. Dilapidamos os nossos bens porque queremos desordenadamente. Não orientamos os nossos atos numa só direção. Fazemos como aqueles peregrinos extravagantes que davam quatro passos para diante e três para trás. Como exercício de penitência, passe; como meio de progredir e ganhar distância, não é a mais prática das soluções. Assim se dispersa também a nossa atividade volitiva, por inúmeros objetos que se lhe oferecem ao acaso das circunstâncias. Sucedem-se os atos sem nenhum nexos e, muitas vezes, contrários uns aos outros. Perdemos durante o dia em dissipações voluntárias o que havíamos adquirido da manhã em recolhimento interior. Desfazemos com as conversas de roda menos escolhida os efeitos salutarés de uma boa leitura. A soma algébrica de todos êstes atos é nula ou quase nula. Ficamos a marcar passo toda a vida. O resultado final, o que

se conseguiu realizar: ou nada ou pouco mais que nada. Só a força do ideal pode restituir-nos aos poucos a unidade do querer, pode organizar em séries ascendentes os nossos esforços continuados. Dirigidas para o mesmo alvo as forças somam-se, e as conquistas da nossa perfeição não se proporcionam a restos insignificantes de subtrações mas à adição de parcelas integralmente aproveitadas. Unificamos; primeira vantagem: intensificamos, segunda.

Realizamos pouco porque queremos remissamente. Deixamos-nos muitas vezes embalar ou solicitar por uma multiplicidade de desejos incoerentes; neste contraste interior, terminamos a luta por uma inclinação fraca, imposta, muitas vezes, pela simples necessidade de entrar em ação. E assim se vão sucedendo as nossas escolhas, lânguidas, sem vigor, sem decisão. Passam os dias, passam as semanas e os meses, passam os anos e passa a vida e não se levou a termo coisa alguma digna do homem. O trabalho supremo da perfeição moral, sempre adiado, nunca empreendido com resolução, aí fica em simples esboço, triste monumento de uma vida irreparavelmente perdida. — Acendei nesta vontade anêmica a chama viva de um ideal generoso. “A paixão, escreve T. RIBOT, representa na ordem afetiva o que na ordem intelectual representa a idéia fixa.” A idéia fixa é “atenção permanente”, é a idéia que absorve todas as energias intelectuais em seu proveito; que deixa empalidecerem na penumbra todas as outras idéias que com ela não se relacionam ou não a interessam e alimentam.

A paixão é a grande força de alma que canaliza para o seu objeto todas as energias psicológicas e supera vitoriosamente os obstáculos que se opõem aos seus desejos. Desorientada, pode provocar — como as forças desencadeadas da natureza, catástrofes terríveis e fatais. Posta a serviço do ideal, orienta, com vigor, toda a nossa atividade para o conseguimento efetivo de sua perfeição. Eis aproveitados todos os recursos da nossa vida espiritual. Já não nos acha-

mos diante de atos fracos, sem tonalidade psíquica elevada, como são os produzidos pelo atrativo dos bens frágeis e efêmeros que nos vão fortuitamente solicitando os desejos. A paixão, mobilizada e nobilitada pelo ideal, vivifica com o seu sopro ardente os mais insignificantes dos nossos atos comunicando-lhes calor, energia e entusiasmo. Todo o nosso ser apruma-se para o alto. As forças afetivas, como antes as intelectuais, concentram-se na unidade, e unificadas ganham em intensidade vigorosa. É o máximo de utilização da nossa vida; é a vontade, faculdade da ação por excelência em toda a plenitude do seu desenvolvimento. Compreendemos agora todo o sentido da expressão de ROOSEVELT: “Não tem valor o indivíduo que não se acha animado de uma profunda devoção a um ideal.” (Ap. EYMIEU, trad. it. p. 198.)

Enquanto assim de um modo positivo abrimos caminho a uma expansão harmoniosa de todas as nossas energias, quase sem o percebermos, encontramos o método mais eficaz de combatermos os nossos defeitos, os grandes inimigos da realização plena e perfeita de nós mesmos. Defeitos temos e provavelmente teremos sempre. Combatê-los é uma necessidade imperiosa, pretender chegarmos à nossa perfeição humana, e mais ainda cristã, sem esforço, sem luta, sem sacrifícios, ilusão e quimera.

Mas há modo e modo de dar combate aos defeitos. Vêde este pobre viajante, que, olhos fitos na terra, entre penedias agrestes e caminhos pedregosos vai custosamente subindo a montanha. Toda a sua atenção, absorve-a a sensação da fadiga, a vista dos obstáculos presentes, a previsão das novas dificuldades que se irão multiplicando pela encosta acima. Oh! como é duro e penoso subir assim!

Levantai a cabeça a este abatido peregrino, apontai-lhe aos olhos humilhados a beleza das alturas, fixai-os na eminência dominadora destes cimos que a neve reveste de sua brancura imaculada e o sol envolve na púrpura de seus esplendores. Desviai-lhe a atenção destes caminhos hirtos de

cardos e pedregulhos e alegrai-a com a esperança dos panoramas que, em breve, se desdobrarão, magníficos, ante a sua contemplação extasiada. Dei um ideal a êste viandante sem alento. Oh! como é bom e agradável subir assim!

Como há sũbir e subir, subir com os olhos presos em terra, subir com os olhos fitos no alto, assim há lutar e lutar contra a vivacidade tenaz dos nossos defeitos. Quem todo se fixa neste combate penoso, sente-lhe, decuplicada, a aspe-reza ingrata. O sacrificio absorve-lhe diretamente tôda a atenção. E o sacrificio em si é duro, em si não é amável. — Combater os defeitos, olhos fixos no ideal, é concentrar imediatamente o pensamento num bem, no maior de todos os bens; pelo sacrificio não se passa, senão rapidamente e como de fugida, como por um meio indispensável. O olhar está enlevado pelo encanto das cimas douradas e não sofre tanto as agruras da ascensão. A vontade está dilatada pelas esperanças e pelo amor de um grande bem, não sente tanto o pungir das pequeninas ou grandes privações que lhe condicionam a posse feliz.

Mais ainda. Não só se dulcifica o acre do sacrificio; mas os próprios defeitos perdem muito de sua força e resistência recalcitrante. São limitadas as energias da nossa alma. Ponde-as tôdas, coordenadas, a serviço do ideal dominador; os defeitos irão caindo por si, por falta de sangue que os alimente, por inanição. Já não é necessária a intervenção cirúrgica da poda; a seiva vital bem aproveitada irá tôda aos ramos que trazem promessas de flores e frutos e deixará marcharem atrofiados os galhos inúteis. Quem de vós já não fêz esta experiência consoladora? Quando vos enche a alma uma grande idéia, quando sentis inflamada a vossa vontade no desejo ardente de a transformar em realidade viva, como se enfraquece o poder das tentações, como os defeitos ao assomarem à flor da consciência se retiram quase confusos, sentindo-se notas desafinadas no concêrto que envolve a alma de suas harmonias! O ideal tende a tornar habitualmente

presente esta expansão harmoniosa da vida em que tudo o que nos diminui, tôdas as nossas deficiências — *defectus* — destoam como discordâncias, repelidas espontâneamente pela tonalidade geral da vida que se eleva na ordem. E aí temos mais outro dos grandes efeitos do ideal: economizar as nossas forças interiores, empregando-as diretamente na elevação para o bem, sem prejuízo da eficácia no resultado da luta contra os defeitos.

Não há pois maravilharmo-nos a' unanimidade com que os educadores da vontade exaltam a importância dêste fator que não pode ser substituído por outro.

FERRIÈRE: "O dom de si a um ideal — saúde das nações, progresso da raça, vitória do espírito sôbre a matéria, consagração a valores religiosos, obediência ao imperativo da consciência ou à vontade de Deus — é a condição *sine qua non* de dar um significado à existência e unir em feixe coerente tôdas as energias sãs da personalidade." (*La coéducation des sexes*, p. 18.)

PASTEUR: "A grandeza das ações humanas mede-se pela inspiração que lhes dá nascimento. Feliz aquêle que traz Deus em si, um ideal de beleza e que lhe obedece: ideal de arte, ideal da ciência, ideal da pátria, ideal das virtudes do Evangelho. São estas as fontes das grandes ações e dos grandes pensamentos. Todos iluminam-se com os reflexos do Infinito." Ap. L. ROUZIC, *Se perfectioner*, pp. 25-56.

O ideal ilumina, concentra, valoriza tôda a nossa vida porque arranca-nos à esterilidade do egoísmo acanhado. Quem não soube encontrar uma grandeza superior a si para consagrar-se todo à sua atuação dobra-se sôbre si mesmo, dispersa-se nas satisfações de seu pequenino individualismo e nelas malbarata improdutivamente o grande capital da vida. — Não há talvez vício mais sórdido e repugnante que o da avareza. O dinheiro, desviado da sua finalidade natural, degenera em ídolo ante o qual queima incenso indevido o avarento inútil. O egoísmo, estendido à orientação comum dos atos humanos, generaliza esta desordem ingênita e anti-

pática da avareza. O que faz o avaro com o ouro, faz com tudo o mais o egoísta: desvia os seres — homens e coisas — dos seus destinos naturais para escravizá-los a um prazer desordenado. O homem não realiza na sua plenitude as virtualidades de sua natureza, se não sabe *dedicar-se*. E não pode dedicar-se quem, acima de si não tem a iluminar-lhe as ações e a estimular-lhe a generosidade, o esplendor atraente de um ideal. E, como veremos na próxima palestra, todos os ideais puramente humanos não enchem as nossas aspirações infinitas de melhor, como todos, cedo ou tarde, nos podem fugir, na amargura de uma decepção sem remédios, Deus e só Deus pode dilatar ao máximo as nossas capacidades de dedicação, só Deus pode dar à grandeza humana, com a plenitude de sua valor, a paz suprema de sua felicidade. Só o Infinito pode ser o ideal digno do homem.

Qual em concreto este ideal, capaz de exercer toda esta eficácia que lhe acabamos de atribuir, é o assunto que, se Deus quiser, trataremos no ano próximo, em que estudaremos o ideal cristão na pedagogia do caráter. Todos os ideais terrenos, cedo ou tarde, empalidecem e extinguem-se. Todos eles são caducos, todos finitos, todos eles, cedo ou tarde, nos hão de fugir na amargura de uma decepção sem remédios. E fica-nos sempre na alma

*A eterna aspiração insatisfeita
De uma eterna beleza mais perfeita
Que oriente o sentido do viver.*

Deus e só Deus pode dilatar ao máximo as nossas capacidades de dedicação; só Deus pode dar à alma humana, com a plenitude de seu valor, a paz suprema de sua felicidade. Só o Infinito pode ser o ideal digno do homem, talhado por Deus para grandezas imortais.

A. M. D. G.

Rio 7-VIII-931.

O IDEAL

Importância — e formação do ideal.

1 — Sua ação unificadora na inteligência.

Sua ação na vontade:

- a) impedindo a dispersão,
- b) intensificando o querer,
- c) facilitando o combate aos defeitos.

A formação compreende duas tarefas distintas, capitais, ainda que de importância desigual: a aquisição das técnicas, a educação da personalidade. Pela primeira asseguramos a nossa competência profissional; pela segunda, elevamos o nosso valor humano. Já o vimos; demos um passo adiante.

No trabalho formador da personalidade, desempenham um papel de importância insubstituível a constituição e o amor de um *ideal*.

Entre as alegrias da Páscoa e num auditório de jovens é grato falar em assunto que suscita tantos entusiasmos, é até quase irresistível a tentação de fugir para as regiões aladas e eternas da poesia. Parece que só neste ambiente florido pela imaginação se pode falar do ideal dignamente, sem o descoroar do prestígio em que reside todo o mistério de sua força.

E no entanto havemos de resistir friamente à tentação sutil. Falaremos do ideal, mas para estudá-lo em sua realidade e eficiência psicológica, serena e positivamente. O que parece perdido de encanto em louçanias da forma das suas emoções estéticas, será amplamente compensado pela solidez duradoura dos pensamentos e das convicções fundadas.

Deveríamos naturalmente começar por definir o ideal. Mas é possível? É possível submetê-lo à análise dissecadora do pensamento sem lhe destruir a natureza. Tomai uma destas essências delicadas que se exalam espontaneamente das nossas flores; encerrai-as nas provetas de um laboratório; submetei-a à ação analítica dos reagentes químicos; examinai depois o que vos fica entre as mãos: um pouco de O, H, C e Az. Que é daquele perfume que há pouco inebriava? Que nos resta? A saudade de uma lembrança ante a desi-

lução de uma realidade. O aroma era aquela síntese misteriosamente elaborada pela vida da planta. A análise destruiu-a; o perfume volatilizou-se para sempre.

Não seria também o ideal como uma essência preciosa refratária à nossa curiosidade investigadora? Uma tentativa de exame não seria para o ideal uma tentativa de vida? Para os que fazem do ideal uma quimera, sim; as quimeras vivem no domínio da ficção; chamados ao terreno da realidade, esvaecem como uma sombra sem consciência. Para os que nele vêem *a expressão mais alta da verdade a realizar-se*, não. O ideal não é uma quimera, um sonho em que nos embalamos nas horas de descanso; uma fuga para o desconhecido, para o incerto, com que nos momentos de devaneio (*rêverie*) nos desforramos dos sofrimentos amargos que nos inflige a realidade dura. A eficácia profunda de sua ação tonificadora da vontade está precisamente na consistência e na solidez de sua verdade.

É o que ressalta do *processo psicológico* com que o formamos. Tomai um indivíduo, um homem por exemplo (partimos da realidade concreta, submetida à nossa observação); eliminai as suas natais individuantes, os caracteres particulares próprios que o distinguem dos outros da sua espécie (pelos quais é Pedro e não Paulo); conservai somente os elementos comuns a todos e que nós resumimos na definição da nossa espécie: animal racional. Formastes assim o *tipo*, a *idéia* do homem. Sublimai-a agora; enriquecei-a com o que vistes de mais perfeito nas realizações humanas que vos são conhecidas — inteligência, memória, bondade, grandeza d'alma, harmonizai-as num todo coerente do qual se eliminem os defeitos, tendes o ideal do homem. Este ideal não é uma ficção; é *a verdade humana elevada ao expoente máximo de sua perfectibilidade*. Amanhã, quando cruzardes os indivíduos humanos que se movem ao redor de vós é espontaneamente, aferindo-os por aquela craveira, que os medis e julgais. Se tendes a ventura de encontrar um destes homens em que se realizam, de modo extraordinário, aquelas

qualidades de inteligência, de caráter e de coração em que havia estado o vosso ideal de homem, porque pareciam integrar a sua perfeição, dizeis quase sem o sentir: ah! êste sim, êste é *verdadeiramente* um homem. O *ideal* é pois a *verdade* no máximo de sua plenitude, “a verdade limite para a qual tende um ser em seu verdadeiro desenvolvimento”.

Ao lado dêste elemento puramente intelectual que acabamos de assinalar, o ideal, como elemento de formação da personalidade, *inclui também um fator afetivo*. Não é só uma idéia vista, é também uma *idéia querida*. Não é só uma contemplação; é também um desejo, um amor, um entusiasmo. A coexistente dêste elemento volitivo explica-se com facilidade. Ante o espetáculo de um ser na plenitude de sua perfeição, ante a realização possível da nossa natureza em todo o desabrochar das riquezas de sua seiva, que alma bem nascida poderá conservar-se indiferente? que coração nobre não sentirá despertarem as suas energias mais profundas num desejo de atingir a perfeição entrevista. E aí tendes como naturalmente o ideal, — verdade e bem — colocado no vértice da nossa alma, a domina tóda, interessando-lhe vitalmente inteligência e vontade.

Como vêdes, já restringimos o nosso estudo a um tipo determinado de ideal: o ideal da vida. O processo de abstração que indicamos pode aplicar-se a qualquer natureza ou a qualquer ser e levar-nos à formação de ideais — menores, secundários, particulares. Assim, na linguagem comum dizemos tantas vezes: foi um passeio ideal; é um governo ideal. Não raro até desperdiçamos a nobre palavra com prodigalidade injustificável — aqui queremos referir-nos unicamente ao ideal que formamos da nossa atividade, da nossa atividade profissional, da nossa atividade humana. Quanto dissermos adiante restringe-se ainda de modo particular à atividade humana, moral, em tóda a sua amplitude. Aqui é que o ideal desempenha a sua função mais importante, como elemento formador da vontade. Aliás o ideal profissional, quando bem formado, funde-se como parte

necessária no ideal humano. Não será um homem perfeitamente bom o chefe de Estado que não consagrar ao bem da pátria o melhor de suas luzes e energias; não será uma boa mulher a professora, para qual os seus alunos não sejam os beneficiários privilegiados de seus tesouros de delicadeza, dedicação e afeto (mais tarde, quando se tratar da escolha prática do ideal, voltaremos sôbre o assunto). Concentramos, portanto, com fundamento, a nossa atenção sôbre o ideal humano, o ideal da vida, em tóda a extensão de sua universalidade. É o mais importante; é o que envolve todos os demais. “Prefiro ser maior como homem, do que como artista”, dizia BEETHOVEN.

Assim definido, o ideal desempenha na nossa vida psicológica um papel primordial; sua ação penetra em tóda a nossa estrutura interior das alturas serenas da inteligência até as regras tumultuosas das paixões.

No mundo superior das nossas idéias, o *ideal unifica e robustece*.

A unidade é o segredo da existência e do valor dos seres. Destruí a unidade de um ser? destruístes o próprio ser. E quanto mais se eleva uma coisa na hierarquia da perfeição tanto mais inseparável é a unidade da sua existência. Tomai um brilhante; parti-o; já não tendes o primeiro ser, mas tendes ainda dois diamantes menores; a natureza do todo encontra-se em cada uma das partes. Tratava-se de um mineral imperfeito, homogêneo. Tomai agora um ser vivo, esta jóia alada que é um colibri; dividi-o pelo meio. O que vos ficou entre as mãos já não é o colibri vivo, cintilante, de *há pouco*; já não são dois colibris menores; será tudo o que quiserdes; um punhado de matéria organizada em via de decomposição; um colibri, não. Com a unidade perdeu a própria existência e a própria natureza.

Nos seres que só possuem uma unidade *acidental* (explicar) a regra é a mesma: a unidade condiciona a existência e o valor. Tomai um exército; que é que lhe constitui a força? a organização, a disciplina, a hierarquia, isto

é, a *unidade*. Destruí esta unidade, já não tendes um exército: tereis uma multidão de homens, desarticulados, dispersos, incapazes de uma ação coordenada, e eficiente, vítimas do primeiro pânico ou primeiro medo coletivo. Com o vínculo da organização, desaparecem a unidade, com a unidade, a existência, o valor, a eficiência militar.

O nosso mundo interior é também uma realidade muito complexa: idéias, sentimentos, emoções entrecruzam-se e sucedem numa atividade contínua. Se nesta multiplicidade viva não há senão idéias desagregadas, esparsas, incoerentes, desejos encontrados, caprichos efêmeros, o nosso eu, sem organização nem ordem, desagrega-se numa fraqueza irremediável. Acham-nos sem dúvida em face de uma mentalidade inferior; na sua expressão extrema e mórbida esta ausência de síntese mental coincide com a própria loucura. Normalmente, sem atingir estes extremos, acompanha e explica as vidas fúteis, estéreis, que de decadência em decadência marcham para a inutilidade completa.

Ora, que é que introduz, conserva e defende a nossa unidade interna e com ela o nosso vigor? É precisamente o *ideal*. Ele representa na nossa vida um *centro de atração*. Uma analogia poderá explicar a importância desta função. Tomai uma solução salina; mergulhai nela um pequenino cristal e deixai repousar o líquido, sem agitação, na tranquilidade de um laboratório. Pouco a pouco todas as moléculas idênticas ao cristal-núcleo, atraídas por afinidades misteriosas, se vão depositando, umas após outras, numa regularidade maravilhosa, sobre as suas faces, aumentando-lhe o volume sem lhe destruir a perfeição das formas geométricas. Se este trabalho de cristalização lenta se puder prolongar sem abalos por semanas e meses, chegareis a ter uma destas magníficas formas cristalinas que são a ufania de um museu.

Eis o benefício que produz o ideal no interior de uma alma. Todo estado psicológico forte, mantido no primeiro plano da consciência, tende espontaneamente, por um fenô-

meno análogo ao da cristalização, a assimilar propriamente todos os estados da mesma natureza, intelectuais e afetivos, avultando, fortalecendo-os, enquanto “as idéias contrárias permanecem em estado de dissolução por assim dizer, dispersas através da consciência, sem coesão e sem força”. (EYMIEU, 260.) A consciência unifica-se e hierarquiza-se. No alto da inteligência, envolvido em magníficos esplendores, fulgé, claro e distinto, o fim para o qual desejamos orientar a nossa vida, o melhor, o ótimo que aspiramos realizar; à sua luz, se vão dispondo, em escala racionalmente ordenada, todos os valores humanos. É a clareza do fim e, com ela, a ordem dos meios, isto é, a unidade, a força na inteligência. (Exemplo: estudante, mãe de família.)

Sem o ideal na inteligência, é a incerteza, indecisão, a dispersividade. É a nau sem bússola e sem leme balouçada pelo capricho das vagas, juguete da violência dos ventos. É o homem para o qual cada manhã traz um alvitre, cada paixão impõe uma tirania; cada interesse, uma orientação. Poderá haver atividade febril, mobilidade sem descanso, não há constância, não há continuidade, não há realização de grandeza que fique, e explique o porquê da vida.

Paralela a esta ação unificadora da inteligência, é a influência do *ideal* na vontade, nas inclinações e tendências, na zona apetitiva da nossa vida interior.

A fonte primeira da perda de tantas energias espirituais está na sua dispersão irrefletida. Dilapidamos os nossos bens porque queremos desordenadamente. Não orientamos os nossos atos numa só direção. Vede a criancinha que passa todo o dia a saltar, correr em todos os sentidos solicitada pelo primeiro desejo que lhe cruza pela vontade. Soma todos estes movimentos; se foram orientados todos num mesmo rumo, que imensa distância percorrida! O que na infância é exuberância de vida; mais tarde, na utilização das forças espirituais, é puro desperdício.

Quem dispensa assim o seu querer por todos os objetos que lhe atraem, ao acaso das circunstâncias, nada realizará

na sua vida. Conta-se de certos peregrinos extravagantes que davam quatro passos para diante e três para trás. Como exercício de penitência, passe; como meio de vencer distâncias não é a mais prática das soluções. Assim se dispersa também a nossa atividade volitiva por inúmeros objetos que se-lhe oferecem ao acaso das circunstâncias. Sucodem-se os atos, sem nenhum nexa, muitas vezes contrários uns aos outros. Perdemos durante o dia em dissipações voluntárias o que havíamos adquirido de manhã em recolhimento interior. Desfazem com as conversas de rodas menos escolhidas os efeitos salutareos de uma boa leitura. A soma algébrica destes atos é nula ou quase nula. Quase tão numerosos os de sinal positivo, quanto os de sinal negativo. Quase tantos passos para a frente quanto para trás, para a direita como para a esquerda. Ficamos assim a marcar passo toda a vida, a dispersar aos quatro ventos as nossas energias desconexas. Resultado final: o que se conseguiu realizar na vida é nada ou quase nada. Só a força do ideal pode restituir-nos aos poucos a unidade do querer, pode organizar em sérios ascendentes os nossos esforços continuados. Dirigidas para o mesmo alvo as forças somam-se; as conquistas de nossa perfeição não se proporcionam a restos insignificantes de subtrações mas à adição de parcelas integralmente aproveitadas.

Unificamos o nosso querer, primeira vantagem; segunda, *intensificamo-lo*. A segunda causa da mediocridade da vida é a fraqueza do querer. Realizamos pouco porque queremos tíbiamente, remissamente.

São múltiplos e contrários os desejos que nos solicitam; hesitamos entre eles; neste contraste interior terminamos quase sempre por uma inclinação fraca, por uma decisão sem energia, imposta muitas vezes pela simples necessidade de entrar em ação; inclinamo-nos como se inclina a concha de uma balança quase em equilíbrio, lentamente, preguiçosamente. E assim se vai passando a vida em escolhas lânguidas e hesitantes. Acêndel nesta alma a chama viva de

um ideal generoso. Tudo se transfigura. O ideal é um desejo único, exclusivo, determinado; nada de hesitações, nem de fraquezas. É o peso forte, violento, que inclina a vontade até ao fim. Aos nossos atos comunica calor, energia, entusiasmo. Todo o nosso ser aprumou-se para o alto; é a vontade, faculdade de ação, em toda a plenitude do seu rendimento. Compreendemos agora em toda a sua força a expressão de ROOSEVELT: "Não tem valor o indivíduo que não se acha animado de uma profunda devoção a um ideal."

Enquanto assim de um modo positivo abrimos caminho à nossa expansão harmoniosa de todas as nossas energias, quase sem o percebermos encontramos o método mais eficaz de combatermos os nossos defeitos, os grandes inimigos da realização plena de nós mesmos (*defectus*). Defeitos temos e provavelmente teremos sempre. Combatê-los é uma necessidade imperiosa; pretendemos chegar à perfeição humana, e, mais ainda, cristã, sem esforços, sem luta, sem sacrifícios, ilusão e quimera.

Mas há modo e modo de dar combate aos defeitos. Aí vai este pobre viajante; olhos fitos na terra entre penedias agrestes e caminhos escavados vai subindo custosamente a montanha. A sua atenção absorve toda sensação de fadiga, a vista dos obstáculos presentes, a previsão de novas dificuldades que se irão multiplicando pela encosta acima. Oh! como é duro e penoso subir assim! Levantai a cabeça e este abatido peregrino, apontai-lhe aos olhos humilhados a beleza das alturas, fixai-os na eminência dominadora destes cimos que a neve reveste de sua brancura imaculada e o sol envolve na púrpura de seus esplendores. Desviad a atenção destes caminhos hirtos de cardos e pedregulhos e alegrai-o com a esperança dos panoramas que, em breve, se desdobrarão, magníficos, ante a sua contemplação extasiada. Dai um ideal a este viandante sem alento. Oh! como é bom e agradável subir assim.

Como há subir e subir, subir com os olhos presos em terra, subir com os olhos fitos no alto; assim há lutar e lutar

contra a tenacidade vivaz dos nossos defeitos. Quem todo se fixa neste combate penoso, sente-lhe decuplicada a aspreza ingrata. O sacrifício absorve-lhe diretamente a atenção, e o sacrifício em si é duro, em si não é amável. Combater os defeitos, olhos fitos no ideal, é concentrar imediatamente o pensamento num bem, no maior de todos os bens. Pelo sacrifício não se passa senão rapidamente e de fugida, como por um meio indispensável. O olhar está enlevado pelo encanto dos cimos dourados; quase não vê as agruras da ascensão. A vontade está dilatada pela esperança e pelo amor de um grande bem, não sente tanto o pungir das pequeninas ou grandes privações que lhe condicionam a posse feliz. Para eliminar defeitos, não há meio mais eficaz, nem caminho mais breve.

Resumindo e concluindo. Na formação do caráter e da personalidade o ideal desempenha um papel de primeira importância. Pode dizer-se, sem perigo de erro. O ideal dá a medida e o valor de uma pessoa. Sua ação psicológica insubstituível faz-se sentir tanto na inteligência quanto na vontade. Na inteligência, unifica e hierarquiza os nossos pensamentos submetendo-os à atração vitoriosa de uma idéia dominante da vida. Na vontade, elimina a dispersão dos desejos e intensifica a energia do querer, criando n'alma o estado elevado do entusiasmo permanente.

Para que, de fato, exerça o ideal esta função benfazeja, deve ser escolhido com acerto e critério. Dêste aspecto prático, ocuparmo-nos-emos na próxima palestra.

Rio, 15-IV-938.

ESCOLHA DO IDEAL

Escolhê-lo bem.

Deve ser:

I — *Ampla* — dominar toda a vida: só assim

pode levar-nos à:

- a) *perfeição*,
- b) *felicidade*.

II — *Prático*.

Em que sentido.

Correspondente às aptidões.

Ideal e *vocação* — sua importância.

Rio, 3-V-38.

Ainda perfumadas com este aroma de saudade que se desprende naturalmente de toda a festa de despedida tivestes a energia de vontade para concentrar-vos em alguns minutos de meditação séria e proveitosa. Entre o ontem de um passado que para vós se acaba de encerrar e o amanhã de um futuro que vos atrai com um sorriso de esperança, quistes fazer um alto não de quem deseja descansar mas de quem quer orientar-se conscientemente nas incertezas de uma encruzilhada. Nesta parada inspirada por um sentimento de responsabilidade volveis um olhar de gratidão; já percebeis agora, melhor perceberéis mais tarde o tesouro inapreciável que convosco levais na formação que aqui recebestes. Para o futuro volveis outro olhar, este mais inquieto, e perscrutador. Na juventude dos vossos três ou quatro lustros tendes uma vida na mão, que ides fazer dela? Fareis dela o que vos inspirar o vosso ideal. A idéia é luz e força, é energia, é estímulo, é alegria da vida. Já o disse um poeta: uma grande existência resume-se num grande pensamento da juventude realizado na idade madura. Do ideal que agora escolherdes dependerá amanhã a realidade que haveis de viver. Consagremos, pois, alguns minutos aos princípios gerais que devem presidir à escolha de um ideal. Princípios gerais: porque ficaremos na esfera abstrata das grandes normas. As aplicações vivas e concretas fá-las a reflexão particular e a direção de cada alma. É um trabalho eminentemente pessoal que não pode ser feito numa palestra coletiva.

Que o ideal represente na formação da nossa personalidade uma influência de importância fundamental e decisiva, é o de que se não pode razoavelmente duvidar. Pedagogos,

psicólogos, condutores de homens são unânimes em proclamá-lo. Apenas duas citações entre inúmeras outras que se poderiam aduzir: A. FERRIÈRE — PASTEUR.

O ideal, porém, não produz estes efeitos maravilhosos se não for escolhido com acerto e critério. A esta escolha está condicionada toda a sua eficiência psicológica. Ideal mal escolhido não é ideal, é quimera inoperante e inofensiva, é devaneio romântico, sonho sem realidade e sem consistência.

E quais são as condições a que deve preencher um *ideal de vida* (só deste falamos), para realizar a sua função unificadora e estimuladora? O ideal deve ser *vasto e prático*.

Vasto antes de tudo. É a primeira exigência que decorre da sua própria definição. Que é o ideal? Uma idéia, razão *de ser* da nossa vida, *fim supremo* a que aspiramos subordinar todos os outros desejos, todas as outras finalidades secundárias da existência. A sua função é coordenar todos os nossos pensamentos, submetendo-os à unidade de um só pensamento capaz de resumir todos; sua função é organizar toda a nossa atividade, submetendo-a, ainda nas suas menores particularidades, à sua orientação unificadora e harmonizadora. De sua natureza, o ideal deve dominar toda a vida, para poder organizá-la toda, deve coincidir, de uma ou de outra forma, com a própria finalidade do homem, com o seu destino essencial e integral. Escolhido fora desta orientação, o ideal ficará abaixo da sua função, será incapaz de dominar a vida, não poderá constituir na harmonia do mundo interior o centro em torno do qual todo ele se organiza.

Dai um corolário de importância soberana. Sob qualquer forma que se apresente à consciência o ideal deve — real e substancialmente, coincidir com o nosso fim último, com Deus para o qual fomos feitos e que só poderá constituir com a nossa *perfeição*, a nossa felicidade.

Elevar qualquer bem criado à categoria do fim último é erigir no nosso interior um ídolo em lugar de Deus; é

pôr-nos a serviço do que nos deve servir; é cometer um erro fundamental de orientação que se não for corrigido a tempo acarretará uma catástrofe irremediável. O ideal então que de sua natureza deveria ser o farol da nossa perfeição, mal escolhido, será a luz falsa e enganadora que nos levará a um naufrágio sem esperança. Exemplificai em vários casos. Este homem fez da riqueza o seu ideal; aquele, o poderio; aquele outro, o prazer; esta mulher orientou toda a sua vida para um amor humano, aquela, para a satisfação de uma grande verdade. Poderão estes bens efêmeros e contingentes, elevados à altura de orientadores definitivos de uma existência humana, encaminhá-la de fato para a realização plena de si mesma? Claro está que não. O homem não foi feito para a riqueza que o deve servir; a riqueza, atingida, não o fará um homem perfeito. O homem não foi feito para o prazer, que tem a sua função importante na vida, não é porém a razão suprema do viver; não atingirá a perfeição do homem quem transformar a vida na caça contínua ao maior número de prazeres possível. Da ciência e do amor, do poder e da verdade, de qualquer outro bem infinito, só nele o homem encontrará a realização de sua plenitude. Todo ideal que de fato não contiver a Deus ficará abaixo de suas exigências essenciais; não levará o homem à perfeição para a qual foi feito.

E por isto comprometerá *também a sua felicidade*. É a mesma evidência. Fora da perfeição que constitui a sua razão de ser, não há felicidade possível. Por definição a felicidade é o bem supremo de quem realizou todas as suas possibilidades de perfeição. É o descanso final de um grande movimento que alcançou o termo para o qual tendia com toda a força de seus impulsos naturais. Durante algum tempo é possível a ilusão. Com uma inteligência pouco esclarecida, com uma experiência menos rica, com uma imaginação ardente e romântica podemos sobredourar um destes objetos de nossas aspirações de cores enganadoras, podemos revesti-lo de qualidades que não possui, podemos por assim

dizer divinizá-lo. Mas esta apoteose é fementida; não é Deus; será sempre um ídolo incapaz de desempenhar até ao fim a função usurpada de centro e razão suprema da nossa vida. A realidade acabará triunfando das nossas ilusões. A experiência interior, que se vai tornando mais rica com o subir dos anos, infligirá um terrível desmentido aos devaneios da nossa imaginação sonhadora. Virá, fatal e terrível, a grande decepção. Um dia estes bens — que adoramos e a quem servimos como divindades, aparecerão na sua pobre realidade de bagatelas efêmeras e caducas, incapaz de saciar a sede profunda de felicidade que atormenta o coração humano, e poder-se-á então avaliar a dor profunda e inconsolável de uma alma ante a desilusão de uma vida irrevogavelmente perdida no encalço de uma quimera, que se desvanece como um pesadelo. (HUMBOLDT.)

Será então que não podemos pôr a mira dos nossos desejos na ciência, no poder, no amor, na amizade? Não: de modo algum; todos estes — na *sua ordem* — são bens que podem constituir o termo de nossos desejos; são ideais, se quiserem, secundários e subordinados, que se podem enquadrar na hierarquia de nossos afetos bem ordenados. Não podem, porém, constituir o ideal *da vida*, no sentido pleno que demos a esta expressão, não podem ser desejados como a razão suprema, a grande aspiração da nossa existência. Elevá-los à semelhante altura fôra preparar uma queda fatal. Sob pena de perder a sua eficácia estimuladora da perfeição, sob pena de diminuir a sua amplitude ilimitada, capaz de unificar toda uma existência, o ideal de uma vida humana não deve contrariar-lhe os destinos essenciais, nem ficar abaixo de suas exigências totais; substancial e realmente deve com eles coincidir.

A amplitude, que lhe assegura toda a eminência de sua sublimidade, o ideal deve unir outro atributo indispensável à sua eficiência: *praticidade*. A primeira vista parece que os dois termos — ideal prático — brigam entre si e não podem coexistir por inconciliáveis. Quem diz prático — diz

real, terra a terra, positivo; quem diz ideal eleva-se às alturas, desfere o vôo para as regiões do inacessível. De fato, porém, não é assim, se, muito ideal, mal escolhido, adoece de irrealismo, e, com êle, de irremediável esterilidade, o ideal, genuíno, autêntico, é essencialmente prático, e por isto, organizador e dinamizador de energias. O primeiro é uma quimera, uma utopia, um sonho, porque mira um alvo ou absolutamente inatingível em si, ou, o que vem quase a dar no mesmo, inatingível para o indivíduo que o escolhe e que se embala com as suas fantasmagorias. Tais são, o mais das vezes, o ideal de "grandeza", de "heroísmo" com que frequentemente se deformam os caracteres das crianças. Irrealizáveis quase sempre para a quase totalidade dos homens, semelhantes espectros de celebridade e de glória só contribuem para desenvolver a *ambição* e fomentar o *egoísmo* nestas almas que adolecem tôdas concentradas em si mesmas, narcisadas, não vendo nos seus semelhantes senão degraus do seu pedestal de glória. Para os raros homens que a Providência falou realmente à grandeza e ao heroísmo, não é este o caminho que os levará à realização de seus destinos heróicos. Para os demais, para a grande massa, estes ideais falsos, em aberta contradição com a realidade, só poderão mais tarde dar origem a conflitos dolorosos e fatais, ou, pior ainda, inspirar-lhes a perversidade do crime. Uma falsa ambição não satisfeita é má conselheira. "Heróstrato alcançou sem dúvida seu intuito; ainda hoje, depois de tantos séculos, todos sabem o nome do homem que ateou fogo ao templo de Diana, mas êle sobrevive só como um exemplo terrível." (ALLERS, *Practical Psychology*, 139.) Eis aonde pode levar um erro de psicologia na formação do caráter. O ideal genuíno, dizíamos há pouco, é essencialmente prático, isto é, realizável. Em que sentido? Talvez como uma perfeição modesta, de limites estreitos, cortada para a pequenez da nossa estatura, na qual, uma vez atingida, pudéssemos descansar a preguiça da nossa mediocridade? Não cessaria assim de ser um ideal. Prático, porém, como movimento e

como linha de força (MARITAIN, *Lettre sur l'indépendance*, p. 59); como uma perfeição proporcionada às nossas forças, na linha das nossas possibilidades, a atrair-nos com a sua beleza viva, mas sempre ilimitadamente além de tudo o que realizamos. A Estrêla Polar lá está, na sublimidade inacessível do firmamento, mas aos navegantes presta o serviço prático e concreto de lhes indicar a cada instante a segurança do rumo a seguir. O ideal é a Estrêla Polar da vida. Em si não o atingiremos nunca, mas em cada circunstância da vida é estímulo que nos atrai com a sua beleza, é farol que nos guia com a sua luz.

Para revestir este caráter de praticidade, o ideal deve corresponder às nossas *aptidões*. Há um ideal humano, abstrato, correspondente às exigências específicas, mas a natureza humana não existe, abstrata, em si; particulariza-se de modo diferente em cada indivíduo. Cada qual realiza a natureza humana à *sua maneira*. Esta maneira — que é estreitamente individual, que constitui a fisionomia própria de cada pessoa, manifesta-se pelas suas aptidões, e, de modo especial, pela *qualidade dominante*. No conjunto dos atributos que constituem um caráter, há, de fato, quase sempre, um que sobressai entre os demais, e que melhor distingue o indivíduo. Não podemos todos ser eminentes em tudo. Desenvolvê-lo, na harmonia da ordem, é valorizar-se melhor, é encontrar um centro de organização em torno do qual se irão dispendo hierarquicamente as outras qualidades. Assim escolhido, o ideal será vivo, concreto e dinâmico, e levará "à realização completa de tôdas as boas possibilidades da pessoa." (R. ALLERS, *Practical Psychology*, pp. 175 e segs.)

Até onde vão estas possibilidades, ninguém o pode dizer em rigor, nem por simples observação externa nem por introspecção. O que é certo é que vão sempre muito além das nossas previsões: Há tesouros de energias latentes nas riquezas psicológicas das almas. Quantas vezes um grande entusiasmo, uma grande dedicação, uma grande causa que apaixona, não provocam transfigurações inimaginadas em

homens que se julgavam medíocres e para pouco! Não digamos nunca: já dei tudo o que podia dar; toquei as fronteiras de minhas forças. Não é exato: e uma das mais belas funções do ideal é estimular as nossas possibilidades secretas, é manter na alma o clima quente de uma generosidade que não conhece limites.

Se, portanto, para ser bastante amplo, vasto, dominador de toda a atividade, o ideal deve coincidir com a finalidade específica da nossa natureza, para ser ativo, prático, inspirador das nossas ações nas suas mais insignificantes particularidades, o ideal deve orientar-se na linha das nossas aptidões e atrativos individuais, deve estimular, com o melhor aproveitamento da nossa qualidade dominante, a atuação harmoniosa de todas as boas possibilidades da alma.

Um ideal de vida, conforme com as nossas aptidões e atrativos, energia motriz de todas as nossas ações, — mas já reconhecestes aí a *nossa vocação*. E assim é. A questão da escolha do ideal, no seu aspecto prático, identifica-se com o problema da vocação ou a escolha do nosso estado de vida. Um ideal alheio ao que escolhemos como situação definitiva da nossa existência fôra irreal, e, por isso, inoperante. Um estado de vida abraçado sem a convicção de que representa para nós um ideal fôra o erro mais funesto que se pudera cometer. Desta relação íntima derivam algumas conclusões de importância capital, às quais não poderei deixar de acenar ainda que muito resumidamente.

A primeira é a importância soberana do problema da vocação, equivalente em prática ao da valorização da nossa vida. Importa resolvê-lo *prudentemente*, isto é, à luz da razão iluminada pela fé; não sob a impressão momentânea de paixões efêmeras, de impulsos caprichosos, ou de sugestões ou pressões interessadas de outrem. O que escolhemos definitivamente como tarefa da vida deve corresponder às nossas aptidões, tendências e possibilidades, e deve ser uma opção pessoal, espontânea e livre, pela qual empenhamos o que é mais nosso, a própria existência.

Importa resolvê-lo em segundo lugar, *à luz da fé numa atmosfera religiosa*. (Ver texto de ALLERS, *Practical Psychology*, p. 136.) Condição imprescindível para que o estado de vida: a) se possa elevar à dignidade de um ideal humano, b) capaz de nos iluminar todo o resto da nossa existência com uma luz que se não apague.

Deus, sabedoria infinita, não age nem pode agir ao acaso. A criação tem uma finalidade divina que deverá ser realizada por toda as criaturas. Somos destinados em última análise, através das vicissitudes desta vida, ao conhecimento e ao amor de Deus, e na posse do Infinito Bem e da Infinita Beleza, à suprema felicidade. Após o pecado, o conseqüimento dêste fim se faz através de Cristo, cuja vocação está expressa no seu nome, Jesus, Salvador. Com Cristo e por Cristo devemos também nós realizar a nossa "salvação". Como a luz branca do sol, ao atravessar refrange em mil cores diversas, cada homem reproduz de algum modo a vocação essencial de Cristo. No seu corpo místico somos membros vivos; pequenas pedras na construção do grande edifício. No recolhimento de um claustro, ou na intimidade de uma família, cada alma desempenha uma função divina, correspondente à sua vocação própria, pessoal. Só assim, o nosso estado de vida, considerado como expressão da vontade de Deus, como ideal da perfeição que nos traçou o Primeiro Amor e que devemos realizar para não mentirmos às expectativas de sua bondade, poderá integrar-se nas profundidades da nossa alma religiosa e transfigurar-se em ideal de vida. Fora desta atmosfera, a nossa forma de existência, reduzida apenas às suas aparências de superfície, laicizada e degradada de sua dignidade cristã será apenas um bem humano, e criado — sem a vastidão indispensável para dominar toda a vida, e por isto servir-lhe de ideal, e que, com o andar do tempo, só poderá desfechar em desenganos amargos e decepções sem remédio.

Sim, dizíamos há pouco que o ideal nos deve iluminar toda a existência com uma claridade inextinguível. Nas di-

ferentes peripécias da vida êle deve continuar sempre a sua missão indefectível de luz, de estímulo, de conforto e de alegria. Ora, esta plasticidade de adaptação às condições mutáveis da vida só lhe pode assegurar o seu caráter religioso. Num auditório de onde só vicejam esperanças de vinte anos quase hesitamos em dizer a realidade total; di-la-emos, contudo, a verdade, ainda quando desfaça alguma ilusão moça, é sempre salutar. No ideal da vida que nos formamos na juventude há muito de sonho, filho da inspiração, da inspiração nova e da inexperiência das coisas. No plano que projetamos no futuro só há perspectivas de ouro. Eis uma moça que sente subir à flor do ser o desejo imenso de dedicar-se e aspira amanhã à constituição de uma família... Eis o seu plano e a sua esperança.

Mas os homens e as coisas nem sempre serão dóceis aos seus desejos. Muitos dos bens criados que ela encaixara como elementos essenciais na construção do seu castelo encantado virão a faltar-lhe dolorosamente. É o desconchego da pobreza... é a humildade de um marido medíocre... é a decepção do amor incompreensão. A privação destes bens representa sacrifícios, e o sacrifício é pão da vida sempre amassado com lágrimas.

Para a jovem que entrou na vida sem outro viático além do ideal "leigo", "humano", é a falência do ideal — a desilusão profunda, a falta de razão da vida, o grande vazio — a nevrose... talvez a catástrofe do suicídio. É então que o ideal religioso avulta em toda a sua superioridade. Se o que queríamos na vida era com efeito realizar a vontade de Deus; todas estas circunstâncias dolorosas, impostas pela felicidade dos homens e pela dureza das coisas, são ainda elas outras tantas manifestações da vontade amada, e outros tantos alimentos a um amor maior, mais profundo, mais desinteressado. O ideal, nada perdeu do seu primeiro encanto; a sua realização porém exige agora mais dedicação, mais coragem, mais sacrifício, talvez a grandeza do heroísmo. Tanto melhor. Nêle encontraremos as energias mis-

teriosas para nos elevarmos na vida à altura das maiores grandezas. O ideal religioso não falha nunca e só êle pode preencher, sempre e sem desfalecimentos, a grande missão de iluminar a vida, de envolvê-la sempre numa atmosfera de energia inesgotável e de paz serena e profunda. Só êle possui a amplitude indispensável para abraçar e orientar todas as nossas ações; só êle possui a praticidade necessária para descer aos mínimos particulares da nossa existência, para aproveitar as nossas aptidões, reveladores dos desígnios divinos, para amoldar-se às mais variadas e dolorosas vicissitudes de uma existência humana fadada a elevar-se *per crucem ad lucem*. Só êle é ideal, que não mente nem prepara o travo de desenganos fatais.

Rio, abril, 1938.

O PROBLEMA DA VIDA

Problema atual — problema de sempre — cuja solução é:

- d) de urgência *inadiável*;
- b) de caráter *pessoal*.

Atitude da precocidade em face da vida
Reconhecendo nela:

- 1 — um grande dom;
- 2 — uma grande responsabilidade.

Como corresponder a esta responsabilidade?
Pelo duplo trabalho;

- a) de informação;
- b) de formação.

Fins destas palestras.

No Instituto Social, 16-IV-940.

Na Faculdades Católicas (a 7 ou 8 só), 22-IV-942.

Se há problema que se nos imponha a todos com um interesse empolgante é o problema da vida. Sempre, em todos os tempos, mas particularmente no nosso. Há em cada época uma palavra mágica que resume as suas aspirações e condensa o seu ideal. O Renascimento enamorou-se da *Beleza*. O contato com as obras-primas da antiguidade clássica despertou-lhe o senso estético. O homem que todos almejavam ser era o que realizava em si o ideal de beleza e de criador de beleza: *κρίτος καὶ ἄγαθος*. O século XVIII foi o século da *Razão*. Reduzir tudo a demonstração, exprimir toda a realidade em “idéias claras e distintas”, foi o supremo anelo do século que recolheu a herança de DESCARTES. Na Revolução Francesa a razão foi divinizada e adorada em Notre-Dame. O ídolo do século XIX foi a *Ciência*. Transfiguração maravilhosa do aspecto material da nossa civilização. Perfeição das técnicas. A fada que realizou estes prodígios foi a ciência. Que muito se lhe queimassem incenso e se multiplicassem os seus adoradores?

Em nossos dias passou este encanto pela Razão e este enfeitiçamento pela ciência. O ideal que nos empolga é menos intelectual e mais concreto. *Vida* é a palavra que melhor o sintetiza. O que aspira a nossa geração é viver — viver intensamente, viver plenamente, expandir em todas as direções a sua exuberância vital. Expansão vital para os povos; expansão vital para os indivíduos. Os valores intelectuais passam a segundo plano; exaltam-se em primeira linha os sentimentos, os instintos, as tendências biológicas do eu profundo.

Sem chegar, porém, aos desequilíbrios nitzscheanos e aos exageros racistas, o problema da vida é de todos os tempos e a todos se impõe com uma *urgência inadiável* e um *interesse pessoal intransferível*.

Urgência inadiável, antes de tudo. A vida não espera; impõe-se com o seu ritmo que não conhece pausa nem intervalo. Há problemas intelectuais que a humanidade debate há séculos. Quadratura do círculo. Ação à distância. Movimento perpétuo. Provavelmente sobre estas e outras questões análogas correrão ainda pelos séculos a fora rios de tinta. E sem grande detrimento da humanidade. A vida, não. O problema que ela nos põe não comporta adiamentos. Ontem, foi-se a minha infância, hoje, em plena exuberância de juventude; amanhã a idade madura, mais tarde o declínio da velhice e a grande parábola foi para sempre descrita. Não haver resolvido a tempo o problema da vida, não haver colhido em cada uma de suas fases o que ela nos podia dar, significa uma existência perdida, um fracasso irreparável.

Perda e fracasso que para nós representam tudo. Porque ao de urgência inadiável, o problema da vida alia o caráter de problema *pessoal intransferível*. É um problema interessante o do conceito das nossas finanças ou da facilidade dos nossos transportes, ou da defesa das nossas artes. Mas, enfim, para resolvê-la será necessária a colaboração de muitos e de sua solução cada brasileiro beneficiará em pequena escala, indiretamente, auferindo vantagens de caráter acessório. O problema da vida é para mim tudo. É o problema do nosso eu, dos seus destinos, da sua realização, da sua felicidade. É o problema dum espírito, com a grandeza de sua vocação singular nos planos da Providência, com a repercussão eterna de todos os seus gestos no tempo. Como ficar indiferente ao que tão substancialmente se identifica com o que sou e com o que serei para sempre. Não há como declinar as responsabilidades do problema. Qualquer atitude que se assume na vida é uma resposta que se lhe dá. Mesmo quem siste-

maticamente recusasse encarar de frente a questão e procurasse atordoar-se e emudecer no torvelinho das coisas nem por isso teria deixado de adotar uma solução. Para esta alma leviana, a vida não seria um valor que merecesse ser tomado em consideração; nenhum ideal é digno da nossa dedicação; o melhor modo de viver é ir colhendo, sem nexos nem continuidade, as pequeninas impressões de cada momento e precipitar-se amanhã na obscuridade da morte, com remorsos e sem esperanças. Triste solução de uma vida humana; mas ainda na sua grande miséria não deixaria de ser uma solução.

Na juventude a importância do problema que atormenta tôdas as idades toma uma coloração característica e acompanha-se de harmônicos que à nota fundamental dão um timbre próprio. Na idade adulta, idade das decepções e desilusões dos que mal se encaminharam na vida, ou nela malograram, colhem-se por vezes expressões entristecedoras, que refletem os desesperos do pessimismo ou as ironias de um cinismo escarninho. Aquêlê satírico desiludido entre sério e cômico via apenas na vida “uma cebola que se descasca chorando”.

Mais fúnebre, revelando uma alma atormentada pelo sofrimento sem lenitivo e por uma dor sem esperança, LEOPARDI: *Non há la vita un frutto, Inutile miseria*. Já é uma lição rica de ensinamentos esta atitude cética e desesperada dos que não resolveram o problema. (O cristão, o santo, na hora extrema... fala outra linguagem: *consummatum est*.)

Estas expressões de ceticismo não se colhem em lábios jovêns. Na primavera da existência a vida aparece atraente como uma *novidade*, um *misterio*. São experiências inéditas que se vêm acrescentar ao pequenino e inocente da infância. São esperanças magníficas que se projetam no futuro como realizações consoladoras. É o desejo e o temor de viver; é a audácia e a hesitação em face do desconhecido;

é a vontade criadora que aspira afirmar-se; é a incerteza do êxito que por vèzes tolhe a coragem das iniciativas. Nesta atitude do jovem em face da vida, atitude de otimismo, há, expressa talvez de maneira vaga e misteriosa, a consciência do verdadeiro valor da vida. A vida aparece-lhe, o que na realidade é: *um dom e uma responsabilidade*.

Um *dom*, antes de tudo. Que é, de fato, a vida? Podeis partir da definição clássica que encontrareis nos tratados de Psicologia racional. A vida é *movimento*. A morte é a imobilidade. Quando no tronco anoso, aos primeiros calores da primavera, não ascende a seiva que se vai transfigurar em folhagem... já não vive a velha árvore... tendes um cadáver, esgalhando os seus braços mortos... Quando num corpo humano já se não espelha nas pupilas o coração... tendes um cadáver... Tanto é movimento a vida, que, por metáfora, dizemos vivo tudo o que se move ainda que não de movimento vital. Água viva, fonte viva (água estagnada).

Mas nem todo movimento é vital. Movimento transitivo — *movimento imanente*. Vivo é um ser que se aperfeiçoa a si mesmo; que não nasce completo; partindo de um germe, cresce, desenvolve-se, até atingir um estado de perfeição que lhe é próprio.

Movimento imanente *teleológico* ou finalista. O ser vivo é uma idéia em marcha; um plano que se executa; um ideal que se realiza. Vêde na arte o papel do ideal: um general que multiplica e distribui os movimentos de suas tropas para a vitória final. O escultor que redobra os golpes de escopro e buril até que o mármore duro responda com docilidade à beleza da imagem que lhe esplende na imaginação criadora. O que, no domínio da arte, consegue o homem, leva a efeito a vida na ordem da natureza; a realização de um ideal. Cada ser vivo é um ideal que se deve realizar e se realiza.

Contemplemos logo no homem este ideal a realizar-se. Nossa natureza humana é de uma riqueza inesgotável: na

ordem da criação visível é o que há de mais belo. Temos, como os seres inferiores, um organismo belo, delicado e complexo como nenhum outro, que se desenvolve segundo as leis gerais da biologia. Mas este organismo é o receptáculo de um espírito; é este espírito que caracteriza e especifica o homem e no qual a vida se nos revela na mais alta das suas manifestações.

Há nêle uma *inteligência* que a natureza nos deu como um feixe de virtualidades indefinidas. Começando pelas primeiras impressões da infância a inteligência vai assimilando conhecimentos sobre conhecimentos. Entra assim em contato com o universo — pode contemplar a harmonia das coisas, ver nelas o papel que lhe cumpre desempenhar e iluminar assim a orientação de sua vida com a luz de um ideal.

Pode haver dom maior que o dom da vida? Dando-nos um espírito, por sua própria natureza, destinado à posse infável do universo e à contemplação da própria Divindade, Deus deu, na ordem da criação visível, com o que mais de perto representa a imagem e a semelhança de sua perfeição infinita... Grande dom, mas também grande *responsabilidade*!

Nenhum ser vivo, já o vimos, recebe, acabada, a sua perfeição; o que o caracteriza é um longo trabalho evolutivo que o leva das possibilidades de um germe à plenitude do tipo vital da espécie. Há, porém, neste ponto, uma diferença essencial entre o homem e o mundo vital infra-humano. Nos seres inferiores, o desenvolvimento orgânico, fechado nos limites das energias naturais, obedece a um determinismo inflexível: Uma necessidade natural, a que se não pode furtar o ser vivo, preside ao seu desenvolvimento em tôdas as suas fases...

No homem, não. Se há em nós uma parte física que imerge no domínio da matéria, e está, por isso, mais sujeita às determinações da necessidade natural, há outra, a mais

nobre, a mais humana que emerge acima da matéria e se coroa com a liberdade. Esta liberdade não é absoluta. Cada qual não pode ser o que quer. Pela hereditariedade recebemos uma natureza, que traz influências, sãs ou mórbidas, de muitas gerações que constituem o fundo indestrutível dos nossos dons naturais e fixam certos limites intransponíveis às nossas possibilidades. Não é gênio quem quer. Não poderá ser atleta quem recebeu um organismo raquítico. O longo exercício não fará um grande músico, ou um grande poeta de quem do berço não recebeu o dom das musas.

Reconhecidos lealmente estes limites impostos por uma necessidade invencível à amplitude das nossas aspirações, cumpre sublinhar a importância da liberdade na realização de nós mesmos. São diversos os dons da natureza; valorizá-los, porém, é tarefa da liberdade. Pelo que recebemos não se nos pedirá contas; somos, porém, responsáveis pelo que fizermos do que recebemos. Cada qual recebeu de Deus uma *vocação* — isto é, um ideal a realizar na harmonia da criação. Se o não realizarmos a obra criadora terá uma beleza de menos, por culpa nossa, e nós teremos irremediavelmente comprometido a nossa perfeição (a plenitude do nosso ser) e com a perfeição a nossa felicidade. Nenhum ser pode ser feliz fora da sua perfeição. A felicidade desabrocha da perfeição, espontaneamente, como o perfume da flor.

Eis a *responsabilidade da vida*. Terrível responsabilidade correspondente à excelência do dom. Não se brinca com a excelência e os destinos de um espírito!

Praticamente que nos impõe esta responsabilidade na juventude? Um duplo trabalho: de *informação* e de *formação* que nos habilitem ao desempenho da nossa missão humana.

Por trabalho de *informação* entendo um enriquecimento da inteligência que se ilumine sobre as finalidades da vida humana e sobre as finalidades particulares de *minha* vida, no concerto universal das coisas. Por isto mesmo

que nos devemos *orientar* convém conhecermos a meta e o rumo. Finalidade inconsciente da palmeira; finalidade consciente do piloto ou generalíssimo. A nossa é deste gênero: o êxito da empresa está condicionado pelo estudo do plano.

Para nós, cristãos, a finalidade geral da vida não é um enigma, nem um problema que devamos resolver com o puro esforço individual. Ao alvorecer da nossa infância já encontramos no catecismo uma fórmula de densidade incomparável: “O homem foi criado para conhecer...” Estas fórmulas, porém, não as realizamos logo em sua plenitude. Esforço necessário para desenvolver-lhes o conteúdo. Servir a Deus é fazer a vontade de Deus. Qual é a vontade de Deus? Só um trabalho leal de estudo e meditação no-la irá revelando. A fórmula sublinha o significado derradeiro da vida: o que lhe constitui a alma que a deve enformar toda. Mas apenas se começa a entrar na vida o problema complica-se. Imediatamente achamo-nos em presença de realidades concretas, de atividades variadas que nos solicitam de todos os lados e nas quais devemos de fato empregar boa parte do nosso tempo. É a vida de família que se constituiu ou se pensa constituir; é a ocupação profissional que nos enche parte do dia — com a sua monotonia e as suas responsabilidades; é a vida social nas multiformes relações com quantos nos cercam em suas gradações jerárquicas: superiores, inferiores, iguais; é a vida artística, que nos atrai com a sedução de seus encantos e a novidade das emoções estéticas. Imediatamente parece-nos que a vida é isto. Mas não é só isto. Em tudo isto deve realizar-se o fim último da vida na sua transcendência que não prescreve. Em tudo isto, devemos servir a Deus, fazer a sua vontade, realizar a nossa perfeição, trabalhar para a conquista do nosso destino. Eis como se insere na juventude o problema da enformação — esforço para saber a vontade de Deus em tudo isto. O que na organização da família, da sociedade... é perfeição querida por Deus — desvio, introduzido pelas paixões humanas.

Dever que se impõe, com mais rigor, em quem, como vós, exercerá uma influência social mais ampla. Pela vossa posição na sociedade, instrução, círculo de relações. Vosso exemplo será *normativo*. Exemplo para outros. Que campo de apostolado! Que peso de responsabilidade?... Amanhã, quando derdes um balanço à vossa vida... e à sua influência... Com a minha palavra, o meu exemplo, contribuí para afastar a família da organização que Deus lhe deu?...

Ao trabalho de enformação, de caráter intelectual, associa-se o de *formação*. Disciplina da vontade, formação de hábitos, governo dos sentimentos, das emoções — postos a serviço do bem que se conhece e deseja realizar. Mobilização dos nossos recursos psicológicos em torno do ideal da vida — aumento da nossa capacidade realizadora.

É de modo particular — com um caráter todo seu, que as nossas palestras quinzenais desejam colaborar neste trabalho de informação e formação. Não são aulas; não são exortações. Aquelas limitam-se a uma formação da inteligência; estas orientam-se imediatamente para a cultura da vida de piedade. As nossas palestras participam da natureza de umas e de outras. Desejam ser a ponte que une a vossa vida profunda às suas manifestações externas — intelectuais, sociais, profissionais. Por isto reclamamos mais liberdade de programa.

Poderíamos traçar-nos um plano rigorosamente lógico — progredir como um teorema de geometria — teríamos o prazer intelectual de uma bela arquitetura lógica. Preferimos a unidade, complexa e sinuosa da vida. A planta que procura a seiva, que vai em demanda da luz, que tornea obstáculos. Crescida, não terá a simetria de uma palmeira estilizada mas trará inscrita no seu tronco, nos ramos, a história de suas lutas e de suas vitórias.

Para isto, o programa será uma colaboração. Os assuntos serão escolhidos por nós: por vós e por mim.

Instituto Social, 16-IV-940.

FILOSOFIA E PSICOLOGIA EDUCACIONAIS

Sociologia e Pedagogia

As relações entre sociologia e pedagogia são condicionadas por uma concepção do homem e da vida, do indivíduo e da sociedade.

Para o socialismo só a sociedade é real; o indivíduo, sem um fim próprio e autônomo, não passa de um instrumento a seu serviço. A ciência que passa então a reger a pedagogia e assinalar-lhe as idéias, supomos, já não é nem a moral nem a religião, mas a sociologia. Seu objeto é estudar a sociedade como tal, isto é, a única realidade verdadeira. Pertence-lhe, pois, orientar a educação indicando-lhe os fins essenciais. “O fim da educação escreve BERGEMANN, não pode ser tomado, como de ordinário se pretende, à religião e à moral; deve ser deduzido da *biologia*.” (*Sozial Pädagogik*, p. 92.)

E sobre este nome o pedagogo alemão, organicista, inclui a ciência da sociedade. DURKEIM não é menos explícito: “a sociologia, pode dar-nos o de que mais precisamos, isto é, um corpo de idéias diretrizes que sejam a alma de nossa prática.” (*Sociologie et pedagogie*, p. 54.)

A sociologia é assim elevada à dignidade primeira de *scientia reatrix*. Todas as outras lhe são ancilas e dela devem receber as suas normas e sua orientação. Psicologia? sim, mas psicologia social que, aplicando-se à vida psíquica da coletividade, por ela esclarece, explica e dirige a psico-

logia do indivíduo. Moral? outrossim, mas num sentido muito diferente do que lhe atribui a tradição clássica do pensamento, da ciência dos atos humanos enquanto orientados para a realização dos nossos supremos destinos. O fim único e supremo do homem é a vida social. No interior da ética, o capítulo da moral social dilata-se e amplia-se a ponto de absorver tudo o mais. Socializar passa a ser sinônimo de moralizar.

Religião? por que não também a religião? mas numa acepção inteiramente nova. Alguns socialistas continuam ainda a falar-nos de religião como um dos produtos necessários da cultura humana, um auxiliar poderoso do instinto social. Mas é uma religião sem Deus e cuja finalidade não se estende além das fronteiras do tempo e das realidades tangíveis da história, "construir não o reino de Deus, escreve MULLER-LYER, mas o reino da humanidade, tal a tarefa da religião futura." (*Der Sinn des Lebens*, p. 267.) A Religião fica assim reduzida, como já queria COMTE, a uma mera *sociolatria*.

O vício congênto do socialismo é o desconhecimento da *eminente dignidade da pessoa humana*. Daí esta inversão completa de valores, pela subordinação incondicionada e total do homem à sociedade, como de um meio ao seu fim único e supremo, de uma coisa ou de um instrumento ao destino que constitui a razão exclusiva de sua existência. Ora, pela sua inteligência e vontade o homem transmuda o tempo e o espaço e entra em contato com um mundo de valores mais altos cuja realização constitui o seu ideal supremo, o fim de sua natureza racional. No conseguimento desta finalidade, o homem é autônomo em relação a qualquer ser criado, portador de valores morais de ordem superior, deveres indeclináveis e direitos intangíveis. Transformá-lo em simples célula que não vive e não pode viver senão no organismo de que é elemento integrante, fôra desconhecer o que em nós há de especificamente humano, rebaixando-nos ao nível de um mero instrumento a serviço

do bem social e de um bem social limitado à soma de valores puramente terrenos e temporais. É um mutilar essencialmente a nossa natureza e degradar-lhe a dignidade. O homem não é uma coisa a serviço de outra coisa. A sociedade humana não é uma colmeia ou um rebanho onde só há indivíduos a serviço total da espécie. Por isso mesmo que somos pessoas — inteligências e vontades capazes de atingir um mundo de realidades transcendentais — os nossos destinos não se encerram nas estreitezas do tempo e as sociedades, que evoluem e declinam no ritmo de suas vicissitudes históricas, não abrangem a totalidade do nosso fim nem a plenitude das nossas aspirações nem a imensidade das nossas esperanças. Esta mutilação essencial da autonomia dos nossos destinos pessoais — corolário da nossa natureza humana — constitui o vício original de toda a concepção da vida, preconizada pelo socialismo.

Por onde se vê que a sociologia não pode ser a *scientia reatrix* da pedagogia; não se lhe pode adjudicar a função de determinar o fim supremo do homem — ideal primeiro e dominante de sua educação. Seu objeto limita-se ao estudo da sociedade na qual vivemos, para a qual devemos trabalhar mas que não enfeixa nem resume a plenitude das nossas finalidades.

Neste apêlo insistente à sociologia para pedir-lhe os nossos rumos da educação e da vida, há ainda uma série de equívocos que importa dissipar. Que é a sociologia? qual o seu caráter científico? qual a certeza de suas condições? Outras tantas questões a que não é fácil responder.

Quereis considerá-la como uma *ciência* puramente *positiva*, análoga às outras ciências de observação? O seu objeto será, nesse caso, investigar a realidade social, os fenômenos que se sucedem e se condicionam, as leis que regem estas coexistências ou sucessões. O seu *método* será o da observação exata e completa dos *atos sociais*. Mas este objeto e este método limitam-lhe outrossim os resultados — puro conhecimento dos fatos sociais na sua integridade complexa.

Reduzida assim ao caráter de ciência positiva ou experimental a sociologia já não pode ter pretensões de ditar leis, como ciência *normativa*. Os juízos que pronuncia são juízos de existência, não juízos de valor. Poderá dizer: assim é; não poderá nunca sentenciar: assim deve ser. As ciências positivas, já o disse POENCARÉ, não falam em imperativo; o indicativo é o modo único que lhes convém. Mas a educação não prescinde de imperativos. A razão de ser da pedagogia não é observar a criança que se desenvolve mas orientar. Ver o desenvolvimento. Ver e contemplar o aluno, ainda com o auxílio dos mais perfeitos instrumentos de observação científica não é educar. Educar é intervir; intervir é orientar; orientar é conhecer um rumo e para êle dirigir a criança. Impossível a educação sem um ideal educativo e ideal educativo, não no-lo pode subministrar uma ciência do que é, mas uma ciência do que deve ser o homem. Restringindo-se a sociologia a uma pura ciência de observação não há como pedir-lhe uma orientação pedagógica. Por sua própria natureza — por seu objeto e por seus métodos — ela acha-se imediatamente condenada à incapacidade visceral de preencher esta função.

Quereis, pelo contrário, considerá-la como ciência *normativa*, incumbida não só de observar os fatos sociais mas ainda de traçar normas à sua orientação? Quereis elevá-la à categoria não só de ciência mas de filosofia social? Quereis que sobre a vida coletiva possa pronunciar juízos de valor, condenando ou inculcando processos, rumos, orientações e realizações sociais? Bem está! mas então terá a sociologia que pedir a outras ciências filosóficas uma concepção do homem e dos seus destinos. A psicologia racional, a ética e a teodicéia, longe de serem ancilas da sociologia, impõem-lhes as suas conclusões certas como princípios de que a filosofia social deduzirá as conseqüências próprias do seu domínio. A alma é espiritual e imortal? Deus existe e impôs às criaturas uma lei moral que condiciona a sua felicidade? Das respostas positivas ou negativas a esta e outras

questões semelhantes derivam necessariamente outros tantos corolários sociais, outras tantas normas a seguir na organização da nossa vida coletiva.

Longe, pois, de dar-nos uma nova concepção da vida, a sociologia é condicionada por uma visão filosófica que já inspira e orienta. Que o diga o insuspeito WUNDR: "A sociologia mergulha, não na vida social, mas na concepção da vida... Não são os fatos da vida social mas as teorias da vida, professadas pelos sociólogos, que construíram as doutrinas sociológicas modernas." (*Logik*, B. J. III, 3.^a ed., pp. 480-80.)

Sôbre o rótulo de sociologia, os pedagogos do socialismo não fazem senão veicular velhas e variadas metafísicas. A concepção filosófica da vida que constitui a subestrutura latente de uma orientação é, mal disfarçada sob as roupagens de uma terminologia moderna, o mais completo e radical materialismo. As diferenças são acessórias e de superfície, as analogias, profundas e essenciais. O materialismo reduzia o homem a simples fenômeno da natureza; o socialismo a simples fenômeno da sociedade: lá tudo — vida física, intelectual, moral e religiosa, explicada em função de leis e processos físicos, aqui em dependência exclusiva do meio social. Num e noutro caso, negação de Deus, negação do espírito no homem, negação de uma lei moral no sentido estrito e superior da palavra. Ateísmo lá e ateísmo aqui; idolatria no primeiro, idolatria no segundo caso; lá o ídolo chamava-se Matéria, aqui, denomina-se Sociedade. Mas como nesta Sociedade nada se admite que realmente transcendia o espaço e o tempo, nada que se não reduza ao jôgo das energias físico-químicas; a matéria que, com o seu próprio nome dominava no materialismo, volta a reinar no socialismo com outro nome de disfarce. Sob a diversidade das máscaras, porém, não chega a dissimular de todo a sua identidade fundamental. E a história confirma os resultados da análise comparativa das doutrinas. A nova filosofia social

nasceu nas zonas materialistas da extrema esquerda hegeliana. MARX depende de FUEBACH.

De uma sociologia inspirada nestas cansadas filosofias, devem as ciências da educação defender-se como de seu mais fatal inimigo.

Sobre a sua orientação não se formará o homem social, dedicado e generoso, mas o egoísta intratável — *Homo homini lupus*.

NATUREZA DA CRIANÇA

Pecado original

Concepção filosófica a enformar qualquer pedagogia.
Naturalismo latente em muitos paladinos da escola nova.
Concepção pessimista do homem (protestante).
Concepção otimista de J. J. Rousseau.
Concepção católica.

A criança é boa — mas tem os seus defeitos — pecado original.
Daí a necessidade do ascetismo — para:

- a) vigorar a vontade,
- b) unificar a verdade,
- c) libertar a personalidade,

Conseqüências pedagógicas na interpretação de alguns princípios da escola ativa.

Pedagogia do sacrifício — só o catolicismo é capaz de a fundar, prática e eficaz.

As professoras do "Sacré-Cœur", 10-XI-932.

A.M.D.J.

Pela natureza invencível das coisas há no âmago de toda pedagogia, a aviventá-la e orientá-la, uma concepção filosófica da vida, das suas origens e dos seus destinos. Não é possível educar a criança nem ter uma idéia do homem, não é possível formar uma concepção do homem, sem integrar-lhe a natureza nas suas relações essenciais com os outros seres, sistematizadas numa visão geral do Universo, das suas causas e dos seus fins. Mais que dos métodos didáticos, inculcados pela evidência experimental dos seus resultados, é da diversidade por vêzes irreduzível destas concepções filosóficas e religiosas que se originam os choques entre as diferentes correntes pedagógicas na história. Tivemos o ensejo de averiguá-lo ainda uma vez no estudo que fizemos da Escola Ativa.

Com raras exceções sobre minúcias de menor significação, com ligeiras ressalvas sobre a eficácia de outros processos sobre os quais a experiência dirá, com o tempo, a sua palavra definitiva, é inquestionável que acêrca dos princípios psicológicos fundamentais, orientadores do novo movimento pedagógico, estão em acôrdo substancial os grandes vultos na ciência da educação. Mais. O acôrdo não é só atual, mas passado; não se estende em expansão horizontal à unanimidade quase completa dos educadores presentes, mas desce, em verticalidade, a articular-se com os grandes mestres de outras eras.

Hoje, enunciam-se talvez mais explicitamente alguns princípios, prolongam-se com mais continuidade as suas conclusões, multiplicam-se com mais freqüência as suas aplicações práticas, mas este progresso não chega a esconder

a identidade dos grandes princípios, o que nem sempre implica a identidade da mesma prática. Que a criança é um ser vivo e portanto essencialmente ativo, e pelo exercício espontâneo desta atividade se deva desenvolver; que o contato imediato — pela intuição — das faculdades sensitivas com os seus objetos, seja a condição normal de um conhecimento positivo, útil e verdadeiro; que o interesse seja a mola real de todos os processos didáticos; que a espontaneidade e a liberdade da criança devam ser respeitadas e desenvolvidas para que amanhã, na vida, ela possa assumir a indeclinável responsabilidade pessoal de suas ações e de seus destinos: é o que, vimo-lo por extenso, se encontra substancialmente enunciado, sob uma variedade de expressões, nos grandes clássicos da pedagogia. Em todo este domínio, ampliado pelas conquistas da psicologia experimental e pelas observações pedagógicas mais cientificamente metodizadas, há um progresso verdadeiro; não há nenhum antagonismo irreduzível.

O contraste — e este, profundo e inconciliável, encontra-se nas concepções filosóficas quase sempre dissimuladamente latentes sob as roupagens das expansões que parecem apenas interessar a organização eficiente da escola. Tivemos o ensejo de indicar alguma vez a raiz profunda destas divergências inevitáveis, e, no ano próximo, se Deus quiser, ainda se nos oferecerá a ocasião de multiplicar os exemplos. Nitidamente defrontam-se, no campo da pedagogia, a concepção materialista ou naturalista e a concepção espiritualista e cristã da existência. Para a primeira, Deus não existe ou d'Ele se prescinde como se não existira; a vida futura é um sonho ou uma quimera; a natureza do homem basta a si mesma, e, na sua expansão terrena sem peias nem esperanças illusórias de um além-túmulo, encontra a solução integral do problema de sua felicidade. Uma concepção espiritualista e cristã não se resigna evidentemente com estas mutilações essenciais. O fim do homem, o ideal da edu-

cação, os deveres da lei moral, a noção de autoridade, a hierarquia dos valores humanos — com as suas imensas e contínuas repercussões pedagógicas sofrem, ao passar de uma concepção para outra uma transmutação radical. Para um cristão e para um materialista a educação de um homem é coisa essencialmente diversa; entre as duas orientações, em todos os seus corolários, não pode haver conciliação; são inelutavelmente antagônicos. E este entrechoque é inevitável — notai-o bem.

Não se dá entre partidários da escola ativa, mas entre adeptos de sistemas filosófico-religiosos incompatíveis.

Há, porém, além destas divergências de ordem mais real, uma concepção naturalista bastante frequente em vários paladinos da escola ativa e cujas conseqüências imediatas se fazem sentir na interpretação pedagógica de alguns dos seus princípios fundamentais. Sobre a disciplina, sobre o exercício da autoridade, sobre as reações educativas, sobre o respeito à espontaneidade e liberdade da criança, se bem vos lembrais, tivemos que fazer ressalvas importantes, distanciando-nos de outras interpretações mais radicais. Hostilidade e algum progresso real? Recusá de aceitar resultados adquiridos da ciência ou lições de uma experiência provada? De modo algum. Veremos logo onde se acha maior docilidade ao ensinamento dos fatos. O que nos extremava era uma diferente da natureza da criança e conseqüentemente do homem. E como este é um ponto capital e que, na interpretação dos princípios e preceitos de escola ativa, pode abrir margem a equívocos funestos, parece bem focalizá-lo explicitamente num estudo mais pormenorizado.

Esquematisando para clareza da exposição, poderemos reduzir a três as idéias que da criança e do homem modernamente foram atiradas na circulação do pensamento.

Na extrema esquerda, oferece-nos a *concepção protestante jansenista do homem*. É uma idéia negra e lúgubre, impregnada toda do pessimismo mais acabrunhador. A re-

velação cristã interpretada por estes espíritos azedos desfigurou-se na sua pena de fel para dar-nos da natureza humana a caricatura mais triste e degradante. O pecado original, opina LUTERO, devastou total e insanavelmente a obra-prima do Criador. Da primitiva grandeza, de tudo aquilo que constituía a nossa excelência e a nossa glória nada sobreviveu às devastações da imensa catástrofe. O homem é um ser irremediavelmente decaído e para sempre incapaz de qualquer regeneração interior. A *sua razão* apagou-se para sempre nas trevas de um eclipse total e definitivo. Conhecer as coisas terrenas, que se referem à vida do comércio e às necessidades de vida temporal, é o máximo a que ela pode aspirar. “Nas coisas espirituais e divinas, escreve êle textualmente, a razão é completamente cega.” O dever do cristão é aniquilá-la, estrangulá-la como uma bête feroz. E nas interpretações do seu estilo, o chefe reformado atirou contra a mais nobre das faculdades humanas os insultos mais grosseiros, as expressões mais soezes que talvez registre a história do pensamento humano. (Ver *Igreja, Ref. e Civ.*, pp. 396-398.)

A liberdade, essa também perdeu-se para sempre nas ruínas de uma decadência sem esperanças. LUTERO, logo no princípio da sua apostasia, escreveu um livro fúnebre a que deu por título: *De servo arbitrio*. Ao livre arbítrio, que a Igreja católica ensinava como um dogma revelado, o reformador opôs o seu “arbitrio escravo”. E neste livro escreveu: “A vontade do homem é semelhante a um jumento, etc...” (*Igreja, Ref. e Civ.*, p. 425.) Assim se desengastava do diadema da realeza humana a mais preciosa das suas pedras, *lo maggior don che Dio fesse criado*, havia cantado Dante: tal é a negra perspectiva em que se projeta a natureza humana, na concepção protestante, aceita em sua quase integridade pelo jansenismo do século seguinte. O homem — ser irremediavelmente decaído, inteligência obtenebrada nas cousas espirituais, vontade escrava passiva, incapaz de ne-

nhuma colaboração ativa com a graça, de nenhum esforço nobre de reabilitação moral. E corramos um véu sobre esta filosofia de desesperados.

No extremo oposto depara-se nos *otimismo de idílio*. É a teoria da bondade natural do homem que encontrou em J. J. ROUSSEAU o seu vulgarizador mais ativo. Nasceu ela, em parte, do ambiente literário que se respirava nos fins do século 18. Os povos selvagens que os grandes descobrimentos dos séculos anteriores haviam pôsto em contato com as reações civilizadas do velho mundo entraram a inspirar uma literatura mais ávida de poesia devaneadora do que de objetividade científica. Sob a fé nas relações apressadas de alguns viajantes e exploradores, a respeito dos povos primitivos das terras recém-descobertas, apareceram na sua vida simples, no seio das selvas, como a realização do ideal entressonhado de felicidade humana. Inocência, singeleza, bondade espontânea, desconhecimento de todas as perversidades da nossa civilização, transformaram a sua vida tão próxima ainda da natureza original num paraíso de ventura. Era a idade de ouro da humanidade — e a idade de ouro dos selvagens. O século XIX dominado pelos preconceitos evolucionistas rebaixará este pobre selvagem ao nível infra-humano, transformando-o num elo de transição entre o *homo sapiens* e o bruto, feroz ainda, sem vida de família, sem conhecimento do bem e do mal, vivendo numa promiscuidade em que a força bruta a serviço do egoísmo era a única regra de direito. Coube à etnologia dos nossos dias aplicar ao estudo dos povos primitivos os processos positivos de observação científica e reconstituir a fisionomia autêntica e real destes primeiros círculos culturais em que o homem já não aparece plenamente homem com todas as suas características específicas e, ainda que em germe, com todas as instituições sociais das camadas sucessivas da civilização.

No entretanto a literatura do século XVIII impregnou todo o ambiente em que ROUSSEAU hauria os elementos de

sua teoria de um homem genuína e totalmente bom de sua natureza. O que nele vemos hoje de mau não é o fruto da seiva primitiva, é o resultado de enxertias artificiais do ambiente social em que vivemos, corrupto e corruptor. As conseqüências que desta teoria derivam para a pedagogia são de grande alcance. Toda educação concentrara os seus esforços de um lado na preservação da criança de toda a influência pervertedora da vida social; de outro lado em deixar que se desenvolvam espontaneamente e sem restrições todos os instintos, todas as tendências naturais do menino. Boas, elas só o poderão levar para o bem. Nenhum constrangimento, nenhum ascetismo no trabalho educativo.

A mesma conclusão chega o individualismo extremado do século XX, influenciado também em grande parte pelas doutrinas do pedagogo de Genebra, e levado ao extremo de suas conseqüências por aquele desequilibrado brilhante que foi FREDERICO NIETZSCHE. Toda a vida verdadeiramente grande, a vida do super-homem, desenvolve-se além da fronteira do bem e do mal — *Iensirt, von Gut un Bösi*. A caridade, o espírito de sacrifício, o respeito dos fracos, o domínio de si, a compaixão pelos que sofrem, constituem o âmago de uma moral de escravos; moral boa para as massas, para a vulgaridade da vida comum; a vida de comunidade faz comum, isto é, trivial, vulgar, ordinário — *Gemmischaft Macht gemein*. O homem não tem outra regra senão a expansão plena e total de sua vida: *lebe disch aus* (viva a sua vida), torna-te aquilo que és — *Werde Wer du dist?* Este é o ideal da vida forte e bela: sua norma resume-se em duas fases: “aquiescência incondicionada à vida”; luta sem quartel contra tudo “o que põe um freio à vida”.

Mediata ou imediatamente este Messias levava-o a sujeitar qualquer ascetismo, qualquer esforço para dominar tendências inferiores. Seria uma doutrina fúnebre, que iria en-

volver a existência numa atmosfera de tristeza; doutrina de vida diminuída, doutrina de morte.

Como filho imprudente de Apolo (Ícaro), nenhum desses teorizadores extremados soube guiar com acerto o carro do Sol e da Verdade. (*Medius tristissimus ibis.*) A doutrina católica, no equilíbrio de um justo meio, conciliou melhor as exigências opostas. Nem o pessimismo protestante que condena de antemão a um malôgro certo todo o esforço educativo; nem o otimismo ingênuo de ROUSSEAU que reduz a educação a um crescimento espontâneo de árvore selvagem; realismo que respeita as virtualidades sadias da natureza e as defende e hierarquiza com uma disciplina racional da vontade.

Para o dogma católico, o pecado original com as suas irrecusáveis conseqüências é um fato — contra ROUSSEAU; mas as suas devastações nem são irreparáveis nem atingiram profundamente a ordem natural — contra LUTERO.

A criança é boa; é o que há de melhor na nossa natureza; é a flor da humanidade. Na sua fisionomia que a inquietude das cousas e a desconfiança das pessoas ainda não revestiram de uma máscara carregada e franzida de defesa egoísta, espalha-se todo o encanto de uma inocência despreocupada. O riso, expressão espontânea de uma bondade que se comunica, aflora-lhe sem esforço aos lábios e ela o oferece a todos os que passam com uma prodigalidade que se ignora e não se limita. Só por que nós adultos desaprendemos de sorrir e não lhe correspondemos, senão com indiferença, ao dom espontâneo de sua alegria, ela concentra sua simpatia e entra a penalizar-se de que as pessoas grandes são pessoas que já não riem. Somos nós os que erramos; as crianças estão mais próximas das intuições de Deus; são elas que têm razão. Na aurora da vida, o homem é ainda, de si, leal e justo; é franco e sincero; a primeira injustiça fere-lhe a consciência como uma desafinação intolerável na harmonia das cousas; a hipocrisia repugna-lhe

como um atentado contra a limpidez da realidade. Ele gosta de saber e perguntar o porquê e o como das cousas; se a sua experiência é ainda limitada, se o cabedal dos seus conhecimentos são reduzidos, a lacuna é compensada com a docilidade e com a franqueza das perguntas. O orgulho esconde a ignorância dos adultos; a ignorância dos pequeninos cora de não saber e não se envergonha de multiplicar as interrogações.

Simplicidade ingênua, confiança aberta, generosidade espontânea, humildade sem disfarces, são ainda outros tantos dons da infância. Por tôdas estas qualidades ela é amável e instável. Nosso Senhor tem predileções pelas criancinhas. Ele, tão reservado e tão discreto em tôdas as suas atitudes, não se dedignava de afagá-las com carinho, de abraçá-las afetuosamente, abençoando com as suas mãos divinas aquelas cabecinhas louras, ricas de tantas esperanças. Ele, tão meigo, repreendeu severamente aos seus apóstolos porque queriam deter o ímpeto das mães e dos pequeninos que para êle acorriam pressurosos e alegres. Não os afastai: deixai que venham a mim as criancinhas. Ele, tomando um dia uma dessas alminhas inocentes, confundiu a soberba dos seus adversários com esta lição inesperada e sublime: — “em verdade vos digo, se vos não fizerdes semelhantes a um destes pequeninos não entrareis no Reino dos Céus.”

O Cristianismo conhece, pois, todo o tesouro de amabilidades, tôdas as virtudes da natureza humana em primavera. E por isso ninguém ama a infância com mais desvelos que o educador formado no espírito do Evangelho. Mas o amor da criança não lhe turva o conhecimento total da criança. Tôdas estas belezas da aurora não levam ao otimismo cego de um quadro sem sombras. Ao lado das qualidades, os defeitos da criança. É o corolário do pecado original, mas é também a lição da experiência sincera. As luzes da fé não fazem aqui senão iluminar os fatos observados e dar uma explicação profunda de uma realidade que para outros cons-

titui o mistério terrível de um enigma sem solução. Nós, católicos, sabemos que uma catástrofe moral enlutou a primeira página da nossa história. Uma desordem da vontade humana alterou as soluções essenciais entre a criatura e o seu Criador. O homem tentou subtrair-se à submissão essencial que devia a Deus. Em castigo desta subversão profunda, não só ficou privado da vida sobrenatural, mas entrou a sentir em si as conseqüências dolorosas de uma luta interna entre as diferentes tendências de sua natureza. Enquanto a razão se conservou livremente submissa às suas dependências naturais de Deus, as outras tendências humanas conservaram-se espontaneamente dóceis à razão. A desordem-culpa que alterou o primeiro equilíbrio correspondeu uma nova desordem-pura que perturbou o segundo.

É o que no-lo ensina a fé; é o que no-lo atesta a experiência. No homem adulto como na criança há um dualismo profundo que nos divide e dilacera a alma até as suas profundezas mais secretas. Sentimos todos a fascinação poderosa de um ideal de perfeição que nos encanta e eleva, mas experimentamos também as resistências tenazes de um peso morto que nos tolhe a liberdade do vôo para as grandes alturas, a força instintiva de impulsos inferiores que nos inclinam para baixezas que a razão condena. É um fato de experiência cotidiana e todos os grandes observadores, todos os guias de almas, todos os moralistas, ainda os que não tiveram as luzes da revelação para formulá-los em termos precisos, pressentiram este grande fator de uma decadência original do homem. A luta entre o bem e o mal na história da humanidade como na vida de cada indivíduo é uma realidade que se impõe com a força de uma evidência incontesteável. Os nossos combates variam — luta da carne contra o espírito, da graça contra o pecado, do princípio do mal contra o princípio do bem, dos bons gênios contra os maus — mas a realidade que originam é a mesma, a existência

de um grande obstáculo que paralisa o surto da humanidade para a sua perfeição espiritual.

É este contraste já se começa a fazer sentir na criança desde o alyorecer de sua vida consciente. Ao lado dos impulsos generosos que a levam para o bem, os germes também fecundos do mal. Examinai-as de perto, indagai o móvel de muitas das sensações e na raiz encontrareis a preguiça, a inveja, a ambição, a sensualidade, o crime, a vingança, a cólera, enfim o hediondo egoísmo sob a aparência dissimulada de suas variedades multiformes.

NEWMAN: "O menino que cumpre o seu dever observará que nêle há um sem-número de cousas que não estão em seu lugar... De dia para dia irá medindo a distância que separa o seu procedimento da perfeição... Verificará com que facilidade transgride os mandamentos... assim conhecerá por experiência o pecado original antes de se lhe familiarizar como o nome." Apud DE HOVRE, *Le catholicisme*, p. 20.

DUPANLOUP: "Desde o pecado original não há em nós um germe mau, por pequeno e insignificante que seja, que não tenda a crescer, se não é combatido, que não tenda a apoderar-se de tudo, dominar tudo, corromper tudo; como, pelo contrário, não há uma boa qualidade que não tenda a desfalecer se não a entretemos, se nos não aplicamos a fortificá-la." Ed. III, p. 386. Sem a tríplice concupiscência designada por S. João (orgulho, sensualidade e cobiça), o mundo moral, a humanidade inteira é um verdadeiro enigma. Todos os males da natureza humana procedem deste três princípios." Ed. III, p. 343. (Ap. DE HOVRE, II, pp. 131-2.)

Este mesmo DUPANLOUP pouco antes falava em termos magníficos da grandeza da criança (Cfr. DE HOVRE, p. 131.) "O dogma do pecado original é um dos fundamentos de toda a pedagogia. (FÖRSTER, Ap. DE HOVRE, I, p. 326.)

Desta verdade fundamental, que para nós católicos é um dogma revelado e para os que não têm a luz da fé é uma

evidência experimental, decorre para a pedagogia uma consequência de importância decisiva. Não há educação sem combate às tendências más; não há educação sem ascetismo.

A *ascese* no seu sentido mais amplo e primitivo (etimológico) equivale a exercício, ginástica, treinamento. Tudo o que prepara, robustece, forma o homem para um determinado fim, desenvolvimento de um força ou exercício de uma atividade, é uma ascese. O soldado que se prepara para a guerra, o jogador que treina para uma partida, o artista que maneja diariamente o instrumento de sua arte — piano, violino, pincel ou pena — *exercitam-se*, *exercem-se*, submetem-se a uma ascese.

No sentido mais espiritual e pedagógico — o que temos presentemente em vista — a ascese é a organização metódica das nossas tendências inferiores, é a cultura racional, por meio de exercício, da nossa vida humana como tal. Nos exemplos acima o exercício visava formar no homem o atleta, o artista, o soldado; aqui o exercício tem por fim formar no homem o *homem*. Lá a finalidade sendo facultativa era-o também a ascese que lhe condicionava a realização; aqui como não é livre ao homem deixar de ser homem e de realizar a perfeição de sua natureza, sob pena de negar-se a si mesmo e trabalhar para a sua desgraça irreparável, a ascese assume a importância de um dever, o caráter de uma obrigação geral e indeclinável, e, por isso mesmo, o elemento essencial de toda a educação que mereça o nome de humana.

É ela que assegura antes de tudo o *vigor da vontade*, a força de caráter. Não há querer e querer com eficácia e querer com perseverança sem uma disciplina rigorosa de todos os elementos inferiores de dispersão da nossa individualidade. A força integral da vontade resulta, na expressão de FÖRSTER, de uma dupla energia que importa desenvolver paralelamente: *energia de expansão* e *energia de inibição*, uma a intensidade do querer; outra a intensidade do não-querer, uma a força do sim, outra a força do não. Sem a segunda não pode existir a primeira. Para querermos eficaz-

mente um fim, é mister que saibamos não querer com igual eficácia tudo o que lhe impede a realização. Não trabalharemos nunca, com êxito, a serviço de um ideal, se não tivermos a coragem de sacrificar generosamente tudo o que com ele fôr incompatível. Para libertarmos a vontade, é preciso que aprendamos a dizer não. “Quem quer deliberadamente alguma coisa deve também deliberadamente não querer muitas outras coisas. Um grande querer exige um grande não-querer, uma grande força de renúncia a fim de que a vontade se dirija, sem divisão, para um só objeto. (FÖRSTER, *Erzâ Selbserz*, p. 125.)

E “o ascetismo não é outra coisa senão esta técnica e ginástica do domínio de si.” (FÖRSTER, *Ibid.*, p. 136. Cf. DE HOVRE, *Phil. Pédag.*)

Indispensável para formar o caráter e o vigor da vontade, o ascetismo é ainda o meio de *inspirar a nossa vida*. Os estudos mais recentes da psicologia positiva feitos, segundo o método de Wurzburg por ACH, DURR, MICHOTTE e PRÜM, GEMELLI, BÜHLER e outros, vieram confirmar de modo experimental uma verdade já conhecida pela filosofia clássica. Os setores físicos da atividade humana reduzem-se a duas grandes categorias; de um lado todos os dinamismos que se prendem às nossas tendências sensitivas, inatas ou adquiridas, que visam originariamente a conservação do indivíduo ou da espécie; do outro, a atividade voluntária orientada pelos conhecimentos intelectuais que nos eleva à região do espírito, propondo-nos às nossas aspirações idéias que transcendem o tempo e o espaço. Entre uma e outra existem mais estreitas relações de interdependência. No jogo dos instintos e da formação dos hábitos sensitivos intervém eficazmente a atividade coletiva; como por sua vez na expansão e na realização dos seus ideais superiores não pode a vontade abrir mão do concurso indispensável da sensibilidade e das suas energias poderosas.

Somos, portanto, um feixe heteróclito de atividades e tendências físicas; no plano inferior — tudo o que interessa à vida animal: instintos, hábitos, sensações, paixões (ARISTÓTELES não as pôde reduzir a menos de onze); numa esfera mais elevada, tudo o que se prende à vida especificamente humana com a multiforme variedade de ideais superiores que podem atrair o entusiasmo refletido e a constância dos nossos esforços. Não somos, portanto, uma unidade natural de simplicidade, devemos ser uma unidade conquistada na multiplicidade, isto é, uma unidade de ordem. O homem é uma *hierarquia viva*. A realização plena da sua perfeição exige não menos o desenvolvimento de cada uma das suas virtualidades quanto à sua harmonização na beleza da ordem. Enquanto se não unificarem sob o domínio da vontade e a serviço do ideal os seus recursos multiformes, o homem não apresentará o espetáculo de um *cosmos*; será um caos em desagregação como uma cidade subvertida pela anarquia. As tendências inferiores rebeldes à unidade superior do espírito solicitam-no no sentido de uma multiplicidade que desagrega. As vaidades, como as diferentes satisfações de um amor-próprio indisciplinado, expresso na dispersão de todos os caprichos, à flutuação das contingências exteriores, à tirania das opiniões oscilantes. Não pode haver assim nem continuidade da vida interior, nem constância no esforço nem rendimento apreciável e digno de uma vida humana. É a multiplicidade desarticulada, é a dissipação que dilapida todas as riquezas do ser, é o fracasso de uma existência inteira que não soube unificar-se para realizar o seu ideal. Ora, esta “expansão progressiva de sua natureza complexa, na unidade e no equilíbrio” (CHARMOT, *La tête bien faite*, p. 103) não a pode realizar o homem sem o sacrifício, sem a renúncia, sem o domínio de seus instintos e tendências inferiores, numa palavra, sem a prática de um ascetismo indispensável. “Toda a nossa vida, escreveu ainda há pouco o insuspeito GOSLOT, é uma luta do espírito contra a matéria

e a vida melhor é a que conta maior número de vitórias do espírito sobre a matéria.” (*La logique des jugements des valeurs*, Colin 1927, pp. 196-199. Cfr. CHARMOT, p. 104.)

Fortalecendo a vontade, unificando na hierarquia da ordem a multiplicidade das energias humanas, o ascetismo é ainda e por isso mesmo o princípio necessário de libertação e enriquecimento da nossa personalidade. Quem não visse neste exercício viril da vontade mais que um trabalho de destruição e de morte, de negação e de constrangimento, ter-lhe-ia de todo falseado a natureza e a finalidade. A mortificação — digamos a palavra cristã — é como a poda; parece uma obra de morte e é um segregado da vida; corta e mutila para vivificar. Sob os golpes caem-lhe os ramos parasitas e estéreis, a fim de que a seiva unificada e canalizada para os rebentos fecundos toda se aproveite e expanda em flores e frutos. O fim principal do exercício de ascese não é tanto remover os obstáculos quanto adestrar as atividades inferiores a serviço dos grandes ideais do espírito. Nada se destrói do que é bom. A imaginação e a sensibilidade não se constroem para serem eliminadas mas para melhor servir. A destruição das faculdades inferiores só apregoaria um faquirismo fisiológico de todo alheio e hostil às tradições autênticas da espiritualidade cristã. Uma ascese que visasse destemperar as molas providenciais dos sentidos e da imaginação não seria ortodoxa. “Deus não nos confiou uma harpa para que a reduzíssemos a um monocórdio, mas para que dela tirássemos para a sua glória harmonias cheias.” (P. MARECHAL, *Psychologie des mystiques*, p. 203.) O ascetismo genuíno não mutila nos homens de virtude e de santidade a beleza da natureza humana; nem a arte, nem a ciência, nem o dever social são incompatíveis com ele. FRA ANGELICO diante de seus pinceis: eis o asceta artista. S. TOMÁS, S. BOAVENTURA, nas suas cátedras de professores diante dos seus infólios de filósofos, eis o asceta ávido de saber; S. CATARINA DE SENA, S. CATARINA DE GÊNNOVA, S. TERESA e S. JOANA D'ARC, S. VICENTE

DE PAULO e S. INÁCIO DE LOIOLA, e tantos outros nos oferecem os tipos mais acabados e mais variados do asceta no cumprimento perfeito de todos os deveres sociais. (Cfr. PACHE, *L'expérience mystique et l'activité subconsciente*, Paris 1911, p. 219. Cfr. MARECHAL l.c.) Na sua medida normal, o ascetismo é uma exigência imprescindível para uma personalidade humana que não quer descer abaixo da simples honestidade; praticada em grau mais intenso é a condição essencial para "dar à ação de um homem uma liberdade, uma amplitude, um esplendor que a torne contagiosa" (GRAND'MAISON); é a via única do heroísmo, isto é, da personalidade na plenitude de sua expressão. Notou-o profundamente um psicólogo contemporâneo que não é dos nossos: W. JAMES. "Na cena do mundo é o heroísmo e só o heroísmo que representa os grandes papéis; é no heroísmo, bem o sentimos, que se acha escondido o mistério da vida. O homem capaz de fazer um sacrifício nada vale. O próprio bom senso tem a intuição deste mistério: é abraçando a morte que se vive da vida mais alta, mais intensa, mais perfeita; profunda verdade de que o ascetismo foi sempre no mundo o campeão fiel. A loucura da cruz conserva uma significação profunda e viva." (W. JAMES, *L'expérience religieuse*, pp. 312 — 313. Ec. 135, p. 55.)

Aí temos pois o ascetismo como condição psicológica para a formação da vontade, para a unificação da vida espiritual, para o desenvolvimento e libertação da verdadeira personalidade — e portanto como um fator essencial de qualquer pedagogia que aspire ser profunda e humana. Nesta concepção da natureza do homem e da criança — que resulta da convergência admirável de tantas luzes — luz da experiência e da fé, luz da história, e luz da psicologia — determina o significado exato e explica as divergências na interpretação de alguns termos equívocos na sua personalidade imprecisa — frequentemente empregado pelos escritores da pedagogia nova. Respeito à liberdade e à espontaneidade da criança, não contrariar os meninos, etc. Para o otimismo de alguns pedago-

gos naturalistas, respeitar a espontaneidade significa então deixar crescerem, como em terreno bravo, e se desenvolvam igualmente todos os germes que vivem no homem, todos os seus instintos, todos os seus impulsos, todas as suas tendências, sem ordem, sem hierarquia, sem equilíbrio. Um sim incondicionado à vida em todas as suas manifestações primitivas. E por isso em tantos livros da escola nova falta um capítulo e dos mais essenciais numa educação humana — a pedagogia do sacrifício. Uma filosofia falsa falseia assim a interpretação de um princípio pedagógico verdadeiro. Também nós apregoamos o respeito à espontaneidade e à liberdade do educando; se vos bem lembrais, consagramos uma palestra inteira a fundamentar este princípio profundamente cristão da educação; como, porém, conciliá-lo com a morosidade do ascetismo que hoje, por tantos talentos, proclamamos? Numa síntese maravilhosa, destas de que só a verdade possui o segredo incomunicável. É espontâneo tudo que a nossa vontade quer e abraça iluminada pela razão. Quando, para realizar um bem maior, nos impomos um sacrifício penoso, talvez heróico, agimos espontaneamente, com espontaneidade mais alta e mais nobre, que é apanágio e glória da nossa natureza. O sacrifício custa-nos talvez o sangue das veias, mas sai-nos livre e espontâneo do coração generoso.

Ora, só o cristianismo encerra os elementos psicológicos eficazes para esta pedagogia admirável do sacrifício. Na inteligência projeta-nos a visão real das cousas, a verdade de todas as consolações. É o conhecimento dos supremos ideais de vida e das condições indispensáveis para realizá-lo, a determinar imediatamente os nossos juízos de valor das cousas, exatas e numerosas. Nesta visão da vida, o sacrifício tem o seu lugar e a sua explicação racional. Sabemos por que sofremos e por que devemos sofrer e quais as vantagens superiores do sofrimento. No coração acende-nos um grande amor, amor soberano, ativo e eficiente. O objeto deste amor não é

uma abstração impalpável, uma ideologia vagamente expressa e palavreados estéreis; é uma Pessoa viva, Perfeição e Beleza Infinita que nos conhece e nos ama com toda a serenidade e delicadezas de um amor infinito; é ainda uma Pessoa viva que, para melhor se adaptar às condições sensíveis da nossa vida terrena, revestiu uma natureza humana semelhante à nossa, falou nossa linguagem, teve um coração que palpitou como o nosso e viveu entre nós como o mais belo e mais perfeito dos filhos do homem.

Quereis ver a eficácia pedagógica dessas riquezas cristãs em ação? Entrai numa das nossas famílias católicas. Vereis criancinhas de poucos anos privarem-se de uma gulodice para com ela alegrarem o coração de um pobrezinho, por amor do Menino Jesus; levarem o dinheiro com que poderiam ir a um cinema para auxiliar a obra das missões e salvar as alminhas dos negros e chineses e assim consolarem o menino Jesus.

E o amor de Deus, e o amor de Jesus que já tão cedo é capaz de despertar no coração da criança êsses minúsculos sacrifícios, saberá ainda com mais eficácia inspirar mais tarde às almas viris a generosidade completa dos grandes heroísmos.

E só uma pedagogia que sabe assim aliar, num acôrdo da mais perfeita harmonia, o amor e o sacrifício, a espontaneidade e a disciplina, a liberdade da ação e a fidelidade da dedicação, poderá elevar o homem à grandeza de seus destinos e à plenitude de sua felicidade.

Rio, 6-X-1932.

PSICOLOGIA DA CRIANÇA

(Notas avulsas de uma conferência)

A criança é boa, é o que há de melhor na nossa natureza; é a flor da humanidade. Na sua fisionomia que a inquietude das coisas e a desconfiança dos homens ainda não revestiu de uma máscara carregada de defesa egoísta, espelha-se vivo o encanto de uma inocência despreocupada. O riso, expressão espontânea de uma bondade que se comunica, aflora-lhe sem esforço aos lábios e ela oferece-o a todos os que passam com uma prodigalidade que se ignora e não se limita. Só porque nós adultos desaprendemos a sorrir e não lhe correspondemos senão com indiferença ao dom espontâneo de sua alegria, ela concentra-se e persuade-se que as pessoas grandes são pessoas que já não riem. Somos nós os que erramos; as crianças estão mais próximas das intuições de Deus.

Na aurora da vida o homem é ainda, de si, leal e justo, franco e sincero. A primeira injustiça fere-lhe a consciência como uma desafinação intolerável na harmonia das coisas. A hipocrisia, repugna-lhe como um atentado contra a limpidez da realidade.

A criança gosta de saber, pergunta o porquê e o como das coisas. Se a sua experiência é ainda limitada e reduzido o cabedal de seus conhecimentos, a lacuna é compensada com a docilidade e a franqueza das perguntas. O orgulho esconde a ignorância dos adultos; a ignorância dos

pequeninos não cora de confessar-se nem se envergonha de multiplicar as interrogações.

Simplicidade ingênua, confiança aberta, generosidade espontânea, humildade sem disfarces são ainda prendas valiosas da infância. Por estas qualidades, ela é amável e digna de imitação. Pelas criancinhas Jesus tinha predileções. Ele tão reservado em tôdas as suas atitudes, não se dedignava de afagá-las com carinho e de abençoar com as suas mãos divinas aquelas cabecinhas louras, ricas de tantas esperanças. Aos seus apóstolos repreendeu um dia porque tentavam deter as mãos e os pequeninos que acorriam pressurosos e alegres: "deixai que venham a mim as criancinhas." Tomando um dia uma dessas almazinhas inocentes confundiu a soberba de seus adversários com esta lição inesperada e sublime: "em verdade Vos digo, se Vos não fizerdes semelhantes a um destes pequeninos, não entrareis no reino dos céus."

O cristianismo conhece, pois, todos os tesouros, tôdas as amabilidades, tôdas as virtudes da natureza humana em flor. E por isso ninguém ama a infância com mais desvelos do que o educador formado no Espírito do Evangelho.

Mas o amor da criança não lhe turva o conhecimento total da criança. Tôdas essas belezas de aurora não o levam ao otimismo cego de um quadro sem sombras. Ao lado das qualidades, os defeitos da criança. É o corolário do pecado original, mas é também a lição da experiência sincera. As luzes da fé não fazem aqui senão iluminar os fatos observados e dar uma explicação profunda de uma realidade que para outros constitui o mistério de um enigma sem solução. Nós, católicos, sabemos que uma catástrofe moral enlutou a primeira página de nossa história. Herança fatal desta primeira desordem, há, no adulto como na criança, um dualismo profundo que nos divide e dilacera a alma até às suas profundezas mais secretas. Sentimos todos a fascinação poderosa de um ideal de perfeição que nos encanta e eleva, mas experimentamos outrossim as resistências tenazes de

um pêso morto que nos tolhe a liberdade do vôo para as grandes alturas.

É êste contraste que já se começa a fazer sentir desde o alvorecer da consciência na criança. Ao lado dos impulsos generosos que a levam para o bem, os germes também fecundos do mal. Examinai-a de perto, indagai o moral de muitas de suas ações e na raiz encontrareis a preguiça, a inveja, a ambição, a vingança, a cólera, o egoísmo enfim, sob a aparência dissimulada de suas variedades multiformes. Desta verdade fundamental decorre para a pedagogia uma consequência de importância decisiva. Não há educação sem combate às tendências más, não há educação sem ascetismo.

O ascetismo é a condição psicológica indispensável para a formação da vontade, para a unificação da vida espiritual, para o desenvolvimento e libertação da verdadeira personalidade.

Só a concepção cristã da existência nos dá assim a chave de uma educação integral e profunda.

AUTORIDADE E LIBERDADE

O problema — social e pedagógico.

Soluções extremas:

eliminação da autoridade,
eliminação da liberdade.

Necessidade da liberdade na educação.

Necessidade da autoridade na educação.

O problema não é autoridade ou liberdade, mas autoridade e liberdade.

Necessidade de uma doutrina verdadeira da autoridade.

Doutrina cristã sobre a autoridade.

Origem da autoridade.

Finalidade da autoridade.

Aplicando a pedagogia.

A autoridade deve servir à educação da liberdade:

na educação física,
na educação intelectual,
na educação moral.

Leis da autoridade.

Deve obedecer a Deus,

firmeza,
ensinar a obedecer,
ser respeitada,

eclipsar-se progressivamente,
respeitar as vocações,
dedicar-se desinteressadamente.

Conclusão — (Relação de tensão entre a autoridade e a liberdade.)

A. M. D. G.

As professoras do "Sacré-Cœur", 13-X-932.

O problema da disciplina e o das sanções em pedagogia, que estudamos nas palestras passadas, são apenas aspectos particulares de uma questão mais ampla e de repercussões mais profundas: a das relações entre a autoridade e a liberdade. Também ela não se encerra nos limites estreitos de uma escola: é uma questão humana no sentido mais compreensivo da palavra. O homem é um animal social ou político — disse ARISTÓTELES; a convivência com os seus semelhantes numa comunidade constitui com efeito uma condição indispensável ao seu desenvolvimento físico, moral e intelectual. E a vida em comum, por sua vez, não se organiza nem se conserva sem um princípio superior de harmonia, de união e de paz — que se chama autoridade. Entre o indivíduo, que, sem liberdade, não realiza o ideal de sua grandeza humana, e a comunidade, que, sem uma organização sólida da autoridade social, não se conserva nem subministra aos indivíduos o ambiente indispensável ao seu progresso, um equilíbrio estável impõe-se como uma necessidade imperiosa de vida. Exagerai a autoridade em detrimento das justas exigências da livre expansão individual e caireis no despotismo que divide a comunidade humana entre tiranos e escravos. Levai a liberdade além dos limites impostos pela existência da coletividade e vereis o organismo social desarticular-se aos poucos e desagregar-se e dissolver-se na pulverização da anarquia. É a desordem e, com a desordem, a impossibilidade para os próprios indivíduos de realizarem plenamente os seus valores humanos. Onde a questão vital das relações entre a autoridade e a liberdade não receber uma solução verdadeira e estável, será um oscilar contínuo entre

os pólos extremos do despotismo e da anarquia, um e outro igualmente fatais.

Em pedagogia, o problema apresenta-se com a mesma gravidade de importância e o mesmo cortejo de conseqüências desastrosas. Lá periclitavam a existência e a ordem da vida social; aqui, a formação e o valor da personalidade.

Em questão que tão de perto interessa a alma da educação não é de maravilhar que se tenham proposto soluções várias e inspiradas nos princípios filosóficos mais desconhecidos.

Para uns, o remédio estava na supressão, senão teórica, pelo menos prática da liberdade do educando. A criança ainda não se pode dirigir; a sua natureza inclina-a intuitivamente para um sem-número de vícios e defeitos. Só uma autoridade absoluta poderá imprimir-lhe uma orientação segura; só uma disciplina de ferro vingará quebrar-lhe as vontades recalcitrantes. Já ouvimos um reitor de Universidade de Paris preconizar em 1520 a pedagogia do *frapper fort, frapper toujours*, até reduzir o aluno à plasticidade sem resistências da polpa de melão. Para este a única virtude a formar no educando é a obediência e o imperativo categórico do mestre o grande instrumento de formação. Seria a pedagogia do despotismo, que não constitui hoje para nós um perigo iminente.

Mas há também a pedagogia da anarquia, e esta, pelo menos no campo teórico, não representa uma ameaça quimérica. Declama-se contra a obediência, virtude de fracos, que tende a deformar caracteres, a tolher o espírito de iniciativa, a diminuir senão a extinguir o sentimento de responsabilidade. Educação verdadeira e eficaz só pela liberdade e para a liberdade. Nas pequeninas repúblicas educativas — escola e lar, as autoridades pedagógicas — pais e mestres — devem abdicar em favor dos educandos. Não se lhes imponha senão o que elles consentem em aceitar. Qualquer ordem peremptória representa um atentado contra a autonomia intangível das pequeninas personalidades infantis. É a “pedagogia revolu-

cionária" que na Alemanha, por exemplo, é preconizada por L. GURLITT, G. WYNCKEN, na Escandinávia por E. KEY. "Educação sem educador", a "autoridade" deve desaparecer da nova pedagogia e as palavras "mandar" e obedecer" do seu vocabulário. GURLITT nega a importância da idéia de dever para a educação e a de método para a instrução. A atividade livre, natural, correspondente à individualidade do aluno torna supérfluo o dever que se lhe impõe de fora, e a personalidade do professor nas suas livres manifestações dispensam o método." (A. MESSER, *Paedagogik des Gegenwart*, 2.º p. 135.)

Como vêdes, uns e outros viram entre a autoridade e a liberdade um conflito sem solução enquanto coexistissem os dois termos e resolveram-no radicalmente pela supressão de um deles. Liberdade que se sacrifica à autoridade; autoridade que se imola à liberdade. Soluções unilaterais e por isso mesmo incompletas. Não é possível sem falsear e comprometer o trabalho educativo abrir mão de um ou outro destes fatores porque ambos são essenciais à formação do homem.

Não há nem pode haver educação sem liberdade. O ato humano por excelência é o ato livre; só este é suscetível de moralidade, isto é, do atributo que qualifica o homem de bom ou mau. A educação que não desenvolver na criança a consciência da sua liberdade, que não a preparasse para a direção pessoal de sua vida pela responsabilidade de suas decisões e de seus atos faltaria essencialmente à sua finalidade. Montaria autômatos, adestraria animais, não educaria homens. A maior solicitude do bom educador é formar a liberdade do seu educando. Pretender substituir a consciência do pequeno pela consciência do adulto é desconhecer a dignidade da pessoa humana que tem um fim a realizar livremente e neste trabalho de aperfeiçoamento não pode ser substituído por outro sem negar-se a si mesmo.

Não menos, porém, que a liberdade é também a autoridade essencial à educação. Na sua aceção mais vasta a au-

toridade e toda e qualquer superioridade. A superioridade na ciência funda a autoridade dos sábios; a superioridade na vontade, a autoridade dos guias; a superioridade no conhecimento presencial, a autoridade dos testemunhos; a superioridade no ofício, a autoridade dos mestres; a superioridade na força bruta, a autoridade dos tiranos. No sentido, porém, mais preciso, a autoridade é o direito de *mandar*, de ligar moralmente a vontade de outrem.

Que o homem para se desenvolver precisa desta superioridade basta um simples olhar sobre a natureza da criança, a sua indigência de auxílio, de proteção, de apoio, a sua docilidade instrutiva. Para o desenvolvimento da sua vida física, para a cultura da sua inteligência, para a formação do seu caráter, o homem, na primeira fase da sua vida, não basta a si mesmo. Falta-lhe a experiência que é função do tempo, falta-lhe discernimento, a prudência, o juízo reto das coisas, que supõem uma razão amadurecida, falta-lhe o domínio dos próprios atos, o governo das suas impressões, a emancipação das pressões instrutivas que são a conquista de uma liberdade assegurada por esforços prolongados e contínuos. Entregar a criança, ser ainda incompleto, à insuficiência dos seus próprios recursos é comprometer-lhe a evolução natural impedindo-a de realizar a plenitude de sua perfeição. É a autoridade que supõe estas deficiências temporárias mas inegáveis. Já ARISTÓTELES dizia sábiamente: "Toda educação deve preencher as lacunas deixadas pela natureza." (*Política*, 7, 17.)

Não há, portanto, nem pode haver educação perfeita sem liberdade e sem autoridade. Os grandes pedagogos formados na escola da experiência viva não podem deixar de concordar, pelo menos praticamente, na evidência desta dupla necessidade. FÖRSTER fala em nossos dias como há 50 ou 70 anos falava DUPANLOUP.

A resposta imediata à nossa questão inicial não se dá por uma disjuntiva mas por uma copulativa. Não é

“autoridade ou liberdade” mas “autoridade e liberdade.” Não estamos em face de uma antinomia que não se resolve senão pela eliminação de um dos termos, mas diante de uma síntese que se deve realizar necessariamente numa harmonia superior. Não é um problema de *eliminação*, mas de *relação*.

Confessamos, porém, que fora da doutrina cristã da autoridade não vemos como se possa realizar esta conciliação racional e prática, indispensável. Em vários representantes da Escola Nova não conseguimos encontrar as linhas firmes e seguras de uma doutrina da autoridade. Há uma incerteza de expressões vagas, uma mobilidade fugidia de posições que parecem querer evitar uma declaração nítida de princípios e entrar sinceramente no âmago da questão, encarando o assunto difícil e delicado com a lealdade mais absoluta. As vezes se insiste, com frases tão radicais na onimoda espontaneidade da evolução educativa, que parece condenar, como extrínseca e violenta e antipedagógica, qualquer intervenção de uma autoridade exterior; outras proclama-se a sua indispensável necessidade, fundando-a, porém, no simples bom senso ou na rapidez do pensamento do adulto, sem descer à raiz da dificuldade, ao problema da consciência infantil em face desta superioridade tão precária. Ouçamos, por exemplo, a FERRIÈRE, *L'école active*, p. 113.

Praticamente, os bons pedagogos da Escola Nova não abrem mão do exercício real da autoridade mas excogitam mil artifícios elegantes para eclipsar-lhe a ação ou dissimular aos olhos dos meninos a eficácia real de suas intervenções. Não seria melhor ter uma doutrina verdadeira, lógica, racional da autoridade e propô-la às consciências infantis ou adultas em toda a beleza de sua coerência, em toda a excelência de sua grandeza? Não seria esta a única via de conciliar o exercício da autoridade com o respeito da liberdade, de obter que a ação exterior do mestre se vá aos poucos moldando em vontade interior e espontânea do aluno?

Para o cristianismo toda autoridade vem de Deus: *omnis potestas a Deo*, proclamava S. PAULO em face do absolutismo do Império Romano. E quando Pilatos lembrava ao grande réu, arrastado à barra do seu tribunal, que tinha poder de tirar ou restituir-lhe a liberdade, Cristo respondeu-lhe: “Sobre mim não terias poder algum se não te fôra dado do alto.” Só Deus possui originariamente e por título primitivo e inalienável o poder de mandar: só Deus é *autor*, *Criador*, só Ele é a autoridade suprema. Todas as outras autoridades eclesiásticas ou profanas, domésticas ou civis são apenas uma delegação do seu poder soberano; não mandam nem podem mandar senão como representantes seus. Não se veja nesta afirmação da origem divina da autoridade não sei que misticismo vago, exageração piedosa mas inconsistente e incapaz de resistir à análise racional. Não. A ordem da natureza é a expressão da vontade do Criador; como o funcionamento de uma máquina manifesta o plano do Artista que a construiu. Ora, sem autoridade — pouco importa a sua forma, monárquica ou democrática; qualquer que seja o nome de seu depositário, pessoa física ou moral, rei ou imperador, cônsul ou doge, sultão ou presidente, senado ou diretório — sem autoridade não há nem pode haver vida social, e sem vida social o homem é incapaz de atingir o desenvolvimento específico de sua natureza, física, intelectual ou moral. A sociabilidade é natural ao homem, e tudo o que condiciona essencialmente a existência da sociedade — como o poder de mandar — representa indiscutivelmente a vontade de Deus, a ordem por Ele estabelecida e que nós não podemos transgredir sem contrariar o plano divino. Por isso S. PAULO: *qui potestati resistit, Dei ordinationi resistit. Ad Rom. 132.*

Quando, portanto, nós cristãos obedecemos à autoridade no que é autoridade e tem o poder de mandar, não nos curvamos diante de um homem, igual a nós, mas submetemo-

-nos religiosamente à disposição da divina Providência no governo de suas criaturas.

Da autoridade que mais de perto se relaciona com a pedagogia, S. PAULO quis mais expressamente afirmar-lhe a origem divina. Não há paternidade, escreve êle aos Efésios 315, no céu ou na terra que de Deus não derive: *ex quo omnis paternitas in caelis et in terra nominatur*. Na educação dos filhos, no seio da família, o pai é o reflexo visível da paternidade invisível de Deus. Colaborador de Deus na transmissão da vida êle continua a ser o seu representante e delegado no trabalho mais longo, difícil de levar a vida nova à plenitude de sua perfeição. É um direito seu, inalienável e imprescritível, como é um dever indeclinável.

Nesta origem divina da autoridade já temos a sua razão de ser essencial e a sua finalidade própria. Aqui os ensinamentos do cristianismo ressaltam, com mais vivo contraste, sobre tôdas as deformações com que as paixões humanas haviam desfigurado a realidade sublime das coisas. O paganismo — que também filiara na divindade a fonte do poder soberano, não o fizera senão para mais seguramente desviar de seus destinos primitivos. Vêde os gentios, disse um dia Cristo aos seus discípulos; entre êles os reis exercem dominação sobre os súditos: *reges gentium dominatur eorum*. Lc. 22.25. A autoridade decaiu inteiramente da sua grandeza original. As paixões do homem transformaram-na em instrumento da ambição, da vaidade, do orgulho, em vã ostentação de honras ou em dominação férrea sobre os súditos escravizados. *Vos autem non sic*. Entre vós não há de ser assim. Outra é a razão do poder em mãos cristãs. “Entre vós o que é maior faça-se como o mais pequeno e o que manda como o que serve: *qui praecessit est sicut ministrator*” (Lc. 22.20). E S. Marcos 10.53: *quicumque voluerit fieri maior erit vester minister: et quicumque voluerit in vobis primus esse erit omnium servus*. Eis o novo e profundo conceito do poder. A autoridade é um ministério, um

serviço público, é, antes de tudo, um dever, o dever de consagrar-se como servo ao bem comum dos governados.

O direito de *mandar* — porque a autoridade deve mandar — é todo derivado dêste dever de servir e tutelar o bem comum. A finalidade do poder não é a satisfação das paixões e dos interesses de quem o enfeixa nas mãos, mas as vantagens da felicidade geral. O autoritarismo pagão, isto é, a pretensão de impor a todo transe a própria vontade — *quidquid principi placuit legis habet vigorem* — deve ceder o lugar à verdadeira autoridade que só tem razão de ser nas necessidades e exigências do bem comum.

Apliquemos agora êstes princípios de uma sabedoria e fecundidade inesgotáveis ao domínio da pedagogia e teremos resolvido a antinomia aparente que há pouco nos preocupava. Não: autoridade ou liberdade; mas autoridade e liberdade; e autoridade a serviço da liberdade. Se o fim da educação é formar a liberdade do homem para que êle possa realizar plenamente os seus destinos como o exige a dignidade de sua natureza, isto é, livremente, a razão de ser da autoridade educativa é formar a liberdade do homem. Longe de ser um obstáculo que se deve remover, o exercício da autoridade educativa é, nas intenções da Providência, o instrumento indispensável de formação e disciplina desta liberdade preciosa.

Em tôdas as fases do desenvolvimento infantil e em todos os domínios da educação — físico, intelectual e moral, esta é sempre a função dos poderes pedagógicos, na família e na escola que recebe a sua autoridade de uma delegação dos pais a quem incumbe por direito natural o mister de educar.

Na primeira fase da vida as necessidades da criança são principalmente de ordem fisiológica e sensitiva. Trata-se a princípio de formar um bom organismo, segundo as regras de higiene e da puericultura; trata-se mais tarde de habilitar a criança a servir-se bem dos seus sentidos, a ma-

nejar com segurança e precisão os seus aparelhos sensoriais. Abandonar a criança a si mesma fôra expô-la aos perigos mais irreparáveis, e às hesitações sem resultado. Entra em jôgo a ação da autoridade e a serviço da criança, que não sabe nem pode saber, põe tôda a experiência acumulada pelas gerações. Não é ainda a educação *direta* da liberdade mas é a preparação remota e indireta de uma das condições mais importantes do seu exercício. Um organismo bem formado que pode usar com facilidade todos os seus membros; sentidos que sabem entrar em contato com a realidade, observá-la com sagacidade e segurança; mãos que podem manejar os instrumentos com habilidade para dominar e vencer as hostilidades da matéria, não só removerão mais tarde um sem-número de obstáculos físicos à expansão da alma livre, mas ainda porão a serviço da inteligência e da consciência órgãos de observação e de execução de primeiro valor.

A certa altura da evolução da criança, ao lado dos sentidos que continuam a aperfeiçoar-se, aparecem as primeiras curiosidades da inteligência. É a idade dos "porquês" e dos "comos". A propósito de tudo o que vê e que sente, a criança pede uma explicação; o desejo de conhecer a causa ignorada dos fenômenos observados, e o modo por que se realizam, multiplicam nos seus lábios as interrogações intermináveis. Deixa a si mesma o desenvolvimento da inteligência que se forma e expô-la-eis às deformações e às tiranias mais deploráveis. A criança é imaginosa, é generalizadora e simplificadora em excesso. Como o primitivo, interpretará facilmente os fenômenos por meio de personagens fantasmagóricos. Dizei-lhe que faça um retrato de papai: dois círculos, um representando o corpo, outro, a cabeça, duas linhas retas terminando em estréia, representarão os braços e mãos. Ver figura em DE LA VAISSIÈRE. É simplificar demasiado a realidade. Intervém a autoridade; aos porquês da criança dará respostas exatas e sérias, ainda que adaptadas à idade; aos sonhos da sua imaginação criadora, oporá a obser-

vação real dos fatos e das suas causas; às suas ficções pueris imporá o contato paciente e sincero com todos os dados da experiência. A inteligência vai assim *libertando-se* da imaginação sonhadora, da precipitação dos juízos; da simplificação da realidade — isto é, dos grandes inimigos da verdade e da liberdade intelectual. Muitas pessoas, vítimas na sua idade adulta dos sonhos de sua fantasia que falseia inconscientemente as coisas, pagam as conseqüências dolorosas de uma infância entregue a si mesma. Ainda aqui a intervenção da autoridade prepara e condiciona o exercício da verdadeira liberdade.

É o que ainda se verifica e de um modo ainda mais evidente no domínio da educação *moral*, a que mais diretamente se prende o exercício da liberdade humana na sua expressão mais elevada.

Conhecer o dever e praticá-lo com fidelidade — eis em que se resume a formação de uma consciência livre. Nestes dois elementos que a integram, o papel da autoridade na primeira fase da vida é decisivo. É ela quem esclarece a inteligência, promulgando o *dever*. A criança faltam ainda a razão e a experiência indispensáveis ao descobrimento pessoal das leis morais. Enquanto estas luzes interiores da consciência não passam ainda de um bruxolear indeciso, são a consciência e a razão dos pais que projetam sobre a sua vida interna as claridades superiores e seguras do que é justo e racional.

Mais necessária ainda é a sua intervenção para fortalecer o elemento volitivo. Ilusão funesta o julgar que as crianças, de seu natural e espontaneamente, serão capazes de se elevar acima de suas tendências e de lutar contra as forças dispersivas da nossa personalidade. Entregue a si mesma, ela não resistirá, mas insensivelmente se irá identificando com os seus instintos, com os seus desejos de cada momento, com tôdas as inclinações que lhe asseguram o gozo de um pequenino prazer. Em vez de uma vontade forte e coerente, inspirada sempre pelos nossos interesses mais altos, em vez

de uma personalidade em que, à força de unidade interior, de concentração de energia espiritual, o homem se libertou da escravidão dos sentidos e da mobilidade das contingências externas, tereis uma vítima da indisciplina em que a grandeza do caráter abdicou ante a tirania das paixões. Para ajudar a fraqueza da criança neste trabalho libertador é que entra em ação eficaz a autoridade educadora. Ela virá fortalecer a vontade "central", que unifica e salva, contra as vontades "periféricas" (FÖRSTER, *L'école et le caractère*, 125) que desagregam e dispersam. Quebrando-se contra a vontade serena e tranqüila dos pais, todos os caprichos infantis, tôdas as veleidades anárquicas da criança — pequeninos tiranos, irão aos poucos amoldando-se às exigências imperiosas da lei moral. Na medida em que se dominarem, assim os elementos inferiores, o eu espiritual, o eu verdadeiramente humano se irá libertando para tomar consciência de sua natureza e de seus destinos e pautar os seus atos pelas normas que desta finalidade decorrem. "Em ti, escreveu PÜCKER, há um nobre escravo a quem deves a liberdade." *In dir ein edler Sklave ist, dem du die Freiheit schuldig bist.* (Lex du Paedg. I, 175.)

Para esta obra redentora, que é a grande tarefa da nossa vida, a intervenção da autoridade pedagógica é tão eficaz quanto indispensável.

E aí temos como na obra da educação, sob todos os seus aspectos, físico, intelectual e moral, a autoridade e a liberdade não só não se opõem em antinomia insolúvel, mas se completam e integram numa colaboração harmoniosa, tôda orientada para o desenvolvimento da personalidade. A verdadeira noção cristã do poder deu-nos a chave de solução de um problema que, para outros, constitui um enigma inextricável.

Não é a única vantagem. Nestes princípios que definem a origem, a natureza e a razão de ser da autoridade

encontramos também o critério seguro para determinar-lhes os limites e deduzir as leis do seu exercício.

Porque a autoridade vem de Deus e o que a exerce é um representante de Deus, o seu primeiro dever é *obedecer a Deus*. O educador não manda porque lhe apraz, porque lhe é cômodo, para satisfazer a uma vaidade, a uma ambição, a um orgulho, a qualquer das mil formas sob as quais se pode dissimular o seu egoísmo, manda porque esta é a vontade de Deus à qual éle, antes de tudo, se acha submetido. As suas ordens revestem um caráter superior de obrigação que se impõem à sua consciência antes de ligarem a consciência da criança. Tirai-lhes êste caráter de expressão da vontade divina, e tereis apenas uma vontade humana à qual falece de todo a eficácia obrigatória sobre outra vontade. Desta consciência profunda de uma ordem de valores superior às contingências efêmeras das nossas individualidades advém à autoridade a *firmeza* que é o primeiro dos requisitos de sua eficácia. Quando a criança percebe que as prescrições ou as proibições de seus pais são inspiradas pelas disposições nervosas do momento, pelos caprichos do mau humor ou pelas arbitrariedades efêmeras, ela tenta opor a sua pequenina vontade à vontade mutável dos grandes. São as carícias, são os pedidos, são os inúmeros artificios de que sabe lançar mão uma alma de criança que quase sempre acaba triunfando. E se a vitória não vier coroar as suas primeiras tentativas ela saberá contemporar, apelando para o futuro: "Também desta vez o barômetro há de mudar."

Mas se as ordens da autoridade deixam de inspirar-se na variabilidade dos seus interesses de momento para traduzirem à consciência da criança uma vontade superior, a sua firmeza será inabalável. As veleidades de resistência infantil encontram a oposição infrangível de um muro de bronze, e os pais, na fidelidade ao dever, na sua submissão à vontade divina, o segredo de uma constância que é tôda a sua

fôrça. A autoridade manda porque é seu *dever* mandar, e a criança obedece porque é seu dever prestar obediência; uma e outra, igualmente sujeitas a uma ordem mais alta que as domina.

Assim se vai ensinando a criança a *obedecer*. E ensinar a obedecer não é alcançar a execução exterior de uma ordem, não é dominar com a fôrça uma oposição mais fraca como se subjagam, com o freio e a espora, as fogosidades de um ginete que recalitra. Enquanto a consciência não se inclina livremente ante a ordem, como ante um *dever*, não há obediência digna do homem. Todo o problema resolve-se aqui numa *educação da consciência*. É só a doutrina cristã da autoridade subministra os elementos indispensáveis a esta formação interior. Se não apelais para Deus e para a ordem de coisas por êle estabelecida, não tendes nenhum título para exigir a obediência de outro homem. Fora do cristianismo o homem não obedece senão decaindo. Cumprindo a vontade de quem manda, êle dobra a sua vontade ante as imposições de fôrça ou ante as exigências de outra vontade que lhe é igual. Só o cristão não curva o joelho diante de nenhum ídolo; na fidelidade de sua submissão, êle cumpre um *dever* de consciência, isto é, inclina-se diante de Deus e só d'Êle. E se amanhã a autoridade, esquecida de que é órgão interpretativo da vontade divina, se colocar em oposição evidente com esta vontade, nesta mesma consciência o cristão saberá haurir a fôrça e a coragem para levantar a frente e dizer: *Non possumus*, levando, se fôr mister, a tenacidade indomável de sua resistência até aos heroísmos do martírio.

Negar a Deus, portanto, é destruir a autoridade. Nós atravessamos uma crise da autoridade; cingindo-nos ao âmbito da família, vemos que já nem os pais sabem mandar, nem os filhos querem obedecer. É um mal de conseqüências funestas, incalculáveis. Mas a sua raiz é mais profunda. Por trás da crise de autoridade, há a crise de Deus nas fa-

mílias (como na sociedade). Com a diminuição do espírito religioso em muitos lares, os pais viram-se descoroados do prestígio inerente à grandeza espiritual de sua missão; os filhos perderam completamente o senso do *respeito* ao caráter sagrado da paternidade. Deixando de apoiar-se sobre a consciência, a autoridade perdeu tôda a fôrça de sua eficácia. Guizot escreveu que "o catolicismo era a maior e a mais santa escola de respeito que ainda viu o mundo". Sabeis o que é o respeito? É o segredo de ver (*respicere*) o que há de divino nas coisas. Se sob os andrajos do pobre vêdes um membro do corpo místico de Cristo que nêle padece, respeitais o pobre. Se na inocência da criança ou na majestade do velho vêdes a fraqueza de uma idade que, nos desígnios de Deus, deve ser assistida pelo vigor de vossa robustez, respeitais a infância e a velhice. Se na autoridade vêdes a expressão da vontade de Deus, respeitais a autoridade. Apagai, porém, a Deus da educação, laicizai as consciências e o respeito, senso do divino nas coisas, desaparecerá da face da terra, e, com o respeito, a harmonia da ordem, a beleza da jerarquia, a tranqüillidade da paz.

Se a origem divina da autoridade lhe assegura a *firmeza* das suas intervenções, a inviolabilidade das suas ordens, o respeito ao seu caráter sagrado, a sua finalidade, traça os limites intransponíveis de sua ação. A razão de ser da autoridade não é o egoísmo do educador mas a formação do educando. O centro da educação é a criança. Neste sistema planetário ela é o sol em tórno do qual tudo o mais deve gravitar. Pais e professôres estão a *serviço* da sua personalidade em formação. Não têm o direito de mandar senão porque têm o dever de servir. Qualquer inversão nesta jerarquia de valores é uma perturbação na ordem estabelecida por Deus, e acarretará males em tôda a harmonia do sistema: a criança sofrerá no desenvolvimento de sua personalidade, os pais sofrerão na diminuição do respeito ao seu

prestígio; deformação do educando, decadência do educador.

Porque orientada para o futuro da criança, a autoridade pedagógica tem como primeira lei a de *eclipsar-se progressivamente*. *Illum oportet crescere, me autem minui*, dizia S. JOÃO BATISTA a alguns dos seus discípulos, enciumados da popularidade crescente de Jesus. A vontade de Deus é que ele cresça e eu desapareça. Quem educa é como um *pre-cursor*. Sua missão é tornar gradualmente dispensável a assistência dos seus cuidados, na função de quem prepara os caminhos do Senhor. Portanto obediência decrescente, independência progressiva. A razão e a consciência do menino deverão desenvolver-se a ponto de bastarem para a orientação pessoal dos seus destinos. Quando a autoridade pedagógica houver formado a liberdade pessoal, chegou o momento de abdicar entregando ao novo e natural soberano o governo dos seus domínios. É uma das tarefas mais delicadas e onde se podem cometer erros bem funestos. Alguns pais parecem não perceber que os seus filhos crescem; aspiram exercer sobre a sua atividade a fiscalização de uma tutela interminável. Outros mantêm os jovens sob um regime de vigilância severa e de assistência desvelada até aos 15 anos e, nesta idade crítica, entregam-no, de repente, sem transições, aos seus desejos de independência ainda mal disciplinados. Exageros e perigos num e noutro extremo. É preciso saber apagar-se com discrição e elegância; é preciso saber conservar a influência educadora enquanto a liberdade ainda não é capaz de assumir a responsabilidade integral dos seus destinos.

Eclipsar-se progressivamente, primeira lei; *respeitar as vocações*, segunda. Cada um de nós é responsável diante de Deus da sua orientação na vida. É um dever *pessoal* indeclinável. A escolha do estado, a eleição do seu caminho é o interessado quem a deve fazer com um ato livre de que ele e só ele deve assumir todas as conseqüências. Aos educa-

dores, — pais e mestres — cumpre prepará-los moralmente para uma eleição sensata; cumpre assistir ainda aos jovens, nos momentos da deliberação, com a sabedoria de seus conselhos e ao resultado de suas experiências; nunca, porém, substituir-se aos jovens, impor-lhes as próprias preferências, criar obstáculos à realização de decisões justas e razoáveis. Quantos casamentos irremediavelmente infelizes porque pais e mães pretenderam substituir o próprio coração ao coração dos filhos! Quantas vocações sacerdotais e religiosas frustradas, com profundas e incuráveis dilacerações de consciência, porque os pais, chamados êles à vida de família, quizeram impor despoticamente o mesmo estado a filhos e filhas? Não é assim que se respeita a liberdade das consciências nem se prepara a felicidade do seu futuro.

A última lei que resume todas as outras e em que todas se devem inspirar é que a autoridade — é uma missão de *désintresse*, de *sacrifício*, de *dedicação*. O seu exercício é uma das formas mais elevadas da caridade. Consagrar-se ao bem comum, na educação, ao bem dos pequenos é o seu dever essencial. Esquecer-se a si e viver para outrem, o resumo de seu programa.

Autoridade e liberdade estão entre si numa relação de tensão, destas que não se definem por uma harmonia estática. Na ordem quantitativa vós podeis medir as dimensões do corpo humano e estabelecer, dentro de certos limites, a proporção das linhas necessárias à harmonia do todo: é uma harmonia estática. As relações de tensão unem na ordem dos valores espirituais dois extremos que variam a cada instante, na diversidade das pessoas e na contingência das circunstâncias; a harmonia se deve então realizar numa relação dinâmica, diversa para cada caso particular. E o que assegura a conciliação de tensões aparentemente antagônicas é a elasticidade compreensiva de um grande espírito iluminado pela certeza de elevados princípios. "O que faz do

cristianismo, escreveu FÖRSTER, o maior acontecimento na história da educação é que, por primeiro, êle pôs em relação as profundezas da alma com tôdas as esferas das exigências e dos trabalhos humanos." (*L'école et le caractère*, p. 130.)

Nas relações entre a autoridade e a liberdade o cristianismo desceu às profundezas de uma e de outra, e conciliou-se dinamicamente pondo a cada instante a dedicação sem limites da autoridade a serviço de uma liberdade que se desenvolve e se afirma na fidelidade inflexível aos ditames superiores da consciência. *Missão de sacrifício*: o pastor que não está disposto a dar a vida pelas suas ovelhas não é pastor, é mercenário; e, nas perspectivas evangélicas, toda autoridade é um bom pastor.

Missão de amor. Quem se esquece, quem se vence para dar, quem comunica o que é, o que tem e o que pode, numa irradiação inesgotável de benfazer, vive no exercício supremo da caridade. E êste exercício, assim como lhe conquistou o amor e o respeito dos educandos, assim o aproxima, de uma maneira inefável, da generosidade dadivosa de Deus. Também Êle, o Onipotente, se pôs a serviço das suas criaturas para elevá-las à plenitude da sua perfeição. *Ego autem in medio vestrum sum, sicut qui ministrat*. Educar é participar desta grandeza divina; pôr a onipotência da autoridade a serviço da perfeição da liberdade.

Rio, 20-IX-932.

SANÇÕES NA EDUCAÇÃO

Necessidades das sanções.

Sanções jurídicas: sem fundamentos.

Sanções pedagógicas.

Várias espécies:

olhar,
palavras,
atos.

Reação moderna contra as sanções.

Insuficiência das sanções naturais.

Solução — Sanções pedagógicas.

Para isto.

- a) Castigar o menos possível.
- b) *Sanção* — proporcionada à idade: fases da evolução da consciência, ao temperamento, à gravidade da culpa.
- c) no educando — a sanção deve iluminar a consciência, despertar o arrependimento.
- d) no educador deve ser coerente, sincero, inspirado no amor — castigos corporais.

Conclusão.

As professoras do "Sacré-Cœur", 8-VIII-932.

Do exercício da autoridade e da exigência da disciplina na ação educativa nasce, inevitável, a necessidade das sanções. A autoridade para conservar o seu prestígio quando desrespeitada, a disciplina para manter o vigor das suas prescrições quando violadas não podem deixar de punir o culpado e restabelecer, com a aplicação de uma pena, a integridade da ordem ameaçada.

A sanção é, portanto, um corolário espontâneo da lei e da autoridade que a promulga. A lei é uma norma racional imposta às atividades livres em vista de um bem comum a realizar. Sancionar uma lei é torná-la santa, isto é, inviolável. A sanção exprime a vontade eficaz do legislador de realizar o bem que inspirou a promulgação da lei. Impor uma prescrição como meio exigido por uma finalidade a obter e depois não punir os que a transgridem é desinteressar-se na realidade do bem comum. Não sancionada, a lei cairá inevitavelmente sob os golpes dos individualismos divergentes e coligados. Suponho, por um instante, que os guardas-civis não apliquem aos automóveis contraventores das posturas municipais as penalidades nelas cominadas e, ao cabo de algum tempo, nenhum motorista se julgará mais obrigado a observá-las. Lei sem sanção é lei nula. As sanções portanto variam com a natureza das leis e a finalidade que visamos. Uma é a sanção de ordem estritamente jurídica que aplica o Estado para a defesa da ordem social, outra a sanção *pedagógica* de que lança mão o educador para a formação da criança.

Quanto à razão inspiradora das sanções jurídicas os penalistas alvitram várias teorias, à primeira vista diver-

gentes, mas na realidade complementares. A pena, dizem uns, é uma exigência da *integridade da ordem*. O delinqüente, violando a lei, perturbou o equilíbrio da justiça, abrindo, por assim dizer, um deficit na coluna de "haver". A penalidade que se lhe impõe é uma satisfação que vem compensar o mal feito e reintegrar o fiel da balança perturbada na sua posição de equilíbrio estável.

A repressão do crime, explicam outros, é apenas uma medida de defesa social. Como todo ser, a sociedade tem o direito e o dever de conservar e defender a própria existência.

A estrutura jurídica que regula a reciprocidade dos deveres e limites dos cidadãos é a condição necessária desta vida social. O crime é um atentado contra a ordem estabelecida das relações jurídicas. Deixá-lo impune é estimular-lhe a multiplicação, e a multiplicação dos delitos é a destruição da paz, da segurança e finalmente da existência da própria sociedade. A punição dos criminosos é uma consequência necessária do direito de defesa social.

Outros fixaram mais a sua atenção na pessoa do infeliz que praticou o crime. Vítima de suas paixões, vencido pela violência de uma tentação, o delinqüente desditoso precisa de um auxílio moral para a sua reabilitação. O castigo, cominado ou aplicado, vem subministrar-lhe à vontade vacilante mais um motivo enérgico e sensível para subtrair-se à sedução do mal. A pena tem sobretudo uma finalidade medicinal, corrigir, emendar, segurar o delinqüente.

As três teorias, como vêdes, não são incompatíveis, e ainda que tenham sido muitas vezes expostas por alguns criminalistas de modo exclusivo, de fato se integram numa concepção mais compreensiva da pena e de suas várias finalidades. Aplicando com justiça as sanções do código penal, o juiz pode e deve visar ao mesmo tempo a interpretação e a correção e reabilitação do infeliz delinqüente. Tal foi sem-

pre a concepção cristã do direito penal e dela se vem aproximando, a largos passos, depois de várias hesitações e desvios, a maior parte dos criminalistas modernos.

Enquanto a escola e a família representam também elas uma sociedade em miniatura, cuja ordem e conservação são condicionadas por observância de um pequenino código de regras e preceitos e estatutos, as considerações que exige a diversidade dos grupos sociais encontram a sua aplicação proporcionada.

Outra, porém, e mais profunda, é a finalidade das *sanções pedagógicas*. Para o educador a sanção está essencialmente subordinada, como meio, ao fim da educação. Educar é formar o homem, para o cumprimento integral de sua missão de homem, na vida de família e na vida social, no tempo e na eternidade. O ideal que visa o educador é o homem perfeito; isto é, o homem capaz de realizar a plenitude dos seus destinos. Praticamente a realidade d'êste ideal identifica-se *com a formação da consciência*. Consciência que se ilumina, nas regiões superiores da inteligência, com o conhecimento certo dos seus deveres, consciência que se fortifica, no princípio imediato dos seus atos, com uma vontade decidida ao cumprimento fiel e total de suas obrigações. Plasmar uma consciência assim é formar um homem perfeito.

A sanção em pedagogia deve visar êste alvo; nas mãos de um educador experimentado e prudente deverá ser o instrumento eficaz para infundir, reeducando, o conhecimento da lei moral e a força de caráter para praticá-la fielmente apesar das investidas das tentações internas ou externas.

Para êste fim, de que sanções dispõe ou pode dispor o educador, na família ou na escola? De muitas, que para facilidade poderemos reunir e resumir em algumas grandes categorias.

A primeira e a mais simples das sanções está no *olhar*. Os olhos são o espelho da alma; nêles se refletem os mais variados e profundos sentimentos. Sobre uma criança que procede

mal, o educador fixa o seu olhar profundo e nêle pode transparecer, num misto de tristeza, de desaprovação e de amor, uma sanção que muitas vêzes desce ao fundo da alma e aí paralisa o mal e mobiliza as forças da reação para o bem. Quando S. PEDRO vencido pela covardia de um miserável respeito humano negou o Mestre divino do seu coração, Jesus não fez mais que lançar-lhe um olhar profundo e inefável, e as lágrimas brotaram amargas e sinceras do coração de PEDRO. *Respexit Jesus — Petrus flevit amare*. Jesus sabia olhar assim. Assim também sabem olhar as mães, e sabem olhar os educadores que amam as almas como Jesus as amava; para fazê-las melhores e dignas dos olhares de Deus.

Depois dos olhos, a *palavra*. É talvez a sanção que melhor corresponde à dignidade de homem. Através da palavra, a alma do educador entra em contato imediato, interno e profundo com a alma do educando. As suas idéias e sentimentos, vazados numa expressão correspondente, vão iluminar e comover, instruir e animar, convencer de um erro ou despertar um arrependimento. Sob forma de censura ou de louvor, de repreensão ou de estímulo, a palavra do educador, em público ou em particular — sobretudo em particular — está destinada a exercer sobre a formação da consciência infantil uma influência decisiva. Saber usar, com discrição e eficácia, êste instrumento precioso de educação, é um dos segredos dos mestres. É raro que depois de cinco minutos de conversa íntima um educador prudente não tenha vencido e convencido as mais obstinadas das rebeldias.

Finalmente os *atos*. Há-os ainda de várias categorias. Alguns são os chamados castigos de honra, porque fazem apêlo a êste sentimento e ao de vergonha que lhe é correlativo. Em casa, é a mãe que recusa um beijo ou a bênção ao filho em falta; que lhe proíbe tomar parte na conversa da mesa; no colégio, é o aluno que se põe de pé no seu lugar ou fora dêle, que se exclui de uma aula ou, finalmente, na sua expressão mais severa, que se elimina ou expulsa de um

colégio. São penalidades de que se não podem usar com proveito senão onde há vivo êste sentimento da honra e de dignidade; inaplicáveis na criancinha que ainda o não tem, no delinqüente, de consciência anestesiada, que já o perdeu.

Os castigos de *ordem* puramente *sensível* podem ainda subdividir-se em negativos e positivos. Os *negativos* são tôda a espécie de *privações*, pelas quais se subtrai ao aluno algo que lhe é agradável. São inumeráveis os pequeninos bens que se podem sonegar à criança em punição de uma falta: um doce, uma fruta ou uma sobremesa, um brinquedo, um passeio, um recreio ou qualquer outro divertimento, os primeiros bem mais de ordem material, os outros, implicando uma restrição da liberdade, já participam da natureza espiritual das sanções de honra.

Os *positivos* finalmente são os castigos físicos desde a palmadinha doméstica até a palmatória colegial. Sobre a sua eficácia ainda estão divididas as opiniões dos pedagogos; diremos brevemente uma palavrinha a respeito. Estamos apenas mencionando e classificando e não ainda julgando nem criticando. Tais são, por olhares, palavras e atos, as grandes categorias das numerosas sanções de que podem lançar mão pais e professoras, para educação dos que se desenvolvem sob a sua responsabilidade.

Mas as sanções, acodem alguns pedagogos contemporâneos, passaram de moda. Castigar é constranger a criança, e todo constrangimento é uma ação de fora para dentro que vai perturbar a espontaneidade da vida no seu desenvolvimento natural. A verdadeira educação é um processo espontâneo e harmonioso de dentro para fora; tôda coação é um atentado contra a autonomia da personalidade humana, tão digna de respeito na criança que se vai realizando a si mesma quanto no adulto já capaz de defender a intangibilidade dos próprios direitos. Os meninos não devem ser contrariados. E para certos representantes da pedagogia moderna falar de sanções, principalmente de cas-

tigos físicos, é querer galvanizar um cadáver; ressuscitar costumes educativos de outras eras para sempre mortos e sepultados. Na teoria da bondade natural de ROUSSEAU vai filiar-se, como consequência, esta condenação maciça e global das sanções educativas. O menino, dizia J. J., é naturalmente bom; é a sociedade quem o perverte; o que nêle é primitivo e espontâneo só para o bem o pode levar; deixemos, portanto, que se desenvolvam sem restrições tôdas as suas tendências, impulsos e instintos e a natureza o fará bom e perfeito. E o seu Emílio, criado longe do influxo perversor da vida social, aos doze anos não tinha nenhum defeito e nunca precisava de um castigo. Desenvolvera-se para o bem, por si mesmo, como a palmeirinha espigada, direita, vertical e elegante para as alturas. Se alguma vez uma sanção é necessária para advertir o educando da nocividade de uma ação, a natureza incumbe-se de aplicá-la. Tôda ação má, contrária à ordem e ao bem, tem, nos seus efeitos maus, a sua punição imanente e educativa. A criancinha que se aproxima inocentemente do fogo, queima-se e as ações más, quase sempre provocam reações perigosas ou recalcamientos nocivos.

Que talvez em outras eras se tivesse abusado das sanções e principalmente dos castigos corporais é bem possível. Não tentaríamos justificar quem dissesse da fêrula ou palmatória o emblema profissional do mestre. Diríamos apenas que não é acertado apreciar outras épocas pelos costumes da nossa. O que numa fase da civilização, onde os sentimentos são mais delicados, num meio social apurado por uma longa educação, poderia parecer exagerado e inconveniente, não o é em estádios inferiores do progresso social. Não se podem educar do mesmo modo os filhos do século XX, os descendentes destas tribos guerreiras que invadiram a Europa no princípio da Idade Média; homens rudes, afetos à luta, habituados ao sofrimento e à dor, para os quais a força muscular e o denodo nos grandes e sanguinolentos

combates encarnavam o valor humano na sua mais alta expressão. Onde o elemento animal predominava sobre o racional, que maravilha se a formação da juventude mais se aproximava do adestramento do que da educação? Não é esta uma justificação mas uma atenuante; um esclarecimento para o critério no julgamento relativo de tempos idos e costumes diferentes.¹

A reação hoje como sucede freqüentemente cai no extremo oposto.

Quanto às *sanções naturais* só uma pedagogia muito ingênua poderia invocar-lhes o valor educativo. É verdade que num mundo moral tôda ação má cedo ou tarde acarretará conseqüências funestas para quem a pratica: é um corolário da justiça de Deus. Mas estas conseqüências da culpa, enquanto aplicadas só pelo jôgo das leis naturais, muitas vêzes ou só se farão sentir mais tarde ou serão desproporcionadas à culpabilidade moral da criança, numa e noutra hipótese eminentemente antipedagógicas. A conseqüência natural da indolência é a ignorância; não deixar pois crescer a criança entregue à ociosidade para que nos anos de adulto, quando já não houver remédio, venha a colher os frutos dos seus desacertos. Sanção natural da mentira ou do furto é a perda da confiança e do bom nome. Como deixar que o homem resvale até êstes abismos para aprender que faltar à verdade e ao respeito dos bens alheios é um mal? Muitas vêzes, uma mentira ou outra ação má poderá, até no momento, trazer ao menino vantagens reais. Outras vêzes, a sanção impiedosa e cega das leis naturais se achará em completa desproporção com a falta cometida. O descuido de uma medida de hygiene irá talvez compro-

¹ Sobre as punições na pedagogia dos Jesuítas: Cfr. P. FRANCISCO RODRIGUES. *Formação intelectual dos Jesuítas*, p. 31.

SILVIO ANTONIANO, *Dell'Educazione cristiana e politica dei Figlioli*, pp. 324-328.

SADOLETO, Cfr. FÖRSTER, *L'Ecole et le caractère*, p. 202.

meter para sempre a saúde do seu organismo. Confiar, portanto, no simples jôgo das sanções naturais a educação dos meninos é expor-lhes a consciência a juízos perversos, e os bens da vida física, intelectual e social à mais desumana das crueldades.

A solução não está, pois, na supressão das sanções mas no caráter pedagógico da sua aplicação. O castigo não será então um obstáculo à formação da personalidade, mas uma condição do seu desenvolvimento. Desconhecê-lo é ignorar as leis fundamentais da sua evolução. É o que passamos a ver.

Confessamos, de princípio, que nos achamos de fato diante de um dos pontos mais difíceis da pedagogia. Aplicar uma sanção moralizadora nem sempre é fácil; são tantos e tão variáveis os fatores concretos a lhe condicionarem os bons efeitos que só um tato psicológico muito fino e uma perspicácia de observação muito alerta conseguirá evitar os desacertos contraproducentes. Não há uma ciência, há apenas uma arte das sanções. Não temos princípios universais que se aplicam infalivelmente à totalidade dos casos; podemos apenas apontar normas iguais a servirem de orientação discreta e criteriosa na multiplicidade das circunstâncias particulares de cada caso.

A primeira destas normas é que se deve *castigar* o menos possível. A função não é um meio habitual de formação de caráter, é um recurso extraordinário de que se deve lançar mão com a maior parcimônia. As paixões — o orgulho, a inveja, a sensualidade não se curam tanto com penas exteriores quanto com um ambiente geral de pensamentos e sentimentos em que normalmente respira a criança. A eficácia das sanções está em boa parte condicionada pela sua raridade. No trabalho da educação os castigos não são um elemento, mas um remédio. É um regime moral que nutre as almas, as punições devem aparecer com o caráter extraordinário e episódico das intervenções mé-

dicas. Como estas, porém, para a saúde do corpo assim aquelas são algumas vezes necessárias para o bem das almas. "Isto já de há muito devíamos saber todos, escreve um pedagogo alemão, O. SUTERMEISTER, castigamos para não devermos castigar mais." Estas diferentes frases são indicadas por VIOLLET. (*Les Sanctions en education*, pp. 46, 51). É para poupármos ao homem sofrimentos mais graves que punimos eventualmente a criança.

Como, porém, dar e conservar a aplicação das sanções este caráter de medicina eficaz? Adaptando-a rigorosamente à sua finalidade moralizadora, ao seu objeto de elemento formador da consciência. Para alcançá-lo convém ter sempre diante dos olhos os três fatores que entram necessariamente em jogo no ato de punir: a sanção que se inflige, o educador que a inflige e o educando ao qual se inflige. Só quando estes três elementos convergem para o mesmo fim a ação primitiva logra a eficácia do seu resultado educativo.

A sanção deve em tudo adaptar-se às condições particulares da criança.

Em primeiro lugar à idade. A consciência atravessa várias fases na sua evolução natural. A princípio, temos a fase, por assim dizer, sensível e corporal. A criança não conhece senão o prazer e a dor; com estas impressões sensíveis identificam-se para ela o bem e o mal. A inteligência ainda não entrou em ação, por falta de desenvolvimento dos centros nervosos. É o primeiro período da infância que vai até aos três ou quatro anos. As sanções neste tempo limitam-se quase exclusivamente aos castigos físicos, à dor e ao prazer. Não se alarma a nossa sensibilidade; é a lição que nos dá a natureza. Já reparastes como um pimpolho aprende a andar? Quando se trata de coordenar os primeiros movimentos incertos, se êle levanta uma perninha mais afoitamente, desloca-se o centro de gravidade e dá consigo em terra; dor, choro, foi uma palmadinha da mamãe natureza; na próxima vez o movimento já não será tão preci-

pitado. Se êle logra coordenar dois ou três passinhos, cai satisfeito nos braços da mamãe que o cobre de beijos e afaços, que, nos primeiros anos, representam apenas um prazer sensível. E é assim, através de muitos gritos, de muitos prantos, de muitas lágrimas, que a criancinha aprende a apreciar melhor as distâncias no espaço e a adaptar-lhes os seus movimentos musculares. Aprenda da natureza o educador humano e procure impedir as ações más, associando-lhes uma consequência desagradável e penosa.

Segue-se o estágio do "permitido" e do "proibido". A autoridade dos pais entra em relação direta com a criança mais crescida. "Bom" é então para êles o que mamãe permite, "mau", o que proíbe. A razão ainda não suficientemente desenvolvida não percebe o porquê das ordens recebidas. A esta insuficiência natural supre a intervenção da autoridade; se a autoridade manda mal ou errado pode deformar talvez irremediavelmente a consciência em formação. Por parte de quem manda, portanto, poucas ordens, mas firmes e justas. Por parte do educando, a formação da obediência é aqui de uma importância capital. O menino, incapaz ainda de um juízo moral próprio, baseado na razão interna das coisas, deve obedecer. Tôda solicitude do educador é impor-se ao respeito e à submissão da criança. As ordens dadas devem ser executadas, indo, para êste fim, se fôr mister, até ao castigo físico. Aos "não quero" caprichosos e invencíveis por motivos superiores e internos ainda inacessíveis à criança, uma palmadinha é o antídoto mais eficaz. Se a mesma não aprende a obedecer, e se não se habitua ao respeito da autoridade, incapaz ainda de julgar por si e governar-se com acerto, ficará para sempre com a consciência mal formada. A obediência exata tem nesta idade a função capital de formar os bons hábitos da criança; mais tarde, quando o comportar o desenvolvimento de sua inteligência, aprenderá ela as razões superiores dos seus atos: neste período, a consciência reta e bem formada do

educador terá substituído a ineficiência ingênita do educando. Seguir outro caminho, é abandonar a criança à formação precoce de maus hábitos, de que dificilmente se libertará mais tarde, quando os puder reconhecer como tais: sob o pretexto de respeito à personalidade se terá irremediavelmente comprometido a libertação da verdadeira personalidade, para sempre escravizada à tirania dos instintos e das paixões.

Com a entrada na escola, com a fase dos jogos organizados, entra o menino nas primeiras experiências da vida social; a sua liberdade encontra limites na liberdade e no direito dos outros. Aparece então a necessidade mais visível da disciplina, concretizada em regras, estatutos e leis, como condição indispensável da ordem, da paz, do viver comum. As sanções aqui, para manter a disciplina, vão visando a adaptação do individualismo com tendências anárquicas, aos indispensáveis sacrifícios do convívio social. É a educação dos sentimentos de justiça, lealdade e solidariedade. Punem-se os enganos, as mentiras, as fraudes.

Por último atingimos o estágio da *consciência pessoal* plenamente desenvolvida. O adolescente conhece a vida e as suas finalidades morais, as suas responsabilidades, individuais e sociais, morais e religiosas e governa livremente a si mesmo, numa fidelidade constante ao dever conhecido. É o período das grandes crises e das orientações quase sempre definitivas. As suas escolhas e os seus destinos refletirão quase sempre os resultados da formação de caráter das fases anteriores.

Nestas diferentes fases de evolução o papel do educador consiste essencialmente em fazer passar o conhecimento e o respeito da lei moral da própria alma para a alma do educando. As sanções adaptam-se a este trabalho progressivo. A princípio predominantemente físicos e sensíveis: correspondentes à natureza da infância, com o tempo vão-se espiritualizando à medida que a razão se desenvolve até desa-

parecerem de todo quando a consciência, suficientemente amadurecida pela reflexão, assume o governo completo de si mesmo. Dificil senão impossível traçar os limites ou as fronteiras cronológicas que separam estes diferentes estádios, que não se sucedem nitidamente excluindo uns aos outros. A evolução da consciência é orgânica e complexa; em alguns a fase da consciência sensível prolonga-se por mais tempo, em outros desaparece aos poucos; estes são mais sensíveis aos castigos de honra, aqueles às privações dolorosas. Ainda uma vez não há nenhuma regra geral, mas estudo das condições individuais e adaptação pendente à variabilidade das exigências de cada um.

Sanção adaptada à idade da criança. Não basta ainda. Adaptação também às outras circunstâncias individuais, ao sexo, ao estado orgânico, à impressionabilidade nervosa, principalmente ao *temperamento*. Não se repreende nem se castiga do mesmo modo um colérico e um fleumático, um sanguinário e um melancólico. Todos estes fatores o bom pedagogo deve observar, conhecer, estudar, sob pena de cometer os erros mais funestos.

Sanção adaptada ainda à *gravidade da culpa*. Regra geral neste ponto: não se castiga senão onde há má vontade, onde há falta. Não é objeto de intervenção punitiva, o que é incômodo ou desagradável para o mestre, senão o que revela um desvio moral do menino. E entre as faltas observa-se a hierarquia necessária para a formação de uma consciência reta. Não seja punida com mais severidade uma contravenção de disciplina exterior do que um deslize moral, um menino que quebrou um jarro do que outro que mentiu; fôra ensinar juízos falsos e deformações perigosas, como se uma falta de jeito ou cuidado fôra mais grave que uma ofensa à verdade e à liberdade das nossas relações sociais. Quanto possível seria para desejar que a pena fôsse proporcionada à natureza da falta e contribuísse para reparar o mal feito; um trabalho penoso. Quando se trata de uma

falta de preguiça, uma cópia caligráfica ou um desenho bem cuidado para corrigi-lo de uma desatenção ou negligência no cumprimento destes deveres. Tratar mal os pobres. Não raro o expor ao menino, sobretudo mais crescido, a natureza e gravidade de sua culpa e depois, apelando para os seus sentimentos de lealdade, nobreza e justiça, propor-lhe que ele mesmo se imponha a penalidade que julgar conveniente poderá produzir ótimos resultados.

Tais alguns dos critérios que devem presidir à escolha das sanções; mas além da sanção em si convém ainda levar em consideração a criança e o educador. Com efeito, das disposições psicológicas ou da reação do educando depende o valor e eficácia moralizadora da sanção. A pena lhe torna possível o seu desenvolvimento intelectual; a criança deve antes de tudo saber por que é castigada. Explicar-lhe a falta, as razões da desordem produzida pelo seu ato, adaptar esta explicação a sua capacidade moral é um condição indispensável para formar-lhe a consciência e induzi-la a aceitar-lhe a pena senão no mesmo momento em que se acha sob o influxo de uma paixão ao menos mais tarde, serenados os restos da primeira agitação. A justiça de um castigo é condição essencial de uma ação regeneradora; e um educador que, num momento de precipitação, se deixou levar a uma punição injusta, não poderá fazer maior bem ao menino do que reparar explicitamente o seu erro. A sanção não só deve *iluminar* a consciência mas ainda e principalmente *despertar o arrependimento* e o desejo de ser melhor. Para este fim, em qualquer repreensão evite-se com o maior cuidado tudo o que fôr indiferença fria, injúria, ironia mordente, que fechem para sempre o coração à confiança. Nunca se humilhe na criança a sua dignidade de homem; que o culpado tenha a impressão de que a sua falta causou um sentimento de verdadeira tristeza no educador. Por isso, o que há de mais belo, de mais profundo, de mais delicado, é o perdão generoso e elegante do castigo: é o melhor meio

de ressoldar a ponte de ouro partida, ligando uma confiança ameaçada a uma confiança agradecida. Política de confiança, política de animação! Por diante dos olhos do menino não tanto as suas faltas, quanto as forças vivas que na sua alma podem combatê-las; "não o identificar completamente com a derrota, que ele acabou de sofrer, mas pôr em luz tudo o que nêle anuncia um futuro melhor." (FÖRSTER, *L'école et le caractère*, p. 209. Ver exemplo p. 208.)

Enquanto temos certeza que alguém tem ainda confiança em nós não estamos perdidos.

Por parte, finalmente, do educador, as sanções antes de tudo devem ser *coerentes*. Com os olhos fitos no ideal as suas intervenções devem tender para o mesmo fim; como cada martelada, cada incisão do cinzel do escultor tende a reproduzir no mármore a beleza da obra-prima que lhe sorriu na imaginação criadora do artista. A incoerência das sanções, como denota no educador uma ausência de plano e de ideal, assim na alma da criança vão gerar a desorientação e a desordem. As faltas não se punem ou deixam de punir segundo as disposições nervosas de papai ou de mamãe, do professor A ou B, mas conforme as exigências objetivas da ordem e da formação da consciência infantil. A impressão do arbitrário nas almas novas é desastrosa (exemplos — professor).

Sanções ainda *sinceras*. Não simule o educador um sentimento que não experimenta na realidade. Nem ameace sanções que não poderá executar. Nos primeiros anos, este maquinismo artificial de intimidação poderá talvez impressionar os pequeninos; mas, apenas um pouco mais expertos, comecem eles a discernir os verdadeiros sentimentos e a perceberem que a sua educação foi objeto de comédia, perdem com o respeito toda a confiança na autoridade e na seriedade de suas intervenções.

Sanções por último ditadas *pelo amor* e por um amor sincero à alma da criança. Sofremos de boa vontade que

nos repreenda e nos castigue quem nos ama deveras. Atrás das palavras graves, que se deixe sentir o calor de um coração que palpita. Que o desejo de corrigir, de emendar o que não é bom, isto é, que o verdadeiro bem da criança apareça aos seus olhos como o único motivo que armou a severidade que o pune. Castigo da criança inspirado pelo egoísmo, que não suporta as suas infantilidades; pela impaciência, que não sabe moderar-se; pela raiva ou cólera, que perdeu o domínio de seus atos; pela vingança, que procura um desafogo, é castigo de antemão ineficaz e contraproducente. E esta é uma das razões por que tôdas as sanções corporais são as de mais difícil aplicação. Quase tôdas as objeções formuladas contra elas atingem menos o seu uso do que o abuso muito freqüente. Ao extremo de bater na criança recorrem quase sempre os pais no ímpeto mal domado de furor. A razão eclipsa-se, o coração paralisa; a paixão inspira soberania. A criança não é corrigida, é espancada; na autoridade já não vê a encarnação do bem, mas o instrumento cego da violência brutal. O castigo parece-lhe então aos olhos qual é na realidade, não a reação salutar do bem contra o mal, mas a opressão do fraco pelo forte. Daí ainda o princípio geral para todo educador: não castigar quando se sente sob o ímpeto de uma paixão; princípio que se impõe ainda com mais rigor quando a falta do menino implica uma injúria pessoal ao educador. O melhor nestes momentos é suspender o juízo e a sentença; em breves palavras, fazer sentir ao menino que êle procedeu mal, mas que o seu castigo só lho dará mais tarde, depois de haver tomado tempo para uma reflexão mais amadurecida. Evitam-se assim conflitos dolorosos e quase sempre a própria iniciativa do aluno bem impressionado restabelecerá as relações numa troca de sentimentos elevados. Disciplina e correção não apareçam nunca como um negócio individual ou pessoal do professor: é uma expressão de uma ordem

mais alta a que educando e educadores estão igualmente sujeitos.

Que complexos de qualidades morais, que domínio de si, que disciplina das próprias paixões supõe no educador a delicada missão de corrigir, repreender e castigar! Voltamos sempre ainda que por diversos caminhos à verdade fundamental: só educa uma personalidade que por um constante esforço moral soube elevar-se bem alto. Este desinteresse das próprias desvantagens, este esquecimento de si para viver totalmente para o bem de outro, este amor sincero da perfeição das almas que são senão outras tantas expressões desta caridade que Cristo quis fôsse a virtude característica e distinta dos seus? Por este sinal conhecerá o mundo que sois os meus discípulos se vós amardes uns aos outros.

E quando a S. PEDRO confiou a missão educadora por excelência da humanidade, a de pastor de seu rebanho, começou por passar-lhe um triplice exame de caridade sincera. Amas-me, Pedro? Apascenta os meus cordeiros.

Quanto mais nos elevarmos no amor de Cristo, mais sincera e profundamente amaremos os homens, e quanto mais amarmos os homens melhor exerceremos nas profundezas da sua consciência o mistério desta influência transformadora que eleva para o alto. Perfeito na caridade, o santo é o ideal que sem cessar devem ter diante dos olhos quantos receberem da providência uma parcela da missão divina de formar almas!

Rio, 6-VIII-932.

DISCIPLINA

Espontaneidade e disciplina.

Noção de disciplina.

Necessidade de disciplina escolar.

Problema de conciliá-lo com a espontaneidade.

Noções falsas da disciplina:

Disciplina autocrática e material.

Multiplicando proibições.

Multiplicando prescrições positivas.

Conseqüências funestas.

Automatismo:

Tristeza.

Hipocrisia.

Excesso oposto:

Negação da disciplina.

Solução:

Disciplina interior — formação do caráter.

Para isto:

não exigir submissão irracional,
oportunamente.

A.M.D.J.

As professoras do "Sacré-Cœur", 11-VIII-932.

I — O PROBLEMA

A característica própria da ação vital é a espontaneidade. O ser vivo não recebe a sua forma de uma imposição violenta do meio externo mas de um princípio interior que se desenvolve e se aperfeiçoa a si mesmo. No homem, a espontaneidade comum a todos os graus de vida coroa-se magnificamente com a liberdade que é autodeterminação consciente de uma inteligência que se move, sem coações externas nem determinações interiores, para o seu fim.

A educação, portanto, que é o movimento vital da criança em demanda de sua perfeição, é, por sua própria natureza, um trabalho todo de espontaneidade e de liberdade. Concebê-la como a adaptação forçada a uma fôrma rígida vazada pelos adultos, como uma substituição de um crescimento natural por uma enxertia de artifício, é falsear-lhe de todo a noção verdadeira e a finalidade essencial. Não nos maravilhamos, portanto, que a pedagogia nova acentue com notável relêvo este caráter distintivo da atividade educativa. Não educa, dizem em resumo os seus pioneiros, o exercício de qualquer atividade, mas da atividade filha de um interesse, e que vem responder a uma necessidade de saber, de agir, de expandir-se. Os conhecimentos não deverão ser ministrados à criança quando parecer ao adulto, mas quando vierem satisfazer a uma curiosidade por ela sentida. A iniciativa, na escola nova, passará do mestre para o aluno. Daí, em alguns dos seus representantes mais ra-

dicais, a tendência a suprimir horários, a eliminar programas, a eclipsar completamente a ação ou pelo menos a iniciativa do professor em homenagem à espontaneidade educadora e fecunda do aluno. Estas tendências, às vezes exageradas, estas afirmações sem ressalvas, renovam, porém, para logo, o problema da disciplina escolar, da sua natureza, do seu valor, da sua importância, do modo de a exigir.

De fato, logo no seu primeiro aspecto a disciplina aparece-nos como uma limitação da espontaneidade, como um complexo de regras externas a que o aluno se há de submeter. Daí o conflito, ou a aparência de conflito entre a espontaneidade essencial à educação e a natureza da disciplina. Examinemos de perto este antagonismo, as suas causas e os meios de o resolver. Na sua acepção mais geral, a disciplina é um sistema objetivo e normativo de exigências que, de modo duradouro, enquadram a atividade do indivíduo ou do grupo para o cumprimento de uma determinada finalidade.

Há uma *disciplina pessoal* que um indivíduo se impõe a si mesmo para a realização dos seus ideais na vida. Nesta acepção dizemos de um homem que é disciplinado ou indisciplinado.

Mais freqüentemente a disciplina refere-se a um grupo e designa então o complexo de disposições normativas exigidas ou aconselhadas pela sua finalidade ou razão de ser. Assim falamos de disciplina monástica, militar, partidária. São os regulamentos impostos pelas exigências de realização dos valores que constituem a razão de ser e a vida destas coletividades. É neste grupo que entra naturalmente a disciplina escolar que se nos apresenta, portanto, como sistema de regulamentações estáveis, exigidas pela comunidade escolar, isto é, sãbiamente ditadas pelas necessidades educativas dos alunos. Numa escola, portanto, a disciplina é expressão da ordem, é a adaptação racional dos meios aos fins, é a condição mesma da sua vida, da sua conservação

e eficiência. Escola disciplinada é escola que educa; escola indisciplinada é escola que mentiu à sua finalidade. Aplicação e progresso nos estudos, formação da consciência e do caráter, educação da piedade e do sentimento religioso — todos estes valores que são a razão de ser do trabalho educativo, inevitavelmente condicionados pela existência e rigor da disciplina. Estamos diante de um meio — mas de um meio que condiciona todas as finalidades da educação. A disciplina está para a educação diz DUPANLOUP: “como a casca para a árvore: é a casca que retém a seiva, que a protege, que a dirige, que a obriga a subir ao coração da árvore, a espalhar-se nas suas fibras e ramos, para alimentá-los com os sucos mais puros da terra. Da seiva assim contida e dirigida forma-se um tronco sólido e firme cujos ramos a seu tempo se revestirão de folhas, de flores e de frutos. Tirai a um galho a sua casca e em breve estará seco; tirai ao tronco a sua casca e a árvore morrerá. Parece a casca um invólucro grosseiro, mas é ele que conserva a árvore e a todas as suas partes, a sua força e vigor. Assim, a disciplina comparada à educação parece por vezes uma casca um pouco áspera e rude, mas é ela que tudo conserva, eleva e fortifica.” *L'education*, I — 135.

Aliás, o problema da disciplina não é simplesmente uma questão de pedagogia no sentido estrito da palavra; o seu alcance transcende os limites estreitos de uma escola para projetar-se fora em toda a amplitude de suas proporções verdadeiramente humanas. Desde os pequenos grupos de uma família, do seu escritório, de uma fábrica, até as grandes coletividades de um exército ou de uma nação, o problema da disciplina põe-se como uma exigência de vida ou de morte. Deve resolvê-lo o pai de família para defender a paz, a harmonia, a ordem do seu lar; deve resolvê-lo o chefe de Estado para salvar a nação dos horrores da desordem ou da subversão fatal da anarquia. Por toda parte onde há colaboração humana, onde se devem orientar ati-

vidades distintas para um fim comum, aí naturalmente se encontram as resistências do individualismo a trabalharem contra o bem superior que as deve dominar; o instinto de insubordinação tenderá a dispensar a concentração, a sinergia dos esforços, indispensável à ordem e à fecundidade do trabalho.

Eis-nos, portanto, diante de uma autonomia aparentemente irreduzível, de um lado a espontaneidade vital e a liberdade humana a condicionarem todo o desenvolvimento digno da nossa natureza; de outro, a disciplina a impôr-nos as restrições inevitáveis de seus regulamentos como cláusula essencial de força, de ordem, de vida e de expansão da nossa personalidade. Estaremos, porventura, diante de um problema insolúvel, de uma contradição fundamental da nossa natureza nas suas duas exigências igualmente profundas e inextirpáveis de expansão individual e de colaboração social? É refletir mais profundamente, e procurar na raiz das cousas a solução de um contraste de superfície.

Não há em filosofia questão mais difícil que determinar a relação entre as cousas. É mister antes de tudo conhecer as duas realidades extremas, os dois termos da relação para não os deformar, para não os confundir numa identidade inexistente, para não suprimir um dêles em benefício do outro; é mister em seguida apanhar êste não sei quê, esta proporção que orienta um para o outro, aproximando-os numa reciprocidade de dependências más ou racionais que constituem a essência da relação.

II — AS SOLUÇÕES EXTREMADAS

A relação cuja natureza tentamos agora determinar é a que passa entre a liberdade e a disciplina. É a dificuldade provém precisamente da falsa noção que se forma de um ou de ambos os termos. Há um conceito falso da disciplina, incompatível com a liberdade humana; há uma idéia

falsa de liberdade que tende a suprimir, por inconcebível, a existência de qualquer disciplina.

Tôda idéia de *disciplina mecânica* ou automática é falsa e antipedagógica. A disciplina é aqui erigida em fim, e o educando em meio. A regulamentação externa exigida com a precisão de uma máquina passa então a constituir o ideal do educador; o aluno, êsse há de moldar-se de boa ou má vontade por estas formas rígidas que lhe são impostas de fora. Os mais dóceis se ajeitarão com menos dificuldades; os mais rebeldes, êsses serão quebrados a força de violências e castigos, reduzidos a pó e depois afeiçoados em argila mais plástica.

A êstes excessos são naturalmente inclinados os pais e mestres que nasceram para ditadores, e não podendo exercer o seu despotismo sôbre uma nação vingam-se na fraqueza do pequenino mundo que dêles depende. A ditadura pode exercer-se de dois modos, que quase sempre vão associados. (Até a p. 14. Inspirado muito de perto em CHARMOT. *Études*, t. 211 (1932), 554-560.)

O primeiro é o *excesso de proibições*. As crianças não podem dar um passo, não podem lançar-se à realização de uma idéia sem que uma interdição rigorosa lhes venha paralisar, ao nascer, a iniciativa. Por todos os caminhos por onde enveredaria, alegre e satisfeita, a atividade exuberante da infância, eleva-se logo o poste com o letreiro fatal: é "proibido". Qual a psicologia dêstes educadores policiais? Falta de energia de caráter, estreiteza de horizonte, como-diñismo egoísta. É muito mais fácil imobilizar ao nascer uma atividade infantil do que orientá-la e dirigi-la para o bem.

Proibir, nada mais fácil. Proíbe-se tudo aquilo que nos incomoda. E como entre a psicologia do adulto e da criança há uma distância considerável, o egoísmo do homem feito sacrifica as exigências evolutivas do homem que se faz. Aos adultos e principalmente aos de certa idade, desagrada o ruído, o movimento, a exuberância irrequieta da vida nova;

o sossêgo, a tranqüilidade, o repouso, a uniformidade monótona dos dias são o ambiente predileto dos que já dobraram o cabo da Boa Esperança. Que fazer? Talha-se um modelo de boa educação em harmonia com estas preferências, averbã-se de incorreção repreensível tudo o que dêle desfoa, e ajusta-se a criança às exigências do figurino arbitrário. Tudo o que na riqueza da vida que desabotoa não quadra com o molde, é corte, censura, poda. E aí está tóda a psicologia desta pedagogia aduaneira de interdições gratuitas, multiplicadas sem critério. Outros, vão ao extremo e multiplicam as ordens positivas. Aquêles cerceavam a atividade infantil, êstes exigem o que lhe transcende ainda as possibilidades. São aqui as regras positivas que pululam artificialmente e enquadram a infância numa existência já feita e arbitrária. Tôda espontaneidade nativa é sufocada neste ambiente de estufa, sem ar e sem espaço. A disciplina da guerra está num sistema de opressão exercida pela geração que é sobre a geração que será! Não se compreende a riqueza profunda que se renova e aspira-se a fixar numa rigidez de cadáver a mobilidade sinuosa da vida. Dir-se-ia que uma geração, esquecendo o efêmero de sua contingência, teria a pretensão de moldar por si, numa edição definitiva, *ne varietur*, tôdas as gerações futuras. Os novos representantes da humanidade apareceriam no cenário do mundo para repetir, na mesma ordem, as mesmas atitudes e os mesmos gestos que fizemos os que vamos passando. E a fim de assegurar esta monotonia intolerável, sufoca-se a originalidade que nasce no mecanismo forçado das convênções passadas. Não se deixa a David manejar livremente a funda que era a sua arma; impõe-se-lhe a pesada couraça que era a armadura de Saul.

Multiplicando proibições injustificadas ou prescrições arbitrárias, a disciplina mecânica e exterior desconhece, as exigências fundamentais da nossa natureza, e acaba exercendo uma influência funesta e aviltante. O homem é essencial-

mente racional, e pela razão deve pautar os seus atos, ajustando-os livremente à norma de sua perfeição. A disciplina autocrática acaba por habituá-lo a não exercer sobre si mesmo a fiscalização interior da consciência, a ajustar-se materialmente no que se lhe impõe de fora. É o adestramento do animal, não é a educação do homem.

Profundamente antinatural, não nos devemos maravilhar que os seus efeitos pedagógicos sejam dos mais funestos e, por vezes, irremediáveis. O primeiro, relacionado imediatamente com a própria finalidade que mira a disciplina material, é o *automatismo*. Em vez de homens livres que têm diante dos olhos um fim a alcançar e escolhem os meios que se lhes proporcionam, montamos mecanismos inconscientes e irresponsáveis, que não se movem, mas são movidos, que marcham na vida como cordeiros na disciplina instintiva dos rebanhos. Amanhã, quando as circunstâncias exigirem a adaptação ativa à novidade de outras condições de vida, quando as atitudes francas e enérgicas fizerem apêlo ao sentimento profundo das grandes possibilidades, iniciativa e coragem se encontrarão atrofiadas numa alma que não desenvolveu as suas potências vitais numa atmosfera de coação e rotina.

Não é o único inconveniente: êste regime de ditadura permanente em casa ou na escola, acaba estancando na alma virgem da criança *tôdas as fontes da alegria*. No meio em que se move, tudo são proibições, tudo são limitações e constrangimentos. A satisfação espontânea de uma iniciativa infantil que se lança com entusiasmo na realização dos seus pequeninos ideais expira logo sufocada pelas interdições continuas. A presença dos educadores — pais, mestres, degenera então para a criança na presença desagradável de uns desmancha-prazeres. Para divertir-se, para expandir a exuberância de sua vitalidade, é mister fugir dos seus olhos e iludir-lhes a vigilância policial. É uma infância triste, é uma juventude amargurada, a preparar mais tarde reações violentas.

Outro perigo, infelizmente também êste não quimérico. Ante êsses obstáculos, alguns temperamentos rebelam-se; vencidos, talvez, na fraqueza de sua idade pela força dos grandes, concentram-se em si mesmos acumulando energias oprimidas para a violência de explosões posteriores. Outros, pelo contrário, geralmente de índole menos franca e decidida, tentam uma via de compromissos transitórios. Uma vez que a educação não lhes desce à profundidade da alma, tôda se exaure em esforços de uma regulamentação exterior, rígida e meticulosa, êles desdobram-se em dois; o menino "correto" das aparências, e o menino interior, cujo desenvolvimento se faz às ocultas e muitas vezes à revelia dos educadores. Para evitar o despertar de contrastes e vexames continuados, ante os vigilantes da polícia disciplinar, afivêla-se a máscara de uma atitude correta. Os pais ou mestres menos perspicazes iludem-se com esta exterioridade de convenção e descansam tranqüilamente enquanto as paixões e os vícios não atingidos pela ação educativa vão talvez corroendo uma por uma tôdas as fibras de um coração fechado. As severidades excessivas de uma disciplina material matam a confiança entre educador e educando; sem confiança não se abrem as vias do coração; sem êste contato profundo entre alma e alma não se exerce nenhuma influência educadora, não se desce à consciência, princípio vital de nossas ações humanas. Defendido pela hipocrisia das formalidades externas, o homem interior, o homem profundo, o homem verdadeiro escapou inteiramente à eficácia reabilitadora da educação.

Aí temos alguns dos efeitos funestos de uma concepção superficial, mecânica e formalista da disciplina. Contra ela sempre protestaram os grandes educadores.

DUPANLOUP: "Na educação como tudo o mais o constrangimento violento é nocivo ao desenvolvimento da natureza, isto é, ao próprio fim que se deve rerealizar! Constranger tudo, dobrar tudo, no mesmo nível, tratar tôdas as almas,

todos os espíritos, todos os caracteres, todos os corações do mesmo modo... não é autoridade; é violência, é a característica da disciplina material... é o aniquilamento da educação." (*Education*, I, 175; 347.) Cfr. DE HOVRE, *Le Catholicisme*, p. 148.

WILLMANN: "Para a direção pedagógica, a disciplina exterior não constitui apenas um ponto de partida; o que ela visa é uma obediência que aprecia a regra e a alma com motivos apropriados. A direção atinge o seu fim quando a ordem, a regra, a lei são reconhecidas como móveis suprapessoais da vontade e observados *libremente*. Assim a direção se torna ao mesmo tempo formação." WILLMANN, *Fund. Begriffe*, p. 19.20. Cit. p. DE HOVRE, *Le Catholicisme*, p. 372.

Infelizmente, na prática nem todos se elevaram ao nível desta sabedoria elementar. E por isso os paladinos da escola nova se arrogaram em defensores da espontaneidade infantil contra a exterioridade de constrangimentos deformadores. Nesta reação, porém, parcialmente compreensível, nem todos souberam conservar o equilíbrio da justa medida, passaram ao extremo oposto e *suprimiram tôda disciplina*. Na educação fundamental é respeitar a espontaneidade da criança, o surto vital, a iniciativa da criança: a educação é tôda de dentro para fora. Tôda disciplina é uma ação artificial de fora para dentro, é uma peia à liberdade dos movimentos naturais, é antieducativa. Suprima-se portanto a disciplina escolar e deixe-se o educando desabrochar e crescer ao sabor de seus impulsos naturais. Foi nos Estados Unidos que se encontraram os principais fatores da educação.

O DR. BRUCE ROBERTSON, diretor do ofício pedagógico da criança das escolas públicas de Newark, na 1.^a de uma série de conferências feitas na Universidade de Nova York: "É preciso insistir mais na individualidade da criança do que no curso dos seus estudos. A disciplina é uma repressão da sua individualidade e por isso deve ser suprimida." A edu-

cação progressiva, patrocinada por DEWEY, pai da pedagogia radical, tem como palavra de ordem: "liberdade, iniciativa pessoal, nenhuma disciplina imposta pelos adultos." — *Civ. Catt.*, 1931, IV, 142.

ELLEN KEY foi das suas mais ativas propagandistas na Escandinávia e depois no resto da Europa.

Como vêdes estamos aqui no extremo oposto: a negação radical de toda e qualquer disciplina. Teoricamente as conseqüências vão bem longe. Se entre a disciplina e a liberdade existe um antagonismo a tal ponto irreduzível que um respeito sincero a uma importa na supressão radical da outra, não é só a disciplina escolar, mas toda e qualquer disciplina que importa abolir, desde a disciplina doméstica até a social. É a apoteose da anarquia. Restringindo-nos somente ao campo pedagógico, o libertarismo radical importaria, nem mais nem menos, do que na negação completa da própria obra educadora. Se toda a intervenção dos adultos constituir um atentado na individualidade da criança, se toda a regra disciplinar é uma peia prejudicial à expansão espontânea da sua vida, fechem-se as escolas, jubilem-se os professores, demitam-se os pais e deixem-se as novas gerações crescerem entregues à plenitude da espontaneidade salvadora.

Extremos exagerados de espíritos sem equilíbrio, filhos de um intelectualismo abstrato, sem contato com as realidades concretas da vida. A pretexto de salvarem a liberdade, como veremos em outra ocasião, entregam o homem, inerte, ao jugo de todas as paixões, à escravidão humilhante de todos os seus caprichos.

São os próprios representantes mais ponderados da pedagogia nova que reclamam contra estes radicalismos contraproducentes. (FERRIÈRE. Princípios da *Ligue Internationale*.)

"Os meninos gostam das pessoas que aos seus olhos encarnam a ordem. — A regra constitui por isso a ossatura da sua existência individual e coletiva, como o amor ao trabalho,

o gosto do interesse e do esforço estritamente unidos são a sua carne viva e palpitante." AD. FERRIÈRE. *L'école active*, p. 113.

"A educação deve respeitar a individualidade da criança. Esta não se pode desenvolver senão por meio de uma disciplina que conduza à libertação das suas potências espirituais." Princípios propostos pela *Ligue Internationale pour l'éducation nouvelle*, n. 2.

Está, pois, de pé em toda a sua agudeza a nossa questão inicial. Necessária a disciplina; necessária a liberdade. Eis os dois termos. Como conciliá-los? Soluções superficiais procuram cortar o nó da dificuldade suprimindo um dos termos. O radicalismo libertário nega a disciplina para salvar a liberdade. O autoritarismo férreo, se não chega a negações teóricas, sacrifica na prática a liberdade à rigidez externa da disciplina mecânica. Uma educação que leva à anarquia e à dissolução da personalidade, outra que afoga as iniciativas e as responsabilidades no automatismo passivo são os parapeiros extremos a que levariam as duas tendências prolongadas até o limite de suas conseqüências.

Convém, portanto, aprofundar a questão para resolvê-la racionalmente, convém fundir, numa síntese superior, a aspiração profunda à liberdade que existe em todo indivíduo com a exigência, não menos rigorosa, de disciplina, indispensável a toda a colaboração social.

E a síntese obtém-se aprofundando a noção da disciplina, transformando-a, de uma regulamentação que se impõe com violência, numa norma que se aceita como condição de desenvolvimento da própria personalidade. A obrigação da regra e da lei de puramente exterior, passa a agir interiormente. A dificuldade toda — e em resolvê-la plenamente está o segredo e a arte do verdadeiro educador, — consiste em estabelecer uma aliança profunda entre a disciplina e o eu superior do educando. A este eu superior — feito de razão e de vontade — importa propor a lei, tal qual é, na realidade,

— condição indispensável à plena expansão da nossa vida na ordem. O seguir a cada instante a veleidade dos nossos caprichos, o deixarmos-nos levar pela linha fácil do menor esforço, do deixar-correr, arrasta-nos pouco a pouco à dispersão interior, à desagregação da nossa individualidade para acabar infalivelmente entregando-nos à escravidão humilhante das paixões e dos impulsos cegos.

A disciplina vai então aparecendo pouco a pouco aos olhos do aluno não como um jugo tirânico mas como uma ordem salvadora. Pesar-lhe-á talvez a submissão a estas regras inflexíveis, mas é um peso bendito de que não nos podemos aliviar sem nos tolhermos a possibilidade do progresso. Também as asas pesam, mas sem elas as alturas do imenso azul ficariam para sempre inacessíveis à liberdade soberana dos grandes vãos. Insensivelmente a regularidade da vida escolar vai aparecendo ao que há de mais nobre, a este fundo latente do heroísmo que dorme na criança, como o campo prático em que ela poderá conquistar, dia a dia, a mais preciosa das liberdades que é o domínio de si mesmo e de todos os seus atos. O problema da disciplina não se resolve afrouxando o seu rigor, partindo os seus vínculos, entregando a inflexibilidade da lei à contingência das variedades individuais do humor ou do capricho da criança, mas identificando-a interiormente com o princípio da atividade superior da alma, que importa libertar das pressões de baixo, para que ela exerça a sua função interna e insubstituível de auto-educadora. É esta atividade pessoal do aluno — atividade livre, não só da coação externa, mas dos impulsos internos da vida inferior, instintiva e animal, que convém estimular, orientar, desenvolver, porque esta é a atividade que educa, esta é a atividade de que dependerá amanhã o valor do homem.

A disciplina assim concebida encontrará no aluno, na sua parte mais nobre, um aliado natural. Cessará o conflito penoso entre o adulto que educa e a criança que é

educada. Sem perder nada de rigor, de sua severidade inflexível, da sua pontualidade, a vida regular da escola ganha em interioridade, passa de um regulamento disciplinar para a dignidade de um código de educação. Quanto mais as almas se forem convencendo destas necessidades disciplinares tanto menos lhes pesará a sua observância fiel. As intervenções da autoridade se irão fazendo cada vez mais raras em benefício da liberdade individual, cada vez mais respeitadas. De um aluno fiel e consciencioso fia-se plenamente o professor. As proibições, a vigilância, as ordens externas diminuem na proporção que aumenta a formação interior da consciência livre. "Só onde há o máximo de educação pode e deve haver o máximo de liberdade." (FÖRSTER, *L'école et le caractère*, 158.) No limite, a disciplina se tornará inteiramente livre e espontânea, o homem interior bem formado tornará inútil qualquer intervenção exterior da autoridade. Cumpre porém notar que este é o resultado de uma educação perfeita não o seu ponto inicial; é o termo, não o princípio da evolução educativa. A educação tem por fim *libertar o homem superior*, não pode comprometer a sua eficácia, começar por supor o gozo desta liberdade, que não é um dado da natureza mas uma conquista do esforço. E o grande meio de formar esta liberdade salvadora é precisamente a disciplina observada organicamente num sentido de constrangimento decrescente e de espontaneidade crescente. Magnificamente WILLMANN... FÖRSTER. (*L'école*, p. 128.) Pio XI, *Encíclica*, Cfr. *Civ. Cath.*, 1930, II, 239.

Se este é o significado do segundo princípio, formulado um pouco imprecisamente, pela *Ligue Internationale*, observemo-lo com ambas as mãos. É o único meio de uma educação digna do homem, de uma educação que forma o civilizado em lugar do bárbaro, o cidadão em lugar do anarquista, o homem em lugar do bruto, o cristão livre e dedicado em lugar do pagão escravo dos seus instintos e dos impulsos cegos do seu egoísmo.

Como, porém, praticamente, conseguir êstes resultados magníficos e transformar assim, aos olhos do aluno, tôda a significação profunda e libertadora da disciplina? Uma resposta cabal seria um tratado inteiro de pedagogia do caráter onde entrariam, ao lado de insubstituível influência pessoal do professor, as observações sôbre a elaboração prudente dos regulamentos escolares, o modo de as propor aos educandos e de intervir sãbiamente na sua execução perfeita. Algumas indicações gerais, apenas; mais tarde, estudando a autoridade e o modo de exercê-la, teremos ensejo de voltar ao assunto.

Que dos alunos não se exija uma submissão irracional aos regulamentos disciplinares. Regulamentos bem feitos, não são arbitrários; têm sua razão de ser profunda na própria vantagem dos alunos. Expliquem-se estas vantagens, analisem-se estas razões, propondo-as de modo acessível à capacidade dos alunos nas diferentes fases de sua evolução intelectual. A vida escolar como a da família oferece mil oportunidades de apontar em concreto o detrimento que adviria ao aluno de uma indisciplina ou de uma incorreção regulamentar. Com isto não queremos dizer que os educadores expliquem as razões de cada ordem às crianças, condicionando a sua execução pelo assentimento que elas lhe devem. Uma coisa é justificar a razão da autoridade, outra submeter-se tôdas as suas decisões ao tribunal do educando; a primeira é uma medida formadora, a outra é a negação mesma da autoridade. Desenvolveremos mais tarde o pensamento.

Ganha-se assim o aluno à causa da disciplina e da ordem; e nada menos difícil. Os meninos, por um sentimento natural de justiça e por uma intuição quase instintiva, amam a ordem e os educadores que a encarnam. São os professores justos e austeros que mais se impõem à admiração e à estima dos alunos; os relaxados, os que procuram a popularidade do camaradismo cedo ou tarde caem

da sua estima. E temam pais e professores o juízo definitivo dos seus filhos e alunos. Se quiserem resumido numa frase um pensamento de uma fecundidade inexaurível, que compendia, na sua brevidade, longos tratados de pedagogia, lembrem-se sempre, em tôda a sua vida de educadoras, que cada uma das suas ações feitas hoje para formar esta criança de 5, 10 ou 15 anos será por ela julgada quando tiver 30 ou 40, e procurem a aprovação definitiva dêste tribunal que será sempre justo convosco.

Não basta conquistar o educando à disciplina, justificando-a; é mister regular ainda as intervenções indispensáveis à sua execução. É êste um dos pontos que mais escapam a regras minuciosas e mais dependem da finura psicológica do educador. (Ainda assim, se quiserdes, não são inúteis as três indicações seguintes, propostas pela MONTESSORI. (Cfr. *Civ. Cath.* 1930. II, pp. 241-2.)

“O nosso método não inculca o respeito do que é fútil e errôneo. A mestra deve aprender a distinguir o que é bom do que é mau; e êste é o ponto fundamental do nosso método... Bom, nesse caso, chamamos o estado psicológico favorável ao desenvolvimento da criança e à sua saúde mental; mau, o estado psicológico vazio de influência formadora ou atualmente desfavorável ao desenvolvimento da criança, porque o leva a uma dispersão inútil das suas forças. Êste conhecimento fundamental recomendamos-lo não somente às professoras, mas principalmente às mães.” (*Civ. Cath.*, 1930, II, 240.)

Acima, porém, das regras precisas deve dominar um grande espírito. Como se acaba de ver, a questão da disciplina resolve-se, em última análise, num problema de formação do caráter. É interessante verificarmos a cada momento, como não há problema educativo que, tratado profundamente, não nos ponha em face das grandes questões dos grandes princípios que orientam a vida do homem. Não há pedagogia sem uma concepção da vida, e os peda-

gogos que se inspiram em falsas concepções cedo ou tarde se envolvem em problemas insolúveis. Sem uma noção racional da autoridade, sem uma concepção justa e integral da psicologia humana, o problema da disciplina será um enigma eterno sem solução. E as pedagogias superficiais oscilarão entre o autoritarismo despótico que avilta — é a autoridade pagã que fazia escravos — e o libertarismo ilimitado que dissolve caracteres e prepara — como em tanta parte do mundo moderno — na generalização da disciplina, o princípio da anarquia e da dissolução social. Só a concepção cristã — do homem, da autoridade e da obediência — concilia, numa síntese mais alta, a evidente necessidade da disciplina com as justas aspirações da liberdade e as profundas exigências da dignidade humana.

A FÖRSTER, não-católico mas pedagogo profundo, pedirei hoje as palavras de minha conclusão: "A secularização tão apregoada de todos os nossas instituições sociais e pedagógicas, cavando um abismo entre os mistérios da personalidade espiritual e o mundo da vida coletiva, privou tôdas as nossas hierarquias sociais do que lhes constitui verdadeiramente a alma. E este movimento não terminará senão no dia em que por experiências dolorosas tivermos sentido ao mesmo tempo as conseqüências dêste aviltamento da obediência e a necessidade terrível da mesma obediência. A Igreja então não se contentará de reclamar a obediência, como nas suas épocas mais gloriosas organizará uma educação da obediência, conforme às exigências dos tempos, onde a personalidade e a consciência do homem encontrarão uma resposta a tudo o que as tormenta." (FÖRSTER, *L'école et le caractère*, p. 128.)

Rio, 7-VII-932.

A EDUCAÇÃO MODERNA

Retomam-se os trabalhos — retomá-los com energia.

Importância da educação:

- a) *na formação dos indivíduos.* O que o homem deve à sua primeira educação. Comparação do palimpsesto.
- b) *no progresso dos povos.* A natureza humana — essencialmente progressiva. Função capital da educação no trabalho progressivo. Eis que o que deve ser a educação.

O que é de fato a educação moderna.

Não nos deixemos fascinar pelo adjetivo moderno.
A pedagogia moderna em crise.
Progresso na parte material.
Mas insuficiência da parte formal-educativa.
Corolário da educação leiga.
Evidenciada pela decadência moral.

Aqui está o campo da ação católica na educação.

Encíclica recente de Pio XI *sobre a educação.*
Vos estis sal terrae — lux mundi.
Plenitude e juventude da alma de quem trabalha para Deus.

A. M. D. G.

Rio, abril, 1930.

As professoras do "Sacré-Cœur", 10-IV-930.

Após o intervalo de 4 longos meses aqui de novo vos reunis, atraídas pelo desejo de realização de um ideal, levantado e belo entre os mais belos e alevantados de quantos podem despertar os entusiasmos de uma alma cristã.

No ciclo periódico das nossas ocupações cotidianas as exigências imprescritíveis da natureza inserem o benefício de um descanso restaurador. São as horas tranqüilas e inconscientes do sono. A vida parece retrair-se às profundezas do organismo. Cessam as nossas relações com o mundo exterior sobre o qual as pálpebras pesadamente cerradas correm uma cortina impenetrável. Interrompe-se toda a atividade do trabalho produtor com a inércia dos músculos abandonados. Sob esta aparência, porém, de inação há uma intensidade latente de vida que restaura as energias perdidas, que elimina os germes de morte acumulados nos órgãos abatidos e prepara, numa renovação geral, a possibilidade de retomar o ritmo das tarefas diárias que nos impõe a nossa missão na vida.

No período amplo do ano que sucede ao ano costumamos também inserir uma folga mais dilatada na qual relaxamos o ardor das ocupações habituais, para refazer, com a suspensão dos trabalhos e a diminuição das responsabilidades, o vigor de um organismo sujeito à fadiga, ao gasto, às ofensivas continuadas da velhice e da morte.

Como as máquinas, que do repouso passam ao movimento, o primeiro arranque é penoso. A inércia agrava os pesos mortos a vencer. Os atritos multiplicam os obstáculos. As resistências passivas aliam-se todas, conjuradas em impedir qualquer mudança na imobilidade das situações an-

teriores. Na mecânica das locomotivas os primeiros jatos fortes e seguidos do vapor acumulado triunfam de todas essas dificuldades. Na psicologia das almas são os atos enérgicos de uma vontade disciplinada que elevam logo as nossas atividades internas ao nível das exigências do dever. Sem esta afirmação pronta e decidida do primado do espírito sobre o corpo, o indolente de cada dia, prolongando intermináveis viravoltas de uma sonolência tiranizadora, furta à fecundidade abençoada do trabalho as melhores horas que lhe destinou a Providência, como o indolente de cada ano (e geralmente os dois coincidem), dilatando a despreocupação das férias fora dos seus limites justos e naturais, sacrifica as mais belas primícias do ano letivo.

Não queremos pertencer a esta categoria sem glória e sem nobreza. Reencetamos os nossos trabalhos e os recomeçamos com os fervorosos entusiasmos de uma juventude renovada.

A esta generosidade de iniciativas convida-vos antes de tudo a grandeza de vossa missão. Quanto mais crescem os anos e, com eles, o conhecimento dos homens e das coisas, mais profunda se nos enraíza na alma a convicção da importância soberana da educação na vida dos indivíduos e na prosperidade das nações. Diz-nos frequentemente que a educação faz o homem. A rigor, não é de todo exata a afirmação. Para este fim também contribui a natureza com a distribuição desigual dos seus temperamentos e qualidades ingênicas, para este fim também influi a hereditariedade com a ação misteriosa de suas taras e contrapesos. Afora, porém, estas ressalvas exigidas pelo respeito à verdade integral, nunca será exagerada a estima da influência poderosa e decisiva que sobre os destinos dos homens e dos povos exerce este complexo orgânico de ações domésticas, escolares e sociais que convergem sobre a plasticidade dócil e imitadora das almas novas. Na maleabilidade da argila humana em formação cada uma delas imprime uma imagem,

abre um sulco, ou delinea um traço. Do conjunto destas primeiras impressões que se completam, resulta aos poucos a fisionomia moral do homem, o caráter que o distinguirá entre os seus semelhantes. A idade madura poderá corrigir defeitos, preencher lacunas, desenvolver linhas apenas esboçadas; não logrará nunca aniquilar o passado indelével da primeira educação. Muitas resoluções do adulto, — atos heróicos que o enaltecem, crimes que o degradam — parecem muitas vezes prender-se exclusivamente à influência de precedentes imediatos e são na realidade sob o estímulo das ocasiões de momento o último desabrochar de sementes depositadas na terra virgem da primeira estação da existência. Conheceis os palimpsestos. Em eras remotas, quando a indústria humana ainda não havia barateado o papel, nossos maiores escreviam em pergaminhos e papiros. A raridade de uns e alto preço de outros inspiraram-lhes o uso econômico de utilizar mais de uma vez a mesma pele. Raspavam-na cuidadosamente e sobre a superfície limpa gravavam nova escritura. Assim pareciam delidos para a posteridade documentos de alto valor. Mas da incúria ou da pobreza dos antigos triunfou a sagacidade dos modernos. Sob a ação química de certos reagentes, vemos hoje, ante a admiração da nossa curiosidade, reaparecerem as linhas nítidas, às quais, há séculos e séculos, os homens haviam confiado a expressão de suas idéias e sentimentos e as nações as grandezas de sua história. Os homens são como os palimpsestos. Deixai que as grandes ocasiões, como reativos poderosos, atuem na superfície das suas almas e vereis, muitas vezes com surpresa, delinearem-se atitudes extremas e definidas de fidelidade ao dever ou de sobrevivência ao vício. Julgais que o herói da virtude ou do crime fizeram-no as circunstâncias de hoje? Enganai-vos. Os traços do santo ou do delinqüente lá estavam nas profundezas da alma, sulcados por impressões antigas da infância e da juventude, como as

tintas indeléveis nas entranhas fielmente conservadas do pergaminho.

Inegavelmente a educação desempenha na orientação das existências individuais um papel de importância protagônica. A felicidade como a desgraça dos adultos prende-se quase sempre aos cuidados ou desacertos de sua primeira formação. Na vida das nações a educação é o grande fator do progresso, do progresso verdadeiro e completo, material, intelectual e moral.

Ensina S. TOMÁS que entrè os espíritos puros não há vários indivíduos dentro da mesma espécie. Cada anjo difere do outro não numericamente como um indivíduo de outro da mesma espécie, senão especificamente como uma essência se distingue de outra. A multiplicação dos indivíduos que reproduzem a mesma perfeição essencial só é possível onde começa a existência da matéria e com ela o fundamento de uma multiplicidade quantitativa. Corolário desta doutrina filosófica de origem aristotélica é que um espírito puro esgota toda a perfeição de sua espécie. Cada anjo possui em sua plenitude todas as excelências de sua natureza. Não assim o homem. Nenhum de nós realiza em toda a sua integridade o ideal da natureza humana. Cada indivíduo possui prerrogativas que faltam a outros e verifica em si deficiências inexistentes em seus semelhantes. A perfeição completa da nossa espécie, no seu peregrinar terreno, é a missão, não de cada indivíduo, mas da humanidade inteira. Daí, radicada nas exigências mais profundas da nossa natureza social, a lei do progresso, que é lei de colaboração, que é lei de solidariedade. Não nos podemos isolar sob pena de nos imobilizarmos na esterilidade da solidão. Havemos de estender as mãos aos nossos semelhantes para recebermos e darmos, num intercâmbio benfazejo de serviços imprescindíveis. E esta exigência de entre-ajuda fecunda estende os seus direitos à universalidade do espaço e continuidade do tempo. Dos nossos contemporâneos, numa

reciprocidade de relações vivas, recebemos os benefícios imediatos de todos os seus esforços para o nosso desenvolvimento material, intelectual e moral. Das gerações que se foram herdamos este capital precioso de quase, tôda a nossa civilização, patrimônio laboriosamente acumulado pela atividade dos séculos que já se precipitaram nas trevas dum passado irrevogável. Vêdes para logo ressaltar, nítida, a condição essencial do progresso humano. Progredir não é destruir, é aperfeiçoar; não é partir os elos da cadeia humana, é soldá-los numa continuidade ininterrupta; não é romper com as gerações passadas, é acolher com gratidão as riquezas que acumularam para aumentá-las com a contribuição do presente. Pretender, na vida doméstica e social, no conforto das nossas instalações materiais, como ãa atividade científica e filosófica das nossas inteligências, cavar um abismo entre a geração que é e as que foram, seria condenar a humanidade ao balbuciar de uma eterna infância. Viveríamos sempre a gatinhar e a repetir as mesmas experiências estéreis. Evidentemente, o postulado fundamental que condiciona todo o progresso humano é a mais estreita colaboração do passado com o presente para a preparação de um porvir melhor.

Parece-vos talvez que nos afastamos em digressão sinuosa do que vos vínhamos dizendo; não, estamos no âmago do nosso assunto. Esta colaboração estreita entre os que vão passando e os que vêm surgindo, cláusula essencial do aperfeiçoamento humano, eis a nobilíssima tarefa social da educação. A geração presente, depositária já de tôdas as aquisições recebidas do passado e de tôdas as conquistas dos seus próprios esforços, antes de descer ao silêncio do sepulcro, inclina-se num gesto magnífico de desinteresse, de dedicação e de solidariedade, sobre a infância que desperta para a vida a fim de lhe transmitir o precioso tesouro aos que serão os homens de amanhã. Esta transmissão dos cabedais inestimáveis — materiais, intelectuais, morais e religiosos, — da

civilização humana — que o presente faz ao futuro — eis a educação. E quantos por natureza ou por vocação, — pais e mestres — são educadores, receberam esta altíssima função de contribuir, mais eficazmente talvez de que ninguém, para a felicidade dos indivíduos como para a grandeza e prosperidade dos povos. São os ministros escolhidos pela divina Providência para a realização dos seus designios de bondade sobre o homem. Vêde se não tinha eu razão de ver na excelência da vossa missão um estímulo sem par às generosidades de vossa dedicação.

Da esfera elevada destas considerações teóricas é tempo de descermos ao campo das realidades concretas. Acabamos de ver o direito; volvamos os olhos para os fatos. O que deve ser a educação, aí fica exposto; é ela na realidade este ideal entrevisto? Corresponde a educação moderna às exigências de sua natureza? É ela um fator de progresso, de progresso verdadeiro e humano? Quero dizer, não só material e científico, mas sobretudo moral? Somos nós melhores do que os nossos pais, e os filhos da geração de hoje prometem vencer em virtude os que lhes deram a vida? Um balanço imparcial talvez despertasse dúvidas e fundasse temores. A bem refletir mesmo não correria o risco de uma temeridade quem falasse de uma crise da pedagogia moderna. Crise da pedagogia moderna não obstante todos os progressos que se lhe atribuem? Sim! É considerar as coisas com imparcialidade serena, é não nos deixarmos subjugar servilmente pela fascinação do adjetivo moderno, não menos despótico do que o substantivo de que deriva — a moda! A moda, como bem sabeis, é a expressão caprichosa e volúvel da mais absoluta das tiranias — a que todos se curvam e que nada justifica. Por si não tem outro título que um instinto de imitação contagiosa. Menos mal, ainda, quando esta rainha efêmera se limita a governar pormenores inofensivos do traje: a altura de um salto ou o diâmetro de um chapéu.

Muitas vezes, porém, ela leva mais altas as suas pretensões e dos limites da indumentária invade as fronteiras da moral, aspirando a destronar a soberania da consciência. Ante uma ação a praticar, já não se pergunta: é justa ou injusta, boa ou má; mas: "isto se faz hoje?" E assim aos olhos do mundanismo fútil se crêem justificar os mais graves desvios morais: hoje o duelo, amanhã a restrição da natalidade, depois de amanhã o divórcio. É a moda! E a moda sobe ainda mais, eleva-se até às alturas do pensamento e pretende legislar também sobre a verdade. Muda então de nome e chama-se opinião pública. Os seus árbitros não são os pensadores profundos que trabalham no silêncio dos seus gabinetes, são as mediocridades brilhantes, cuja popularidade guinda hoje até às celsitudes da apoteose, para amanhã apeá-las do pedestal efêmero, queimá-las como um ídolo inútil e sepultar-lhes a grandeza fictícia nas mortalhas de um olvido perpétuo.

O moderno herdou tôdas estas qualidades maternãs: como a moda é volúvel, inconsistente e sobretudo autócrata. Vêde: para justificar uma instituição, uma reforma, um costume basta pronunciar-lhe o nome fatídico: assim o exige a educação moderna; assim o exige a família moderna... E as cabeças se inclinam na veneração profunda e submissa de uma larga zumbaia oriental. O moderno não quer ser discutido; impõe-se porque é moderno.

Nós não temos esta docilidade de invertebrados. Para nós o moderno, como tal, não é nem bom nem mau; pode ser um e outro. Nem rejeitamos o antigo por antigo; nem acolhemos o moderno por moderno. Moderno diz apenas uma relação de cronologia, não uma escala de valores; é o hoje que vem depois do ontem, não é necessariamente o melhor que vem depois do bom.

Para estabelecer uma equação entre estes termos, uma identidade entre o moderno e o melhor fôra mister esquecer tôdas as nossas experiências individuais e tôdas as lições aus-

teras da história. Nem sempre hoje valemos mais que ontem e quem sabe se um dia não viremos a valer menos que hoje! O diagrama da vida física, intelectual e moral do homem não é, sempre e por força, uma curva continuamente ascensional. Mesmas flutuações na vida das nações. Roma foi grande e decaiu. Grécia foi a senhora das artes e a rainha do pensamento; hoje a sua glória se resume na tarefa de colecionar nos seus museus arqueológicos as relíquias de uma grandeza passada. Mênfis, Ninive, Babilônia elevaram-se a esplendores e prosperidade e beleza material que mal podemos imaginar; hoje, em suas regiões inóspitas passa o viajante recolhido e saúda naquelas ruínas milenárias vestidas de musgo os monumentos eloqüentes da caducidade das coisas humanas. A civilização é um grande patrimônio, mas é um patrimônio amissível; tanto podemos conservar e engrandecer, quanto esbanjá-lo em dilapidações suntuárias e imprudentes. Quantas instituições e reformas, usos e costumes, que a seu tempo se introduziram sob o rótulo de modernidade e, de fato, foram germes de dissolução e de morte. As almas claridentes que os combateram com independência e energia, foram talvez pela superficialidade da opinião pública alcunhadas de antimodernas, refratárias ao progresso: na verdade eram os seus mais leais servidores, os grandes beneméritos da civilização ameaçada.

Não nos deixemos, pois, empolgar pelo prestígio de uma palavra fascinadora. Aferrar-se o antigo por antigo é rotina; abraçar o novo pelo novo é frivolidade. Nem rotineiros nem revolucionários; sadia e racionalmente progressistas.

Já não temos pois receio de afrontar um juízo da pedagogia moderna, apesar de moderna. Dissemo-la em crise. Justifiquemos a apreciação e, para isto, distingamos. Os equívocos são sempre funestos. A distinção das idéias é o primeiro fator de nitidez do pensamento.

Em toda pedagogia, moderna ou antiga, podemos distinguir dois elementos: um material, outro formal — como

quem dissera o corpo e a alma da educação. Constituem o corpo da pedagogia ou a sua parte material todos os instrumentos externos ou conhecimentos científicos de que se serve o educador para melhor realizar o ideal de sua vocação: a formação do homem. Neste campo indiscutivelmente a pedagogia moderna tem realizado progressos consoladores. Ou, se quisermos falar com mais precisão, tem-se feito no domínio pedagógico a aplicação vantajosa dos progressos de outras disciplinas: higiene, medicina, psicologia. Os locais escolares: amplos, arejados, alegres; os gabinetes, museus, laboratórios, bem apetrechados do material pedagógico que facilita as aplicações dos métodos intuitivos e aguça a perspicácia da observação, desenvolve a habilidade na experiência, desperta a sagacidade inventiva; os alunos, fisiológica e psicologicamente melhor conhecidos, podem ser orientados com mais segurança; previnem-se males futuros, corrigem-se ou atenuam-se anomalias hereditárias, aproveitam-se e dirigem-se melhor as vocações discernidas a tempo e com acerto. Tudo representa um progresso incontestável — que fôra pueril desconhecer ou menosprezar.

Mas não nos deslumbrem os esplendores destas exterioridades: tudo isto ainda não é educação, como o corpo não é o homem, se o não vivifica a alma. A alma da educação, a sua finalidade essencial e superior é formar o caráter, a vontade, a consciência, — o que constitui especificamente o homem. Tudo o mais não passa de simples meio ou instrumento nas mãos do educador. Que importam estes palácios escolares magnificamente construídos segundo tôdas as exigências estéticas da arquitetura e profiláticas da higiene, opulentemente dotados de todo o mobiliário pedagógico, se dêles nos saem consciências infieis aos deveres, vontades escravizadas ao vício, candidatos precoces à delinquência. Haverá grande vantagem em robustecer organismos para pôr ao serviço do crime músculos mais enrijados? Enriquer as

inteligências de conhecimentos que serão utilizados como instrumentos de uma malícia mais definida?

Bem outro é o fim da educação. Aqui harmonizam-se as vozes mais distanciadas por outras idéias filosóficas ou religiosas. “O ideal da educação, escreve SPENCER, fôra obter uma preparação completa para a vida inteira.” “Engana-se acêrca da escola e da sua finalidade e grandeza, diz J. SIMON, quem nela visse principalmente a propagação da ciência; nela devemos procurar, nela devemos pôr a propagação da coragem e da virtude.” “O objeto da educação, diz P. JANET, não é fazer máquinas, mas pessoas.” (Cfr. CAZÈS, *Pensée et maximes*.)

Ora a educação moderna, qual se ministra nos institutos oficiais, de alguns países (vêde tôdas as restrições) tem correspondido a êste ideal que é a sua razão de ser? Poderíamos responder desassombadamente pela negativa. Progrediu o material pedagógico, decaiu a verdadeira pedagogia. Consequência do erro fatal cometido por alguns países — e entre êstes o nosso — de laicizarem o ensino. Ora, se bem vos lembrais, é impossível teórica e praticamente organizar uma moral leiga coerente e eficaz, que satisfaça à inteligência e discipline as vontades. Impossível dar à vida um valor e um significado racional sem resolver a questão dos destinos do homem. Impossível fundar no íntimo das consciências a inviolabilidade absoluta do dever sem apelar para a existência de Deus, legislador da ordem moral como o é da ordem física. Impossível sancionar o bem e o mal, isto é, tutelar eficazmente a moralidade humana sem lhe prolongar as repercussões inevitáveis numa vida de além-túmulo. Desenvolvemos amplamente a demonstração destas afirmações nas nossas últimas palestras do ano passado. Mas não é mister apelar para discussões teóricas onde com tanta eloquência fala a evidência dos fatos. Quem ousaria, com sinceridade, afirmar num progresso moral da geração presente sobre as passadas? Educar a consciência é formá-la à prática do

dever. A educação moderna ensina melhor a praticar o que *debemos*? Preconizou-se a co-educação dos sexos como meio de os preparar melhor ao desempenho de sua missão providencial; e a moralidade da família vai baixando de dia para dia; nem os homens já têm força e dignidade para ser bons maridos e bons pais, nem as mulheres encontram nas suas almas os tesouros de bondade e abnegação que as faziam modelos de esposas e boas mães. Falou-se muito em solidariedade e paternidade e o egoísmo feroz se vai desenvolvendo, ganhando em intensidade tudo o que perdeu o espírito de sacrifício, condição essencial de toda vida em sociedade. Não insistamos para não parecermos explorar um lugar comum. Ninguém há que negue atravessarmos uma crise séria de moralidade, em todas as relações individuais, domésticas e sociais. Crise de moralidade na vida dos adultos? Logo crise da educação na formação dos jovens. Uma é a repercussão espontânea e necessária da outra. Aos que, enfatuados de modernidade, nos falam, em tom maior, dos progressos da pedagogia moderna, nós opomos friamente todas as sombras, cada vez mais carregadas, dos quadros sociais que nos cercam. Se há domínio prático em que pelos frutos se deve conhecer a qualidade da árvore, é o de pedagogia. A decadência dos costumes, a febre de prazer, a infidelidade crescente aos próprios deveres de estado — que se estende da humilde criada de servir às mais distintas profissões liberais, aí estão a demonstrar — com a irrefragabilidade de uma experiência dolorosa — que em boa parte da pedagogia moderna há um vício original que na idade madura vai dar os seus frutos de morte. “Os berços diante dos quais não se reza, anunciam gerações que fazem tremer.” (GIBIER.) O que dos berços disse um grande orador francês, com não menos exatidão podemos repetir da escola. “As escolas em que não se reza nem se cultiva a consciência religiosa da criança...”

Aqui é que se entreabre às perspectivas do vosso zelo e à constância da vossa dedicação um dos campos de mais fecundo apostolado. A nêle trabalhar com renovador esforço nos convida também um dos documentos recentes mais importantes do Pontificado realizador e conquistador de Pio XI. Como sabeis antes de terminar o seu ano jubilar o Papa escreveu sobre a educação da juventude uma encíclica que é uma obra-prima de amplitude e concisão de idéias, de elevação e oportunidade de ensinamentos. Desde as questões jurídicas das relações entre os direitos da Família, do Estado e da Igreja até as questões práticas da educação mista, da co-educação, da educação sexual — todas as grandes questões pedagógicas são examinadas superiormente e sobre cada uma delas o Papa traça as grandes linhas diretrizes do magistério católico. De um extremo do mundo a palavra augusta de Pio XI ressoou como a da mais alta majestade espiritual da terra, como a única autoridade moral, que, no conflito das idéias e na anarquia dos sistemas efêmeros, sabe repetir serenamente à humanidade inteira as lições de uma verdade que não passa. Foi imenso o eco despertado no mundo inteiro. Por toda parte multiplicaram-se as edições populares em todas as línguas. A edição publicada pelo “El Debate” de Madrid em poucos dias atingiu o 50.º milheiro...

Ouvimos alguns dos grandes órgãos da imprensa católica. Mais interessante ainda é ouvir a repercussão profunda do documento pontifício nos meios do pensamento acatólico...

Que a palavra providencial do Representante de Nosso Senhor na terra seja para nós estímulo e conforto a trabalhar com mais acrisolada dedicação nesta seara imensa da educação cristã das gerações que surgem.

Há uma palavra do Evangelho que vinte séculos de história iluminam de magníficos esplendores. Dos seus disci-

pulos, da sua Igreja disse Cristo: vós sois a luz do mundo; vós sois o sal da terra; a luz ilumina; o sal preserva. As paixões humanas não desarmam nunca na sua obra de morte: envolver de trevas a luz serena da verdade que as condena e acelerar, na dissolução dos costumes, a decomposição moral e orgânica de indivíduos e povos. É contra estas tendências demolidoras e dissolventes das paixões, que perduram sempre fundamentalmente idênticas revestindo em cada época um aspecto peculiar, em nome da modernidade de hoje, antigualha de amanhã, que devemos lutar generosamente, lutar entusiasticamente. Defendamos assim em nós a verdade e a integridade da nossa natureza e manteremos no mundo sempre vivo o seu princípio de conservação e regeneração. "Mesmo os que não têm religião são defendidos e protegidos pela religião dos outros." (GIBIER.) Arvorando desassombadamente as nossas idéias cristãs e trabalhando para realizá-las realizamos ao mesmo tempo o que há de mais puro, de mais justo, de mais belo nas aspirações da humanidade.

Este pensamento profundamente consolador enche-nos a vida de um grande ideal e conserva-nos n'alma tôda a frescura de sua mocidade.

A juventude é o estado de integridade, de beleza, de esplendor de um ser que se acha ainda próximo de seu princípio. A juventude do corpo não a podemos conservar indefinidamente intata. Plasmados de matéria, inevitavelmente sujeita à lei inexorável do tempo, os anos vão passando e abrindo, nos organismos que ontem eram novos, os sulcos cada vez mais fundos de sua passagem. Distanciamos-nos assim do nosso princípio: fenece a juventude do corpo. A da alma, essa podemos conservá-la sempre em flor. O espírito sai imediatamente das mãos criadoras de Deus e em nosso poder está o conservá-lo sempre sob a irradiação viva do seu princípio.

As almas que o esquecem, e, torturadas pela nostalgia de um bem infinito, vão à caça da felicidade nas distrações de uma vida frívola, envelhecem bem cedo. Bem cedo invadê-lhes a vida um tédio imenso, uma impressão dolorosa de vazio que nada pode preencher. É o desânimo, a tristeza, a falta de iniciativa, de entusiasmo, de poder de dedicação: é a velhice, a decrepitude da alma gasta a preceder muitas vezes a do corpo. De uma vida assim não resta senão a frieza de cinzas mortas.

Outro é o vigor espiritual dos que, entrando de cheio na execução dos planos divinos, não desgarram do seu princípio. Para êstes a vida é o que quis Deus na realidade: uma capacidade inexaurível de fazer o bem. Almas benditas, passam semeando o bem, com a consciência cada vez mais viva de colaborarem na realização da idéia divina. Generosidade de dedicação, vigor de iniciativas, perseverança no esforço — todo êste tesouro da juventude das almas — não o diminuem os anos que passam. A vida que sobe ganha em plenitude. Sentimo-nos mais perto de Deus quando trabalhamos pelo seu reino nas almas. E nada ilumina e consola tanto a fugacidade de uma existência humana quanto a certeza de que o tempo que passa nada lhe tira do seu valor: quem trabalha para Deus, trabalha para a eternidade.

A.M.D.G.

8-IV-930.

A FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

Trabalhamos para uma obra que não passa.
Tendência ao monopólio de Estado.

A família é o ambiente mais favorável à educação.

- a) pela natureza da autoridade doméstica feita de ternura e de firmeza,
- b) pela possibilidade de um conhecimento mais profundo do educando,
- c) pela atmosfera de alegria do lar.

A escola necessária ao complemento da educação.

Deveres da família em relação à escola:

- a) não antecipar o início da frequência escolar — Meios Lynch nos EE. UU.
- b) colaborar com o colégio.

Daí necessidade para as mães de uma séria formação pedagógica.

(Exemplo dos EE. UU. e da França.)

Conclusão — Defesa da família.

A. M. D. G.

As professoras do "Sacré-Cœur", 14-abril-1932.

Contará em breve um lustro de duração a existência destas nossas reuniões modestas mas assíduas, simples e, por isso, familiares e sinceras. Cinco anos de vida bastam a uma instituição para atingir a florescência de uma juventude sadia. Fôrça, entusiasmo, iniciativa e desinteresse, dedicação e generosidade são as melhores riquezas de tudo o que é jovem, de qualquer vida que desabrocha em todo o vigor de sua plenitude expansiva. Estas qualidades queremos conservá-las num esforço de tenacidade indomável. Os anos poderão passar sobre nós, mas lutaremos contra os estigmas de senilidades que eles tendem a imprimir em tudo o que dura. É esta é a vantagem de todas as instituições que têm a enformá-las uma alma de eternidade, um ideal imarcescível que coexiste com o tempo mas com ele se não identifica, que vê ante si desenrolarem-se as variedades da contingência humana, mas a todas domina, julgando-as, compenetrando-as, ou vivificando-as. O que não visa senão realizar um objetivo humano não dura mais que a fragilidade das nossas inconsistências e a caducidade dos nossos entusiasmos efêmeros; com eles nasce, com eles morre. Formas de governo que ontem se proclamavam intangíveis na sua perfeição acabada e hoje se repudiam como inadaptadas às exigências de uma vida social evoluída; partidos políticos organizados há pouco para a realização de aspirações ardentes e incoercíveis e ora se desagregam na dissolução das coisas mortas que já não interessam à novidade de outras aspirações nascentes; coligações de interesses disparatados que se associam agora em alianças híbridas e heteróclitas para amanhã se oporem em antagonismos ferozes e irredutíveis. Onde não pulsa a vitalidade sempre reser-

vada de um ideal eterno, a vitória definitiva é do tempo que passa e a morte fria e inevitável, o termo fatal.

Na modéstia da nossa estrutura externa, ainda mal esboçada em toda a variedade dos seus órgãos, temos a dita de possuir esta alma de infinito que assegura direitos à imortalidade. Vêde a Igreja. Só ela sobrenada no naufrágio em que, umas após outras, vão soçobrando as instituições humanas. Esta vitalidade maravilhosa impressiona profundamente a quem a considera à luz das lições do passado. Numa página célebre, um grande historiador protestante pôs em vivo relêvo essa singularidade da Igreja católica: — Página de MACAULAY.

O que, porém, talvez não viu o protestantismo de MACAULAY foi a razão íntima e profunda desta incolumidade da Igreja ante o contraste de todas as forças destrutivas da história. Se a Igreja sobrevive a todos os cataclismos do passado, se ela se desliza de todas as formas contingentes do viver social quando delas, gastas e envelhecidas, se desembaraça a humanidade na sua marcha para o futuro; se às mais profundas e inspiradas mutações a Igreja se adapta sempre com a plasticidade dos organismos novos que não conhecem a esclerose senil, é porque é destinada, por divina instituição do seu fundador, a levar a todos os tempos e a todos os povos, intata e pura, a mensagem da salvação. Contemporânea de todas a idade cidadã de todas as pátrias, ela oferecerá sempre às gerações que se vão sucedendo, sob a forma de luz e de paz, de fé e de amor, de consôlo e de esperanças, o tesouro de vida espiritual indispensável à humanidade para atingir a plenitude dos seus destinos sobrenaturais. Eis por que a Igreja não conhecerá nunca a decrepitude das instituições humanas, eis por que ela é a única obra imortal à qual pode o homem associar o esforço de sua colaboração. Na medida em que a finalidade dos nossos trabalhos coincide com a finalidade divina da Igreja, trabalhamos para a eternidade.

Ora, desde as nossas primeiras reuniões o em que levamos sempre fitos os olhos foi em conservar e infundir o espírito do cristianismo na grande obra da educação.

Formar as almas para o ideal que teve Deus ao criá-los, animar todo o organismo da pedagogia com um princípio de vida espiritual, estudar os meios de formar das crianças homens e cristãos foi o que através de meios diferentes visamos sempre como último termo de nossos caminhos. E é desta incorporação dos nossos pequeninos esforços no apostolado universal perene da Igreja que para eles esperamos, com as benções de Deus, a fecundidade das suas promessas infalíveis.

Começamos com um grupo bem reduzido; haverá talvez entre vós algumas que ainda se lembram da primeira hora de começos incertos e que até hoje continuaram, com rara perseverança, a trazer-nos sempre a benevolência de sua atenção e a simpatia de sua generosidade. Eram todas ou quase todas professoras; delas, inspiradas no fervor de um retiro, partira a idéia de se reunirem periodicamente para cultivar o que poderíamos chamar a alma cristã de sua consciência profissional. Os assuntos pedagógicos, em razão da sua própria origem, impunham-se naturalmente à atenção dos nossos estudos. Se nos fins do ano passado, por motivos excepcionais do momento, alargamos um pouco mais a esfera dos nossos olhares estendendo-os a questões de interesse estritamente social, pretendemos, no ano que agora iniciamos, salvo sempre a urgência de mudanças imprevistas, ater-nos, com fidelidade, ao nosso programa fundamental. Voltaremos à pedagogia.

Bem sei — e é para o meu coração sacerdotal uma consolação profunda — bem sei que ao núcleo primitivo de profissionais do ensino se foram com o tempo ajuntando outras ouvintes, vindas de vários ângulos do horizonte, quase todas mães de famílias, atuais umas, outras solteiras, todas curiosas de assuntos que tão de perto se relacionam com a

maior de suas aspirações maternas: — formação de seus filhos. Esta fração do nosso pequeno auditorio, desejamos conservá-la não só, mas aumentá-la e a ela nos dirigimos com tanta solicitude, no que dizemos temo-la sempre tão presente como o grupo dedicado das professoras públicas e particulares. A razão, bem é que a declaremos nesta palestra de introdução em que esboçamos apenas, nas suas grandes linhas, o programa que se irá desenvolvendo nas seguintes.

Um das tendências bem acentuadas de certa fração da pedagogia moderna é diminuir na função educadora a missão da família em benefício do Estado. O tipo mais extremado desta tendência é representado pela Rússia comunista, cuja legislação suprimiu praticamente a família e avocou aos poderes públicos todos os direitos na formação das novas gerações. As criancinhas recém-nascidas são arrancadas dos braços maternos e moralmente órfãs levadas ao *brefotrófios* (*pouponnières*) do Estado. Aí reunidas em grande número distribuem-se pelas diferentes salas reparadas em vários compartimentos por uma série de reticulados e vidraças. Em cada uma destas gaiolas rebola um pimpolho que assim vai crescendo cientificamente sob os cuidados, desvelos e dedicação de alguns funcionários públicos aos quais, naturalmente o Estado, com pagar-lhes uma exígua mensalidade, enriquece logo com tôdas as delicadezas de um coração de mãe (de 100 filhos). A função da maternidade, uma das mais altas e mais sublimes na vida de um povo, é assim deslocada do seu cunho maternal e transportada artificialmente para os quadros rígidos e insensíveis da administração pública. Sem raiar por estes extremos moscovitas, nota-se em outros povos a mesma tendência de subtrair quanto antes a criança às influências maternas e domésticas para confiá-las aos técnicos da educação. Já não basta a escola primária que as crianças começam a frequentar aos 7 anos; multiplicam-se ao seu lado os jardins-

-de-infância que já vão tirá-los do lar aos 3 e 4. As mães, ao menos certas mães, — egoísmo em algumas, despreocupação em outras, influências de modernidade em quase tôdas — vão consentindo sem protestos nesta abdicação progressiva de seus direitos mais sagrados. É uma instituição, legítima e benfazeja para certos casos que devem constituir exceções, vai alastrando a sua influência até transformar-se em normalidade geral. Há infelizmente não poucas famílias desorganizadas; a muitas mães a falta de saúde, as exigências indeclináveis de um trabalho exaustivo e muitas vezes fora de domicílio, colocam não raro numa impossibilidade real de dar educação pessoal aos filhos, tôda aquela solicitude que lhes pediria o coração. Para estes casos, que infelizmente as condições atuais do nosso viver moderno tendem a multiplicar, instituem-se os asilos, as casas de crianças, os jardins-de-infância que vêm assim preencher a sua indispensável função de assistência social. Mas transformar em regra geral e uso comum o hábito de afastar a criança das influências domésticas, mal lhe apontam os primeiros raios da inteligência, nada mais injusto nem mais pernicioso.

A família é de sua natureza o ambiente mais favorável à educação. Aí reuniu a Providência o concurso inestimável de todos os sentimentos em cujo calor se desenvolvem as almas para o bem. Educar homens não é semear plantas num viveiro, numa estufa, nem criar pintos em chocadeiras artificiais. No frágil corpinho de uma criança que precisa de todos os cuidados profiláticos da higiene para se espigar sem desvios nem atrofias, palpita uma alma que, essa, não desabrocha para a grandeza de seus destinos senão numa atmosfera espiritual tôda impregnada de ternura e de firmeza. São as duas forças poderosas, sem as quais todo esforço educador estará irremediavelmente condenado a fracasso lastimoso. Onde não houver ternura que dilate os contornos tenros, o menino fechar-se-á numa concentração ir-

ritada que poderá ir até à revolta; onde se não fizer sentir a ação oportuna de uma firmeza cônica de sua força racional, as almas poderão enervar-se até à moleza dissolvente. E estes dois elementos não devem coexistir isolados ou atuar em alternações sucessivas; convém que se fundam numa harmonia perfeita. Atrás da mão firme que o corrige o menino deve sentir o coração afetuoso que o ama; por entre os carinhos de uma ternura que o envolve de afagos, deve sentir a coragem de resistir e a decisão no mandar. Só assim a ternura é benfazeja e a firmeza eficaz. Ora, quem já não entreviu as duas qualidades fundamentais da autoridade doméstica em que tão intensa e continuamente se casam a firmeza viril do pai e a ternura materna. E aí tendes por que, como por um instinto natural, as crianças não reconhecem outra autoridade diferente da dos pais, e se aos professores obedecem e respeitam é porque nêles vêem um representante da família, ao qual os pais, por uma delegação de poderes, transmitem uma parcela de sua autoridade. Quando amanhã, por uma razão qualquer, se romperem as relações entre o lar e a escola, o menino recobra toda a sua independência em face daqueles a quem ontem — quando mandatários dos pais — tributava ainda a submissão de sua obediência.

Mais ainda. A educação, estamos fartos de sabê-lo, é *um trabalho essencialmente individual*. Como não há duas fisionomias iguais, não há também dois temperamentos idênticos, dois caracteres que se repitam. Cada um de nós é vazado sobre uma forma original, que depois se parte para sempre. O modo de conhecer é de sentir, imaginar, de agir e reagir ante os estímulos externos, varia de indivíduo para indivíduo e com o mesmo resultado não se aplica duas vezes o mesmo processo. Ora, educar não é comprimir na identidade e rigidez dos mesmos moldes a imensa e riquíssima variedade da natureza; não se educam homens como se fabricam automóveis em massa ou em série. A educação é

uma obra delicada de artista que, respeitando a vida, ajuda e concorre para que ela se não dispense e aniquile na anarquia, mas se realize a si mesma e desenvolva, na ordem, toda a beleza de originalidade.

Não basta pois ao educador conhecer as finalidades da educação; é mister realizá-las de modo diferente nos casos vivos, infinitamente variáveis, que se lhe vão multiplicando entre as mãos. O próprio ideal da educação, que deve luzir sempre ante os olhos de um burilador de almas, na prática não pode deixar de descer da unidade de sua abstração teórica para multiplicar-se na variedade dos casos concretos. Formar homens, formar cristãos, dizemos tantas vezes, eis o ideal do educador, mas ideal mais semelhante a uma estrela polar que das alturas indica o rumo a seguir do que um modelo pronto e definitivo a cujas formas se deva ajustar o educando. Há homem e homem, como há cristão e cristão, e infinitos são os caminhos por que se pode chegar a realizar o ideal de um e de outro. Antes, quanto mais profundamente realizar cada um em si, com os seus próprios dons individuais, o tipo perfeito do homem e do cristão, tanto mais original será a obra-prima de sua vida. Ninguém encarnou com mais fidelidade a doutrina cristã do que os santos. Não encontrareis na história galeria de heróis mais variados, mais originais, mais profundamente vinculados nos seus traços característicos. Encontrareis a santidade no deserto e em tronos, nas cátedras das universidades e na simplicidade dos campos, na austeridade dos cláustros e no conchego das famílias, nas virgens que contemplam na solidão e nas virgens que combatem em campos de batalha.

O educador não desempenhará, portanto, a grandeza de sua função, se ao conhecimento do ideal a realizar não aliar um conhecimento seguro da almas individuais que lhe são confiadas.

Mas quem poderá conhecer melhor a ameaça do que os que lhe transmitiram, com a vida, o sangue que lhe corre nas veias e lhe vai determinar, através das influências hereditárias, boa parte do seu temperamento? Quem, com mais competência dos que os pais, poderá interpretar as manifestações nascentes do seu gênio, concretizadas talvez em ações ou gestos insignificantes aos olhos de estranhos, mas altamente expressivos para os que conhecem a história inteira da família? Quantas vezes não poderão os pais surpreender, no seu início, os primeiros sintomas de uma crise pela qual eles mesmos atravessaram na sua juventude? Quantas vezes nas atitudes, nas preferências, nos gestos, se não vão revelando as influências de um parentesco mais remoto em linha ascendente do colateral, semelhanças caracterizadas com um avô ou com uma tia? Ninguém, portanto, poderá conhecer melhor um educando do que os que lhe transmitiram o tipo psicológico e moral da família e acompanharam com atenção e cuidado o desabrochar das suas tendências mais características nos primeiros anos da ingenuidade, candura e espontaneidade infantil.

Como ninguém estará, outrossim, em melhores condições de avaliar e dosar em sua justa medida a oportunidade das intervenções para corrigir os defeitos nascentes da criança e desenvolver-lhe as qualidades naturais. Não há talvez tarefa mais delicada na obra educadora. A finura de tato na escolha dos momentos propícios é de uma importância capital. Não se trata um histérico como um apático, um emotivo como um indiferente, um egoísta como um generoso e dedicado, uma alma naturalmente ponderada e reflexiva como um temperamento superficial e leviano, um menino que já se habituou a certo domínio de si mesmo a um impulsivo que, ao primeiro contato com o estímulo externo, precipita a inconsideração de suas reações. E num mesmo temperamento a ação educadora não se exerce sempre do mesmo modo nem com a mesma in-

tensidade. Respeito à índole individual de cada natureza e ainda adaptação continuamente ajustada ao estado, ao sentimento, às disposições momentâneas do menino — eis o que exige a educação. E haverá quem melhor possa não só conhecer o menino, senão ainda graduar a oportunidade dessas intervenções, do que o carinho, a atenção sempre aberta, a paciência, a dedicação de um pai ou de uma mãe? Haverá ambiente que, pela continuidade dos contatos entre educando e educador, pela variedade dos contrastes e das situações que dão, a seu tempo, o ensejo de se manifestarem espontaneamente os sentimentos naturais, permita, melhor do que a família, as prudentes e eficazes intervenções, facilitadas ainda pelo pequeno número das crianças? (Por mais que avulte, o pequenino batalhão fraterno fica sempre muito aquém das multidões escolares.)

Mais ainda. Educar é acompanhar de perto o desabrochar de uma flor. E as flores não desabrocham bem senão nas alegrias risonhas de um jardim e nas frescuras da primavera. O ambiente educativo todo de paz, de alegria, de expansões livres, de confiança ilimitada, em nenhuma outra parte melhor se aproxima do ideal do que no seio de uma família bem constituída. O afeto, a dedicação, o zelo de uma professora, por mais que se desvele, nunca poderá atingir a profundidade, a espontaneidade desses sentimentos que a própria natureza esculpe nos corações das mães.

Por todos estes títulos se vê que a família é o meio natural e o ambiente normalmente insubstituível para a educação da infância, da adolescência, da juventude.

Praticamente, porém, *nem todas as famílias se podem desempenhar* com êxito desta nobilíssima mas difícil tarefa. A estas falta o tempo indispensável, absorvidas por outras ocupações sociais indeclináveis, àquelas a instrução suficiente, a outras ainda as aptidões necessárias. São relativamente poucos os lares que realizam o ideal da família de

todo suficiente a levar a termo a formação completa dos filhos.

Daí a necessidade de *educador especializado* que venha prestar aos pais o auxílio de sua colaboração, em ambiente adaptado particularmente a este fim: *a escola*. O seu trabalho virá acrescentar-se ao da família e completá-lo mesmo com inegáveis vantagens. A unidade, constância e continuidade da disciplina escolar são de grande eficiência na formação do caráter; o convívio dos colegas, na pequena sociedade colegial, oferecerá o ensejo de se desenvolverem as preciosas qualidades relacionadas com os sentimentos da dedicação, justiça, lealdade, e solidariedade social. Destarte a escola, que não substitui nem pode substituir a família, é o seu prolongamento natural. Nada mais fácil, portanto, do que determinar agora exatamente os deveres e direitos da família em face da escola.

Antes de tudo, é de suma conveniência que não se antecipe, sem necessidade, o início da frequência escolar. Para as famílias às quais as necessidades da vida impõem uma dispersão durante o dia ou, no próprio lar, absorvem em outras ocupações quase todo o tempo, benvindos os jardins-de-infância que lhe suprem a ação natural, acidentalmente inibida. Nada, portanto, mais justo e louvável do que a multiplicação destas instituições pedagógicas de assistência social, que vêm satisfazer a uma necessidade que as condições atuais da vida tendem infelizmente a multiplicar.

Onde, porém, não houver este deslocamento inatural dos pais para outras ocupações, que os filhos fiquem em casa sob os olhos vigilantes e amorosos da mãe e não vão para a escola senão quando esta se tornar de fato necessária. Uma grande educadora norte-americana, Miss ELLA FRANCES LYNCH, empreendeu há mais de 20 anos, nos Estados Unidos, uma grande cruzada de reação contra esta abdicação progressiva das mães. Hoje já existe em toda a República uma Liga Nacional das Mães ensinantes de que

a fundadora é ainda a grande alma. A força de insistir e de provar, ela conseguiu restituir a grande número de mães a consciência de sua responsabilidade e despertar-lhes o interesse pela educação primária dos próprios filhos. Venceu-se a timidez natural de muitas que, com a experiência, se foram persuadindo ser possível esta instrução doméstica sem grandes preparos técnicos. O que pode fazer uma professora com 30 ou 40 meninos por que não o poderá fazer a mãe com dois ou três? Ensinar a ler, a contar, a escrever, a designar corretamente os objetos mais acessíveis. A educação moral e religiosa, sobretudo, com esta substituição da educadora artificial pela educadora natural, ganha incomparavelmente em segurança e profundidade. A menina que não aprendeu a obedecer em casa até aos 7 anos nunca mais será obediente. Seria interessante citar-vos vários trechos desta grande educadora na sua experiência de tantos anos. Lêde as suas obras que são de grande interesse. Citarei apenas um trecho. (Ler.) (*Civ. Catt.*, 1931, IV, p. 148.)

Uma vez, porém, colocada a criança na escola, impõe-se aos pais o estrito dever de uma colaboração intensa, leal e confiante com os profissionais e educadores. A família, por dever de consciência, nunca se pode inteiramente desinteressar dos seus filhos, nem carregar sobre outros ombros a responsabilidade total de sua educação. Cumpra-lhe acompanhar de perto o trabalho do colégio, apoiá-lo com todo o prestígio de sua autoridade, esclarecê-lo com a sinceridade de suas informações, completá-lo e aperfeiçoá-lo com a colaboração convergente de seus esforços.

Ora, minhas senhoras, este duplo dever de começar pessoalmente a formação dos próprios filhos, de acompanhá-los de perto depois de confiados a educadores de profissão, impõe por sua vez às famílias — e de modo particular às mães, a obrigação de se habilitarem para desempenhar-se com acerto desta missão delicada e difícil. Hoje, sobretudo, que as questões pedagógicas estão na ordem do dia, às famílias

não é possível alhearem-se indiferentes de um movimento que tão de perto interessa a sua própria vida e a sua própria felicidade, na vida e na felicidade dos seus filhos. Na efervescência das idéias novas que se agitam podem ocultar-se perigos de graves conseqüências. É inúmera a variedade de sistemas que se apresentam com o título fascinador de modernidade e novidade, mas nem tudo, nêles, são pedras preciosas, há também muita ganga que joeirar e eliminar. Se importa aprender e assimilar muito, não importa menos acautelar-nos e resistir. Em nenhuma outra época sentiram as mães, cónscias das suas altas responsabilidades, mais estrito o dever de se instruírem mais profundamente em pedagogia. Vimos há pouco nos *Estados Unidos*, esta grande *Liga Nacional*, fundada por Miss LYNCH, como uma grande escola destinada à formação de mães-ensinantes. Em *França* (cfr. *Vie Intellectuelle*, XIV, (1932), p. 232-4) Mme. VERISSE fundou em 1929 uma Escola de Pais, destinada a orientá-los na sua missão educadora, facilitando-lhes a aquisição dos novos processos técnicos que podem ser utilizados nas pedagogias novas; se a educação é imutável nos seus princípios e valores permanentes, pode e deve progredir na contingência perfectível de suas formas. A finalidade da nova associação, que tão relevantes serviços vem prestar à causa da família, resume-se no trinômio do seu lema: "Unir-se, instruir-se, servir." Em dezembro último, sob a presidência de Mr. RISLER do Instituto, realizou-se, em Paris, o seu 3.º Congresso anual, com êxito admirável. Durante o ano, organizam-se séries de conferências destinadas à elucidação de pontos mais difíceis, e os estudos apresentados reúnem-se depois em volumes que vão constituindo uma boa biblioteca de pedagogia familiar. Em outros países, instituições análogas que o tempo não nos permite enumerar mais pormenorizadamente.

Entre nós, que eu saiba, ainda não há uma associação deste gênero. Que venham, portanto, cada vez mais nume-

rosas as mães de família e as que aspiram um dia a esta dignidade às nossas modestas reuniões. O contato com as professoras, a discussão de problemas educativos, só poderá contribuir para desenvolver-lhes o interesse pela formação de seus filhos, a estima, o amor da grandeza desta missão altíssima que na terra, lhes confiou a Providência.

Não sei ainda se há no meu auditório quem não entre nas duas grandes categorias acima: professoras e mães de família em realidade ou em esperança. Se houver, não creio tampouco que para estas não haja vantagem ou curiosidade em ouvir questões de pedagogia. Já o dissemos uma vez, há uns 3 anos, estudando a psicologia feminina, que a mulher é fundamentalmente mãe, mãe por natureza e mãe por vocação, mãe do corpo e mãe do espírito, mãe dos indivíduos e mãe das sociedades. A sua constituição, a sua psicologia, o cunho característico da sua inteligência e a admirável harmonia dos seus sentimentos talharam-na para a maternidade. É nesta mobilização ativa do feminismo moderno, nesta invasão de senhoras nas carreiras e profissões até ontem cerradas à possibilidade de suas esperanças, que a mulher, se não quiser fracassar numa concorrência, levada a domínios em que é mais fraca, se oriente para as carreiras, profissões, obras de assistência social, em que poderá pôr a serviço do bem comum as riquezas da sua psicologia materna. Alargue o âmbito de sua maternidade individual para uma maternidade social e triunfará certamente. E como a grande função, a função capital da mãe é educar, levando à plenitude da perfeição o fruto de suas entranhas, é educando e reeducando, pequenos e adultos, é instruindo, preservando, amparando os que, por tantos modos, são órfãos na vida atual, que a mulher desempenhará a mais útil, a mais proveitosa e a mais sublime das suas funções sociais. Posso, portanto, voltar afoitamente este ano aos nossos estudos de pedagogia. Ninguém há aqui que po-

derá, com razão, julgá-los estranhos à esfera dos seus interesses.

O assunto de que nos ocuparemos este ano não pode ser de maior atualidade: estudaremos a escola ativa, nos seus fundamentos científicos e filosóficos e na vantagem das suas aplicações. O tempo já adiantado não me permite como era meu desejo traçar os limites do nosso estudo, as razões que o inspiram, as grandes linhas do programa a seguir. Fá-lo-emos na próxima vez.

Passando ao estudo do divórcio que nos escapou na 2.^a metade do ano passando para o da escola ativa, não mudamos de orientação senão na aparência do primeiro olhar de superfície. De fato, continuamos a ocupar-nos do mais importante talvez dos modernos problemas sociais: a defesa da família; lá na intangibilidade de sua constituição essencial, aqui no exercício da sua grande função educadora.

A família, minhas senhoras, é hoje o alvo a que miram os ataques, abertos ou subdolos, de todas as forças subversivas dos nossos dias. O código soviético já a destruiu por completo — não de todo na realidade social ainda, — mas não alcance lógico de suas disposições legais. É a consagração oficial do amor livre com todas as suas dolorosas e mortíferas conseqüências. Os que ainda não chegaram a estes extremos — os que na nossa velha civilização burguesa propugnam o divórcio, restrição artificial da natalidade, o monopólio educativo do Estado, são apenas oportunistas de transição, ou vítimas de uma miopia lastimável que não enxerga, sob estas alterações essenciais, a ação dos mesmos princípios de que o comunismo tirou, cínica mas logicamente, as suas conclusões.

Ora, a família é a instituição providencial destinada a conservar, desenvolver e proteger a vida humana. Nela se conserva e transmite o patrimônio religioso e moral de que vivem as almas. Nela se encontram contra as dificuldades e

amarguras da existência, o repouso, o bálsamo, a paz, a fonte das energias inexauríveis. Destruir a família é destruir o homem, e a cumplicidade é destruir a vida social na fonte primeira que lhe alimenta todas as atividades. E este é o grande, maior perigo que ameaça, iminente, a nossa civilização desorientada.

E na defesa da família, hoje, na estacada, se acha, quase só, num esplêndido isolamento, a Igreja católica. Os próprios protestantes que ainda deveriam conservar uma parte da herança cristã, vão capitulando numa luta para a qual não encontram as energias de quem serenamente defende a verdade na sua plenitude.

Esta luta impõe-nos a nós católicos um dever indeclinável, — o de uma instrução sólida, o de uma informação segura para desfazer os sofismas que, sob roupagens mais ou menos científicas, correm pelas praças e pelos salões. Vergonhoso que os defensores da moral não saibam muitas vezes pôr-lhe em luz a verdade e exaltar-lhe a beleza. É preciso sabê-la defender vitoriosamente; é preciso conhecer a nossa doutrina profundamente, nela ter um recurso de defesa e ao mesmo tempo a melhor arma de conquista. O cristianismo não é um fogo que se oculta sob as cinzas, é uma chama viva, que arde e brilha, ilumina e aquece, com uma intensidade inexaurível de irradiação benfazeja. Elevemos bem alto o esplendor do nosso ideal; é uma doutrina de vida que só nos poderá salvar dos nossos erros e das nossas fraquezas.

Este magnífico combate — eis a tarefa que à nossa geração impõe a Providência. Sejamos-lhe fiel, e ainda uma vez na história, a Igreja, salvando a família, terá salvado a nossa civilização.

Rio, 29-III-1932.

CO-EDUCAÇÃO DOS SEXOS

I

(Aspecto psicológico)

Definição, graus — extensão — origem da co-educação.

Gravidade e complexidade da questão — diferentes aspectos.

Co-educação e feminismo.

Aspecto psicológico da questão.

Tipo psicológico:

a) natural e adquirido;

b) particular e dominante.

O homem e a mulher pertencem a tipos psicológicos:

a) *distintos* — exp. vulgar — científica — psic. feminina —
afetiva — intelectual;

b) *dominantes*;

c) *naturais* (universais) orientadas a funções naturais di-
versas — *maternidade*;

d) *complementares*.

Importância — individual, doméstica e social — da con-
servação destes tipos.

Conseqüência pedagógica. A pedagogia deve desenvolver as aptidões
individuais e naturais.

A co-educação violenta êste princípio. FÖRSTER — ROUSSEAU — STAN-
LEY-HALL.

A. M. D. G.

Co-educação! Palavra de cunho relativamente novo, im-
portada entre nós dos Estados Unidos para designar em geral
um sistema de educação comum a ambos os sexos. Me-
ninos e meninas, submetidos no mesmo recinto escolar, ao
estudo das mesmas disciplinas, com os mesmos métodos, sob
a direção do mesmo magistério, também êste composto pro-
miscuamente de professores e professoras.

No afã de vazar pela identidade dos mesmos moldes os
educandos de um e outro sexo, nem todos os partidários da
co-educação chegam ao radicalismo das mesmas conclusões.
Os mais moderados ficam no sistema da *coordenação*. Sejam
idênticos os programas de ensino mas diferentes as escolas
e os professores. Os rapazes nas escolas masculinas, as moças
nas escolas femininas, estudem as mesmas matérias e na
mesma ordem. Um só programa ginásial, um só programa
universitário para todos os estudantes sem distinção de
sexos.

Os defensores da *co-instrução* vão mais adiante. Além
da identidade dos programas preconizam a simultaneidade
de presença de alunos e alunas nas mesmas aulas, sob a
orientação pedagógica dos mesmos professores. No mais, se-
paração.

A *co-educação*, pròpriamente dita, é mais radical nas
suas exigências niveladoras. Tudo comum a ambos os sexos:
programas e escolas, aulas e professores, vida escolar e so-
cial. Para a organização pedagógica do ensino, a diferença
de sexos é inexistente. São poucos os que reclamam uma
aplicação tão integral do princípio co-educativo. Em geral

contentam-se com a co-instrução ou com uma *co-educação restrita*.

Relativamente à *extensão*, nos Estados Unidos é bastante freqüente a aplicação universal do ensino co-educativo desde os cursos infantis e primários até os superiores passando pelo ginásio ou curso secundário. Outras nações foram mais cautelosas. Admitindo algumas, dentre elas, o sistema misto para as escolas primárias, rejeitaram-no decididamente para todos os outros graus do ensino; outras ainda, admitiram-no para o ensino superior mas conservam escolas separadas para o ensino médio ou secundário.

Apesar de estarmos simplesmente expondo, notamos desde já que nos jardins-de-infância, para crianças inferiores a oito ou nove anos, o regime das escolas bissexuais não apresenta inconvenientes graves.

Nas escolas primárias, até os 11 ou 12 anos, o regime já não é o melhor, mas pode ser ainda tolerado em certas circunstâncias e sob a condição de uma tantas garantias. Daí para cima, condena-o toda a sã pedagogia.

O regime que subordina ambos os sexos à identidade dos processos educativos é relativamente novo na história da pedagogia. Inspiraram-no, nos princípios, motivos de ordem inferior, razões econômicas e financeiras, que prevaleceram nos Estados Unidos sobre as outras, às quais, em pontos de educação, convém inquestionavelmente o primado. Com o tempo, porém, foram surgindo, no campo propriamente pedagógico, defensores entusiastas do nivelamento dos sexos nas escolas. E as razões pulularam. Na família educam-se simultaneamente irmãos e irmãs; por que não estender à escola o regime que a natureza ensinou nos lares? É de tempos bárbaros ou menos policiados o conservar a mulher uma situação de inferioridade relativa ao homem; a identidade da instrução e da educação de meninos e meninas é um postulado da igualdade dos sexos. Mais; por que a convivência não haveria de contribuir para o aper-

feiçoamento recíproco de alunos e alunas? Os meninos perderiam pouco a pouco a sua rudeza brutal e ganhariam em afabilidade de trato e gentileza de maneiras; as meninas acabariam mais sérias e circunspectas, perdendo bem cedo a sua frivolidade infantil para impor-se ao respeito do sexo mais forte. E os quadros poéticos, idílios românticos em que se exaltam complacentemente os benefícios sociais e morais da nova ordem pedagógica multiplicam-se sob a pena imaginosa dos seus partidários entusiastas, mais ideólogos devaneadores do que observadores perspicazes da realidade.

Raras vêzes o que FÖRSTER chama "o impressionismo pedagógico", um empirismo sem ideal e sem bússola, prejudicou tanto o estudo sereno de uma questão de importância capital. A co-educação interessa a todos os domínios da pedagogia: é antes de tudo uma questão psicológica, é uma questão de higiene, é uma questão moral. Só um exame sereno dêste variados aspectos, exame científico e experimental, feito sobre a natureza humana tal qual existe na realidade, poderá fundamentar um juízo definitivo sobre a viabilidade do regime co-educativo.

Antes, porém, de entrarmos neste estudo, uma advertência que me parece indispensável. Alguns advogados da co-educação, para atrair sobre a sua causa as simpatias que, entre as senhoras, vai angariando o movimento feminista, procuram solidarizar feminismo e co-educação. É uma tática de combate que não deixa de lograr os seus efeitos. Desfaçamos logo êstes laços artificiais. Combater a co-educação não é afirmar nenhuma inferioridade intelectual ou social da mulher, não é fechar-lhe de modo algum o ádito a estudos superiores ou ao desempenho de funções administrativas ou políticas. O feminismo, como reivindicação de uns tantos direitos ou de uma ampliação das influências sociais da mulher, e a co-educação são questões diversas. A solução de uma não implica resolução da outra. Sobre a complicada questão do feminismo, e as múltiplas distinções

que implica, não nos pronunciaremos aqui: O que agora nos preocupa é a questão pedagógica da co-educação.

O seu primeiro aspecto, o seu aspecto fundamental é *psicológico*. É o seu aspecto científico, experimental, positivo — quase sempre descurado pelos co-educadores. O homem e a mulher pertencem ao mesmo tipo psicológico? Estes tipos diversos são naturais, indestrutíveis, ordenados ao exercício de funções naturais diferentes? Se assim é, a sua conservação é uma exigência da natureza, indispensável ao desenvolvimento harmônico das faculdades dos indivíduos, à felicidade da família e ao progresso social. Um regime pedagógico, com títulos científicos, deverá necessariamente amoldar-se a esta diversidade, irreduzível e benfazeja, única em harmonia com a evolução natural das aptidões dos meninos e das meninas.

Entremos neste estudo com a minúcia e a ordem didática de uma preleção. O que talvez se perde em beleza literária, ganha-se em clareza intelectual.

Todos os homens — indivíduos de ambos os sexos — possuímos uma psicologia especificamente idêntica. Compostos de alma e corpo, inteligência e sentidos, vontade e paixões, exercemos todos a nossa atividade humana sob o regime de umas tantas leis, estudadas nas suas generalidades pela psicologia racional e determinadas mais em particular pela psicologia experimental ou empírica.

Dentro, porém, destas grandes linhas psicológicas comuns a toda a espécie, há um espaço imenso para as variações individuais. Como no físico não há duas fisionomias iguais, assim no psíquico não há duas almas perfeitamente idênticas. As tendências hereditárias, o trabalho educativo, o esforço da liberdade, as inúmeras influências do meio físico e do ambiente social, criam em cada qual um modo próprio, todo seu, de sentir, pensar, querer, agir, reagir aos estímulos internos e externos. Cada indivíduo é um original sem cópia. A fôrma, que o moldou, partiu-se e não reproduz

novos exemplares. Se não há identidade, há porém semelhança. Muitos indivíduos assemelham-se por seu modo de pensar — são concretos ou abstratos — ou por um modo de reagir comum: temperamento colérico, emotivo, ativo, que os permite reunir em grupos distintos e bem caracterizados. Este complexo de disposições concatenadas que agrupam um certo número de indivíduos na unidade de uma linha psíquica determinada — diferente da de outros grupos — constitui o que se chama um *tipo psicológico*.

Para o nosso caso, convém ainda distinguir os tipos psicológicos em *naturais* e *adquiridos* — e *particulares* ou *dominantes*.

O tipo psicológico *natural* é indestrutível por isso mesmo que se radica nas profundezas inextirpáveis da natureza, é inato. O tipo *adquirido* resulta acidentalmente dos esforços da educação, dos hábitos e exercícios preferidos, da orientação livremente impressa à natureza. Pode, por isso mesmo, ser reformado ou substituído por outro.

Mais importante é a distinção dos tipos em *particulares* e *gerais* ou *dominantes*. O tipo psicológico particular caracteriza-se por certa modalidade que não tem repercussão em toda a nossa atividade psíquica. Assim, por exemplo, há certas inteligências que se servem mais freqüentemente de imagens *visuais*, outras de imagens *auditivas*. Se lhe dizeis que pensem uma idéia abstrata: o *infinito*, por exemplo, a inteligência tipo auditivo representará apenas essa *palavra*, a outra, tipo visual, apoiará o seu conceito abstrato sobre uma imagem concreta, representará talvez a imensidade dos espaços, a planura interminável dos oceanos, etc. Estas particularidades psíquicas da atividade intelectual não se relacionam necessariamente com a restante vida psicológica. O tipo *dominador*, não, interessa o nosso modo de pensar, de querer, de agir e de reagir, imprime o seu cunho característico sobre toda a nossa vida espiritual. Tomemos um exemplo da psicopatologia: o tipo do psicastênico. A psi-

castenia é uma nevrose caracterizada pelo abaixamento da tensão psicológica; a sua vítima não chega a adaptar-se às exigências de uma realidade complexa, com sentimento de unidade e liberdade. O normal domina a realidade, o psicastênico fica-lhe abaixo dominado por ela. Daí a impressão de que tudo é imperfeito, inacabado; dúvidas, agitação, incapacidade de agir, angústias, idéias obsessivas, medo da responsabilidade das relações sociais. É um transtorno geral. Fique bom um pobre infeliz destes e a sua vida passará por uma transformação completa. A inteligência, a vontade, a emotividade, a mímica, a sua vida intelectual, social, moral e religiosa, tudo será renovado, modificado, como que rejuvenescido. O psicastênico é tipo psicopatológico dominante — estende a influência do seu domínio sobre a universalidade dos fenômenos psicológicos, cognoscitivos e apetitivos.

Temos agora as noções exatas para entrar diretamente no nosso estudo e compreender esta tese da psicologia positiva: *O homem e a mulher são dois tipos psicológicos distintos, naturais, dominantes, harmônicamente complementares.*

A sua demonstração nos é cientificamente facilitada pelos estudos modernos de psicologia comparada dos dois sexos. A psicologia feminina, sobretudo, tem sido nestes últimos tempos objeto de investigações muito acuradas feitas pelos melhores psicólogos de um e outro sexo. Lembramos: HEYMANS, *Psych. d. Franen*, 1910 (Heidelberg); RÖSSLER, *Die Franenfrage*, Herder; LIPMANN e NEUMANN (dois psicólogos de valor) em artigos de revistas pedagógicas. Entre as psicólogas, os trabalhos de Melle. ZANTA, doutora em letras, são ricos de observações interessantes; melhor ainda a obra de Me. GINA LOMBROSO, *L'âme de la femme*. Com uma ou outra reserva, sobre o sacramento da confissão, é um dos melhores trabalhos do gênero, inspirado num robusto bom senso e num realismo sadio; uma célebre revista americana de pedagogia

(*Pedagogical Seminary*, março 1924, p. 100), chamou-a a obra mais sadia e sugestiva que depois da guerra tratou a questão feminista. Sem entrarmos em minúcias que nos levariam longe, epiloguemos os resultados gerais desses trabalhos.

A existência de dois tipos psicológicos distintos, masculino e feminino, é uma evidência incontestável. Para pô-la em luz basta uma simples observação vulgar, finamente sugerida por GINA LOMBROSO. É uma experiência que todos podemos fazer. Tomai as grandes heroínas que se conservam na literatura universal. Na Bíblia Rebeca ou Noemi; Ruth ou Maria Madalena. Passai à literatura profana de todos os povos, desde a Andrômaca de HOMERO ou Dido de VIRGÍLIO até a Eugênia de BALZAC, a Lucia de MANZONI, a Rebeca de WALTER SCOTT, a Dwitt de DICKENS. Substituí estes tipos representativos do sexo por tipos masculinos. Que cacofonia psicológica! Que desafinação insuportável! O que assenta tão naturalmente numa mãe, como deſtoa num pai, Ponde no guerreiro Heitor, as palavras, os gestos, os sentimentos delicados de Andrômaca, que lhe apresenta o pequenino Astianax, e a cena — antes comovedora até às lágrimas, passa a ridícula, monstruosa, inverossímil.

Esta conclusão que se desprende tão espontaneamente desta reflexão vulgar, confirmam-na as observações de feições mais científico. Desde a escolha dos jogos e dos divertimentos infantis até o modo próprio de se aplicar aos diferentes estudos acusam uma descontinuidade total nos dois tipos.

COHN e DIEFENBACHER (*Untersuchungen über Geschlechts Alter und Begabung Diff. bei Schinlerar*, Leipzig, Barthe) resumem os seus trabalhos nesta conclusão: “Na evolução da criança importa distinguir traços masculinos e traços femininos; em certo sentido não há um só traço comum aos dois sexos.” GRZERGOZWESKA, *Sentiment esthétique*, “*Année psychologique*”, 1913, p. 241, explica o sentido verdadeiro desta expressão: a menina tem as mesmas fun-

ções psicológicas que o rapaz; pode ter, como êle, aptidão para qualquer disciplina e mesmo avantajá-lo num concurso; a falar com propriedade não é inferior, mas é *outra* na sua atividade mental; tanto nas partes mais humildes do ensino, quanto na manifestação mais refinada dos sentimentos estéticos.

A nota fundamental própria de cada tipo psicológico, deu-a, porém, GINA LOMBROSO: "Por tendência natural a mulher é *alterocentrista*, isto é, coloca o centro de seu prazer, de sua ambição, não em si mesma mas em outra pessoa que ela ama e de quem quer ser amada: marido, filhos, etc. O homem é *egocentrista*, isto é, tende a fazer de si mesmo, de seu interesse, de seus prazeres, de suas ocupações o centro do mundo em que vive." (*L'âme de la femme*, p. 22. DE LA VAISSIÈRE, p. 22.)

A expressão, apesar de bem escolhida, pode prestar-se a equívocos desfavoráveis ao homem: Nem o *egocentrismo* viril de que fala GINA se confunde necessariamente com o egoísmo nem o alterocentrismo feminino com a dedicação. São ambas tendências psicológicas que podem ser postas tanto ao serviço do bem e da virtude quanto do mal e do vício. O homem, egocêntrico, pode orientar toda a sua atividade, sólida e firmada em si mesma, de ideal impessoal e abstrato, para a mais nobre e desinteressada das causas; como a mulher, com o seu alterocentrismo, pode ser escravo do mais monstruoso egoísmo, buscando nos outros a si mesma, e submetendo o objeto de seu amor a todos os caprichos de sua vaidade num esforço de dominação injusta e tirânica. Só a virtude, inspirada pela religião, sabe aliar numa vida feminina o amor ao desinteresse, o dom de si ao esquecimento de si.

Com o benefício desta ressalva que corta a margem a equívocos possíveis, aceitamos a expressão de GINA como feliz sintetizadora da psicologia dos dois tipos. Aplica-a agora a toda a evolução da vida feminina, da infância à idade mais

avançada, e vereis como se verifica sempre. A mulher precisa ocupar-se de alguém; a ação a que se consagra com mais ardor é a de aumentar as alegrias, a de diminuir as dores. Vêde uma meninazinha: "quer uma boneca para vestir, a irmãzinha para ninar", "gosta de brincar com os pequeninos, abraçá-los, beijá-los e receber a recompensa de suas carícias; mais tarde, trabalha, estuda, para agradar a mamãe, a professora de quem gosta e recebe elogios." E a velha solteirona, nota G. LOMBROSO, que não tem irmãos ou sobrinhos a que se dedique e de quem seja retribuída, que não tem infelizes a aliviar e de quem seja a consoladora, que não é nem mestre-escola nem irmã de caridade, que não tem um fim vivo e real na vida, esta, se azeda e deforma física e moralmente." (Pp. 23, 25.)

Isto para a vida afetiva; na *vida intelectual*, as diferenças dos dois estão orientadas no sentido dos mesmos ideais diversos. O homem é mais inclinado ao *abstrato*, a mulher é mais *intuitiva*; o homem compraz-se nas idéias gerais, a mulher no conhecimento concreto, diminuto das coisas; as associações masculinas são por continuidade, as femininas por contigüidade, no espaço e no tempo; "o homem, diz HEYMANS (DE LA VAISSIÈRE, p. 21), sintetiza no ponto de vista lógico a mulher no ponto de vista sentimental e estético". "O pensamento da mulher, diz H. MARION, é essencialmente concreto, particular, pessoal, intuitivo." (*Psychologie de la femme*, Paris, Colin, p. 213.) Daí a sua aptidão em ver, observar, apanhar os pormenores e minúcias das coisas. "A visita de uma mulher, nota ainda com certa malícia Me. GINA LOMBROSO, suscita mais apreensão que a de um inspetor, porque uma mulher é sempre um pouco inspetora, ainda quando não tenha esta incumbência, enquanto que freqüentemente o inspetor nada vê." (P. 54.) Daí a predileção feminina para certos estudos, daí a tendência feminina a interessar-se no estudo da história e das ciências de certos aspectos que mais facilmente escapam

aos meninos: (Ver DE LA VAISSIÈRE, *Psychologie Pédagogique*, p. 300.) É que os *ideais da vida* são diferentes e por isso *diferente a orientação dos interesses*. Esta observação é capital. "Si nous établissons le bilan des aptitudes des deux sexes, *l'inégalité psychologique* est incontestable; tout diffère entre l'homme et la femme, l'intelligence, la mémoire, l'imagination, la volonté, l'affectivité, autant que si nous étions en présence de deux espèces animales distinctes. Malheureusement, on conclut de cette inégalité psychologique, à l'infériorité intellectuelle de la femme, préjugé millénaire que les théories et les faits scientifiques battent vainement en brèche. La femme n'est pas inférieure à l'homme au point de vue psychique, elle est *autre* et son intelligence, mieux développée, serait capable d'une utilisation beaucoup plus grande si l'on voulait d'une part *féminine* davantage *l'enseignement des jeunes filles* et travailler dans le sens des *aptitudes féminines propres*." (Melle. MARGUERITE EVARD, *L'Homme et la Femme en psychologie*, em "Le Journal du Bien Public", Janv. 1919, p. 6.) A autora escreveu a obra conhecida *La Psychologie de l'adolescent*. Cit. por AD. FERRIÈRE, *La coéducation des sexes*, p. 24. Sobre a psicologia comparada dos dois sexos ver aí bons resumos, pp. 21-28.

Há, portanto, inegavelmente, dois tipos psicológicos em *descontinuidade total*, dois tipos *distintos* — dois tipos *naturais e dominadores*. *Dominadores*, já vimos como as diferenças se estendem a todas as gamas da hossa atividade psicológica — desde a inteligência até ao coração. *Dominadores* ainda também, porque naturais, como passamos a ver. Não há uma nota na vida intelectual e afetiva, que na mulher não vibre com um timbre todo seu, acompanhada de harmonias diferentes do homem.

Que estes tipos psicológicos sejam naturais e não devidos a influências particulares de uma época ou de um país, já ressalta do simples fato de universalidade de sua existên-

cia. Desde os tempos mais remotos, acessíveis a uma observação, em todos os povos até hoje conhecidos, sob a imensa variedade dos costumes e das civilizações, encontra-se a diversidade fundamental, irreduzível dos dois tipos.

Encontra-se, e não podia deixar de encontrar-se. A razão já vós mesmos a entrevistastes. O tipo psicológico feminino é todo ordenado ao desempenho da sua função natural: a *maternidade*. A vocação natural da mulher é ser mãe: *uma missão educadora — uma missão de caridade*. Para o desempenho perfeito desta vocação nobilíssima, de que depende a conservação e o aperfeiçoamento da espécie, a natureza enriqueceu-a de todas as aptidões que acabamos de enumerar. Todo este *alterocentrismo*, esta tendência para viver outrem que se ama e de quem se quer ser amado, é uma obra-prima de finalidade inteligente. Na constituição da família é ela que assegura a união completa de vida dos esposos, na identidade de um mesmo ideal, é ela quem assegura, numa atmosfera natural de afetos que nenhuma arte pode substituir, a possibilidade do desenvolvimento da educação, do aperfeiçoamento humano dos novos indivíduos em quem a chama da vida se reacende, quando começa a empalidecer nos que declinam para a velhice. É pois a função *materna*, que "consciente ou inconscientemente sintetiza todas as tendências femininas e domina até as atividades que em aparência mesmo se acham em relação com ela". (DE LA VAISSIÈRE, p. 23.) Ainda G. LOMBROSO: "prática das mulheres que estudam, as observações recolhidas nas duas Américas e uma sincera introspecção me convenceram que entre a inteligência do homem e a inteligência da mulher existem diferenças, não só de quantidade, mas de qualidade e de direção, que derivam não de hábitos ou tradições, mas da função principal à qual a mulher é preparada, e que nenhuma sociedade poderá mudar: a *maternidade*. A maternidade determina na mulher um altruísmo fundamental,

que lhe imprime por toda a vida o seu espírito, como ao coração uma orientação diferente da do homem, tanto nas mulheres que têm filhos, como nas que não têm, nos países em que estudam, como naquele que nunca estudaram. (Pp. 133-134. Ap. DE LA VAISSIÈRE, p. 23.)

Porque, se os dois tipos psicológicos do homem e da mulher são distintos, naturais e dominantes, são também *complementares*. Na família, a mãe não é uma duplicata do pai ou vice-versa. Não, como são diversas as funções, diversas são também as aptidões, mas convergentes na harmonia de uma unidade integral. Completando-se mutuamente para a felicidade recíproca de ambos, os esposos ao mesmo tempo integram-se como princípio educativo completo. E nas famílias, onde a morte ceifa prematuramente o pai e a mãe, melhor se sente a necessidade desta convergência dos dois tipos psicológicos para a formação perfeita, física, moral e intelectual dos filhos. O verdadeiro educador não é o pai, não é a mãe, é a harmonia de ambos.

A conservação, formação e desenvolvimento integral dos dois grandes tipos é, portanto, uma condição essencial para o bem da humanidade. Antes de tudo para os indivíduos, tanto para o homem quanto para a mulher: "Les hommes et les femmes s'attirent d'autant plus qu'ils se ressemblent moins", escreveu no *Figaro* (3 maio 1909) o Abbé BONARD.

Para o bem das famílias que só assim poderão preencher melhor a sua elevada finalidade. Quem de nós quisera ter por pai um homem efeminado, ou por mãe uma virago masculinizada? O bem da sociedade é uma resultante natural da felicidade dos indivíduos e da constituição normal das famílias. Me. COLETTE YVER num livro excelente "*Dans le jardin du féminisme*", mostra que a Idade Média conheceu o feminismo sob as espécies da Cavalaria, "feminismo, acrescenta, mais plástico (*souple*), ductil e mais sutil que o nosso. Para favorecer a mulher, ele não insistia na igualdade dos dois sexos, mas nas suas diferenças, o que era

ousou-o dizer, mais inteligente e mais científico. E assim concorria mais para a harmonia da sociedade que é tanto mais perfeita quanto mais diferem as suas partes componentes e mais se desenvolvem e reforçam cada qual no caráter que lhe é próprio". (P. 32. Ap. DUTOIT, pp. 47-8.)

A conclusão que daí se depreende para a educação impõe-se por si mesma. Os pedagogistas, partindo de idéias filosóficas e religiosas diversas divergem em assinalar o fim último da educação. Nenhum há, porém, que pretenda alcançar o seu desiderato por outra via que não a de favorecer o desenvolvimento harmônico das faculdades humanas.

Para realizar este objetivo da formação da personalidade, o ideal, ideal irrealizável, seria instruir, educar individualmente: *Erziehe, unterrichte individuelle*, dizem os alemães. Estudar em cada aluno as suas aptidões especiais, os seus recursos de inteligência e de vontade e desenvolvê-los harmônicamente de modo que cada psicologia desse o máximo do seu rendimento para a sua própria perfeição e o bem comum. Um homem na sua vocação vale dez fora dela. Ora, o que não é possível na sua atuação externa, não deixa de permanecer, como permanece, o ideal da pedagogia, realizável na medida dos progressos da nossa civilização. Quando uma profissão exige qualidades psicológicas mais especializadas, os que a ela se destinam começam bem cedo a submeter-se a um regime pedagógico particular. Vêde os militares. Já nos colégios ginasiais procuram as diferentes nações submeter os meninos a uma disciplina própria. Não é que as matemáticas ou a física que se estudam no colégio militar sejam diversas das que estudam os civis; mas o ambiente pedagógico é outro, porque outra é a formação de um cabo de guerra, outra a de um político ou médico. Ora, o que se verifica para tipos psicológicos adquiridos, acidentais, vale infinitamente mais para a formação dos grandes tipos psicológicos, o masculino e o feminino, que se acham

em descontinuidade natural, adaptada ao exercício de funções naturais irreduzíveis.

É este princípio de psicologia positiva que o regime da co-educação desconhece e violenta. Submeter ao mesmo paralelismo educativo — com o regime das mesmas aulas, dos mesmos professores, nos mesmos locais, com os mesmos métodos — é pretender nivelar o que deve ser diferente, é impedir que cada sexo realize a plenitude do ideal que lhe é próprio, e para o qual o dotou a natureza de aptidões particulares. A harmonia de um acorde não se obtém aproximando uma nota da outra, mas conservando a cada uma todo o seu valor musical, o seu número de vibrações, isto é, a sua altura definida, límpida, precisa. A igualdade, preconizada pelos co-educadores, destrói esta harmonia e deforma monstruosamente a obra da natureza, procurando uniformizar os sexos na chatice de uma monotonia psicológica insuportável. “Cada sexo, escreve o grande pedagogo suíço FÖRSTER, deve achar e realizar o seu próprio tipo; em toda a sua plenitude e pureza, antes de poder exercer no outro uma influência educativa. Rapazolas na idade ingrata, sem virilidade e sem equilíbrio, não podem exercer nas meninas nenhuma influência salutar; tudo o que elas aprenderão d’ele será certa rudeza de modos e de linguagem. E a recíproca é verdadeira.” (*L’école et le caractère*, p. 38.)

A mesma conclusão já chegara, pelo mesmo caminho, o insuspeito ROUSSEAU: “Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não são, nem devem ser constituídos do mesmo modo, segue-se que não devem ter a mesma educação. Seguindo as diretivas da natureza, devem agir em harmonia, mas não devem fazer as mesmas coisas... Todas as faculdades comuns aos dois sexos não são igualmente divididas, mas tomadas em conjunto se compensam. A mulher vale mais como mulher e menos como homem. Onde quer que ela faz valer os seus direitos, vale mais; onde quer usurpar

os nossos, fica abaixo de nós... Cultivar nas mulheres as qualidades do homem e descuidar as que lhe são próprias é, portanto, trabalhar visivelmente em seu prejuízo.” (*Émile*, liv. V, comêço. Ap. DE LA VAISSIÈRE, p. 28.)

O que, portanto, exige antes de tudo tanto o bem geral da sociedade como o dos indivíduos é a formação e conservação dos tipos psicológicos do homem e da mulher. Não esqueçamos a ordem essencial dos valores. Antes de sermos oradores ou artistas, políticos ou literatos, o que importa essencialmente é que os homens sejam homens e as mulheres, mulheres. Quanto mais viril fôr o homem e mais feminina a mulher mais rica será a sociedade conjugal em elementos psicológicos de aperfeiçoamento humano. A este ideal — de formar homens e de formar mulheres, deve mirar toda a verdadeira pedagogia que pretenda fundar-se numa base científica e psicológica.

Não é este o único aspecto de questão. Voltaremos ainda a considerá-la de outros pontos de vista, voltaremos a examinar as razões alegadas pelos co-educadores, voltaremos sobretudo a interrogar, sincera e desapaixonadamente, as lições da experiência.

Peço às minhas ouvintes de hoje, queiram ter a bondade de seguir-me ainda nestas palestras.

Impossível dizer tudo em poucos minutos. A ordem lógica impõe às vezes a separação de considerações que se completam. De alguns princípios, de algumas afirmações feitas hoje encontrareis as limitações, precisões, explicações ulteriores em outra palestra. Conservá-la isolada, será talvez mutilar a realidade, ou encará-la unilateralmente. De algumas dificuldades que talvez já vos ocorreram vereis mais tarde a solução. Peço-vos, portanto, para que não me fique o escrúpulo de dar uma idéia menos completa, ou alguma noção inexata, — em questão tão delicada — tenhais a paciência de me ouvir ainda umas duas ou três vezes.

Por hoje terminarei citando-vos, em confirmação das nossas conclusões, um trecho magnífico do príncipe da psicologia pedagógica contemporânea nos Estados Unidos. Na sua obra-prima de pedagogia, sobre a *adolescência*, publicada ultimamente em Nova York, STANLEY HALL escreveu esta página inspirada: "Como psicólogo invejo ternamente a devoção a Maria dos meus amigos, os católicos. Quem nunca procurou saber se a Santa Mãe, venerada pelos Magos, conhecia a astronomia da Caldéia, se tinha estudado o egípcio ou o babilônio ou mesmo sabia ler e escrever a própria língua? A quem passou nunca pela cabeça fazer semelhantes perguntas? Nós rejeitamos como inconcebível o pensamento que ela se tenha queixado da inferioridade do seu sexo. Mas todos os séculos lhe prestaram espontaneamente o seu culto, porque ela glorificou a mulher, mostrando-a mais rica que o homem em amor, em piedade, em dedicação desinteressada. O ideal da madona enaltecida prova que mais vale e mais santo é ser uma mulher, que ser uma artista, um orador, um professor, e ela sugere ao nosso próprio sexo que melhor é ser um homem do que ser um *gentleman*, um filósofo, um general, um presidente ou um milionário... Não posso deixar de sentir no meu coração um temor crescente: e é que a mulher moderna, em muitos lugares e em vários caminhos, não esteja em perigo de declinar da sua órbita e já não ponha a sua confiança e a sua honra em ser mulher, não esteja em perigo de bater os caminhos e seguir os métodos masculinos, ou visar o ideal do homem, até obscurecer em si a sua origem divina." (*Adolescence*, t. II, p. 646. Ap. DE LA VAISSIÈRE, p. 37.)

Que cada uma das grandes metades do gênero humano receba com gratidão o tesouro de qualidades psicológicas e, com sentimento de responsabilidade indeclinável, o cumprimento de sua missão na vida; que a educação, especializada em harmonia com as exigências irredutíveis da psicologia

masculina e feminina, prepare os jovens de um e outro sexo ao desempenho dos seus deveres essenciais de homens e de mulheres, é a ordem da natureza, é a expressão iniludível da vontade de Deus, fora da qual não conservam os seres nem atingem, com a perfeição do seu desenvolvimento, a paz de sua felicidade.

A.M.D.G.

Rio, 29-IV-929.

CO-EDUCAÇÃO DOS SEXOS

II

(Aspecto higiênico e moral)

Complexidade dos problemas pedagógicos. Necessidade de completar com as sínteses os resultados analíticos.

I (O aspecto psicológico) — *Resumo da Conferência I.*

II — Aspecto *higiênico*.

- Desigualdade de resistência.
- Desigualdade de desenvolvimento.
- Puberdade na mulher. Exige repouso especiais.

III — Aspecto *moral*.

- Sua importância na educação.
- Crise moral.
- Respeito mútuo dos sexos.
 - A familiaridade não o alimenta.
- Perigos modernos nas grandes cidades.
 - Corrupção precoce dos jovens e das jovens.
 - Inconvenientes da co-educação.

Os benefícios da co-educação encontram-se na família.

Todos os problemas educativos apresentam no domínio da realidade concreta uma complexidade orgânica que às vezes mal deixa entrever as simplificações dos nossos processos científicos de análise. Não há, portanto, julgar com acerto o valor de um método pedagógico sem o considerar sob todos os seus aspectos, sem lhe medir a extensão e a gravidade de tôdas as suas conseqüências, sem lhe balancear sinceramente tôdas as vantagens e inconvenientes.

A condição mesma do nosso conhecimento limitado e abstrativo impõe-nos a necessidade de encarar sucessivamente as várias faces de uma questão. Com a profundidade de uma única intuição não esgotamos a cognoscibilidade das causas. Somos obrigados a analisá-la, isto é, a decompô-la, parte por parte, modalidade por modalidade, peça por peça. Aplicamo-nos então a cada um destes elementos, examinamo-lo por miúdo para melhor o conhecermos. A fim de vermos bem precisamos ver de perto, mas para ver de perto limitamos necessariamente o nosso campo visual.

A análise impõe-se destarte como uma condição de conhecimento sólido e exato, mas nem por isso deixa de encerrar os seus perigos. Se a não completa depois a síntese, na unidade de uma visão de conjunto, se tôdas as peças desmontadas para as minúcias do exame analítico não as reunimos depois na integração do todo, deformamos a realidade, diminuindo-lhe a riqueza, considerando-a unilateralmente, rompendo-lhe a harmonia do seu equilíbrio total. Quando se trata de estudar a vida — que consiste precisamente na síntese de sua complexidade maravilhosa, maiores ainda são os perigos deste inconveniente. O anatomista que

na sua mesa de estudos dissecar um por um os órgãos, as fibras, os tecidos de um organismo, presta incontestáveis serviços à ciência. Mas não pense que as delicadezas e minúcias de seu bisturi ou a perfeição dos seus preparados microscópicos exauriram o conhecimento da realidade viva. A vida é mais rica, é algo mais do que a simples matéria organizada. A simples análise dos tecidos orgânicos não lhe desvendará nunca os segredos do grande enigma da biologia: a vida, a vida com a sua atividade imanente, com a harmonia de sua unidade, com a ordem de suas finalidades maravilhosas.

A necessidade de sintetizar, para melhor compreender a realidade, já tão clara nas primeiras manifestações da vida, na simples vida orgânica, acentua-se progressivamente à medida que ascendemos na complexidade e perfeição das formas superiores da vida sensitiva, intelectual e moral. Eis por que vos dizia há pouco que todos os problemas educativos apresentam uma complexidade orgânica, superior às simplificações de muitos manuais que, isolando os problemas, para estudá-los melhor, esquecem depois a integração e harmonização jerárquica dos resultados analíticos. Não esqueçamos que o objeto da educação é a formação do homem — do homem todo com as suas múltiplas e variadas exigências de ordem física, intelectual, moral e religiosa. Todas estas exigências se devem satisfazer *harmoniosamente* — *jerárquicamente*. Daí a necessidade de subordinações incontestáveis e de limitações recíprocas. Só assim se conserva o equilíbrio humano, a integridade e a escala de valores, materiais e espirituais, em cuja expansão proporcionadamente desenvolvida consiste a perfeição e dignidade da nossa natureza.

Este critério, de um rigor científico impecável e de uma sensatez superior a qualquer contestação, apliquemo-lo ao método pedagógico preconizado com o nome de co-educação. Submeter ambos os sexos ao paralelismo dos mesmos processos educativos — na identidade dos mesmos programas

sob o regime dos mesmos professores, na continuidade da convivência social na vida escolar — evidentemente não poderá deixar de ter repercussões sérias, *de ordem psicológica, higiênica e moral* no desenvolvimento dos educandos. Um juízo definitivo sobre o valor pedagógico da co-educação só poderá ser dado depois de um estudo sério, sereno e imparcial do problema em todos esses aspectos.

Na nossa palestra anterior, examinamos o aspecto psicológico da questão: é o aspecto fundamental da alçada da psicologia positiva, particular. Os resultados adquiridos resumimo-los em duas palavras:

Tôda educação é essencialmente um desenvolvimento harmônico das faculdades humanas em vista de um fim a realizar. Além do fim essencial a todo homem, cada indivíduo, na variedade e riqueza de suas aptidões psicológicas, tem uma vocação que lhe é própria; uma finalidade que poderá conseguir mais facilmente com o aproveitamento melhor das energias que lhe são próprias. Ao bom educador — pai ou mestre — compete o discernir com critério estas aptidões nativas, cultivá-las com cuidado e orientá-las na vida para o caminho que melhor permitirá a cada indivíduo o realizar plenamente a si mesmo.

Não se oriente para o utilitarismo chato do comércio quem recebeu asas para poeta, nem se confiem as responsabilidades do comando ou governo aos temperamentos irresolutos e tímidos feitos para a disciplina da obediência.

Entre estas variadas vocações acidentalmente diversas e criadas pela necessária e sempre crescente divisão do trabalho social, há duas missões naturais, indestrutíveis, indispensáveis à existência e conservação do gênero humano: é a missão do homem; é a missão da mulher. A diferença de sexos não é uma criação acidental, variável, contingente como esta ou aquela forma de civilização; é uma necessidade natural, é um fato primitivo com a sua finalidade essencial traçada pela própria natureza das coisas. Para a

realização deste objetivo fundamental enriqueceu a natureza a cada um dos sexos com um patrimônio de aptidões psicológicas, próprias, insubstituíveis, harmoniosamente complementares. Tudo na mulher — inteligência e vontade, sentimentos e ação, tudo se acha orientado em vista da sua função primordial — a maternidade. "Moralistas e simples observadores — escreve uma distinta senhora, tão elegante escritora quanto fina psicóloga — verificam concordemente e confessam — uns louvando, outros censurando, estes felicitando, aquêles queixando-se, que de fato é de instinto a mulher se manifesta mãe sobretudo e acima de tudo. Aplicado a ela, o termo maternidade compreende no nosso pensamento, muito mais que a sua fecundidade física, um momento limitado de sua existência: compreende tudo o que a prepara ou condiciona, tudo o que a completa e facilita a sua expansão total transfigurando-a, tudo mesmo que a supre quando as circunstâncias ou a vocação divina a privam de ser mãe. Se quiserdes ampliar comigo este nome tão nobre, em magnificá-lo ainda, concedendo-lhe assim toda a sua extensão providencial, podemos afirmar que a mulher é mãe essencialmente toda a sua vida, e qualquer que seja a sua vida, exceto quando ela deliberadamente se desvia de sua órbita natural. Ela é mãe em esperança, em ato ou em potência, mãe segundo a carne ou mãe segundo o espírito, mãe dos indivíduos e mãe das sociedades." MARGUERITE PERROY, *Essai de psychologie de la femme*, Lumen, Janv. 1929, pp. 51-52. DUTOIT, p. 434.)

Esta vocação natural da mulher domina a sua psicologia, orientada toda, através das diferenças de civilização ou da variedade de suas ocupações sociais, para esta grande missão educadora — que supõe — esta exigência na mulher "de se dedicar amando ou de amar dedicando-se" (DUTOIT, p. 45.)

Como vêdes, não se trata aqui, de modo algum, de diminuir a instrução intelectual da mulher ou de lhe restringir

o campo de sua ação social. A mulher recebeu — como o homem — uma inteligência, dom precioso de Deus. Não o enterre improdutivo e estéril, cultive-o, mais ou menos, conforme as exigências do meio em que vivemos, dê-lhe o seu máximo de esplendor. As condições da nossa sociedade moderna abrem-lhe a possibilidade de uma participação mais intensa nas diferentes manifestações da vida econômica, social e política. Em princípio, nada temos que opor, em prática é mister prudência — cumpre esperar as lições da experiência iluminada pela segurança dos princípios. Que se alargue o campo de ação feminina para uma mais ampla maternidade em serviço da nação, que se entreabra para a mulher a possibilidade de fazer valer os seus dons naturais numa esfera mais dilatada, exercitando em benefício do povo e da pátria uma atividade rica de bênçãos, é um ideal a que se não pode legitimamente opor nenhuma resistência leal.

Mas daí a masculinizar a mulher vai um abismo imenso. A condição de eficácia da ação feminina, em qualquer campo, a cláusula indispensável de sua própria felicidade individual, exigem que a mulher cultive e desenvolva as suas aptidões naturais. Nesta via indicada pela natureza que não se pode violentar, ela dará o seu máximo de rendimento; exorbitando desta trajetória, será sempre um ser deslocado, diminuído, infeliz. A própria felicidade pessoal da mulher, a estabilidade e harmonia da família, a integração orgânica e vital das forças espirituais que condicionam o progresso da sociedade exigem que se conservem os dois tipos psicológicos, naturais e dominantes, do homem e da mulher. E o fim de toda sã pedagogia é favorecer esta expansão das faculdades naturais, elevando-as, cada qual em sua linha, ao máximo de esplendor. A tentativa de nivelar estas diferenças irreduzíveis, submetendo-as à identidade das mesmas formas, só poderá trazer desvantagens a ambos os sexos e mais ao feminino que ao outro.

É a conclusão a que chegamos no estudo psicológico da nossa última reunião. Mas a questão, de si muito complexa, oferece ainda outros aspectos, que importa não esquecer — e antes de tudo o *higiênico*.

A diferença natural dos sexos é no seu substrato físico — uma diferença anatômica com as suas conseqüentes diferenças fisiológicas a exigirem um regime higiênico diverso.

Como observação de ordem geral podemos advertir que a força orgânica de trabalho e portanto a capacidade de resistência não é idêntica nos dois sexos. A sua presença simultânea na mesma escola, regida pelas mesmas leis e pelos mesmos programas, desperta a emulação, é verdade, mas uma emulação de concorrentes desiguais, que cedo ou tarde reverte em prejuízos graves do desenvolvimento normal do organismo. A observação de Rui Barbosa, repitamo-la com palavras suas, acrescentando assim à verdade do que se diz, a autoridade de quem o diz. “Essa emulação mesma que atua com uma energia notavelmente superior no sexo feminino, altera quase podemos dizer invariavelmente a saúde normal do organismo na mulher, preparando a extenuação crescente das gerações que se sucedem. Excelente força é a da emulação na escola, contanto que se estabeleça entre indivíduos do mesmo sexo. Colocar, porém, frente a frente, os dois, em tôdas as idades e abrir entre êles a rivalidade no seio da educação escolar, submetendo à prova dêsse violento estimulante o amor-próprio, o brio, a sensibilidade, tão melindrosos na moça, é imprudência e artifício.” (*Parecer sobre a Reforma do Ensino Primário*, p. 232).

Descendo neste mesmo campo a particularidades mais determinadas, diz-nos a fisiologia que o crescimento nos dois sexos não segue a cadência do mesmo ritmo. Até aos 12 anos mais ou menos (o clima influi), as meninas são mais vivas que os rapazes, aprendem com mais facilidade; desta data em diante nota-se nas moças um período de retardamento, durante o qual os rapazes lhes tomam o passo. A

começar portanto dos dez anos, com um desnivelamento psicológico proveniente da desigual madureza, há entre os dois sexos uma diferença pronunciada de forças físicas, porque durante o seu desenvolvimento fisiológico as meninas são mais fracas que os homens. Vêde daí que graves conseqüências para a saúde futura das educandas pode acarretar consigo um regime educativo que na sua obsessão de igualar não leva em consideração estas importantes diferenças naturais. Arquivai também esta observação para aquilatar melhor — quando estudarmos a co-educação no resultado das suas experiências — o valor de certas afirmações de co-educadores e co-educadoras. Muitas dirão — e com verdade — que as meninas seguem de passo igual a instrução dada simultaneamente aos dois sexos e que a presença dos rapazinhos é um estímulo natural ao brio das moças. Um resultado imediato mais brilhante revelado num progresso, visível, em exames consoladores poderá, em educadores menos advertidos, suscitar entusiasmos pela co-educação. E talvez mal suspeitam a preço de que sacrifícios se compram êles. Estas meninas submetidas à pressão de um trabalho superior à sua capacidade serão amanhã moças neurastênicas, mães de família incapazes de desempenhar as suas funções e que transmitirão a uma prole raquítica a tara contraída num regime educativo mal inspirado.

Mais ainda. A começar da puberdade, acentua-se a diferença dos sexos no desenvolvimento fisiológico. As moças, mais débeis nessa idade, precisam regularmente da periodicidade de descansos, totais ou parciais. Esta medida higiênica impõe-se como uma necessidade capital. Menosprezá-la é comprometer-se todo o desenvolvimento feminino, não só no que se refere à nutrição, respiração e circulação, mas ainda na elaboração e evolução cerebral. A opinião dos médicos a êste respeito é unânime e peremptória. (Rui, citações, *op. cit.*, p. 76.) A co-educação passa levemente por cima de tôdas estas exigências. No dizer ainda de Rui “sub-

mete as alunas, num período de que absolutamente depende tôda a sua vida ulterior, a excessos de atividade cerebral, em que, mais sensíveis à emulação, capazes de prodígios de trabalho mental inacessíveis aos moços mais vigorosos dessa idade, e suscetíveis de resultados intelectuais que assombam e encantam os educadores, elas vencem frequentemente o outro sexo, mas à custa da sua vitalidade em flor, que insensivelmente recebe em si o germe de uma debilidade quase sempre incurável, preparando-lhe uma existência frágil e melindrosa, origem de outras ainda mais pobres e menos felizes; sob essa uniformidade rigorosa na educação escolar superior dos dois sexos, já não é mais oculto aos profissionais que o desprezo daquele fato vai arruinando a saúde a muitos milhares de pessoas do sexo mais débil." (*Op. cit.*, p. 76.) Quando estudarmos, na próxima vez, a experiência da co-educação, veremos a respeito da mulher americana o que dizem os médicos e as médicas da grande república.

Em nome da higiene, portanto, concluamos com RUI BARBOSA: "Desde o primeiro alvorecer da adolescência até a completa constituição sexual da mulher, dos 11 aos 18 ou 20 anos, é fisiologicamente um mal de incalculável alcance e irremediáveis resultados educá-la nos mesmos bancos, sob a mesma organização pedagógica, debaixo do mesmo regime e disciplina que o homem." (*Op. cit.*, p. 233.) O "mal de incalculável alcance" é a saúde da mulher quase sempre irremediavelmente prejudicada, a sua inaptidão para as suas funções domésticas e sociais, a alegria e a felicidade dos lares seriamente comprometidos e gravemente ameaçada a robustez das novas gerações.¹

¹ Com segurança de critério e solidez de doutrina este aspecto científico da co-educação (ao lado dos outros) é tratado pelo Dr. JOSÉ BLANC Y BENET, *Ensayo crítico sobre la coeducación de los sexos*, Barcelona, Sanmartí. Ap. BARBERA, p. 25.) Discutir a resposta a este argumento dado por AD. FERRIÈRE. *La coéducation des sexes*, pp. 7-8.

Dominando os demais pela sua capital importância eleva-se o aspecto moral da questão que estudamos. A higiene visa a formação de um organismo robusto; a psicologia preocupa-se com o desenvolvimento normal das nossas faculdades; a moral forma a vontade e o caráter, prepara o homem para o cumprimento do seu *dever*, isto é, do que *ele deve ser*. A saúde é um bem accidental; bem accidental é ainda a instrução; ambos de alto valor, mas falando rigorosamente, bens não absolutamente necessários; a honestidade, a virtude, a retidão da vontade, êsses são valores essenciais, sem os quais o homem não preenche a finalidade nobilíssima de sua missão na terra. A higiene e a psicologia visam diretamente uma vantagem terrena, temporal, medida pela brevidade da nossa existência; a moral, por isso mesmo que regula o uso livre que fazemos da vida, tem repercussões eternas. Antes de sermos atletas ou sábios, importa sejamos bons. Nem todos poderão atingir os ideais da força e da ciência, todos devem realizar o ideal da bondade.

Ora, que nos diz a moral relativamente ao regime co-educativo? A convivência cotidiana dos dois sexos, durante a quadra do seu desenvolvimento, contribui para radicar-lhes n'alma o sentimento da virtude, para temperar-lhes as vontades nas lutas do dever? Infelizmente, a resposta sincera aqui é uma negação. "O certo é, já dizia o nosso RUI, que, sob a nossa atmosfera social, a co-educação, ampliada a tôdas as idades, tem inconvenientes morais perfeitamente manifestos." (*Op. cit.*, p. 232.)

A nossa sociedade acusa neste ponto uma crise de costumes cuja gravidade não escapa aos observadores mais distraídos. As relações entre os dois sexos, desviadas das suas leis naturais, e superexcitadas por nossa liberdade corrompida e corruptora, multiplicam, num crescendo assustador, a desonra, a degradação e a desorganização dos lares. O que há alguns tempos se manifestava aparentemente só

como um relaxamento progressivo na disciplina dos costumes a interessar a austeridade dos moralistas, hoje se afirma também como um verdadeiro flagelo social na epidemia das doenças vergonhosas que minam a saúde, a inteligência, o valor moral de um número assustadoramente crescente de indivíduos, e aceleram a degenerescência das raças. Este aspecto natural e visível — corolário espontâneo da solidariedade das leis morais com a felicidade integral do homem — atraiu a atenção até dos médicos materialistas. Não é para aqui examinar os diferentes alvitres propostos pela eugenia moderna. Muito haveria que dizer sobre este ponto; mas não queremos afastar-nos do assunto que estudamos. Os mais perspicazes psicólogos, de acôrdo com os moralistas, e os sociólogos sinceramente observadores da realidade, vêem, como única medida de profilaxia eficaz, a moderação dos instintos, assegurada por uma vontade rijamente temperada na disciplina do dever.

Nesta educação da vontade entra como um dos fatores mais importantes o *respeito mútuo* dos sexos.

Não nos iludamos, porém, sobre o verdadeiro significado desta expressão. Respeito mútuo dos sexos não é este complexo de cortesias exteriores, de galanterias convencionais introduzidas pela urbanidade dos nossos costumes: ceder o passo a uma senhora, oferecer-lhe o lugar, o apoio de um braço forte e outras delicadezas de estilo. Tôdas estas mesuras, cumprimentos e inclinações de pequenas e grandes curvaturas, assim como podem ser símbolo e expressão de um sentimento interior de veneração, assim também se podem conciliar com atitudes internas inspiradas pela mais completa irresponsabilidade. O respeito verdadeiro, que é uma defesa para a fragilidade da mulher e um freio para o egoísmo do homem, radica-se na estima sincera e profunda da missão particular de cada um dos sexos e num sentimento vivo das responsabilidades sociais e morais, decorrentes das relações entre as duas metades da família hu-

mana. Estabelece-se então espontaneamente nos intercâmbios sociais esta distância natural de alta distinção, inimiga de familiaridades perigosas que “tantas dores, tantas lágrimas têm semeado no coração feminino.”

Defrontam-se então ordinariamente na vida de todos os dias, não os dois sexos como tais, homens e mulheres simplesmente, mas homens *cavalheiros* e mulheres *damas*. Uma americana, citada por FÖRSTER, dá-nos uma definição interessante e fina de cavalheiros e damas. “Cavalheiro, diz ela, é o homem que sabe conversar e tratar com uma mulher sem lhe fazer pesar continuamente no espírito a idéia de que para elle ela é antes de tudo e sobretudo o *outro sexo*; dama é a mulher de tal sorte possuída de sua dignidade, que sabe falar com um homem sem fazer pompa e alarde de sua feminidade, que a converteu num laço.” (BLANCO, p. 131.)

Omitindo os meios sociais que poderiam contribuir para aumentar, nos nossos dias, o número que já vai escasseando de damas e cavalheiros, perguntemos à psicologia e à moral se a co-educação dos sexos é um meio eficaz de educar nas consciências este nobre sentimento de respeito recíproco.

A familiaridade, diz-nos a mais vulgar observação psicológica, não costuma, mesmo entre homens, ser mãe do respeito. É conhecido o provérbio: Não há herói para o seu criado de quarto. A autoridade que quer ser acatada deve naturalmente defender o seu prestígio, envolvendo-o numa atmosfera de dignidade reservada que não se concilia com as confianças sem protocolo. É que a convivência abandonada revela quase sempre os nossos defeitos e diminui a estima de que nasce o respeito. Muito mais verdadeira é esta observação quando se trata de jovens que ainda se acham no período de formação. Nesta idade, as virtudes adquiridas ainda não radicaram a profundeza dos seus hábitos, as deficiências naturais de temperamento irrompem impulsivas e

espontâneas em quem ainda não conquistou o domínio dos seus atos; os caracteres mal formados apresentam numerosas lacunas.

Ponde então nesta quadra de desenvolvimento, um em frente do outro os dois sexos e eles mais facilmente comunicarão os seus defeitos naturais que as suas virtudes ainda não robustecidas pela educação. Meninos e meninas só terão que perder na convivência, e mais as meninas que os meninos. "As camaradagens, observa justamente FÖRSTER, nas quais querem às vezes enxergar um resultado feliz da co-educação, tiram muitas vezes à delicadeza feminina da moça um não sei quê que ela não encontrará mais pela vida adiante." (*L'école et le caractère*, p. 38.) COLOZZA, pedagogo italiano, aliás favorável à co-educação, foi constrangido pelas lições da experiência a fazer uma observação análoga: "Nas jovens submetidas por alguns anos ao sistema de co-educação, notamos, com dor, uma perda na nobreza dos sentimentos e uma certa desfaçatez que nem nos rapazes é bela." (*Rivista pedagogica*, 1910, p. 948. Ap. BARBERA, p. 24.) "A co-educação elimina talvez certo embaraço externo, mas não enobrece os sentimentos interiores; não protege contra os sentimentos impuros e não diminui às ocasiões de relações imorais entre os dois sexos; nem eleva o sentimento de estima recíproca, porque de um lado e de outro põe de manifesto as fraquezas cotidianas." (S. P. WIDMANN, *Lexikon der Pädagogik*, II, pp. 208-209.)

Os defeitos são contagiosos e nas mil ocasiões de se manifestarem oferecidas pela vida escolar em comum, não temos uma atmosfera moral favorável ao crescimento deste respeito mútuo que dignifica as relações entre os sexos.

O mal, porém, é, hoje, muito mais grave ainda, principalmente nas grandes aglomerações urbanas. Os fatores de corrupção moral multiplicaram-se assustadoramente e, imersos neste ambiente saturado de micróbios mortíferos, são raros os jovens que muito precocemente escapam ao seu

contágio funesto. Não é mister recordar todos estes elementos que contribuem para um despertar prematuro da vida dos sentidos: é o cinema, que parece não viver senão para explorar a curiosidade malsã da pobre humanidade decaída; é a exibição licenciosa das ruas com tôdas as ousadias que se conhecem; é a literatura dos folhetins de jornais e de romances de pacotilha que tão poderosamente atraem e corrompem a imaginação juvenil; é a ostentação de gravuras inconvenientes que, nas revistas, afrontam a grande publicidade mas ainda conservam uns vestígios muito tênues de recato, e em outras, clandestinas, mas que já circulam nas mãos de adolescentes de 10 a 12 anos, ultrapassam todos os limites da moral mais complacente. E nestas fontes que vão tirar quase sempre o assunto de suas conversas, nas quais os companheiros mais depravados acabam de correr as cortinas e de revelar precocidades. "A petulância trivial (*callegera*) dos mais atrevidos costuma fazer escola e os meninos, em certas rodas, acabam convencendo-se de que não são homens se não são lascivos." (BLANCO, 141.)

Sob a ação destes estímulos poderosos de corrupção, a imaginação viva da primeira idade povoa-se de representações impuras, onde a menina e a moça descoroadas da grandeza de sua dignidade, mais visível à razão do que aos sentidos, não figura senão como instrumento de prazer do egoísmo masculino. As imagens são forças poderosas, mais poderosas ainda na psicologia juvenil, onde a vontade ainda não afirmou definitivamente a soberania do seu domínio, onde os instintos e os impulsos inatos ou adquiridos são quase sempre os móveis das ações, onde a irreflexão não costuma balancear o pêso das conseqüências de seus atos. Eis as disposições interiores da imensa maioria dos rapazes que não recebem uma aprimorada educação moral e religiosa, a qual não se costuma dar nos institutos oficiais de ensino.

As meninas de seu lado não deixam de sofrer a influência dos elementos de corrupção há pouco mencionados; e ainda que não cheguem para honra do seu sexo às liberdades masculinas, muitas vezes já começam prematuramente, sob as rosas de um carmim, substituto artificial de um pudor que já não sabe corar, a ostentar faceirices provocadoras. Também elas entram a sonhar bem cedo e sonham naturalmente com um noivo (como as Julietas com algum Romeu), com algum príncipe encantado que venha da região dos sonhos.

É nesta atmosfera moralmente irrespirável e semeada de mil perigos que constitui, hoje, nas grandes cidades, o ambiente normal das escolas educativas estendidas ao ensino médio. Sob os rigores da disciplina escolar, poderão salvar-se as aparências de uma correção exterior, a iludir muito observador superficial, mas as devastações internas daquelas alminhas em flor, corrompidas no aurorear da vida são infinitamente deploráveis. As lições das experiências que ouviremos na próxima vez, mesmo com tôdas as reservas que se impõem, em assunto tão delicado, vos dirão num pessimismo desalentador, se carrego demasiadamente as sombras dêste quadro que tanto desejáramos não fôsse a expressão de uma triste realidade.

Excluiremos então tôdas e qualquer influência benfazeja de um sexo sobre o outro em período de formação? Privaremos os jovens do benefício das influências recíprocas destas psicologias complementares que já estudamos? De modo nenhum. Mas colocamos esta influência onde a colocou a natureza, cercanda-a de condições inimitáveis que lhe asseguram tôda a eficácia e a preservam de todos os perigos: Na família. Repetimos a já citada observação de FÖRSTER: "Rapazolas na idade ingrata, sem virilidade e sem equilíbrio não podem exercer uma ação feliz sobre as meninas; tudo o que elas poderão aprender dêles será certa

rudeza de maneiras e de linguagem. Cada sexo deve achar e realizar o próprio tipo em tôda a sua plenitude e pureza antes de exercer no outro uma influência educativa." (*L'école et le caractère*, p. 38.) Esta condição exigida pelo fino psicólogo verifica-se nos lares. Aí as meninas sentirão a ação benfazeja do tipo masculino, desenvolvido, em tôda a sua plenitude, e encarnado na figura veneranda e querida de um pai. Tudo o que há de belo no homem, a fôrça do caráter, a energia da vontade, a perseverança no trabalho, o espírito de iniciativa, a magnanimidade nos momentos difíceis, tôda a coragem e a firmeza de quem é o apoio de todos e o centro da unidade da família, exercerão na menina a profundidade de uma influência salutar e criarão na sua alma feminina o ideal da virilidade em todo o esplendor de sua grandeza. Nos meninos como é profundo e indelével o influxo delicado desta mulher querida que chamamos nossa mãe. A nota fundamental da psicologia feminina é a necessidade de dedicar-se amando ou de amar dedicando-se. A mãe é a mulher em tôda a grandeza de sua missão: é o dom de si mesmo vivo a cada instante: o dom de si mesmo na organização e direção do moneio da casa, o dom de si mesmo no aformoseamento do lar, o dom de si mesmo nas doenças, nas dificuldades, nas horas tristes das lágrimas e do sofrimento. Oh! através de sua mãe que conceito elevado e digno não faz o homem da mulher!

Eis a influência benfazeja e recíproca dos sexos, única que satisfaz a todos os requisitos: *requisitos psicológicos*, porque exercida por tipos definidos e formados, no termo de sua evolução normal, sobre a plasticidade das almas novas; *requisitos pedagógicos* pela doce intimidade e continuidade ininterrupta de sua ação; *requisitos morais*, porque tende a desenvolver-se na elevação de sentimentos de uma atmosfera serena e sem germes mortíferos onde a pureza da alma só respira o oxigênio, que a vivifica, conserva, e protege.

Destarte ainda uma vez se afirma o primado da família na educação. Felizes os jovens, felizes as jovens que nos dias belos mas decisivos de sua primavera tiveram a dita inefável de respirar os perfumes de um lar embalsamado de virtudes cristãs.

Rio, 15-V-929.

CO-EDUCAÇÃO DOS SEXOS

III

(As lições da experiência)

Confirmemos com a experiência.

I — Campo de observação. Países em que foi introduzida a co-educação. Dificuldades, resistências, retratações — na Alemanha, Suíça, Argentina, Chile, China.

Autoridade da Igreja Católica.

O caso dos *Estados Unidos*.

Consequências *psicológicas*.

Consequências *higiênicas*.

Consequências *morais*.

Repercussão social na inadaptação dos sexos à sua missão social.

Celibatários.

Divórcios.

Aumento da criminalidade.

II — Exame crítico dos pedagogos favoráveis à co-educação:

a) Há vários, que querem positivamente a dissolução da família;

b) Outros se contentam de resultados vagos e secundários;

c) Outros ocultam em poucas páginas os inconvenientes e dilatam-se em panegíricos — Ad. Ferrière.

Conclusão.

As professoras no "Sacré-Coeur", 18-VIII-1929.

A debatida questão do regime co-educativo dos sexos pode ser deslindada por dois processos: o científico e o empírico. Nós podemos partir dos resultados adquiridos, que nos subministram a psicologia, a fisiologia e a moral e concluir que a convivência continuada dos dois sexos, submetidos, durante o período de sua formação, à uniformidade dos mesmos métodos pedagógicos e à disciplina dos mesmos regulamentos escolares é um *desacêrto psicológico* que compromete quase sempre a realização do tipo ideal, próprio de cada sexo; é um erro de higiene que ameaça seriamente o desenvolvimento normal de organismos dotados de resistências diversas e constringidos ao paralelismo dos mesmos trabalhos e à tensão dos mesmos esforços; é um grave risco moral que, expondo a inexperiência das almas novas e ainda mal formadas à violência das mais fortes seduções, pode desorientá-las para sempre e amargar-lhes todo o futuro com a dolorosa lembrança e as tristes conseqüências de erros irreparáveis.

Tal o aspecto científico sob o qual se pode encarar a co-educação. Foi o que examinámos em duas palestras anteriores. Daí já poderíamos auferir os elementos necessários para ajuizar da liceidade de pôr em execução, com detrimento das almas, um método pedagógico condenado pelos conhecimentos mais bem fundados que possuímos da natureza humana. Ponhamo-nos, porém, logo, sem nos perdêmos em rodeios, no terreno da realidade.

A muitas talvez das minhas ouvintes no curso das nossas palestras anteriores terá ocorrido uma objeção óbvia. Não haverá talvez exagero ou apriorismo em todo este modo

de encarar e julgar a co-educação? Aí está a experiência a mostrar-nos em vários países o regime co-educativo atuado na prática pedagógica; que inconvenientes se seguiram daí? A co-educação, dizem por sua vez os seus mais ardentes paladinos, encontra velhos preconceitos, a inércia da rotina paralisadora, a apreensão infundada de temores supersticiosos. Ponhamo-la em ação e a experiência lhe dará no campo dos fatos a vitória incontestada.

A experiência pedagógica, minhas senhoras, nunca poderá infligir um desmentido às leis psicológicas e morais da natureza humana. Ninguém, portanto, melhor do que nós, deseja a sua confirmação experimental. Vamos, pois, aos fatos; mas este estudo é muito mais complexo do que à primeira vista parece, e a metodologia dos inqueritos é condicionada cientificamente por um complexo de cláusulas frequentemente transgredidas pelos observadores superficiais.

De dois modos podemos examinar os resultados práticos dos métodos co-educativos: indiretamente, ouvindo as grandes autoridades pedagógicas que falam baseadas na experiência; diretamente, interrogando os fatos sem intermediários, abrindo os nossos olhos para não ver com os dos outros. É difícil separar praticamente estes dois processos de averiguação: empregá-los-emos simultânea ou alternadamente conforme nos parecer mais oportuno.

O campo de observação é bastante amplo. Na Europa, a co-educação foi introduzida como regime pedagógico *geral* nos países escandinavos: Suécia, Noruega e Dinamarca. Nos Estados Unidos, pátria da invenção pedagógica, temos a sua aplicação em grande escala. Fora daí, a co-educação tem sido parcialmente experimentada em várias outras nações, em maior ou menor escala, como na Alemanha, na Suíça, na Inglaterra, na Itália, etc.

A primeira observação que fazemos é assinalar a *dificuldade de penetração* que as escolas mistas têm encontrado em quase todos os países. Mesmo naqueles em que um par-

tido pedagógico ativo e propagandista conseguiu introduzi-la em alguns institutos particulares e em parte dos estabelecimentos oficiais; houve e há sempre uma oposição constituída pelos elementos mais autorizados em matéria pedagógica; oposição que depois de lamentáveis experiências conseguiu triunfar completamente das inovações inconsideradas com uma volta às escolas unisexuais. Os que afirmam desabaladamente que a co-educação tende a prevalecer por toda parte, como a expressão definitiva do progresso pedagógico, ou são vítimas de uma ilusão óptica ou pretendem explorar a credulidade dos simples, ou se enganam ou enganam.

As provas. De passagem ide observando que a resistência às inovações co-educativas não partem exclusivamente dos católicos. É uma oposição científica, pedagógica, experimental.

Na *Alemanha*, as escolas populares primárias são em parte mistas. Nas escolas secundárias (ginásios), a Prússia e a Baviera mantiveram-se contrárias à admissão de meninas nos colégios masculinos. Alguns Estados menores ensaiaram a co-educação nos cursos secundários. Baden deu o exemplo em 1880. Nos primeiros anos do século seguiram-no a Saxônia (1902), Hessen e Oldenburgo e Württemberg. As experiências começaram a sugerir restrições.

Em Baden, a associação dos filólogos (*Philologenverein*) manifestou-se contra e, em consequência, o governo proibia (a 18 de setembro de 1909) que as meninas frequentassem as escolas dos rapazes em todos os lugares onde houvesse escolas femininas. No ano seguinte a associação dos professores de Dresden manifestou-se contra a co-educação (*Lex. d. Päd.* II, p. 205). Mais recentemente, um pedagogo alemão, S. P. WIDMANN, diretor do ginásio de Münster: "Para a Alemanha, a co-educação mista aparece como contrária tanto à natureza quanto à nossa civilização; é um produto artificial de estufa da moderna pedagogia." (*Ibid.* p. 207.)

Na *Suíça*, profunda e convicta divisão de pareceres. Enquanto em Zurich triunfa a co-educação, Basileia irredutível preconiza a separação dos sexos como o melhor sistema, AD. FERRIÈRE, que conhece de perto as coisas de sua pátria, apesar de ser partidário da co-educação, resume a situação nestes termos: "Une aussi grande diversité des usages dans notre petit pays démontre que ni la population, ni le corps enseignant n'ont encore acquis de conviction définitive au sujet de cette importante question." (*La Coéducation des sexes*, p. 51.) Um dos maiores pedagogos modernos, suíço, FÖRSTER é decididamente contrário à co-educação: "Recriminou-se à co-educação não levar suficientemente em conta a diferença das individualidades do menino e da menina. Nunca se sublinharão demais estas observações: os desenvolvimentos dos dois sexos estão tão longe de ser paralelos que a instrução em comum vai de encontro simultaneamente a todas as regras da higiene e da pedagogia... A moça tem direito a um ideal que lhe pertence e este ideal distinto implica métodos de educação diferentes. Em resumo, a co-educação de meninos e meninas impede a educação recíproca do homem e da mulher chegados à idade madura." (*L'école et le caractère*, p. 40.)

Na *França*, o princípio da educação separada domina toda a legislação escolástica. Só é permitido abrir escola primária mista nos municípios de menos de 500 habitantes (economia). E quando em 1914, em Nitry, que conta pouco mais que 500 habitantes, um ministro quis estabelecer uma escola mista, as famílias opuseram-se terminantemente e como êle não lhes prestasse ouvidos, levaram a causa ao Conselho de Estado que, a 27 de fevereiro de 1915, lhes dava razão. (Cfr. BARBERA, p. 39.) Tentativas ilegais — Decretos-leis — de HERRIOT.

A legislação escolar *espanhola* não conhece tampouco as escolas mistas.

Passemos à América. Na *Argentina*, A. C. BASSI fez observações em larga escala, e chegou às conclusões seguintes: até aos 8 ou 9 anos, a co-instrução não oferece inconvenientes, nos anos seguintes o sistema produz um efeito nivelador relativamente às características psicológicas dos sexos, destrói o ideal que cada sexo faz do outro, provocando assim uma diminuição de casamentos. (Cfr. DE LA VAISSIÈRE, *Psychologie Pédagogique*, p. 294.)

No *Chile*, em 1906, alguns pedagogos educados nos Estados Unidos e filiados à maçonaria, tentaram subrepticiamente introduzir a co-educação nos institutos de ensino secundário e 4 reitores de liceus abriram às moças as portas dos seus estabelecimentos. As perniciosas conseqüências não se fizeram esperar, a ponto de levarem o decano de uma das faculdades em 1908 a denunciar o fato ao Conselho de Instrução Pública. Abriu-se um inquérito. Resultado: Proibição de se receberem novas alunas nos ginásios masculinos; as já admitidas poderiam terminar os seus estudos. Três anos depois, em 1911, voltou-se a ventilar a questão em toda a sua amplitude. O Conselho Nacional de Instrução Pública declara-se contrário à co-educação e ordena que imediatamente, sem mesmo esperar o fim do ano letivo, se despeçam todas as alunas. Ao mesmo tempo, o governo tomava suas medidas para fundar estabelecimentos de ensino secundário exclusivamente para o sexo feminino. Beló exemplo. (BARBERA, pp. 39-41.)

Até a *China* que, no mimetismo entusiasmado das nações que se vão civilizando, havia acolhido há 10 anos a co-educação, foi obrigada a cantar a palinódia e voltar atrás ante a evidência dos fatos. No ano passado, numa reunião da Sociedade Chinesa de educação nacional, que reúne as personalidades mais abalizadas em questões de pedagogia, o reitor da Universidade de Nanquim e o representante do Departamento de Instrução Pública das províncias de Kwantung e Kwangsi, propuseram a volta ao regime separativo

e a assembléa, depois de vivos discursos, aprovou a resolução seguinte: "Fica decidida em princípio a separação dos sexos em estabelecimentos diferentes tanto no ensino primário quanto no secundário." (*La Croix*, 13-XI-928.)

Como vêdes, muito longe está a experiência de apresentar resultados favoráveis à co-educação. A êste depoimento convergente de tantos países convém acrescentar a autoridade excepcional da Igreja Católica. Consideramo-la aqui, não do ponto de vista religioso, mas simplesmente humano. É um depoimento de uma força singular, incomparável. Não há sociedade pedagógica, não há nação que possa reivindicar uma experiência mais longa e mais universal que a Igreja.

Há 20 séculos que a Igreja instrui e educa... crianças — adultos — almas... Escolas primárias — Fundação de universidades. A Igreja ensina em todas as latitudes, a todas as raças, etc.

A sua experiência é mais íntima, porque só ela conhece o fundo das consciências...

Ora, a Igreja é abertamente contrária à co-educação. Por quê? Ela não tem outros interesses em jogo — senão a perfeição humana — o progresso moral. Depoimento autorizado, desinteressado, excepcional.

Vamos, porém, ao país que há mais tempo e de um modo mais universal pratica a co-educação. É também o exemplo que mais freqüentemente invocam os partidários do sistema entre nós, nesta faina de americanizar o Brasil. É inexato que na República estrelada o regime só tenha dado ótimos frutos a ponto de se impor como uma verdade de experiência. Muito longe disso.

Combatemos a co-educação, como antipsicológica, anti-higiênica e anti-social. Confirmemos as nossas conclusões com a verificação dos fatos.

No ponto de vista psicológico:

STANLEY HALL, o príncipe da pedagogia norte-americana, que baseia as suas conclusões sobre um inquérito excepcionalmente vasto e estatísticas minuciosas: "Os rapazes adquirem modos menos rudes mas perdem em virilidade. Pouco a pouco se destrói o ideal que um sexo formava do outro. É difícil, raro, mas, quase de todo impossível que, na incessante porfia escolar com os rapazes, por horas, semanas e meses inteiros, a moça possa atingir a perfeita maturidade feminina."

Uma célebre pedagoga alemã ME. HIRSCH ERNST confirma as conclusões de HALL: a co-educação exerce uma ação niveladora nos caracteres próprios de cada sexo. Numa comunicação ao Congresso Internacional de Pedologia, referiu este resultado obtido em diversas escolas às quais foi dado o teste seguinte: escrever o que ocorrer ao espírito sobre a palavra *amor*. "Nas escolas unisexuais obtiveram-se respostas sobre o amor paterno, materno, fraterno, patriótico, etc.; nas escolas co-educativas esta palavra evocou outras idéias." (DE LA VAISSIÈRE, *Psychologie Pédagogique*, p. 294.)

No ponto de vista *higiênico*:

"O problema ali foi suscitado pelo Dr. CLARKE, eminente autoridade médica e pedagógica num livro acerca da influência do sexo na educação *Sex in education*. A raça americana, diz êle, é fator manifesto aos observadores competentes, parece ameaçada de um depauperamento que inquieta a opinião pública. Neste misterioso mal que "solapa a constituição da mulher americana" e vai minando surdamente a compleição nacional, a causa preeminente é a violência exercida sobre o temperamento feminino pela co-educação. "Hoje em dia, escreve um dos mais eminentes fisiologistas dos Estados Unidos, MITCHELL, a mulher americana é *fisicamente incapaz (physically unfit)* em relação aos deveres de seu sexo." (RUI BARBOSA — *Reforma do ensino primário*, p. 74.)

O Dr. FISHER, médico americano: "Qualquer alvitre que aliviasse as exigências do nosso sistema escolar a bem do

espírito; extremamente melindroso da mulher, nessa época da vida, seria bem-vindo ainda que fôsse à custa da superioridade dêsse sexo na geração subsequente." (Apud RUI, *Op. cit.*, p. 74). Em 1911, dezembro, na revista *Sexualproblema* — o Dr. SPIER já notava que nos Estados Unidos a opinião ia virando de bordo, no que concerne ao regime co-educativo. As mulheres médicas são de modo particular opostas ao sistema. (Ap. FÖRSTER, *École et caractère*, p. 31.)

Mas é principalmente no ponto de vista moral e social que as devastações têm sido mais terríveis. Aqui as citações seriam inumeráveis — e os fatos tantos e tão escandalosos que nos não é permitido entrar em minúcias. Mas enfim é mister provás. É preciso ver a realidade.

Já em 1880, LAPORTE, no Congresso Internacional de Ensino, incumbido pelo govêrno francês de estudar as instituições escolares dos Estados Unidos, referindo-se aos perigos da co-educação diz textualmente: "As informações confidenciais que colhemos em nossa missão à América, autorizam-nos a afirmar que o perigo é mais sério do que fingem supor; e se durante as aulas a calma paira na fisionomia dos alunos, em muitos dêles é apenas o véu de uma violenta agitação moral e física." (Ap. RUI, *Reforma do ensino primário*, p. 233.)

Em 1914, HENNING, após uma experiência pessoal de 15 anos, pronuncia este veredicto severo:

"Nas escolas *primárias*, a começar dos 10 ou 11 anos, cada menina tem o seu menino e cada menino a menina de sua preferência... Nas escolas *secundárias* "basta ouvir as conversas nos bondes — não se fala de álgebra nem de César. Conversas irritantes para não dizer obscenas, em voz alta. O interesse pelo estudo passa para um plano secundário. A moral dos adolescentes é deplorável; não é raro ver desaparecer durante algumas semanas — e com razão, meninas das escolas secundárias e até das primárias — os fatos mais imorais são considerados como incidentes sen-

timentais.” (Ap. DE LA VAISSIÈRE, *Psychologie pédagogique*, pp. 293-294.)

Mais recentemente ainda, PERRY SMITH, diretor de um externato co-educativo de mais de 250 alunos, falando no Congresso de Locarno, numa atmosfera favorável à co-educação, dizia a quem o quisesse entender:

“A co-educação... nem sempre é o resultado da educação mista tal qual se pratica em muitas escolas dos Estados Unidos. A co-educação é um meio de chegar a esta adaptação (de ordem psico-sensual) mas ela nem sempre se pratica de modo a levar a bons resultados.” E conta os episódios edificantes de meninos e meninas que em automóveis fazem as excursões *en enfer*. Quanto à formação doméstica: “Na América a atitude da generalidade dos filhos com suas mães não é a de respeito e admiração... É fato reconhecido que atualmente são os pais que devem ser libertados da tirania dos filhos.” (*Pour l'ère nouvelle*, Sept., Oct., Novembre 1927, n.º 19.)

Os escândalos se vão acrescentando aos escândalos. Entre alunos e alunas fundam-se sociedades secretas: *fraternities* e *rorosities*, “sementeiras de anarquia e libertinagem”, contra as quais a polícia, Board of Education, recentemente foi obrigada a tomar as mais severas medidas.

Num grande colégio, anexo à Columbia University, onde há 25 anos se pratica a co-educação, abriu-se um inquérito entre os pais de família que se declararam hostis à co-educação. A começar de 1914, o Colégio desdobrou-se e o reitor J. E. RUSSELL publicou um opúsculo com o título sugestivo: “Falência da co-educação nas escolas médias?” (BARBERA, 31-32.)

O receio dos pais — compreenderéis facilmente ao ouvirdes o tristíssimo fato com que encerro esta crônica dolorosa que se poderia prolongar interminavelmente. (Cfr. N. 19.)

São graves estes males, gravíssimos. Mas ainda não esgotam os inconvenientes das escolas mistas. A educação deve preparar para a vida e o regime co-educativo, já o dissemos, contrário ao ideal psicológico dos dois sexos, não os prepara para as responsabilidades respectivas da vida social. Cedo ou tarde, portanto, esta violência artificial inferida ao desenvolvimento normal das duas psicologias há de produzir, na sociedade, um desequilíbrio orgânico que lhe pode ser fatal.

A co-educação prepara casamentos felizes? Nada menos certo. A felicidade conjugal é coisa muito diferente da boa camaradagem. A igualdade fictícia realizada pelo trabalho em comum prepara mal para a desigualdade natural dos encargos e das necessidades dos esposos no casamento. A antiga educação que sublinhava as diferenças e apelava para o espírito cavalheiresco do homem, era mais bem adaptada à realidade. Um artigo do *Atlantic Monthly* 1908: *Why American marriage fail*, assinado por uma pena feminina, responsabiliza o novo tipo da mulher americana pela decadência da felicidade conjugal.” (FÖRSTER, *L'école et le caractère*, Paris, 1923, p. 39.) Aí ainda outras citações.

É precisamente o que se observa agora nos Estados Unidos e o que constitui a mais séria das ameaças ao esplendor de sua civilização material. A mulher americana está abaixo de sua missão doméstica e social. São mulheres que não querem casar-se e as que se casam não têm forças para o cumprimento dos seus deveres conjugais. Aos fatos.

SIGFRIED, num livro recente sobre os Estados Unidos: “60 por cento das mulheres que passaram pelas escolas superiores não se casam e 36 % das que se casam não têm filhos. Assim 3/5 das mulheres (mais cultas morrem sem deixar descendência...”

É o suicídio lento da nação.

Multiplicam-se as celibatárias e os celibatários egoístas, parasitas nocivos que pululam nas civilizações decadentes, porque há celibato e celibato...

Multiplicam-se os celibatários e os que constituem família estão positivamente abaixo da sua elevada missão. O número de divórcios nos Estados Unidos é avultadíssimo e eleva-se de ano para ano numa progressão assustadora. Não há país no mundo em que a família revele sintomas de dissolução tão rápida e tão profunda... Estatísticas dos divórcios...

Nesta enorme cifra de divórcios, cerca de 2/3 ou 66 % são concedidos a pedido da mulher. Positivamente a co-educação não prepara para a vida: ou as mulheres perdem de todo a generosidade e o heroísmo necessário para vencer as dificuldades inevitáveis da vida conjugal, ou os maridos levam a sua deseducação a ponto de se tornarem literalmente insuportáveis. Num e noutra hipótese a decantada influência da co-educação para a adaptação psíquico-sexual é uma quimera, uma ideologia inconsistente. Os dois sexos ficam prejudicados e não se suportam...

Outro sintoma assustador e que é um fenômeno social que se relaciona com o que estudamos é o aumento da criminalidade de menores e adultos. Não há país no mundo onde as estatísticas criminais atinjam cifras tão elevadas. Citemos um ou outro algarismo.

Na grande cidade de Chicago, os relatórios dos tribunais — acusam de 1923 a 1924 um aumento de 42 %. Relativamente a 1919, esse aumento é de 180 %. Nos últimos 5 anos a criminalidade cresceu 15 vezes mais rapidamente que a população. Eis um pequenino quadro.

<i>Estados Unidos</i>	<i>Criminalidade</i>	
	1919	1924
Delitos — Embriaguez e desordens.	38.901	91.362
Delitos contra as pessoas	6.703	7.908
Delitos contra a polícia	6.266	7.541
Delitos contra a castidade e os bons costume	1.368	7.165
Delitos contra a propriedade	12.632	13.947

O aumento da criminalidade é um fenômeno social que depende de fatores muito complexos. Entre eles, porém, o lugar mais importante compete à formação da vontade; é, portanto, um problema de educação. Pela educação são solidariamente responsáveis a família e a escola. E aí encontramos de novo a responsabilidade da co-educação — nas escolas, incapaz de formar as vontades — mais tarde, incapaz de preparar moços e moças para a grandeza de sua missão doméstica.

A conclusão impõe-se com uma evidência esmagadora. Não nos deixemos deslumbrar pelo esplendor de uma civilização material. Muito ouro, muitos canhões, muito comércio e muita indústria não bastam para assegurar a felicidade e estabilidade de uma nação... Roma... Ora a crise moral que ameaça a grande República norte-americana é de uma importância que não escapa a nenhum dos seus grandes sociólogos. Se a criminalidade aumenta de ano para ano qual será o paradeiro da nação?... Nenhum povo pode existir sem a família, que é o grande viveiro humano. Multiplicam-se os celibatários, multiplicam-se os lares estéreis, — é o suicídio lento da raça... Grande dilema: ou voltar atrás ou caminhar para uma destas catástrofes históricas, em que desaparecem na corrupção e na esterilidade as grandes civilizações da Assíria e da Babilônia, da Grécia e de Roma.

Tais são as lições austeras da experiência. Em nenhum país a co-educação contribuiu para elevar a moralidade pública ou preparar os moços e moças para a sua missão na família e na sociedade. As conclusões da psicologia, da higiene e da moral são magnificamente confirmadas pelo veredito irrecusável dos fatos.

Que dizer, porém, dos co-educadores que apelam também, eles para a experiência e citam fatos e exemplos favoráveis

ao sistema que preconizam? Num exame imparcial não podemos eliminar *a priori* e sem análise os seus depoimentos.

Nada mais fácil do que explicá-los e conciliar as suas afirmações com as conclusões a que chegamos.

1.º) Entre os entusiastas da co-educação há um grupo, e não desprezível, dos que louvam o sistema porque diferem radicalmente de nós no próprio ideal pedagógico. “Resultados satisfatórios” chamam êles o que para nós é um sintoma de degenerescência. Vós conheceis a empresa gigantesca que na obra nefasta da desmoralização da mulher tomou sobre os seus ombros a coligação ativa de tôdas as altas forças militantes contra a Igreja. Os homens fazem as leis, as mulheres, os costumes. Enquanto as mulheres se conservaram fiéis ao seu ideal de família, a educação será moral e as forças dissolventes e negativistas encontrarão um baluarte inexpugnável. Daí o esforço convergente da maçonaria, do comunismo, do laicismo para desmoralizar a mulher. A maçonaria, que até os princípios dêste século se conservara refratária à introdução nas lojas do elemento feminino, fundou recentemente as “lojas da adoção”, destinadas à organização das mulheres a serviço do ideal maçônico. Todo o grande movimento social de modas, de romances e fitas com base de adultério, de liberdades “emancipadoras”, de propaganda divorcista — obedece a um plano geral de assalto à família e à dignidade da mulher. A escola leiga e a escola co-educativa inspiram-se no mesmo programa. Vêde HERRIOT na França... Compreende-se facilmente que, para a realização dêstes objetivos, a co-educação é um meio efficacíssimo. Somos os primeiros a concedê-lo... Quando virdes, portanto, grandes elogios à co-educação — indagai antes das convicções religiosas, do programa social, do ideal humano a que o autor consagrou as energias de sua atividade.

Nem todos os defensores da co-educação, já se vê, entram nesta primeira categoria. Temos, portanto, ainda um grupo

de pedagogos que nos falam em nome da experiência e cujas afirmações convém examinar.

Examinemo-las imparcialmente. Submetendo-as à análise de uma crítica serena, observamos para logo que quase todos ao defenderem o regime apelam para resultados ou muito vagos ou secundários e de somenos importância. Um diretor, citado por FÖRSTER (*L'école et le caractère*, p. 37) falando em nome de “10 anos de experiência”, afirma que a co-educação dá às moças “uma natureza mais livre e mais ativa.” Muito vago. Que se entende, bem em concreto, por uma natureza mais ativa? E a atividade das moças deve desenvolver-se na mesma orientação que a dos homens? ROUMA, resumindo as suas observações feitas numa escola mista por êle dirigida em Sucre (Bolívia), afirma que os jovens se tornaram mais sociáveis, ganharam em correção exterior, as moças perderam a sua timidez e frivolidade e ganharam em independência; uns e outros perderam êste sentimento de mal-estar romântico que faz ver um sexo ao outro sob o ângulo de uma idealização misteriosa.” Relações análogas nos depoimentos reconhecidos por BURNES num inquérito por êle levado a efeito nas escolas mistas da Inglaterra. (DE LA VAISSIÈRE, p. 295.)

Tudo isto deixa intato o âmago da questão. Não negamos absolutamente que sob a direção de um professor hábil se possam tirar algumas vantagens do sistema co-educativo. No ponto de vista da disciplina e da instrução a presença simultânea de meninos e meninas pode ser estímulo a uma emulação que, bem dirigida, contribuirá para a maior ordem nas aulas e maior aplicação nos estudos. Mas êste é um resultado imediato, obtido à custa de bens maiores, da própria finalidade da educação. O professor ou a professora congratulam-se de um progresso mais rápido, de exames mais brilhantes e preconizam o processo co-educativo — mas estas meninas, submetidas, durante o período crítico do desenvolvimento, contra todos os preceitos da higiene, a um trabalho

exaustivo, amanhã depauperadas no sistema nervoso com as conseqüências em todo o metabolismo orgânico, se acharão inferiores às responsabilidades da vida. A diretora do colégio que não vê senão o êxito imediato, continua a enaltecer o seu sistema misto, mas o fim da co-educação ficou irremediavelmente comprometido.

A correção exterior apregoada por alguns, infelizmente pode co-existir com a mais profunda depravação moral. E esta depravação pela sua própria natureza e pelo pudor natural dos jovens que os levam a dissimular habilmente a pais e professores as devastações íntimas da sua alma, escapa quase sempre às observações superficiais de inspetores e diretores de colégios. De quando em quando, um grande escândalo, como o relatório há pouco, traz à luz da publicidade a corrupção que lavrava subterraneamente sob as aparências enganadoras de uma tranqüilidade superficial e de uma correção de modos irrepreensível. E aí tendes a chave para interpretar a quase totalidade dos depoimentos favoráveis à co-educação. Os observadores referem-se às aparências escolares e disciplinares. A deformação do tipo psicológico que só se faz sentir na inadaptação social dos sexos à sua missão na família; as desvantagens higiênicas que vão manifestar-se em desequilíbrios orgânicos da idade adulta; as ruínas morais obstinada e cuidadosamente veladas por uma vergonha facilmente compreensível — tudo isto — que é grave, que é gravíssimo, que é tudo na educação, por sua mesma natureza foge ao exame superficial de quase todos os que, olhando de fora, vêem na co-educação o segredo de amaneirar as rudezas masculinas e desencolher os acanhamentos femininos.

Como se a grande necessidade social dos nossos dias — à qual deve mirar principalmente a pedagogia moderna — fôsse desembaraçar os moços diante das moças e vice-versa.

Outra categoria de co-educadores há que usam de um estratagemma muito hábil. Resumem em poucas linhas os

inconvenientes da co-educação e as reservas impostas pela psicologia, pela higiene e pela moral — que não podem sinceramente ocultar — depois espriam-se em intermináveis páginas inspiradas num otimismo ingênuo e em idílios românticos sobre os benefícios — ideais e possíveis — da co-educação. Resultado final: as reservas apagam-se facilmente na memória do leitor; o panegírico sustentado sempre em tom maior grava-se profundamente na alma.

Exemplo típico desta polémica — que não ousaria chamar sincera, dá-nos AD. FERRIÈRE, num opúsculo recente sobre a *co-educação dos sexos*.

O autor começa por um quadro de côres justamente carregadas sobre a “crise da família”. Passando a investigar as causas, aponta duas: a dispersão da vida moderna e a educação unilateral dos sexos. Solução da crise: a co-educação... (E a experiência: qual o país do mundo em que a co-educação contribuiu para a elevação moral da família? Silêncio!)

Depois de estender-se por mais de 50 páginas sobre a eficácia pedagógica do regime co-educativo, resume numa só página as condições indispensáveis ao seu êxito.

1.º) A *co-educação* não é praticável senão nas escolas ativas. Nos nossos ginásios e liceus, onde se estudam as disciplinas, obedecendo a um programa, a co-educação é um erro. (P. 7.) “Il est certain que faire étudier des jeunes filles dans des lycées de garçons est une aberration psychologique...” Portanto, a co-educação praticada até aqui foi um erro. A escola ativa — quando fôr aplicada com êxito aos estudos secundários, resolverá o problema...

2.º) Excluir a tempo, desde a idade em que são ainda inofensivos, da vida em comum dos estabelecimentos co-educativos “todos os elementos que não se lhe adaptam ou aos quais não convém a co-educação.” (P. 61.) Como conhecer êstes elementos com certeza antes de serem inofensivos?

Com que facilidade um corruptor se pode ocultar longo tempo sem ser descoberto...

3.º) No instituto co-educativo não há lugar senão para diretores e professores excepcionais que, à preparação técnica especializada, aliem o raro dom natural de um tato psicológico. "O faro psicológico é sempre útil a um educador sério; numa escola mista é indispensável." (P. 61.)

Que numa escola — ainda ativa — não se elimine a tempo um elemento pernicioso — e o que é mais fácil — que nela haja algum professor que não seja exímio — e eis comprometido o êxito da co-educação. Estipular estas cláusulas que outra coisa é senão declarar — praticamente — irrealizável um sistema pedagógico, que em faltando uma delas pode levar — os alunos e alunas — a um desastre irreparável? Para que então escrever um opúsculo para inculcar como grande remédio aos males gerais da sociedade um método pedagógico que não é feito para as condições do nosso mundo sublunar?

Em faltando porém a reflexão do leitor — pouco crítico — o que prevalece é a impressão do panegírico...

E aí tendes como conciliar a oposição aparentemente irreduzível de partidários e adversários da co-educação a apelarem para as lições da experiência.

Não; os fatos interrogados com sinceridade e analisados com crítica fina e perspicaz que distingue o acessório do essencial, o passageiro do estável, e classifica os resultados pedagógicos segundo a escola dos seus valores essenciais, confirmam, numa perfeita convergência de luzes, as conclusões da psicologia, da higiene e da moral.

Terminemos lembrando que a co-educação é em muitos dos nossos contemporâneos uma das manifestações de um estado de espírito que se vai generalizando nas esferas que se vão subtraindo à influência salutar do cristianismo. Fora da Igreja católica, pouco e pouco, vai empalidecendo do seu primitivo fulgor o grande ideal da pureza. As almas anê-

micas, sem os recursos de uma moral elevada e as forças de uma vida espiritual digna do homem, capitulam vergonhosamente ante o assalto das paixões e aceitam, sem protestos, o jugo humilhante de sua tirania. Por uma necessidade psicológica de unificar a inteligência e a vida, incapazes de elevar a vida ao nível superior da inteligência, rebaixam a inteligência às degradações de uma vida decadente. E os literatos e sociólogos improvisados tentam elevar à altura de princípios as desordens dos costumes. "Nenhuma liberdade, nenhuma indiscrição os amedronta; tomam desassombadamente o partido da desordem — porque o destino das almas não lhes interessa." "Renunciam de antemão às mais belas vitórias das virtudes." E não podendo ou não querendo ser castos, contentam-se com salvar as aparências, com vulgarizar a higiene do vício, para separar o egoísmo do prazer que lhes é ideal na vida, das terríveis sanções que a natureza inflige aos transgressores das leis que a conservam.

"A Igreja conhece melhor do que êles a fragilidade com que devem contar as almas. Inquieta-se e desvela-se em protegê-la com as suscetibilidades de mãe. Ela sente-se responsável da imensa multidão dos fracos, que não se resigna a sacrificar ao orgulho e à pretendida imunidade dos fortes." (DUTOIT, *Chrètiennes ou païennes*, p. 130.)

Trabalhando assim com a perseverança e eficácia de que só ela possui o segredo, para elevar a pureza das almas e conter as revoltas violentas das paixões nas fronteiras do dever, ainda uma vez a Igreja nos assegura, com o domínio do coração, a dignidade da vida.

CO-EDUCAÇÃO DOS SEXOS

IV

(Aspecto psicológico)

Retalhos de outras conferências

Na 1.^a reunião geral da Associação de Professores Católicos.

Rio, 19-V-932.

Todos os problemas educativos apresentam no domínio da realidade concreta uma complexidade orgânica que às vezes mal deixam entrever as simplificações dos nossos processos científicos de análise. Não há, portanto, julgar com acerto o valor de um método pedagógico sem o considerar sob tôdas as suas conseqüências, sem lhe balancear sinceramente tôdas as vantagens e inconvenientes.

A condição mesma do nosso conhecimento, limitado e abstrativo, impõe-nos a necessidade de encarar sucessivamente as várias faces de uma questão. Com a profundidade de uma única intuição não esgotamos a cognoscibilidade das coisas. Somos obrigados a analisá-la, isto é, a decompô-la, parte por parte, até os seus últimos elementos, que então examinamos por miúdo para melhor os conhecermos. A fim de vermos bem precisamos ver de perto, mas para ver de perto limitamos necessariamente o nosso campo visual.

A análise impõe-se destarte como uma condição do conhecimento sólido e exato, mas nem por isso deixa de encerrar os seus perigos. Se não a completa depois a síntese, na unidade de uma visão de conjunto, se tôdas as peças desmontadas para as minúcias do exame analítico não as reunimos depois na integração do todo, deformamos a realidade diminuindo-lhe a riqueza e rompendo-lhe a harmonia do seu equilíbrio total.

Em poucos assuntos talvez terão tanta oportunidade de aplicação estas advertências óbvias de metodologia científica, como no que ora nos preocupa. Submeter ambos os sexos ao paralelismo dos mesmos processos educativos — na identidade dos mesmos programas, sob o regime dos mesmos pro-

fessôres, na continuidade da mesma convivência da vida escolar — evidentemente não poderá deixar de ter repercussões sérias, de ordem psicológica, higiênica, moral e social, no desenvolvimento dos educandos. Um juízo definitivo sobre o valor pedagógico da co-educação só poderá ser dado depois de um estudo sério, sereno e imparcial do problema em todos os seus aspectos.

Enunciar estas condições de um juízo prudente e definitivo sobre a viabilidade do regime co-educativo é o mesmo que confessar a impossibilidade de as preenchermos na estreiteza de alguns minutos.

Para não divagar em generalidades imprecisas focalizemos apenas um destes aspectos: o aspecto psicológico, de ordem puramente científico, experimental, positivo. E tratemo-lo com uma brevidade esquemática.

O homem e a mulher pertencem ao mesmo tipo psicológico? Estes tipos são naturais, indestrutíveis, ordenados ao exercício de funções naturais diferentes? Se assim é, a sua conservação é uma exigência da natureza, indispensável ao desenvolvimento harmônico das faculdades no indivíduo, à felicidade da família e ao progresso social. Um regime pedagógico, com títulos científicos, deverá necessariamente amoldar-se a esta diversidade, irreduzível e benfazeja, única em harmonia com a evolução natural das aptidões dos meninos e das meninas.

Ora, a psicologia positiva prova exuberantemente que o homem e a mulher representam dois tipos *psicológicos distintos, naturais, dominantes, harmônicamente complementares*. É o resultado convergente a que chegaram os observadores nos seus estudos sobre a psicologia feminina. HEYMANS, RÖSSLER, ZANTA, GINA LOMBROSO, THOWEIGNON, MARGUERITTE, FERROY, homens e mulheres estão neste ponto de acôrdo.

Desde a escolha dos jogos e dos divertimentos infantis até ao próprio modo de se aplicar aos diferentes estudos, as

observações científicas mais acuradas acusam uma descontinuidade total nos dois tipos.

Na atividade *intelectual*, o homem é mais inclinado à abstração, a mulher é mais intuitiva; o homem compraz-se nas idéias gerais; a mulher no conhecimento concreto, diminuto das coisas; as associações masculinas são por continuidade; as femininas por contiguidade no espaço e no tempo; “o homem, diz HEYMANS, sintetiza no ponto de vista lógico; a mulher no ponto de vista sentimental e estético.” Daí — desta inclinação natural ao pensamento concreto, particular, pessoal, intuitivo, a aptidão da mulher para ver, observar, apañhar os pormenores e minudências das coisas; daí ainda a sua predileção por certos estudos que mais requerem a aplicação destas qualidades.

No ponto de vista *afetivo*, GINA LOMBROSO resumiu com muita propriedade as tendências fundamentais que extremam os dois sexos. (*L'ame de la femme*, p. 22.)

Estamos, portanto, em presença de dois tipos psicológicos distintos e mais ainda *naturais*. Não são o resultado de influências particulares de uma época ou de um país; desde os tempos mais remotos, acessíveis à nossa observação, em todos os povos, sob a imensa variedade dos costumes e das civilizações, encontra-se a diversidade fundamental, irreduzível dos dois tipos. Se a quizerdes verificar, de uma maneira rápida, percorrei as grandes heroínas de tôdas as literaturas, sagradas e profanas, os grandes tipos femininos da Bíblia, de HOMERO, ou de VIRGÍLIO ou dos grandes poetas e romancistas modernos; substituí Ruth ou Noémia, Marta ou Madalena, a Lucia de MANZONI ou a Rebeca de WALTER SCOTT por homens e disse sinceramente se as personagens assim obtidas não seriam ridículas e monstruosas. (GINA, p. 22.)

São tipos *naturais* porque destinados pela natureza ao exercício de funções próprias e irreduzíveis, indispensáveis à conservação do gênero humano. A diferença de sexos não é uma criação acidental, variável, contingente como esta ou

aquela forma de civilização; é uma necessidade natural, é um fato primitivo, com a sua finalidade própria traçada pela própria natureza das coisas. O tipo psicológico feminino é todo ordenado ao desempenho da função natural da mulher: a maternidade, que é essencialmente uma missão educadora, uma missão de caridade. Para o desempenho perfeito desta vocação nobilíssima, de que depende a conservação e o aperfeiçoamento do homem, a natureza enriqueceu-a de todas as aptidões que acabamos de enumerar. Todo este alterocentrismo, esta tendência para viver em outrem que se ama e de quem se quer ser amado é uma obra-prima de finalidade inteligente. Na constituição da família é ela que permite a união completa da vida dos esposos, na identidade de um mesmo ideal, é ela quem assegura uma atmosfera natural de afetos, que nenhuma arte pode substituir, a possibilidade do desenvolvimento, da educação e do aperfeiçoamento humano dos novos indivíduos em quem a chama da vida se reacende quando começa a empalidecer nos que declinam para a velhice. É pois a função materna que, "consciente ou inconscientemente, sintetiza todas as tendências femininas e domina até as atividades que em aparência menos se acham em relação com ela." (DE LA VAISSIÈRE. VERGINA LOMBROSO, pp. 237-238.)

Não há na vida intelectual e afetiva uma nota que na mulher não vibre com um timbre todo seu, acompanhada de harmonias diferentes do homem.

Demos um passo além, e verifiquemos que estes tipos psicológicos distintos, naturais, são também complementares. Na família a mãe não é uma duplicata do pai ou vice-versa. Não; como são diversas as funções, diversas são outrossim as aptidões, mas convergentes na harmonia de uma unidade integral. Completando-se mutuamente para a felicidade recíproca de ambos, os esposos integram-se ao mesmo tempo como princípio educativo completo. E nas famílias onde a morte ceifa prematuramente o pai ou a mãe, no vazio impreenchível

que então se abre, melhor se sente a necessidade desta convergência admirável para a formação perfeita, física, moral e intelectual dos filhos. O verdadeiro educador não é o pai, não é a mãe, é a harmonia de ambos,

A conservação, formação e desenvolvimento integral dos dois grandes tipos é, portanto, uma condição essencial para o bem da humanidade. Antes de tudo para os indivíduos, tanto para o homem quanto para a mulher, que "tanto mais se sentirão atraídos um para o outro, quanto menos se assemelharem e mais se completarem. Para o bem das famílias cuja estabilidade, harmonia e eficiência educadora é proporcionada à integração orgânica e vital das forças espirituais que a condicionam. Para o bem das sociedades, resultante natural da felicidade dos indivíduos, da constituição normal das famílias, do desenvolvimento progressivo das riquezas psicológicas que a natureza depositou em cada uma das metades do gênero humano.

A conclusão que daí deriva para a educação impõe-se por si mesma. Partindo de idéias filosóficas e religiosas diferentes, os pedagogistas divergem em assinalar o fim último da educação. Nenhum, porém, que pretenda alcançar o seu desiderato por outra via que não a de favorecer o desenvolvimento harmônico das faculdades humanas.

Para realizar este objetivo da formação da personalidade, o ideal — ideal nem sempre realizável — fôra instruir, educar, adaptando-se às exigências singulares de cada indivíduo. *Erziche, unterrichte individuell*, dizem os alemães. Estudar em cada aluno as suas aptidões especiais, os seus recursos de inteligência e de vontade e desenvolvê-los equilibradamente de modo que cada psicologia desse o máximo de seu rendimento para a própria perfeição e para o bem social. Um homem na sua vocação vale dez fora dela. Ora, o que nem sempre é possível na sua atuação completa, não deixa de permanecer como permanece o ideal da pedagogia, realizável na medida dos progressos da nossa civilização. Se

uma profissão exige qualidades psicológicas mais especializadas, os que a ela se destinam começam bem cedo a submeter-se a um regime pedagógico especial. Tal a origem dos colégios militares. Ora, o que se verifica para tipos psicológicos adquiridos e acidentais vale infinitamente mais para a formação dos dois grande tipos naturais — o masculino e o feminino — que se acham em descontinuidade adaptada ao exercício de funções naturais irredutíveis. Acrescente-se ainda que a pedagogia moderna tem pôsto em singular evidência a noção de *interêsse*, capital na escola ativa. Ora, sendo diversos os ideais dos dois sexos, diversos são também os seus interêsses e diversa a sua evolução. As observações puseram esta diversidade em relêvo a propósito dos jogos, dos temas de composição, dos elementos de cada disciplina que mais impressionam.

Eis os princípios de psicologia positiva que o regime de co-educação desconhece e violenta. Submeter ao mesmo paralelismo educativo — com o regime das mesmas aulas, dos mesmos professôres, com os mesmos métodos e programas — é pretender nivelar o que deve ser diferente, é impedir que cada sexo realize a plenitude do ideal que lhe é próprio e para o qual o dotou a natureza de aptidões particulares. A harmonia de um acorde não se obtém aproximando uma nota da outra, mas conservando a cada uma todo o seu valor musical, o seu número de vibrações, isto é, a sua altura definida, límpida, precisa.

Não esqueçamos a ordem essencial dos valores. Antes de sermos políticos ou literatos, poetas ou oradores, o que importa essencialmente é que os homens sejam homens e as mulheres, mulheres. Quanto mais viril fôr o homem, quanto mais feminina a mulher, mais rica será a sociedade conjugal em elementos psicológicos de aperfeiçoamento humano. A êste ideal deve mirar tôda a pedagogia que pretende fundar-se numa base real, científica, psicológica. O estudo dos aspectos higiênico e moral do problema levar-

-nos-ia com mais evidência ainda à identidade da mesma conclusão. Que cada uma das grandes metades do gênero humano receba com gratidão o tesouro de qualidades psicológicas que lhe liberalizou a Providência e com sentimento de responsabilidade indeclinável o cumprimento de sua missão na vida; que a educação, especializada em harmonia com as exigências inconfundíveis das psicologias masculina ou feminina, prepare os jovens de um e outro sexo ao desempenho de seus deveres essenciais — é a ordem da natureza, é a expressão da vontade de Deus, fora da qual os seres não podem atingir com a plenitude de sua perfeição a paz da própria felicidade.

ESCOLA ATIVA

Educação da inteligência

Resumo da anterior — educação dos sentidos.
A escola ativa e a formação da inteligência.
Atividade intelectual. No juízo — no raciocínio.
Necessidade da atividade pessoal do aluno.
Se assim se forma o homem. — Análise do conceito de formação.
Faculdades de tendência — espontaneidade.
Quadro sinóptico.
Precursores católicos da escola ativa:
S. Agostinho, S. Tomás, Fénelon, Dupanloup, Newman.
Conclusão — *Visão de Roma*.

S. M. D. J.

As professoras do "Sacré-Cœur", 14-VII-1932.

O desenvolvimento da atividade espontânea e educativa é condicionada por um ambiente em que as faculdades se possam exercer em conformidade com as leis de sua natureza. Conhecer a estrutura psicológica da criança e do homem, nas diferentes fases de sua evolução, é o primeiro dever do educador.

Adaptar a escola às exigências desta evolução natural é o segundo. Só assim não se cava um abismo entre a escola e a vida, e o aluno, ao atravessar os umbrais de um estabelecimento de ensino, não deixa as realidades em que viveu e em que há de viver para respirar a atmosfera artificial de uma estufa, onde levam uma existência enfezada e raquítica as plantas que a curiosidade do homem arrancou ao seu clima nativo.

A nossa estrutura psicológica é complexa: nós somos um feixe de atividades; atividades de conhecimento e atividades de tendência e realização. Colocá-las tôdas nas condições mais favoráveis do seu desenvolvimento; conservar, entre elas, a proporção bem equilibrada de justa harmonia não é tarefa tão fácil.

Na nossa exposição, necessariamente fragmentária e progressiva, sujeita às delongas da análise, começamos pelas faculdades do conhecimento e, na última palestra, ocupamo-nos principalmente do conhecimento sensível. É o que nos põe em contato imediato e direto com a realidade exterior; é o princípio de todos os outros conhecimentos, ainda os mais elevados. Seu objeto são os corpos que nos cercam com as suas diferentes propriedades. Seus órgãos são os sentidos — externos e internos. A lei que lhes nega a

atividade cifra-se nos três momentos: objeto, imagem, palavra. O conhecimento sensível, próprio e perfeito, é determinado pela presença imediata do respectivo objeto; forma-se assim uma imagem que o representa; ao objeto assim conhecido associamos depois uma palavra que o exprime, para as necessidades das nossas comunicações sociais.

As conseqüências pedagógicas que daí derivarem para a educação sensorial resumem-se na necessidade de alargar; quanto possível, a base experimental dos conhecimentos da criança, pondo-a na presença dos objetos mais familiares e indispensáveis à vida, e evitando, como erro de capital importância, a inversão natural da ordem: objeto, imagem, palavra. Todo o ensino constituído por palavras, às quais, na imaginação infantil, não corresponde uma imagem própria, haurida do próprio objeto que representa, é ensino verbalista, artificial, que poderá talvez ficar arquivado na memória, mas será inútil para a vida. O desenvolvimento e a generalização do *ensino intuitivo* é a primeira aplicação deste princípio. Enriquecer a escola de objetos, facilitar quanto possível o contato dos alunos com a natureza e a arte, é condição de um ensino positivo, útil e real. Não basta, porém, que os olhos entrem em atividade; ao lado da intuição, para completá-la, é indispensável a *atividade manual*. E trabalhando com a matéria, é esforçando-se para vencer-lhe as resistências e dominá-la, pondo-a dócilmente a seu serviço, que a criança aprende realmente a conhecer-lhe as propriedades de um modo útil e pessoal e duradouro.

Estas observações, como vêdes, referem-se principalmente à atividade cognoscitiva dos sentidos e têm a sua aplicação geral mais ampla nos primeiros anos da formação infantil. Uma psicologia materialista põe aqui o ponto final. Para esta concepção acanhada da nossa vida psíquica, com imagem e associação de imagens e em pensamentos completos resume-se toda a nossa atividade de conhecimento. E alguns defensores da escola ativa, mais ou menos conscientemente

dominados pelas ideologias materialistas de Carl Marx e pelo exclusivismo de atividades econômicas, parecem não ver nos processos da nova pedagogia senão o meio mais eficaz de formar bons operários e de preparar as massas sociais para o advento da dominação exclusiva do proletariado no regime comunista. Pondo-se assim como adversários da cultura superior e da vida mais alta do espírito, êstes advogados imprudentes foram dos que mais contribuíram para comprometer a causa que defendem. Daí a energia com que outros — de visão mais larga e mais exata — têm insistido neste ponto para dissipar equívocos.

“A conclusão evidente a tirar do que precede é esta: deve dar-se à criança a ocasião de trabalhar com o corpo e com as mãos. Foi a primeira idéia do criador da escola ativa. Foi a idéia exclusiva de alguns dentre êles. E esta foi a origem do equívoco que ainda se perpetua segundo o qual a escola ativa seria exclusivamente uma escola de trabalho manual, ou pior, uma escola que se insurgiria de propósito contra a cultura do espírito.” Ad. FERRIÈRE, *École active*, p. 16.

A escola ativa não é pragmatista no sentido extrito do termo. Para ela a atividade econômica não terá nunca a primazia sobre a atividade do espírito, nem a das mãos sobre a inteligência... ela não esquece que a forma mais alta da ação é o trabalho de pensamento. P. 11.

O trabalho manual, convém repeti-lo, não tem valor se não se põe a serviço da educação do espírito. P. 68.

Com efeito, é esta atividade superior da inteligência que especifica e nobilita o homem; é por ela que nós nos elevamos acima do mundo material que nos cerca; por ela que traçamos para a nossa vida as grandes linhas diretrizes da sua atividade moral. No mundo sensível das imagens tem a inteligência o seu ponto de partida, a base positiva e experimental dos seus conhecimentos; mas daí eleva-se ela ao mundo de realidades mais puras, uma ordem inacessível ao alcance

dos sentidos. Faculdades orgânicas vinculadas por sua própria natureza a um *sensorium* ou órgão material, os sentidos não atingem senão o concreto e o singular, os corpos que nos cercam na sua realidade material. O resultado da sua atividade é, como vimos, uma imagem, isto é, uma representação concreta e determinada de objeto concreto e determinado. E estas imagens nós as associamos umas às outras segundo as leis de contigüidade no espaço e no tempo. Com a inteligência rompemos estes limites estreitos da natureza e elevamo-nos à univiersalidade do espírito. Esta forma superior de conhecimento manifesta-se em três operações de complexidade crescente: o *conceito*, o *juízo*, o *raciocínio*.

O conceito ou idéia é uma representação das cousas, desprendida do espaço e do tempo, pondo-nos em contato com o que elas têm de permanente e essencial. Enquanto os olhos vêm este ou aquêlê triângulo com estas dimensões determinadas, situadas neste momento do tempo e nesta posição no espaço, a inteligência abstrai a idéia geral do triângulo e sôbre ela constrói tôda uma geometria que se aplicará depois a todos os triângulos: homem, imagem e idéia.

O *juízo* é a afirmação de uma conveniência ou inconveniência entre duas idéias. A inteligência compara-as, verifica que entre elas há ou não identidade e une-as pela afirmação ou separa-as pela negação. Ex.: a psicologia é uma ciência — o leão não é uma ave — sua expressão verbal é a proposição — sujeito e predicado.

O *raciocínio* é a inteligência em marcha conquistadora de novas certezas. As verdades vão se concatenando umas às outras, prendendo-se com nexos lógicos; dos princípios derivam-se as primeiras conclusões; estas, uma vez demonstradas, servem de ponto de partida para novas deduções e assim se vai alargando o campo dos nossos conhecimentos demonstrados prendendo-se uns aos outros com a travação rigorosa das consequências necessárias. Em cada demons-

tração particular da razão de como das premissas deriva logicamente a conclusão; em cada ciência como se articulam as suas deduções com os seus princípios racionais ou experimentais; no complexo universal os nossos conhecimentos como tôdas as verdades parciais e as conclusões das ciências particulares se fundam harmoniosamente numa visão do universo e da vida, sólida, racional e coerente. É a inteligência no exercício da mais elevada de suas funções, e na maturidade completa de seus desenvolvimentos. Aqui cabe o célebre texto de Pascal: "O homem visivelmente foi feito para pensar; nisto se resume tôda a sua dignidade e todo o seu merecimento; e todo o seu dever consiste em pensar bem."

O pensamento abstrato desabrocha na criança mais cedo do que se pensa: "Uma criança pergunta: Que é que existia antes do mundo? Respondem-lhe: — Deus. — E antes de Deus? — Antes de Deus, não havia nada. — Havia, replica ela, havia o lugar em que Deus está. — Já é uma noção abstrata do espaço. Outra, esta uma impertinência, mas inteligente. Uma criança a quem a mãe passa uma repreensão interminável: — Mamãe, Deus sabe porventura quando vais acabar? Noção abstrata do tempo." *Pour bien elever nos enfants*, p. 40.

São os primeiros esforços de abstração. Em geral, porém a criança não começa a interessar-se pelos conhecimentos abstratos senão numa idade avançada, lá pelos 10 ou 12 anos e só depois dos 15 ou 18 é que a razão vai amadurecendo e nascem os interesses pelos grandes problemas filosóficos.

Não descêremos em particular sôbre o modo de formar a inteligência; seria entrar na didática das diferentes disciplinas. As matemáticas, as ciências experimentais, a história e a filosofia oferecem oportunidades diferentes de desenvolver os vários aspectos da atividade intelectual. As ciências positivas, com o estimular faculdades de observação, ensinará também a induzir e generalizar partindo do conceito particular. As matemáticas com o rigor de suas de-

monstrações disciplinarão o raciocínio dedutivo. A filosofia rasgará os horizontes das grandes sínteses e robustecerá a envergadura das asas para os vãos mais altos do espírito humano.

O que porém em tôdas as disciplinas como meio capital para a formação da inteligência preconiza a verdadeira pedagogia é o exercício da *atividade pessoal* do aluno. O que na formação dos sentidos e do pensamento concreto era a atividade manual, é aqui na formação superior da inteligência a atividade espiritual.

A atividade sempre, como condição essencialmente educadora, adaptada, porém, aqui e aí, à natureza das faculdades que se devem desenvolver vitalmente com o seu exercício funcional. Contraste, portanto, em tôda a linha, à memorização que adormece a inteligência numa inércia esterilizadora. Nas ciências físicas e naturais não se decorem mecânicamente as definições, mas se formulem bem por uma indução real em que o aluno, examinando e comparando os casos concretos, vá abstraíndo o que é comum a todos para lhes dar depois a expressão abstrata, científica, universal. Exemplo: Noção da densidade, peso específico. Nas ciências dedutivas — Matemáticas — que o aluno, se não chega pessoalmente a mostrar, por uma invenção sua, a verdadeira demonstração, pelo menos com a sua atividade racional vá refazendo o processo demonstrativo de modo a chegar pessoalmente à conclusão como se êle próprio a houvera descoberto. Numa palavra, é preciso que o aluno *pense e pense por si*. O professor não deve pensar antes dêle ou por êle, mas despertar a atividade intelectual do aluno, orientá-la, corrigi-la, onde fôr mister, não suprimi-la ou substituí-la. O próprio método socrático — de perguntas e respostas, — pode muitas vèzes — quando é aplicado sem discernimento — simular apenas uma atividade do aluno, na realidade disfarçar, com uma aparência enganadora, uma inércia passiva da inteligência que se contenta com dar

as respostas que já lhe são sugeridas na pergunta do mestre. O método socrático revela uma atividade real quando se invertem os papéis, e as interrogações não partem do professor mas do aluno que se quer desvencilhar de embaraços encontrados nos caminhos de suas excursões intelectuais. Escola em que os alunos interrogam muito, é escola ativa, é escola em que as inteligências se vão desenvolvendo esparçosamente.

Só assim é que a escola contribui eficazmente para a *formação* do homem que é o fim de tôda a verdadeira educação. Formar, no seu primeiro sentido material, é plasmar, dar uma forma a alguma cousa. Transferido para a ordem dos valores espirituais a palavra formação (*Bildung*) assimilou alguns elementos das outras expressões mais antigas — erudição e cultura do espírito, — e hoje tem ou pelo menos deve ter um significado mais preciso. Formar tem de comum com o ensinar a comunicação de um conteúdo espiritual; mas enquanto o ensinar visa apenas uma aquisição de conhecimentos e habilidades, o formar importa ainda uma elaboração livre, espiritual e fecunda das matérias aprendidas. A posse de um objeto pelo ensino equivale à sua contribuição para o aumento de saber; a sua posse pela formação é o aumento com que êle contribui para a plasticidade do espírito. O aprendido fica sujeito ao esquecimento, o que se adquiriu por formação permanece ainda quando os seus elementos materiais desapareceram, como os andaimes de uma construção; lá se tratava de uma propriedade, de uma posse; aqui de um hábito, de um feitio da personalidade. A formação, portanto, entra a constituir um fator de nossa individualidade ao lado da índole, do temperamento, do talento, distinguindo-se destes traços naturais por ser um produto da liberdade. Formação é fruto do *trabalho*, e do trabalho do próprio sujeito em oposição ao trabalho em colaboração com outros. Formar-se é assimilar por livre atividade própria um conteúdo, um patrimônio espiritual (*quasen*

ad verbum de Willmann, Didaktik, Einbertung, II, 9; é análise clássica do conceito de Bildung), todo este patrimônio intelectual, moral, religioso, que representa toda a riqueza da nossa civilização humana e cristã, e cuja apropriação pelo esforço livre de cada indivíduo constitui a condição essencial do seu pleno desenvolvimento humano.

Na medida da sua formação, tomada em toda a amplitude deste significado, o homem terá realizado o seu ideal de homem; na medida em que conseguir assim formá-lo, a obra educativa terá atingido a sua finalidade primordial; na medida em que fizer apêlo ao exercício da atividade pessoal da criança e do jovem, a educação terá lançado mão do meio, singular e insubstituívelmente formador do homem.

Atividade, portanto, do educando, atividade dos sentidos no contato imediato, na experiência direta dos objetos, atividade da inteligência no exercício das suas multiformes funções de generalizar, julgar e raciocinar — eis o que requer toda a pedagogia para o desenvolvimento das nossas faculdades de *conhecimento*. Conhecimento das leis que presidem ao seu *desenvolvimento* e atividade; submissão dócil a estas condições naturais.

Ao lado, porém, das faculdades cognoscitivas, temos as faculdades de inclinação ou tendência. Com o conhecimento nós reproduzimos em nós, de modo original, o mundo dos objetos; com as nossas faculdades apetitivas tendemos a agir neste mundo a realizar algo fora de nós. É uma das finalidades essenciais do conhecimento é permitir a nossa adaptação ao mundo das realidades que nos envolvem e orientar as nossas ações pelas exigências da verdade.

Aqui, a psicologia mais recente, depois de uma longa odisséia de erros e extravios, volta a encontrar as doutrinas fundamentais da velha escolástica. A alma é essencialmente ativa; não é esta folha branca de Locke em que se pode escrever o que se quer; não é este edifício de imagens e representações de HERBART, regido por lei mecânicas de asso-

ciação; é um princípio dinâmico, um campo de força de elevado potencial.¹ Há no fundo de nós, um *fieri* de tendências, de instintos, de impulsos surdos, que, por vezes, emergem das trevas do inconsciente ou das penumbras do subconsciente, ou que mesmo, sem aflorarem à tona, lá de suas profundezas estimulam a nossa atividade. Todos estes impulsos que se prendem ao impulso fundamental de viver (FRED, YUNG, ADLER) são outros tantos centros de força e, como tais, ativos: e a alma, princípio último e raiz de todos eles, é imediatamente dinâmica e princípio de ação. A aplicação à pedagogia destas conquistas psicológicas é o último fundamento da escola ativa. A criança traz em si um surto vital — encontramos aqui a expressão predileta de BERGSON — *élan vital* — surto que não aspira senão à sua expansão livre para realizar-se. Neste surto, há um apetite de viver e de saber. Educar portanto não é sobrecarregar de noções impostas à inércia de uma passividade receptiva; é colocar a vida em flor num ambiente em que ela possa espontaneamente desabrochar; é subministrar a este apetite o alimento que este pede para nutrir-se. Respeito portanto à liberdade da criança; respeito à espontaneidade de seu arranque para a vida. Que na educação a iniciativa passe do mestre para a criança. A escola não é uma orquestra, cujas figuras afinam o ritmo dos seus movimentos pela uniformidade da batuta do mestre. O compasso que regula o ritmo educativo é o aluno que o marca; o professor observa-o, acompanha-o, coadjuva, mas não substitui a sua personalidade e personalidade das crianças, nem a comprime na estreiteza de programas rígidos, de regulamentos inflexíveis, de disciplina autoritária e ditatorial.

Uma palavra, iniciativa, espontaneidade, liberdade são outros tantos requisitos essenciais para uma educação racional e, portanto, outras tantas exigências imperiosas da

¹ *Lehr. Pädagogik, Aktivität.*

nova pedagogia. Entramos aqui num campo mais delicado, mais complexo e mais exposto à possibilidade de equívocos graves e funestos. Ao lado de justas reivindicações podem insinuar-se exageros perigosos; ao lado de princípios certos, erros graves; ao lado de aplicações judiciosas, revoluções desastrosas. Toda questão da disciplina escolar, da oportunidade das sanções educativas, das relações úteis à autoridade e à liberdade, entre a lei e a autonomia da personalidade, estão aqui em jôgo. Como vêdes, são problemas cuja importância transcende o estreito ambiente da escola, são questões candentes que nos atraem com a sedução de um interesse mais profundo. Consagrar-lhe-emos as palestras que ainda nos restarem este ano, a ver se conseguimos pôr em luz os princípios num domínio de realidades tão delicadas e tão fugidias à precisão da análise segura.

Resumamos num quadro sinóptico os resultados obtidos até aqui. (Vêde quadro sinóptico.)

QUADRO SINÓPTICO

1 Princípio da instrução

Receptividade de memória.	(Sobrecarga)	Atividade e produtividade (Aprendizagem alegre.)
---------------------------	--------------	--

2 Imagens

Impróprias, confusas, sob o limiar da consciência.	Próprias, claras, de evocação fácil.
--	--------------------------------------

3 Atenção

Forçada — porque sem percepção.	Espontânea e alegre — porque torna possível a apreciação.
---------------------------------	---

4 Interesse

Mediato — por meios externos	Imediato — evocado pelo poder das imagens.
------------------------------	--

5 Resultado

Perigos de ciência livresca inútil — e que cedo se esquece.

Saber experimental — que se conserva e se desenvolve orgânicamente — “formação” verdadeira.

Não sei se tereis observado que, ao confrontar duas pedagogias, não chamei a uma, escola ativa, a outra, escola tradicional. E não o fiz por um sentimento de justiça.

Muitos pioneiros da escola ativa, — nem todos — numa condenação global, fulminam sobre a que êles desdenhosamente chamam escola ou pedagogia tradicional, o desprezo, a injúria de todos os seus anátemas. Escola tradicional é para êles sinônimo de escola passiva, inerte, de disciplina desumana, de asfixia da personalidade. A criança era desconhecida na sua psicologia, maltrada nas suas aspirações, tolhida na espontaneidade do seu desenvolvimento, encerrada num ambiente de tristeza, de violências e de castigos, mais semelhante a presídio de forçados que a escola de alunos livres. E não era difícil trazer uma confirmação desta caricatura da escola tradicional em alguns fatos típicos ou exemplos memoráveis.

É mais facilmente aqui no Brasil que alhures. As nossas escolas doutrota, confiadas quase sempre a pessoas de pouca competência, e sem tato psicológico nem largo descortínio intelectual, ofereciam na realidade o flanco às críticas mais justificadas. Pretender porém que estas escolas representassem a realização integral e coerente das nossas doutrinas pedagógicas, nenhuma injustiça mais flagrante. Em questões de ensino cumpre distinguir as doutrinas das suas aplicações, e na teoria da prática. As doutrinas valem por si, pelo seu valor lógico, pela porção de verdades pedagógicas que encerram. A sua aplicação encontra obstáculos que nem sempre é fácil remover. Uma escola depende na sua eficiência pedagógica do valor pessoal do professor que lhe está à frente.

E a raça dos professores maus ou medíocres é imortal. O passado teve-os numerosos, o presente não os desconhece nem o futuro conseguirá eliminá-los. São tantos os dons da natureza, intelectuais e morais, e tal a cultura que se exige de um professor acabado que necessariamente não poderá ser aviltado o seu número. E os professores medíocres abaixaram ao seu nível as doutrinas mais elevadas. Na escola antiga é da rotina a falta de iniciativa, a disciplina do chibote; na escola do futuro será a cristalização rígida de processos cuja essência mesma consiste na plasticidade de sua adaptação ou atividade da anarquia permanente.

Não é por estas aplicações de mediocridades incapazes de elevarem à altura de sua missão ou de assimilarem em todo o seu espírito uma doutrina pedagógica que se poderá aquilatar com justiça o seu verdadeiro valor.

Não é que os pioneiros da escola nova — pelo menos os mais cultos e eruditos — pretendam haver descoberto ontem o segredo da pedagogia. Nos seus livros há não raro algumas páginas consagradas aos "precursores", páginas, porém, nem sempre imparciais e que, sistematicamente, revelam, pelo menos em alguns setores da escola nova, um desconhecimento da verdadeira pedagogia cristã ou, o que fôra mais digno da censura, um propósito firmado de envolvê-la na penumbra do silêncio. FERRIERE, por exemplo, no cap. I consagrado aos precursores da L.A.; depois de evocar a educação patriarcal da família antiga, verdadeira educação ativa sem os formalismos e verbalismos da escola — depois de acenar com uma palavra a RABELAIS e MONTAIGNE — desce, como êle diz, "o curso do tempo" para afrontar um ROUSSEAU e um PESTALOZZI, os dois grandes intuitivos de gênio que enunciaram em outras eras os princípios fundamentais da pedagogia moderna. A impressão que se desprende dessas páginas e de outras semelhantes é que a pedagogia cristã é a grande responsável pelos erros e extravios passados e que todo o progresso realizado neste domínio foi uma reação anticatólica e levada

a efeito por pedagogos que se emanciparam da igreja. Nada mais injusto e nada historicamente mais falso. Espero mostrar-vos nas palestras dêste ano, que todos os princípios justos da nova escola já se encontram explícita ou implicitamente enunciados pelos grandes educadores cristãos; mas veremos que a escola ativa não poderá dar todos os frutos que dela se esperassem senão enquadrada na concepção cristã da vida. O que talvez a alguém poderá afigurar-se paradoxo, confio aparecerá mais tarde com a luz de uma evidência meridiana.

Por hoje, indicaremos apenas um ou outro dos grandes nomes da história do cristianismo e assinalaremos como todos êles insistiam sobre a atividade, a espontaneidade e a liberdade da criança como pressupostos indispensáveis de uma educação verdadeiramente humana. Mais tarde, veremos outros pontos da pedagogia nova e examinaremos não só as doutrinas da pedagogia cristã, mas as suas grandes realizações nas universidades medievais e nos tempos modernos.

Sto. Agostinho — mais próximo ainda do paganismo — e o formalismo — espontaneidade.

Contra o ensino verbal: "Quod si diligentius consideremus, fortasse nihil invenias, quod per sua signa discator. Cum enim nisi signum datur, si nescientem — sua invenit, cujus rei signum, sit docere me nihil potest." *De Mag.* n. 33. "Dicam rem quam nesciebam, non per verba, quae dicta sunt, sed per ejus aspectum per quem factum est, ut nomen illud quid valeret nossem ac tenerem." *Ibid.* n. 35.

Espontaneidade — Depois de dizer como aprender o latim sem nenhum constrangimento entre os carinhos das amas: "advertendo didici sine nullo metu atque criciatu, inter etiam blandimenta nutricum et joca arridentium et laetitias alludentium. Hinc satis elucet maiores habere vim ad discenda ista liberam curiositatem, quam meticulousam necessitatem." *Conf. I. XIV. Civ. Catt.* 1932, I — 521 — 526.

No segredo do êxito, o requisito fundamental do mestre, é a alegria habitual. *hilaritas*: "gaudens quisque catechizet (tanto enim suavior erit, quanto magis, id potuerit); ea cura maxima est." *Dé cathech. rudibus* 4. *Civ. Cath.* 1932, II, 146.

S. TOMÁS, mais que nenhum outro filósofo, põe em evidência a atividade intelectual do aluno. Na sua monografia de *De magistro*, pergunta qual é a causa da ciência em que aprende o mestre ou o aluno — e responde sem hesitar: a inteligência do aluno. "A função do mestre na aula é provocar o ato da inteligência, torná-lo mais profundamente vital, mais inteligentemente pessoal." (DÉVAUD, VI, X (1931) 4.414. Na *Summa Theologica*. Se um homem pode educar outro?

"Certamente; não no sentido de depositar o professor a ciência como uma cousa já feita, mas antes no de fazer o aluno usar da luz intelectual para conhecer por si mesmo e por um esforço interior e pessoal... O princípio exterior de nosso aperfeiçoamento que é arte alheia não age sobre nós como o fator principal de nossas transformações, apenas com o auxílio do agente principal que é a nossa própria atividade." *Summa Theologica*, I. 9. c. XVII.

Em nenhum autor moderno se encontra uma filosofia da escola ativa tão orgânica e tão profunda como no grande Doutor. Nenhuma maravilha que os seus escritos sejam atualmente lidos e comentados com a atualidade do que há de mais moderno. Nestes últimos anos só a Itália nos deu três traduções comentadas de *De Magistro*. Ao público de língua inglesa, uma pedagoga norte-americana deu em 1931, com a tradução, uma análise fina e perspicaz da filosofia pedagógica de S. TOMÁS...

FÉNELON — Instruir jogando. 478b; 480b.

Tornar a instrução interessante e alegre. 479a — 480b; 481a melhor q. autoridade rigorosa 479b.

Confiança 479a

Conhecer a fundo a criança e deixá-las agir naturalmente. 479b; 483b

Liberdade e espontaneidade, 480a, 481a

Tempr pouco educativo, 480a

Disciplina aceita pela criança. 480b

Parcas lições em forma. 480b; poucas regras. 484a não carregar a memória. 482b

L'éducation des filles. cV. *Oeuvres*, C. 2

NEWMAN — "Para estudar verdadeiramente e formar o espírito é preciso algo mais que a simples recepção da matéria na inteligência. Estudar não consiste em introduzir passivamente a matéria a estudar, mas introduzi-la por fatos e atos, abraçá-la e conquistá-la."

482 — "No trabalho da formação devemos ser colaboradores."

"A vista corporal, o organismo com que vemos os objetos materiais, nos é dado pela natureza; mas a vista do espírito, cujo objeto é a verdade, só se adquire com o esforço pessoal, com a atividade pessoal." D.H. II 237.

Citamos apenas alguns nomes — uma palestra não permitiria mais que o suficiente para formar o verdadeiro critério na apreciação do progresso pedagógico. O radicalismo iconoclasta é filho sempre da presunção e da ignorância. Os que desconhecem o passado, espíritos sem condição segura, que não conviveram com os grandes gênios de outras eras, alimentados só pelos livros que apareceram na véspera, julgam facilmente que ela ou a geração dela é que descobriu o mundo. No passado nada há a aproveitar; com ela começou a ciência, a pedagogia, o progresso, a civilização. Os homens mais sensatos, mais profundamente equilibrados, sobretudo mais conhecedores da história, afinam por outro diapasão o seu falar. Nos métodos modernamente mais esclarecidos e inculcados vem o desabrochar orgânico de

princípios ontem já conhecidos e preconizados pelos mais altos representantes da pedagogia tradicional. Há uma verdadeira evolução orgânica, não uma revolução subversiva. Não destruímos a obra de nossos pais, aperfeiçoamo-la, corrigindo-lhe os defeitos e desenvolvendo-lhe as qualidades. Uma continuidade inegável solda uma geração a outra com vínculos de dependência científica e de gratidão moral. Prefiro sempre esta atitude de profunda solidariedade humana à presunção de quem renega o passado para construir com a suficiência das próprias luzes. Não; ainda quando corrigimos erros evidentes dos nossos maiores não esqueçamos que, se vemos melhor que eles, devemos-lo à colaboração anterior de seus esforços na constituição do patrimônio intelectual que nos legaram. Gosto daquele filósofo medieval que, ao criticar com liberdade ARISTÓTELES, dizia pitorescamente: "Em comparação da sua, essa terra de gigantes, somos como anões, mas conseguimos ver mais longe porque lhe montamos sobre os ombros."

Se nos colocarmos no ponto de vista cristão folgaremos de ver na pedagogia como nos outros domínios, a realização de qualquer progresso. Toda manifestação de uma verdade outrora desconhecida, toda aplicação útil e nova de verdades antigas, todo esforço real e eficiente para elevar o homem e adaptá-lo melhor à natureza e dignidade dos seus altos destinos, nós, católicos, saudamo-los com entusiasmo e recebemo-los com gratidão. Todos os que assim trabalham para o aperfeiçoamento do homem, inconscientemente talvez mas certamente trabalham para Cristo. O que há de definitivo em todas estas conquistas será incorporado ao nosso patrimônio; o que não puder ser assinalado pelo cristianismo por oposição irreductível com os seus princípios infalíveis cairá como a caducidade das outras construções humanas. Esta verdade profunda — sêgrêdo último da filosofia da história — vive num simbolismo admiravelmente expresso por um jovem numa das últimas peregrinações a Roma. Pouco

antes de voltarem à sua pátria, para levarem uma forte impressão de conjunto da verdade Eterna, um Padre levou um manifesto do jovem — dêste jovem de fé ardente e de alma pura — esperança do nosso futuro — ao alto do Coliseu. Das alturas do anfiteatro de Flávio descortinam-se de um lado o maciço pardacento da grande casaria da metrópole, de onde emergiam, em gestos elegantes, uma selva de campanários, cúpulas, agulhas e flechas das centenas de igrejas levantadas pela piedade dos séculos na variedade de todos os estilos. Muitas delas, antigos templos pagãos que o cristianismo batizara e consagrara ao culto do Deus verdadeiro. Dominando-as com toda a sua imensidade majestosa, a cúpula de Miguel Ângelo no fundo, na luminosidade transparente dos horizontes romanos da primavera, recostava a pureza e elegância das suas curvas irrepreensíveis. Do outro lado, aos pés do anfiteatro estendiam-se as imensas ruínas da urbe dos Césares. A esquerda a elipse imensa do grande circo — triste, árido, despovoado, como um imenso túmulo em que já não palpita a vida. Mais perto, o coração da cidade dos Césares, onde se elevava o Senado que legislara para o mundo, o Forum onde se fizera ouvir a eloquência de CÍCERO, o recinto onde César, assaltado pelos assassinos, envolvera o rosto no seu pesado manto para não imprimir, pela última vez, na retina moribunda, uma fisionomia de traidor, o templo do Sol, a *Domus Aurea*, o colosso de Nero, os palácios dos grandes Césares, a *Via Sacra* por onde desfilaram os cortejos triunfais dos imperadores vitoriosos dos romanos. Sobre esta área onde vivera tanta grandeza histórica pouso hoje um silêncio de morte; alguns arcos partidos, algumas colunas isoladas, frustos, capitéis esborcinados, fôlhas de acanto mutiladas, inscrições incompletas, imponente acervo de destroços de uma cidade e de uma civilização morta. O jovem depois de beber toda esta riqueza de impressões profundas exclamou espontaneamente: "Tudo o que Cristo tomou vive; tudo o que ele deixou morreu."

Assim é. A frase é de um alcance muito profundo. Na nossa vida de indivíduos como na vida de nossas civilizações, o que Deus pode tomar sobreviverá nos esplendores inextinguíveis da eternidade; sobre o que Deus não puder conservar como participação da sua verdade e expressão de sua glória, desaparecerá na esterilidade do nada.

Rio, 2 de julho de 1932.

ESCOLA ATIVA

Pedagogia nova

Movimento moderno da pedagogia nova.

Situação análoga ao do aristotelismo no século XII.

Nossa atitude.

Questão de meios e fins.

Que é a escola ativa.

Designações suficientes: escola *nova*, escola de trabalho, escola ativa, antiguidade da designação.

Escola *funcional*.

Quando a atividade é *funcional*.

Insinuações da filosofia materialista nas explicações psicológicas de Claparède.

A escola ativa só poderá ser educativa, integrando-se na concepção cristã.

As professoras no "Sacré-Cœur" 12-V-1932.

CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS

(Resumo)

Escola ativa e educação ético-religiosa.

Escola ativa — método:

Possibilidade e conveniência de aplicação à formação religiosa e moral.

Vida religiosa — Exemplo de concentração em torno das nossas relações com Deus.

Aplicação do Evangelho

Vida moral — Prática da virtude.

Vida dos Santos.

Concentração moral durante o mês.

Sob o nome de escola ativa, escola de trabalho, escola nova, desenvolve-se há alguns anos um largo movimento de reforma pedagógica que começa a ter entre nós suas primeiras repercussões e que aqui como fora daqui tem despertado a resistência de oposições intransigentes e o aplauso de entusiasmos fervorosos e incondicionados. Mais uma vez na história, ante o esforço de uma grande inovação, encontramos-nos diante dessas duas atitudes extremas e intratáveis, de hostilidade radical e de adesão que raia pelo fanatismo. Os ânimos exaltam-se, as discussões irritam-se, e toda esta nuvem espessa que as paixões levantam obscurece a realidade objetiva das cousas. Exagêto de parte a parte; com a sua ação moderadora continua o tempo a abater esta poeira e, clarificando a atmosfera, restituir às cousas deformadas a naturalidade de suas proporções. Para acelerar esta ação benfazeja de um dia que vem depois de outro dia, não há como a serenidade crítica inspirada não em particularismos cegos, mas no amor sincero, desinteressado e profundo da verdade.

Situação análoga encontramos no séc. XIII, quando o aristotelismo bateu às portas das universidades cristãs do ocidente. Nos primeiros séculos da Idade Média a filosofia católica havia-se inspirado principalmente em SANTO AGOSTINHO e, através do gênio de Hipona, em PLATÃO. De ARISTÓTELES, mais sêco, árido, difícil e principalmente mal interpretado por discípulos sem envergadura, haviam-se separado, como de um mestre de materialismo, os primeiros escritores cristãos atraídos pelas páginas sublimes em que PLATÃO falara com

acentos tão elevados das perfeições divinas e da imortalidade da alma.

Nos fins do séc. XII, através de traduções e interpretações deformadas pelos árabes, ARISTÓTELES surgiu de novo no limiar do Ocidente europeu. Com a armadura rija de sua didática impecável apareciam vestidos os inimigos tradicionais do nome cristão: Islã e Israel.

O primeiro movimento instintivo de defesa foi o de uma repulsa incondicionada: cerrar hermêticamente ao pagão invasor a entrada das grandes fortalezas da ciência cristã, as universidades recém-fundadas pela Igreja. Foi do grande gênio de AQUINO que veio, com a importância do contraste, o segredo de uma vitória definitiva. Ao grande movimento que se continuava como uma onda imensa, não convinha opor a resistência de barreiras frágeis, mas a tática de um reconhecimento inteligente. Se escolhe ARISTÓTELES, não era para sujeitar-se sem discernimento. Estudá-lo profundamente, remontar, além de traduções deformadas e deformadoras dos textos originais, que encerravam, em toda a sua pureza, o seu pensamento genuíno, assimilar a riqueza, a profundidade, o vigor desta síntese filosófica sem igual e por assim a serviço da verdade integral do cristianismo o arsenal das armas mais formidáveis que podiam manejar os seus adversários — eis o que ditava a pendência na dificuldade de um momento excepcionalmente crítico, e eis o em que consiste a missão providencial de S. TOMÁS. ARISTÓTELES foi magistralmente batizado por outro gênio não inferior ao seu. E a solidez de sua sistematização filosófica constitui até nas suas grandes linhas a estrutura fundamental renitente da apologética cristã.

Em muito menor escala eis o que parece nos cumprir fazer, ante a efervescência de todo este movimento de idéias pedagógicas que se agitam sob o nome de escola nova. Inevavelmente, algumas correntes anticatólicas procuraram canalizá-lo em proveito das próprias idéias e transformá-lo em

instrumento de propaganda anti-religiosa. Sob o nome fascinador de pedagogia ou de psicologia moderna embarca-se a mercadoria velha e avariada de uma metafísica materialista, mal segura e, crítica ou cientificamente, insustentável. Não há também escurecer, por outro lado, que alguns católicos, alarmados por esta aliança perigosa e ameaçadora, recolhem-se em si mesmos, recusando tomar conhecimento das transformações circunstantes e opondo-se-lhes com uma renitência maciça.

Este simples fato já nos está a mostrar que não possuem o mesmo quilate de evidência científica todos os elementos preconizados por alguns pioneiros da escola nova de aquém e de além mar, e que de envôlta com muitas indicações úteis e de incontestável valor pedagógico, a grande onda carrega também muitas exagerações injustificadas ou é desviada para a atuação de finalidades de todo em todo condenáveis.

Não receemos uma discussão serena numa análise minuciosa das novas idéias; estudemos, à luz da experiência e da razão, as grandes linhas deste movimento. Não desceremos a minúcias da técnica pedagógica; não dispomos do tempo indispensável para formar, por assim dizer, professoras à prática da escola ativa. Ficaremos nos princípios filosóficos ou científicos que formam todo o movimento, examinaremos o que se poderia chamar a filosofia da escola nova, os postulados explícitos ou latentes, os seus métodos, o idealismo generoso e por vêzes quimérico de suas aspirações reformadoras. No termo de nossos trabalhos espero haveremos de chegar a outras conclusões tão confortadoras quanto sôlidamente estabelecidas: o que há de certo, de eficaz, de realmente adquirido na pedagogia nova não só não se acha em contraste com a tradição pedagógica, genêricamente, mas nem é de todo novidade, não passa de um desenvolvimento espontâneo dos grandes princípios da nossa concepção do mundo e do homem, desenvolvimento, explicitação em que devemos saudar um verdadeiro progresso. O que nessas rei-

vindicações de alguns adeptos da escola nova não é compatível com as nossas convicções espirituais, não se acha cientificamente estabelecido, mas é provadamente antipedagógico e em antítese manifesta com o que há de mais fundamental e mais seguro na orientação dos grandes mestres da própria escola nova.

Em toda reforma pedagógica radical há duas questões a distinguir; a dos fins ou do ideal educativo e dos meios, ou métodos inculcados para a sua realização. Toda pedagogia baseia-se numa concepção da vida, e uma pedagogia completa numa concepção completa ou numa filosofia integral da vida; toda pedagogia adapta harmoniosamente os seus processos didáticos à natureza do ideal humano que pretenda realizar. No movimento em prol da escola ativa distingamos a aptidão dos meios e a elevação do ideal educativo. O ideal inspira-se numa concepção filosófica do homem e da sua finalidade; os meios na natureza do educando, no estudo psicológico da criança ou do adolescente. Começemos pelo estudo destes meios onde a nova corrente pedagógica é mais ampla e afirma com mais fundamento a originalidade dos métodos que preconiza.

Em que consiste antes de tudo e essencialmente esta pedagogia nova? Se lhe fizermos indagar a natureza pelo nome, não chegaremos com facilidade a uma noção exata e precisa. A escola nova chamaram-na alguns de seus paladinos, procurando atrair para suas idéias a fascinação insuperável de um objeto que se apresenta neste velho mundo com o sêlo da modernidade. Nova, porém, é apenas um qualificativo da época cronológica, é o hoje em oposição ao ontem. Novos métodos, ao seu tempo tantos outros sistemas pedagógicos — o método Montessori, por exemplo: que são hoje desdenhosamente atirados para a emprestabilidade dos ferros velhos. E como, no mundo das cousas e dos homens, não nos havemos de cristalizar em hábitos e imóveis, nos processos que hoje se apregoam, a escola nova será também a escola de amanhã que se levantar talvez

para deslocar a escola de hoje, que passará então a chamar-se em 2000 ou 20000 escola antiga. Nada, pois, além da sua atualidade nos diz sobre a sua natureza o epíteto escola nova.

Escola de trabalho, designaram-na outros, principalmente na Alemanha, *Arbeitschule*; a denominação acentua principalmente o valor dos métodos indutivos, a necessidade da experiência pessoal do aluno, sobretudo a capital importância do trabalho manual na formação do homem. Porém, qualquer que seja esta importância, não iguala a extensão da obra educativa. Como aprender a bem observar, a bem induzir, se com a perícia da atividade exterior não se desenvolve no homem toda a riqueza de suas virtualidades nem se satisfaz a totalidade de suas aspirações naturais. Por isto, os próprios alemães, para indicar toda a amplitude da palavra *trabalho* quando se trata de sua eficiência educativa, distinguem-lhe como adjetivos explícitos as duas modalidades inseparáveis e complementares e falamos da escola do trabalho manual e escola do trabalho espiritual (*Manuelle Aussch. und geistige Arbeitschule*).

Escola ativa, outra designação que teve mais fortuna entre os povos latinos. BOVER do Instituto J. J. Rousseau, empregou-a pela primeira vez em 1917; em 1920 já o termo era corrente, e o livro de AD. FERRIÈRE, *L'école active*, cuja primeira edição é de 1921, contribuiu notavelmente para vulgarizá-lo nos meios escolares de França. Em 1911, sob este título de *Tatschule*, W. A. LAY, de Kalsruhe, publicara uma obra em que punha em evidência as desvantagens da denominação *Arbeitschule* (CLAPARÈDE, *Ed. fonct.*, p. 196) e as vantagens de Escola Ativa; era a tradução mais literal e elegante da *Tatschule*, já empregada entre os pedagogos de ultra-Reno. Os italianos, mais artistas, impressionados pelo ambiente de espontaneidade, de alegria expansiva, de ornamentação elegante em que a nova pedagogia transfor-

mava o ambiente escolar, chamaram-na simpaticamente *escola serena*.

Com a designação *ativa*, entremos um pouco mais profundamente na natureza da nova escola. A sua pedagogia baseia-se principalmente na *atividade* do aluno, e opõe-se nítida e intransigentemente a toda e qualquer didática em que o educando não entra senão com a sua receptividade passiva ou a sua passividade receptiva. O homem é antes de tudo um ser vivo, isto é, espontâneo e essencialmente ativo, e com o exercício de sua atividade pessoal funde-se indissolúvelmente o trabalho do seu aperfeiçoamento.

Parece assim que achamos, com um vocábulo, o segredo de uma caracterização clara da essência da nova pedagogia. Examinando, porém, um pouco mais de perto, vemos surgirem as ambigüidades perigosas. Qual a natureza da atividade que preconiza a nova escola? É só a *atividade exterior*? Só se poderá chamar ativa uma escola em que os alunos se movem, se agitam, gesticulam, trabalham manual e visivelmente? Um sábio, imóvel no silêncio de seu gabinete, todo absorvido pela elaboração interior de suas idéias, um aluno; de braços cruzados em sua carteira, a seguir atento a demonstração de um teorema, descobrindo com o exercício da sua inteligência, no desenrolar-se a prova, o novo lápis que prende as premissas à conclusão, não são porventura ativos e profundamente ativos? A própria memorização contra a qual tanto se insurgem os novos educadores, o esforço de um aluno que procura reter em série e recitar depois todas as intermináveis nomenclaturas de velho compêndio de Geografia ou de História Natural deixa de ser uma atividade da memória? Memória puramente passiva não se move, não aprende, não fixa nem conserva. Todas as vezes que decoramos, entendemos, produzimos ou executamos alguma coisa de novo, espontânea ou coagidos, com prazer ou com pena, tristes ou alegres, agimos. Da pura passividade, o resultado é sempre nulo. Diremos então que todas estas formas de

atividade — que o são sem contestação possível — entram nos novos programas e pela escola ativa são igualmente prescritas ou proscritas? Evidentemente não. Há uma atividade que se inculca, outra que se condena; cómo distinguilas? Enquadrando a atividade educativa numa concepção psicológica que permita discerni-la da outra, insuficiente e antipedagógica. A atividade que educa é a atividade funcional, e eis por que CLAPAREDE por sua vez não se simpatiza tanto com a designação de escola ativa para êle tão ambígua como o de escola de trabalho (p. 195) e aconselha seja substituída pela de “educação funcional” em favor pela qual se vem tratando desde 1911 (*Educ. Fonct.*, p. 7) e constitui precisamente o título da última de suas obras, vinda a lume o ano passado (1931). Sigamos de perto a sua exposição a fim de precisar o novo terreno e ver se chegamos assim, finalmente, a caracterizar, sem equívoco, a verdadeira noção da escola nova.

A *psicologia* pode ser considerada sob dois aspectos: estático e dinâmico; estrutural e funcional. A *psicologia da estrutura* é analítica; seu objetivo é examinar os diferentes elementos em que se pode resolver a nossa vida psíquica: sensações, percepções, imagens, idéias, emoções, tendências, etc. Como um relojoeiro decompõe o seu relógio em rodas, eixos, ponteiros, molas e balançeiros, pêndulos, etc. — e sobre cada uma destas peças aplica ainda a análise até reduzi-la, se possível, aos seus últimos elementos. (Comparação da anatomia.)

A *psicologia funcional* é mais sintética, e investiga a “função”, isto é, “o papel que desempenha um processo psíquico na vida do indivíduo”. (P. 44.) Por que é que bocejamos? Por que é que rimos, ou respiramos? Qual a razão de ser ou a vantagem destes atos na nossa economia vital? (Comparações anatômicas ou mecânicas.) O aspecto estrutural responde à pergunta *que é*; o aspecto funcional à questão *por que é? cur sit.* da linguagem escolástica — mas

os pedagogos da escola ativa têm horror à escolástica — a psicologia estrutural corresponderia ao estudo das causas material e formal do ato ou ainda psíquica; a psicologia funcional à sua causa final.

O estudo desta psicologia funcional *tem a grande vantagem prática* (outras vantagens ver pp. 45-46) de nos subministrar os meios seguros e naturais de assegurar um resultado que temos em mira. Quando houvermos estudado a finalidade do jôgo na criança e apurado como êle concorre para o seu desenvolvimento, querendo trabalhar, como educador, para êste desenvolvimento, lançaremos mão dêste meio natural, nos limites em que é meio. Quando soubermos por que pensa o homem, e em que circunstâncias êle é obrigado a servir-se da sua inteligência, reproduziremos estas circunstâncias tôdas as vêzes que desejarmos pôr em atividade o seu pensamento.

Porque de fato o homem entra naturalmente ou tende a entrar em ação quando sente uma *necessidade a que a ação virá satisfazer*. Todo o organismo vivo é um sistema de equilíbrio instável que tende a conservar-se, restabelecendo continuamente o equilíbrio que continuamente tende a romper-se. E o equilíbrio assim perturbado se restabelece — o organismo vive ou continua a viver; se esta readaptação não se efetua, é a desorganização e a morte. O homem precisa de oxigênio para viver; se lhe falta êste elemento vivificante rompe-se-lhe o equilíbrio orgânico, sente-se mal, e emprega os meios para oxigenar os pulmões. Conseguirá? Continuará o equilíbrio vital? Não o conseguiu? É a morte.

Toda a ruptura de equilíbrio produz imediatamente uma necessidade e tôda necessidade leva naturalmente à ação que tende a estabelecer o equilíbrio perturbado. Quando o animal sente sede levanta-se e vai à procura d'água. Tôda atividade, portanto, espontânea e natural é provocada internamente por uma necessidade, ou ruptura do equilíbrio.

(Nem sempre é necessário que haja uma ruptura, basta uma ameaça de ruptura — aparelhos defensores, pp. 64-65.)

Nem sempre porém se fixou a atenção sobre este elemento interno. Sublinkou-se mais como provocador da atividade o estímulo externo. Uma observação mais atenta dos fatos mostra que os excitantes exteriores não provocam a ação sem a cumplicidade da necessidade interna.

Senão examinemos alguns casos. Um trabalhador fatigado sai à procura de ar livre, para espairecer, respirar e mover-se. Aqui está uma ação determinada pela simples necessidade orgânica.

Outro caso: Passa uma criança diante de uma loja de brinquedos; a vista do cavalinho de pau desperta-lhe o desejo e provoca as reações necessárias para adquiri-lo. Dir-se-ia que aqui o efeito é todo devido à ação do excitante. Engano. Suponhamos que a criança já possua um cavalinho de pau e esteja farta de brincar com êle. A vista do brinquedo não a estimula; ela passa indiferente. O mesmo estímulo externo produzirá em indivíduo diferente, ou num mesmo indivíduo em momentos diversos, reações variadas e até opostas. Uma boneca que mobiliza uma menina deixa indiferente a mãe que lhe está ao lado. O aroma de uma boa cozinha que será um estímulo à ação em quem tem fome, provocará talvez náusea em quem já está com o estômago cheio. Um botânico que vê uma espécie rara de musgo deixa a estrada onde estava, interna-se pela floresta, grimpa pelos rochedos, arriscará talvez a vida para colhêr o exemplar precioso. O geólogo ou o matemático continuam insensíveis o seu caminho, lançando quando muito à planta um olhar distraído.

Como se vê o objeto não constitui só por si um estímulo à atividade, se não está em relação de conveniência com uma necessidade momentânea ou permanente do organismo. Um objeto, que é de todo alheio ao sistema de necessidade de um indivíduo, não será para êle um estímulo

de atividades, um excitante. Desta análise podemos concluir de um modo geral: A atividade é sempre suscitada por uma necessidade. Toda necessidade provoca ou tende a provocar as reações adaptadas a sua satisfação. (1.ª lei de CLAPARÈDE, 4.57.) É como corolário. Toda atividade...

Esta primeira lei permite-nos dar uma definição exata de uma das noções fundamentais na nova pedagogia: a noção de *interesse*. O *interesse* não é uma qualidade puramente objetiva das coisas; o interesse só lhes advém da sua capacidade de satisfazerem a uma necessidade nova: A boneca, tão interessante para a criança numa determinada fase da evolução dos seus instintos, perde todo este interesse para a mulher adulta. A espécie rara de musgo interessava o botânico, desinteressava o matemático.

O interesse, portanto, não vindo do objeto em si mas na sua relação atual com as nossas necessidades, é o objeto enquanto capaz de nos satisfazer. Só o objeto que interessa é excitante; da harmonia entre a necessidade interior e o meio exterior que a satisfaz resulta a reação efetiva.

Podemos, portanto, dar à lei enunciada anteriormente outra expressão e afirmar: que "toda atividade (ou todo comportamento, como também dizem) é ditada por um interesse". Porque de fato, sobretudo na nossa atividade psíquica, não visamos tanto, imediata e diretamente, a suspensão da necessidade, quanto a posse do objeto que a satisfaz. Se temos fome o que queremos primeiro é o pão, depois aquietar o apetite; o gastrônomo sente até que lhe tenha passado o desejo de comer. A criança o que aspira é possuir o brinquedo, a bola ou a corda de saltar, sem mesmo pensar no crescimento que é a necessidade orgânica para a qual o jogo vem contribuir.

O interesse, portanto, desperta a nossa atividade, e toda atividade despertada por um interesse é uma atividade espontânea, alegre, produtiva. Um estranho vos passa ao lado e vos pede de ir à cidade comprar um número atra-

sado do *Jornal do Comércio*. Encolheis o ombro e não dais um passo. Se êle tem autoridade ou vos ameaça com castigo que não podeis evitar, levantai-vos e ides murmurando de má vontade. Passa-vos uma amiga e vos diz que neste numero saiu uma nota elogiosa a vosso respeito, ou há um artigo que vos poderá prestar justamente tôdas as informações de que precisais para um trabalho que estais fazendo. Ah! O *Jornal do Comércio* agora já se vos tornou interessante, desejais lê-lo; ir comprá-lo é para vós um esforço agradável e fácil.

Temos agora, e já era tempo, os elementos indispensáveis para precisar o sentido exato da *atividade* que preconiza a Escola Nova. A escola só é ativa no sentido que desejamos, quando a sua atividade fôr *funcional*; só preenche a estas condições o ato inspirado por um interesse e que vem satisfazer a uma necessidade — necessidade de saber, de investigar, de trabalhar, etc. Um ato que não corresponde a um interesse e a uma necessidade é um ato contra a natureza; para obtê-lo, uma pedagogia menos perspicaz é obrigada a lançar mão de meios externos — castigos, prêmios, constrangimentos. Não se obtém assim uma atividade, espontânea, formadora (cfr. p. 198).

A verdadeira pedagogia aplica-se:

- 1.º) — A despertar na criança o interesse, colocando-a numa situação em que se desenvolve uma necessidade, e com ela o desejo de a satisfazer.
- 2.º) — A administrar-lhe os conhecimentos aptos a orientar a reação que deverá levar ao fim que se propõe.

Eis o *substrato psicológico essencial da escola ativa*. O mais são corolários mais ou menos rigorosamente deduzidos destes princípios. Necessidade de conhecer a criança e a evolução dos seus instintos e interesses para proporcionar o meio às suas exigências naturais.

Importância de transformar a escola num ambiente novo — colocando a criança numa situação total, como dizem, a fim de despertar espontaneamente as suas reações. O ensino, baseado nos centros de interesse no método de projetos são tentativas mais ou menos felizes de realizar êste desideratum (quadros sinópticos). Sobre êstes diferentes pontos, porém, voltaremos mais tarde, precisando-lhes o valor educativo e, quando mister, indicando as reservas que se impõem.

O que nos interessa agora é salientar como, na exposição das doutrinas da escola ativa, se insinuam insensivelmente postulados de ordem filosófica que põem muitas vezes as verdadeiras conquistas de progressos psicológicos a serviço de antigos preconceitos de todo em todo injustificáveis e em aberta contradição com os próprios fatos. Temos aqui um exemplo frisante em CLAPARÈDE. Interessante e bem fundada em quase todos os seus pontos esta análise da nossa atividade funcional, e importantíssimas as conseqüências pedagógicas que dela derivarem. Ouvi, porém, o que êle escreve à p. 57: "Tôda reação, todo comportamento tem sempre por função manter, preservar, restaurar a integridade do organismo." Aí está numa frase, sem a menor sombra de prova racional ou experimental, resolvido no sentido do materialismo mais abstrato, o problema filosófico da natureza e dos destinos do homem. (Sobre as opiniões pessoais de CLAPARÈDE, p. 239.) Seu fim último é conservar a integridade do seu organismo; tôdas as suas ações não têm outra razão de ser. E a nossa atividade intelectual, com todo êste mundo de valores espirituais, que nos revela, CLAPARÈDE não o examina num capítulo sobre a inteligência senão com uma superficialidade de pasmar e tôda influenciada já pela solução dada anteriormente ao problema dos destinos dos homens. A inteligência, a seu ver, não passa de "um instrumento de adaptação, entra em jôgo quando falham os outros instrumentos de adaptação que são o conteúdo e o hábito."

(P. 142.) Como inteligentes apenas para melhor conservarmos e defendermos a integridade do nosso organismo! Esta faculdade admirável de conhecimento espiritual, de sua natureza capaz de elevar-se a valores eternos e infinitos, não tem outra razão de ser senão conservar a organização efêmera de um punhado de matéria, em função sucedânea do instinto que só nos animais provê tão bem a esta finalidade. Um sucessor, mais complexo, do instinto e que nos faz tanto sofrer. O fim supremo do homem é conservar e defender a sua integridade orgânica!! Não quero forçar as consequências morais que daí se poderiam derivar. No campo da própria observação psicológica os fatos se resolvem contra esta restrição arbitrária das nossas finalidades. CLAPARÈDE encontrou no seu caminho alguns destes fatos, mas contentou-se em ajuntá-los numa nota e... passar adiante. (Ler pp. 64-65.)

Não é só um problema espinhoso, é uma dificuldade notável, insolúvel. Não se trata só de raras exceções assimiláveis a casos patológicos. Todos os mártires sacrificaram a sua vida a um ideal: Todas as nossas irmãs de caridade, todas as religiosas e religiosos que se dedicam à assistência social e à caridade, não vão procurar neste modo de vida um meio de "conservar a integridade orgânica". Todos os soldados que num momento de perigo vertem generosamente o seu sangue em campos de batalha não têm por fim derradeiro conservar a própria vida! Os médicos ou magistrados, os sábios ou os sacerdotes, todos os que, no cumprimento magnânimo dos seus deveres profissionais, se sacrificam puramente pelos seus irmãos, não se guiam pelo ideal supremo de conservar intato o sagrado e delicado organismo. E diante destas ações e destas vidas todos nos sentimos em presença da humanidade na afirmação magnífica dos seus melhores valores; é o homem que nos aparece em todo o esplendor de sua beleza moral e humana.

No dia em que a educação nova riscar estes espécimes superiores, glória da família humana, e educar as novas gerações para "o fim supremo de conservar a integridade biológica do próprio organismo", um egoísmo inconcebível, transformará este pobre mundo no mais inabitável dos planetas. Será, então, a realidade do *homo homini lupus bellum omnium contra omnes*.

Infelizmente não é esta a escola ativa. O materialismo, talvez inconsciente (CLAPARÈDE é filósofo mais que mediocre), enxertou-se aqui como um parasita estranho. Ampliemos este círculo estreito e rasguemos os horizontes.

A finalidade do homem não é simplesmente biológica. No alto da nossa natureza brilha a chama da inteligência que nos desvenda realidades superiores. Conhecemos valores eternos e infinitos e sentimos-nos feitos para êle; do fundo da nossa alma nasce, espontânea e incoercível, uma tendência para uma felicidade mais alta; que nem se resume nas satisfações de ordem biológica nem se encerra nos limites do tempo. É um estudo racional, psíquico e filosófico do homem revela-nos uma perfeita proporção entre a capacidade de sua natureza e o imenso de suas aspirações. É a razão que nos mostra no Infinito a nossa origem e o termo dos nossos destinos. Todos estes conhecimentos de ordem supra-sensível, todas estas aspirações que rasgam os estreitos horizontes do universo material seriam incompreensíveis, injustificáveis e cientificamente sem explicação, se a nossa vida psíquica superior não tivesse outra finalidade que a de um sentimento de adaptação no ambiente para conservar a integridade do organismo.

Colocando o homem assim na sua posição natural, determinada por um exame total, não por uma mutilação sistemática de suas vitalidades, a reação fundamental do interesse amplia-se na mesma proporção e atinge toda a plenitude de seu valor pedagógico. Interesse, dissemos, é "uma indenização relativamente duradoura do sujeito para o ob-

jeto, baseada num juízo do valor." (LICHNER, *Lex der P. der Gegenw.*, I. 1352.) É na apreciação da conveniência de um determinado objeto, para aperfeiçoar-nos, para satisfazer uma aspiração na vida, inteira e completa, que reside o fundamento intelectual do interesse.

Ora a atividade da inteligência nestes juízos de valor está inevitavelmente condicionada pelo conhecimento de nosso destino total e definitivo, do qual depende a subordinação e hierarquia dos fins subalternos. Já não é possível agora estabelecer também uma hierarquia de interesses e, por meio dela, uma orientação segura na ação pedagógica. Um excitante que vem satisfazer apenas a uma necessidade fisiológica tem para nós um interesse proporcionado a uma finalidade que não é a razão suprema do homem. O objeto que nos assegura a expansão da nossa vida superior, que se revela não no simples bem-estar material de um organismo bem conservado, mas na tranqüilidade serena de uma inteligência que repousa na Verdade, na paz inefável de uma consciência que se eleva para o Bem, apresenta para nós um interesse muito mais alto, ao qual em caso de conflitos insolúveis, devem ser sacrificados os interesses inferiores. Assim, nesta psicologia, todos os casos de cumprimento generoso do próprio dever, todos os rasgos de heroísmo, admirados e aplaudidos pela humanidade inteira, todas as existências que se conservaram hum ideal de virtude, de ciência e de patriotismo, não constituem "um problema espinhoso" mas a aplicação coerente no domínio da vida de uma doutrina que para elevar a humanidade só precisa ser analisada.

Encontramos então os fundamentos de uma pedagogia segura, que não recua diante de nenhum dos problemas mais árdus que pode pôr a realidade trágica das existências.

As verdadeiras reivindicações da escola ativa, as que se baseiam realmente num estudo mais apurado da nossa vida

psíquica, não lograrão manter todas as suas promessas senão a serviço de um ideal superior da vida que, pela sua própria natureza, transcende os limites da experimentação psicológica.

Sem esta aberta para o infinito, sem enquadrar-se harmoniosamente na concepção cristã da vida, não há "interesse" pedagógico capaz de levar o homem às alturas do heroísmo, isto é, à expressão mais bela, mais fecunda, mais sublime da sua atividade.

Rio, 7-IV-1932.

ESCOLA ATIVA

Intuição e trabalho manual

Condição essencial de desenvolvimento de todo o ser vivo — para ser educativo — atividade — aspecto psicológico — lei da aquisição do conhecimento sensível: objeto — imagem — palavra —
— Daí:

- a) necessidade de intuição,
condenação do verbalismo,
condenação da memorização.
- b) necessidade do *trabalho manual*,
 - para conhecimento objetivo de todas as propriedades dos,
 - para satisfazer as exigências de diversos tipos psicológicos,
 - para satisfazer as exigências dos tipos dos professores.

Trabalho manual como meio educativo.

Trabalho manual como meio técnico.

Conclusão.

As professoras de "Sacré-Cœur", 9-VI-932

A.M.D.J.

A diferença essencial que distingue os seres vivos dos que o não são é a imanência da atividade. No inanimado só há ação transitiva, ação que tem o seu princípio num ser e o seu termo em outro, ação, portanto, que não aperfeiçoa o agente. A realidade nova, fruto da atividade dos inorgânicos, não a recebe o ser ativo que a produz mas outro sobre o qual agiu. O taco que golpeia a bola transmite-lhe a força viva que lhe comunicou o braço do jogador, mas com isto não se aperfeiçoa; sua ação é puramente transitiva, passa além a realidade do efeito produzido. A bola, enquanto recebe esta energia de movimento que lhe comunica o taco, aperfeiçoa-se, adquirindo uma modalidade nova; de bola em regresso passa a ser bola em movimento; de bola incapaz de agir passa a ser um princípio de atividade possível. Mas por sua vez esta atividade possível só se poderá exercer sobre outros seres; com ela, a bola não se poderá modificar a si mesma; a força viva que recebeu permitir-lhe-á comunicar a outras bolas o movimento ou transformar em calor, nos choques e atritos das tabelas, a energia cinética comunicada. Por esta razão os seres que não têm vida não podem aperfeiçoar a si mesmos, não evoluem, não progridem; possuem de princípio as suas qualidades específicas que não necessitam de um desenvolvimento para serem levadas à plenitude de sua perfeição.

Com a vida, aparece, pela primeira vez, na hierarquia dos seres, uma forma inédita de atividade, a atividade imanente, atividade de que o mesmo ser é o princípio e o termo, o benfeitor e beneficiário. O efeito desta forma superior de ação não passa para outro ser distinto do agente (*non transit*) mas nêle permanece (imane) como uma modificação sua, como uma nova perfeição adquirida.

O organismo digere, elabora, assimila os alimentos, e o resultado desta ação é um benefício do próprio organismo, que se desenvolve e cresce, que repara e reconstitui os seus tecidos, e armazena as energias indispensáveis ao exercício de sua atividade. Os sentidos, que sob o estímulo dos objetos exteriores reagem e percebem, conhecem, e o resultado de sua atividade não vai aperfeiçoar os objetos mas a faculdade cognoscitiva, os próprios sentidos externos, a imaginação e a memória que assim enriquecem o tesouro de suas imagens.

A inteligência, a mais alta das atividades vitais, também ela, com o exercício de suas energias de conhecimento superior, não vai modificar o mundo das realidades extrínsecas mas elevar, beneficiar, aperfeiçoar a alma que conhece e, conhecendo mais, mais se valoriza. Atividades orgânicas ou vegetativas, atividades sensitivas, atividades intelectuais, — todas as atividades da vida, é a imanência que as caracteriza, e quanto mais alta é a manifestação vital, mais estritamente imanente é a sua atividade: Deus.

Nesta característica fundamental que distingue a vida do mundo da matéria inerte temos a raiz das outras propriedades dos seres vivos. Só eles crescem, desenvolvem-se, descrevem um ciclo em que atingem o apogeu de sua força, para depois declinarem e por fim desaparecerem com a morte. A monotonia sempre igual da matéria bruta, a vida opõe a variedade sempre reservada dos seus estados, a instabilidade de um equilíbrio, o sistema de uma evolução bem caracterizada.

Parecia à primeira vista estarmos bem longe da pedagogia, de fato estamos no seu arranjo mais vivo.

A educação é o desenvolvimento, a formação do homem; e o homem como ser vivo é essencialmente ativo; e só com o exercício da própria atividade pode adquirir a perfeição de sua natureza. A escola, portanto, se não quiser pôr-se em antagonismo com as leis naturais e assim condenar-se a irremediável esterilidade, deverá continuamente apelar para a

atividade do educando, deverá ser uma escola ativa, no sentido amplo da palavra. É o abismo de diferença que passa entre o educador e o escultor, ainda que analogias de superfície tenham não raro sugerido comparações entre um e outro. O escultor trabalha com a matéria inerte, o educador preside à evolução de uma vida. O mármore não se faz Moisés ou Lacoonte; tudo o que vier a ser deve às percussões do escoopro e às incisões de cinzel de Miguel Ângelo, do gênio que o trabalhou; à ação do artista só ofereceu a indiferença de uma passividade perfeita. A criança, essa é uma fonte contínua de atividades multiformes; tudo o que vier a ser na vida deverá representar uma conquista de seus esforços, uma realização de suas virtualidades como a flor que, despertando a beleza de sua corola, realiza as potencialidades implícitas no pequenino botão.

Fim da escola — criar o ambiente, orientar a atividade. A escola ativa, na sua generalidade, responde pois a uma exigência natural; e a atividade que educa não é uma atividade constrangida, artificial, imposta de fora, é a atividade funcional e espontânea; a que constitui a resposta natural a uma necessidade sentida pela criança. Só assim o objeto a que se aplica entra em relações mais internas com as suas exigências vitais e torna-se interessante. A atividade educativa é a suscitada por um interesse: eis a característica essencial da pedagogia, o resultado a que chegamos na última palestra.

Como, porém, despertar o interesse da criança, como transformar a escola neste ambiente alegre em que as atividades infantis se desenvolvem e desabrocham naturalmente como uma flor aos raios do sol?

Antes de tudo, conhecendo e respeitando as leis psicológicas que regem as nossas diferentes atividades nas várias fases de sua evolução. Pôr as nossas faculdade nas condições próprias do seu exercício essencial é despertar-lhes naturalmente a atividade e tornar possível o seu desenvolvimento, a

sua formação nas condições de melhor rendimento. É o primeiro e o grande segredo para despertar o interesse.

Ora, as nossas faculdades, já o vimos em outra ocasião, dividem-se em duas grandes categorias: faculdades de conhecimento, faculdades de tendências, ou seja, sensitivas e afetivas. Pelas primeiras representamos em nós o mundo dos objetos externos; pelas segundas inclinamo-nos para as realidades; umas enriquecem e iluminam o nosso mundo interior de imagens e representações, outras estimulam e inspiram imediatamente os nossos atos. Num e noutro grande grupo de faculdades, distinguimos no homem como dois andares superpostos e essencialmente distintos em perfeição. Na faculdade de conhecimento, no primeiro andar encontram-se as faculdades sensitivas — sentidos externos e internos (imaginação, memória, etc.) — pelas quais entramos em contato imediato com as realidades concretas naturais; no andar mais elevado, a inteligência que nos desvenda o mundo mais alto das realidades espirituais e nos permite conhecer de um modo abstrato e científico o próprio mundo das cousas sensíveis. Estas últimas faculdades são específicas do homem, enquanto as primeiras lhe são comuns com os animais. Paralelamente, as faculdades de tendência ou inclinação, proporcionadas aos vários modos de conhecimento, escalam-se também em dois planos. No plano inferior são as tendências sensitivas, os instintos e paixões que temos em comum com as bestas e regulam os nossos sentimentos com os objetos sensíveis; no plano mais elevado o apetite inferior que se ilumina e orienta nos seus atos com as luzes da inteligência e que, com termo próprio, chamamos vontade.

Conhecer o funcionamento psicológico destas diferentes formas de atividade humana nas diferentes fases da evolução infantil, eis o primeiro dever da pedagogia. Examinemo-la analiticamente sem esquecer que na realidade viva da escola os princípios que se separam e distinguem na abstração do estudo fundem-se na síntese orgânica complexa do ato vivo.

A distinção, porém, da análise é um elemento indispensável à clareza da exposição. Por hoje, só nos ocuparemos das faculdades do conhecimento.

A nossa atividade cognoscitiva começa pelos sentidos. Por eles entramos em primeiro contato com a realidade; deles abstraímos mais tarde os elementos superiores de nossa vida intelectual. Uma experiência direta, ampla e sólida é portanto a condição fundamental do desenvolvimento harmonioso da nossa vida de conhecimento.

Neste primeiro encontro com o mundo externo, o *objeto* impressiona os sentidos; forma-se em seguida uma *imagem* ou representação que nos leva ao conhecimento da causa representada; para exprimir ou comunicar aos outros essa imagem ou objeto nós o designamos com uma *palavra* de significação arbitrária. O objeto, imagem, palavra — eis a ordem essencial das cousas. Diante de mim um objeto verde; na minha retina, depois na minha imaginação, a imagem ou representação correspondente em meus lábios, finalmente estas cinco letras — verde — que em português convencionalmente designam esta côr. A palavra é um sinal convencional da imagem ou da idéia; essa, é um sinal do objeto; o objeto é a fonte única do conhecimento; o que *êle é*, e o que *faz*, qual a sua natureza e qual a sua atividade, dêle um há de vir.

Desta averiguação tão simples, imediatamente se infere uma conclusão de largo alcance pedagógico: a necessidade imprescindível do ensino intuitivo. Não se começa a aprender ouvindo mas vendo. A criança não se deve repetir palavras mas propor objetos. Já lá dizia o velho HORÁCIO: "*Segnius irritant animos demissa per aures, quam quae sunt oculis subjecta fidelibus.*" As palavras nada exprimem à alma da criança se lhes não correspondem uma imagem perfeita do objeto de que são expressão articulada, e a imagem nunca se formará perfeita e fiel se não a imprimir o próprio objeto. Daí, na primeira fase da educação infantil, em que se trata

de formar o seu patrimônio de imagens indispensáveis à vida, fase de educação sensorial, a necessidade de lhe subministrar as experiências diretas dos objetos mais comuns. É a exigência que inspira a organização dos materiais escolares dos jardins de infância. Tomai por exemplo a coleção MONTESSORI: aí se encontram tabuinhas coloridas de diversos matizes com as mais variadas tonalidades (128); cartões representando as figuras geométricas mais comuns (96); tabuinhas de madeira e pesos diferentes; quadros de números, de letras, móveis, panos diversos, tudo isto distribuído e organizado em jogos e brinquedos interessantes. A criancinha quase sem perceber vai multiplicando e diferenciando as suas sensações e enriquecendo o seu vocabulário de termos correspondentes às realidades experimentais. Quando lhes falardes num cubo ou num cilindro em verde ou violeta, estes termos corresponderão a imagens nítidas e precisas, evocadoras de objetos conhecidos por um exercício pessoal de seus sentidos.

Nos anos seguintes a necessidade continua fundamentalmente a mesma, só o modo de satisfazer-lhe irá acidentalmente variando. O esforço do professor deverá tender à multiplicação dos contatos diretos entre a faculdade e o objeto, É a intuição *natural*, enriquecendo-lhe quanto possível o seu material didático, transportando a escola para as realidades, multiplicando os passeios para a observação direta da natureza, as visitas de alunos a museus, fábricas, jardins zoológicos, ou botânicos, instalações científicas, etc.

É ainda a intuição facilitada pelos recursos artificiais em que por meio de objetos manufaturados se procura suprir para os olhos a falta por vezes irremediável dos objetos. Neste ponto o aperfeiçoamento da indústria moderna tem realmente prestado à pedagogia serviços assinalados. Quadros murais, mapas, globos, livros ilustrados, tabelas de cálculo — são outras tantas aplicações do princípio que vimos estudando.

Outra aplicação ainda — a necessidade de acompanhar com a realização das experiências o estudo das ciências positivas. Em vez de enfileirarem em séries intermináveis os adjetivos incolores para caracterizar as qualidades de um minério ou de um reagente químico que os alunos tenham diante dos olhos, um espécime natural do corpo que se estuda. Em lugar de descrever laboriosamente o aparelho, as suas diferentes peças e o funcionamento de cada uma delas, que o instrumento esteja na aula, entre em atividade sob os olhos dos alunos, de modo que as palavras de explicação do mestre vão apenas acompanhando ocularmente a realidade que lhes vai entrando diretamente pelos olhos.

Em nome deste princípio psicológico de importância fundamental em pedagogia é que a escola ativa empreende a luta contra todo o *verbalismo* ou *memorização*. O verbalismo é a inversão prejudicial da ordem que deve presidir à aquisição dos nossos conhecimentos: objeto, imagem, palavra. Aqui se começa pela *palavra*, que ou não evoca imagem alguma ou vai suscitar uma representação vaga, imprecisa, pálida, através da qual não se chegará ao conhecimento do objeto correspondente que nunca entrou em relação direta com a faculdade. A ciência real das cousas substitui-se assim à sonoridade vazia das palavras. Infelizmente como é frequente este ensino verbalista e inútil! Na escola primária, quantas vezes a terminologia rica e complicada do professor não corresponde a imagem alguma nas pobres criancinhas cuja experiência é ainda tão delicada! Ensino de palavras e mais palavras. Nas almas infantis é a distração, o tédio, o sono, — o desinterêsse. Nas escolas secundárias não é menos comum nem menos nocivo o mal da parolagem ôca. Estamos numa aula de química. O professor descreve o iodo; é um corpo sólido, de cor acinzentada, de brilho metálico, cristaliza em octaedros, volatiliza facilmente pela elevação de temperatura, emitindo vapor de cor violácea intensa, etc. (excerto de um livro de química). O ra-

pazinho de seus 14 ou 15 anos que provavelmente do iodo só conhece a tintura comum, que idéia ficará fazendo deste elemento? Corpo *sólido* — mas a solidez é uma palavra única para designar um sem-número de estados diferentes de maior coesão da matéria: sólido é o pão, a cêra, o aço e o diamante... Brilho *metálico*, outra expressão que na pobreza de nossa linguagem pode indicar modalidades muito diferentes de refletir a luz; côr *acinzentada*, também aqui um só adjetivo a que correspondem tonalidades, matizes muito variados. O mesmo se diga do violáceo. Podeis estar certo que depois desta descrição verbal, se o aluno encontrasse o iodo no meio de outros corpos, seria incapaz de distingui-lo. Mostrai-lhe algumas escamas de iodo, fazei as reações características; só então aos vossos adjetivos corresponderão imagens próprias, nítidas, aptas a conservar um conhecimento útil. Do contrário, tereis não ciência das causas, mas sobrecarga de palavras decoradas que se esquecerão no dia seguinte. Outro exemplo. Estamos em história. Invasão dos bárbaros no Império Romano. O professor enumera...

A todos estes termos mais ou menos exóticos que o aluno ouve pela primeira vez não lhe corresponde nenhuma realidade geográfica. Panônia é para êle um nome nada mais. Todo êste movimento de povos não lhe dirá absolutamente cousa alguma do que foi na realidade. Tomai agora um mapa histórico de KIEPERT, segui a migração dos invasores, entrai com os homens na Panônia, o aluno verá que a Panônia invadida é a Hungria moderna, que a Aquitânia é a região circunstante, a atual Bordéus, etc. a história terá outra vida, outro interesse. Ao ensino verbalista substituir-se-á a instrução realista.

Afim ao *verbalismo* é o vício da memorização. Com a memorização, porém, que é defeito, convém não confundir a cultura da memória, que é um benefício. Como tôdas as outras faculdades, também a memória deve ser cultivada e

desenvolvida com o exercício. Não há para o estudo e para a vida auxiliar nada tão prestimoso quanto uma retentiva pronta e tenaz e já lá dizia DANTE: *Non fa scienza senza lo ritenere l'aver inteso*. O decorar, portanto, é, ou pode ser um exercício útil, um meio indispensável de desenvolver a memória, como a ginástica avoluma e enrija os músculos. Começa a ser um mal, quando, exorbitando da sua função, a memória invade anárquicamente o domínio das outras faculdades, procurando substituir-se à sua atividade própria e natural. Em vez de se observar, examinar, analisar um corpo e as suas qualidades, decora-se-lhes a descrição do livro. Memória que indevidamente se substitui à indispensável experiência. Em vez de um esforço pessoal para entender o nexos lógico que prende uma à outra as diferentes fases da demonstração de teorema geométrico, decoram-se, com notável fadiga, as frases, a figura, as letras do compêndio. Memória que indevidamente se substitui à atividade racional. E estes perigos e inconvenientes de uma memorização esterilizadora de outras qualidades d'alma poderiam multiplicar-se sem dificuldade. O primeiro defeito da substituição da palavra pelo objeto, leva-nos à intuição verbalista; o segundo, da substituição da memória a outras atividades cognoscitivas, gera a instrução livresca. Verbalista ou livresca, a formação será sempre gravemente defeituosa porque não nos porá em contato com a realidade, nem nos preparará para a vida, onde estaremos em face das cousas e não de palavras em som ou em tinta.

Esta necessidade da *intuição*, convém lembrá-lo, não é descoberta da escola nova. Sobre ela, com mais ou menos força, insistiram os grandes mestres da pedagogia de todos os tempos. Nestes últimos séculos basta lembrar os nomes de VIVÈS, COMENIUS, no século XVI, mais tarde, ROUSSEAU, PESTALOZZI, BANDOW e outros. O progresso da indústria moderna permitiu aos nossos tempos realizar de modo mais perfeito e econômico as aspirações antigas.

Com a *intuição*, porém, ainda não satisfizemos a integridade das exigências pedagógicas do princípio que estudamos. A intuição, no sentido estrito, é o conhecimento imediato que do seu objeto tem a vista, e por analogia a inteligência. Intuição é visão direta, dos olhos ou da inteligência.

Mas os olhos não são a única faculdade sensível que convém pôr em contato imediato com o seu objeto. Temos os outros sentidos que nos são úteis e importa formá-los. Numa escola em que só os olhos observassem, a mera intuição dos objetos não corresponderá aos ideais da escola ativa. A atividade deve estender-se em conformidade com a mesma lei às outras faculdades de percepção sensitiva.

Antes de tudo, *para o conhecimento real e objetivo dos corpos*. Os sentidos não se substituem uns aos outros, cada um tem o seu objeto próprio, esfera natural de sua ação, — uma determinada modalidade dos seres que poderá representar com imagem própria. Fora deste campo, as imagens formadas serão impróprias, analógicas, imperfeitas: assim os olhos, como objeto específico, preenchem a côr, imperceptível a qualquer outro sentido, como objeto comum, percebem, através da côr, e as modificações quantitativas no espaço: a forma, a figura, o movimento, o número, que outros sentidos também podem perceber através de um objeto próprio (ouvido: movimento e número; tato: forma, número e movimento). Mas há uma outra série de propriedades — como dúctil, maleável, elástico, maciço, frágil, duro, friável, tenaz, viscoso, etc., que se não poderão apreender sem outras experiências particulares através da atividade das mãos. Colocai diante das crianças amostras de borracha, couro, papelão, papéis e panos de várias espécies; será impossível conhecê-las e distinguir-lhes as qualidades específicas, com o simples recurso dos olhos e dos ouvidos. Onde não houver outras experiências, todos os termos que designam estas propriedades ficarão sendo palavras sem imagens próprias corres-

pondentes; recaímos no puro verbalismo ou pelo menos num conhecimento muito imperfeito, todo de analogias.

É analógico o conhecimento sensível quando aplicamos a um ser uma miragem própria de outro ser ou de outra modalidade do ser que julgamos ter com a primeira a afinidade de alguma semelhança.

Há um célebre músico russo, *MUSSOROSKI*: que visitou uma vez uma exposição de quadros — desenhos e aquarelas, de um grande artista, seu amigo *V. HARTMANN* (184). Eram 10 quadros sobre os assuntos mais variados: Um velho castelo medieval, em cuja frente um trovador italiano entoava os seus cantares — uma das alamedas das Tulherias, povoada de crianças e governantes — um velho carro de bois, dos usados na antiga Polônia — uma rixa de mulheres no mercado de Limoges — um diálogo entre dois judeus polacos, um rico e outro pobre — a grande porta de Kiew. O grande músico percorreu interessadamente toda a galeria, bebeu pelos olhos as mais variadas impressões artísticas, e resolveu traduzi-los em sons com o segredo de sua grande arte. Compôs outros tantos trechos relativos aos diferentes quadros, separados por um “allegro”, um “moderato comodo,” um “tranquillo,” sobre temas variados que representavam o passeio do próprio autor indo de um, para outro quadro. Tudo o que os olhos perceberam foi traduzido para os ouvidos em sons. A idéia é original, a execução aprimorada e aqui e aí as analogias não deixaram de ser interessantes. Mas haveréis de confessar que se não conhecemos a coleção de *HARTMANN* senão através das harmonias de *MUSSOROSKI*, bem pouco fundamento teríamos para apreciar os merecimentos do pintor.

Sem recorrer ao músico russo, um caso mais frequente da imperfeição dos conhecimentos sucessivos analógicos, temos os cegos de nascença. Por lhes faltarem as imagens próprias das côres, estes infelizes não as podem representar senão através das percepções auditivas; o vermelho desper-

ta-lhes na imaginação algo de parecido com um toque de clarim. Convém, portanto, na educação dos mesmos, a fim de evitar a vacuidade do verbalismo ou as imperfeições da analogia, recorrer, onde fôr mister, às sensações táteis e cinestésicas.

Necessidade que ainda se impõe também por outro motivo tirado da variedade dos tipos: atuados uns pelos olhos — são os tipos *visuais*; outros em impressões de sons — são os tipos *auditivos* — outros ainda em elementos tirados de representações do tato e das sensações de movimento — são os tipos *cinestésicos, motores*; entram por fim os tipos *mistos*, que se servem mais ou menos indiscriminadamente conforme o conceito das impressões dos vários sentidos, ou a um mesmo conceito fazem corresponder ora uma imagem, ora outra. Falai em tempestade ou trovão; ora a idéia despertará uma impressão dos olhos — a visão do relâmpago e do raio; ora, uma impressão auditiva — o estampido do canhão ou o sibilar do vendaval.

Ora, a escola deverá normalmente oferecer aos seus alunos a oportunidade de desenvolverem e enriquecerem o tesouro de seus conhecimentos em harmonia com as exigências naturais de seus tipos psicológicos. Numa escola em que só se fala aos olhos e aos ouvidos comete-se, talvez sem consciência mas nem por isso sem prejuízos, uma verdadeira injustiça para com os tipos motores e cinestésicos. A causa da desatenção de muitos alunos, de seu desinteresse pelos estudos, da sua falta habitual de aplicação prende-se muitas vezes à extrema penúria do material representativo, que se não pôde desenvolver segundo a linha natural de suas aptidões. Só oferecendo paralelamente a oportunidade de se desenvolverem as diferentes imagens pela instrução e pela atividade manual, se satisfazem as condições justas e as exigências variadas da instrução dos diferentes tipos. Num mesmo tipo, a riqueza das experiências tornará o conhecimento mais completo, mais profundo e mais pessoal.

Fazei por exemplo a experiência seguinte. Explicai e descrevei às crianças os cinco poliedros regulares (tetraedro, cubo, octaedro, dodecaedro, icosaedro); dizei como são constituídos, — número e natureza das faces, número dos ângulos, etc. — passai adiante, ide ao quadro negro e desenhai em projeção os cinco sólidos — melhor, tomai cinco modelos de gesso ou de madeira, mostrai-os, permitindo aos alunos um exame completo e minucioso — por último, armai as crianças de tesoura e cartolina e dirigi-as no trabalho de modelagem das figuras geométricas. Feitas estas experiências necessárias, observareis num grande esforço que do primeiro caso em jôgo, na atividade manual e pessoal do aluno, o conhecimento se foi tornando cada vez mais rico em nitidez, precisão, profundidade e durabilidade.

Outra vantagem ainda destas instruções variadas será levar insensivelmente o próprio professor à descoberta do tipo psicológico a que êle pertence. E esta descoberta terá grande importância na orientação da escola. Os que se descobriram visuais ou auditivos estarão de sobreaviso para não serem injustos com os motores; os que se servem provavelmente de representações cinestésicas não esquecerão os alunos pertencentes a outros tipos. Os primeiros não desprezarão a atividade manual, os segundos não irão sobrevalorizá-la.

Destas exigências motivadas por tantas razões de ordem psicopedagógica infere a escola ativa a necessidade do *trabalho manual* na nova organização do ensino. A intuição dos objetos, para subministrar imagens próprias de tudo o que podemos conhecer pelos olhos; a atividade das mãos, para enriquecer-nos de imagens também próprias, o conhecimento das qualidades dos corpos que só por meio do tato se nos manifestam. Num e noutro caso, a aplicação do mesmo princípio que domina toda a aquisição de conhecimentos: objeto, imagem, palavra.

Esta educação indispensável até agora havia sido feita pela própria natureza com o jôgo espontâneo dos instintos.

Na sua evolução a criança passa por várias fases que os psicólogos procuram determinar com mais ou menos rigor. É primeiro a idade do jôgo, entre os 4 e os 6 anos. É mais tarde a idade dos interêsses objetivos dos 7 aos 12 anos em que a criança se faz construtor, pescador, caçador, guerreiro. Nos meninos e nas meninas diferencialmente êstes instintos levam de fato ao contato imediato com as cousas e ao enriquecimento progressivo das suas experiências sôbre as propriedades dos corpos.

A pedagogia moderna, utilizando estas observações sôbre a evolução dos interêsses e a sua razão de ser psicológica, procura tirar-lhes tôdas as vantagens para um rendimento maior na formação infantil. Daí o sublinhar a importância da atividade manual. Não é só o jôgo — como veremos em outra oportunidade, que se torna educativo, transformando-se em veículo de um sem-número de conhecimentos úteis; mas ao trabalho manual propriamente dito se abre um espaço mais amplo nas ocupações escolares. Os jardins passam a ser um anexo indispensável das casas de ensino, a areia, a argila e o papelão são matérias-primas de primeira importância. Com a areia figuram-se regiões geográficas inteiras com o relêvo de suas montanhas e o profundo dos seus vales. A argila e o papelão prestam-se à modelagem dos mais variados objetos. Isto na escola primária; na secundária, insiste-se mais sôbre a participação pessoal dos alunos na fabricação caseira de instrumentos, na manipulação das reações e na preparação das experiências; nos cursos superiores de preparação profissional substitui-se — nas cadeiras práticas, a dissertação abstrata das cátedras pelo trabalho ativo das oficinas, dos laboratórios, das clínicas, dos tribunais. Em algumas escolas — sobretudo as escolas de trabalho de KERCHENSTEINER e as soviéticas — acentuou-se ainda mais a importância do trabalho manual que passou a ser con-

siderado como um meio de *adquirir uma técnica* especializada; de modo que todo aluno saísse com capacidade suficiente para o exercício de uma profissão manual — pedreiro ou carpinteiro. Como generalização para tôda espécie de escolas, parece-nos que é ir muito longe. Aqui consideramos apenas o trabalho manual do *seu valor educativo*, nesta palestra, nos restringimos apenas a assinalar-lhe as vantagens para a aquisição de *conhecimentos positivos e experimentais*. O trabalho é ainda um ótimo exercício para o desenvolvimento das *fôrças musculares*, e uma ocasião muito oportuna para a educação dos sentimentos de sinceridade, de colaboração e de solidariedade sociais. Estas considerações, porém, saíram da linha reta do nosso plano de hoje. Resumamo-lo antes de concluir para conservarmos presente a orientação geral das idéias.

O grande segredo da pedagogia é despertar o interêsse. Só a atualidade assim estimulada é espontânea e educativa. Com êste intuito devemos transformar a escola num ambiente em que as faculdades se possam desenvolver segundo as suas leis naturais. Dentre estas faculdades — há as de *conhecimento* sensitivo e intelectual — e as tendências. Hoje só analisamos as condições das faculdades de conhecimento, e pelo menos diretamente só as de conhecimento sensitivo. Na próxima palestra continuaremos nosso estudo estendendo-o às formas de atividade espiritual. Quanto à ordem sensitiva — a grande lei de aquisição dos conhecimentos exige a seriação dos três elementos: objeto — imagem — palavra. A inversa desta ordem despenca no verbalismo — na memorização — na ciência livresca. A observância desta exigência leva ao desenvolvimento do método intuitivo e das atividades manuais sensatamente dosados e distribuídos. Com exceção de exageros manifestos por tôda parte se não de encontrar êstes espíritos extremados para os quais o equilíbrio do bom senso é um ideal

irrealizável — quer me parecer que tudo isto representa uma verdadeira aquisição no progresso sólido da pedagogia.

Terminamos elevando-nos um pouquinho do terra-a-terra prático destas considerações pedagógicas um tanto áridas, e procurando não só uma norma imediata para a nossa orientação profissional mas um alimento mais sólido para a nossa vida humana. E para isto bastará, num bater de asas, elevar-nos à primeira e mais alta origem de um grande princípio de valor transcendental do qual estudamos as últimas aplicações na ordem didática. Não há maior escola de atividade do que o cristianismo. Pequenos, ensinaram-nos na doutrina cristã que, em certas circunstâncias, o deixarmos de agir poderá ser um pecado grave: há pecado de omissão mais tarde quando abrimos um Evangelho e lemos lá que, na nossa vida moral, não é o verbalismo, é a ação que salva: “Não entrará no reino dos céus quem diz: Senhor, Senhor, mas quem faz a vontade do meu Pai.” Aos primeiros cristãos pregaram os apóstolos não a atitude receptora de quem ouve, mas a decisão enérgica de quem faz. S. Paulo: *Non auditors legis justi sunt apud Deum, sed factores legis justificabantur*. R. 1,13, S. Tiago, 1,22: *factores verbi non auditores tantum*.

Razão mais alta. Só Deus é perfeito e feliz por natureza, possuindo na simultaneidade de seu ato eterno a plenitude infinita da sua perfeição. Nós somos seus *começados*, e só a nossa atividade nos dará o acabamento de que somos suscetíveis e que nos fará felizes. Recebemos a princípio uma perfeição *primeira*, formal, que nos coloca num grau da hierarquia dos seres, e nos faz homens — esta perfeição é a nossa essência, a natureza, princípio radical de atividades multiformes que deverão por atos distintos da natureza chegar à sua perfeição segunda, e final.

Na medida em que formos ativos, e atualizarmos todas as potencialidades latentes do nosso ser, realizamos a nossa finalidade divina. Tudo o que fôr passividade, indolência,

inércia representa para nós uma diminuição do ser, uma perda de perfeição possível, um deficit que introduzimos no plano divino da nossa felicidade.

Portanto, na ordem natural, o desenvolvimento harmonioso de todas as qualidades, de todos os dons, de todos os talentos, que nos liberalizou a Providência, dentro das possibilidades reais da nossa vida; na ordem sobrenatural, a correspondência fiel a todas as graças — germes também elas de uma vida mais alta que a nossa atividade deverá levar à sua plena expansão em toda ordem e sempre — atividade, atividade, atividade — para levar todo o bem à plenitude de sua existência real — eis a última palavra do cristianismo sobre a perfeição e a felicidade da vida.

Rio, 4 de julho de 1932.

APÊNDICE

LA LIBERTÀ

E

IL MODERNO DETERMINISMO SCIENTIFICO

(DISSERTAZIONE)

A.M.D.G.

15-10-914

NOTE ED AGGIUNTE

Riassunto di tutta la dissertazione.

Lo scopo della dissertazione è dimostrare l'esistenza del libero arbitrio contro i moderni deterministi. Due parti principali la compongono, una positiva, altra negativa. La prima, dove si prova l'esistenza della libertà, mira direttamente a edificare e sol di rimbalzo edifica. Come introduzione si espone il dissenso dei moderni intorno alla grande questione della libertà. Poi si mostra la sua importanza dalle conseguenze che ne seguono, teoriche e pratiche. Più distesamente si indicano le conseguenze pratiche del determinismo: distruzione della moralità, della società, e della religione, e da ciò stesso si deriva il primo argomento per l'esistenza della libertà: l'esistenza della morale etc. Poi, sorvolando, si accenna la prova dedotta dal consenso universale del genere umano. Poscia, come causa di questo consenso, si svolge la prova tolta dalla coscienza psicologica. Finalmente, come corona degli argomenti, si adduce la prova metafisica, fondata nella natura stessa della volontà, o appetito ragionevole. L'esposizione di questa prova costituisce la prima parte. Nella seconda si esaminano e volgono successivamente le difficoltà che gli avversari sogliono opporre in nome della meccanica, e fisica generale, della psicologia, della metafisica, e della Criminologia positiva. Si termina riassumendo em poche parole tutta la dissertazione, e mostrando come solo la libertà salva la dignità dell'uomo.

LA LIBERTÀ ED IL MODERNO DETERMINISMO SCIENTIFICO

Introduzione. — Dissenso dei moderni intorno alla libertà.

“La grande lotta, scrive HAECKEL, fra il determinismo e l'indeterminismo si è decisa definitivamente dopo più di due mila anni a favore del determinismo.”¹ Ancora una volta la volontà ostinata accecò l'intelletto dello sfortunato professore de Iena. Il determinismo non *trionfò definitivamente* dell'indeterminismo, perchè l'errore non trionferà mai della verità. Essa, come il sole, potrà avere i suoi eclissi, potrà essere oscurata da nubi caliginosi di passeggera tempesta, ma i suoi raggi dilegnando al fine ogni tenebra sfavilleranno col natio fulgore. Non si può tuttavia negare che nessun altro secolo ha visto mai una lotta così accanita intorno al grande problema come il secolo ormai tramontato. Mai la libertà ha avuto così numerosi e formidabili avversarii, mai tanti campioni accorsero sulla breccia per respingere gli assalti furiosi del nemico e salvare dal minacciato eccidio la base stessa della dignità umana.

Allo stesso tempo, incoerenza ridicole! mai nei libri politici, nei giornali, nei discorsi, il magico nome di libertà ha esercitato un fascino così potente sugli animi nè suscitato tanto palpito di entusiasmo nei cuori come ai di nostri: da ogni parte ed ad ogni momento non si sente altro che un grido alla libertà, libertà di stampa, libertà di pensiero, libertà di coscienza. Al delirio e al culto superstizioso della folla e degli oratori per questo nome, il cui senso è ignorato da i più, gli scienziati, sentenziando olimpicamente dell'alto delle loro cattedre opposero la negazione la più fredda, la più scettica, la più spietata del libero arbitrio. Lo chiama-

¹ HAECKEL, *Aenig*, p. 151. (Ap. SCHAAF, *Psych. De parte intellectiva*, p. 209.)

rono una vana illusione teologica, un a-priori anti-scientifico della vecchia metafisica in contraddizione ormai coi fatti accuratamente veduti ed osservati, e concio la rilegarono ai musei preistorici, come reliquia dei tempi anti-diluviani. Nè si creda a una esagerazione. Così parlano, così scrivono quelli che da molti sono considerati come i più illustri rappresentanti della scienza moderna. PAULSEN chiama la libertà una chimera, una fantasia del metafisico scolastico² (Givujccpfiuft), un sogno di cervello morboso.³ HERBART la considera come un cumulo de assurdità.⁴ FEUERBACH la dice una invenzione della metafisica speculativa di una filosofia ebberia, parola commoda e sempre pronta pei cervelli pigri, per le menti indolenti.⁵ SCHOPENHAUER va oltre: “La questione del libero arbitrio, dice egli, è veramente la pietra di paragone, al cui tocco se possono distinguere i profondi pensatori dagli spiriti superficiali.”⁶

Importanza della questione dedotta dalle sue conseguenze. — In una parola, nei di nostre, fisici, fisiologi, storici, psicologi, moralisti, metafisici, tutti si sono impregnati nella opera demolitrice, dando-se le mani per scancellare del genere umano l'universale persuasione nel libero arbitrio. Intanto fra tutte le questioni filosofiche poche vi sono le cui conseguenze si stendono più ampiamente, come la questione che ora ci occupa. Nella parte speculativa la sua soluzione vi rannoda intimamente coi principii più alti della metafisica; nella parte pratica essa è legata ai destini stessi della umanità, distruggendo o poggiando su solidi fondamenti la

² PAULSEN, *System der Thik*. 1889. (Apud PESCH *Psych.* III Vol. § 1025 in nota.)

³ Apud SCHAAF, *Psych. De parte intell.*, p. 159.

⁴ Apud SCHAAF, *Psych. De parte intell.*, p. 159.

⁵ Apud SCHAAF, *Psych. De parte intell.*, p. 159.

⁶ SCHOPENHAUER, *Essai sur le libre arbitre* — Ed. de Paris 1892. (Apud ROSSIGNOLI, *Il determinismo nella sociologia positiva*, p. 3 in nota.)

moralità, la società e la religione. Traltemamoci, un momento su questi conseguenze del determinismo.

Conseguenze prache del determinismo.

a) *Distrugge la moralità.* — Anzitutto la negazione della libertà è la morte e la sepoltura della moralità. Già l'aveva detto S. TOMASO. Parlando di simile dottrina "est annumeranda, dice egli, inter extraneas philosophiae opinionones, quia non solum contrariatur fidei, sed subvertit omnia principia philosophiae moralis." ⁷ Infatti, acciochè un atto umano si possa dire tale, e conseguentemente acquistare valor morale due condizioni si richiedono, una della parte della ragione, l'altra della parte della volontà: cognizione e libertà. La ragione, norma e regola prossima della morale dovrà conoscere il rapporto fra due oggetti, non solo secondo che essi sono appetibili dai sensi, piacevoli o spiacevoli (che a ciò basta la cognizione sensitiva), ma secondo un ordine superiore, secondo l'ordine dell'onestà o disonestà. Nel potere della volontà poi dovrà essere il dominio del suo atto, essa dovrà avere la facoltà di scegliere e determinare liberamente le proprie azioni. Ove una di queste due condizioni manchi, non avremo più un atto morale. Così nessuno, eccetto un cervello bislacco dirà mai moralmente buona o cattiva la fedeltà di un cane al suo padrone, la puntualità di un albero nel revestirsi di foglie ai primi soli di Maggio. Impossibile dunque a l'uomo di vivere o agire moralmente senza la libertà; ammettete il determinismo e avete spezzata la morale nei suoi fondamenti.

b) *Distrugge la società.* — Ne ciò basta. Totta la moralità viene anche distrutta là della società umana. Una unione morale e stabile di molti individui, che, cooperando, tendono verso un medesimo scopo: ecco la definizione della società. Tra quelli che la costituiscono v'è un vincolo mo-

⁷ De malo q. VI à uno. in corp.

rale che li congiunge, un complesso di doveri e diritti che coordinano alla fine comune le singole attività. Spezzato questo vincolo morale non avremo altro modo di unione che la vicinanza o la propinquità fisica che congiunge le pecore di una stesso gregge, vale a dire, non avremo una società umana. Essa non si può concepire senza diritti e doveri degli individui verso la comunità e di questa verso di quelli. Ora nel determinismo diritto e dovere sono parole vuote di realtà. Non lo dissimula lo SCHOPENHAUER, in ciò più coerente a se stesso: "Noi non parleremo, così egli, del dovere nè punto nè poco: questo linguaggio non è fatto che pei fanciulli o pei popoli che sonno ancora nella infanzia, ma non per uomini che si sono assimilati tutti e lumi di un secolo arrivato a maggiore età." ⁸ Il dovere, infatti, è una legge, mas una legge morale, non una legge fisica che di vincole morale non è nè può esser suscettiva. L'idrogeno in certe condizioni si combina con l'ossigeno, la terra gira intorno al sole con una determinata velocità: ecco delle leggi fisiche. Non sarebbe forse ridicolo colui il quale ci venisse a parlare intorno a una teoria sul dovere dell'idrogeno nelle sue combinazioni, o della terra nel suo giro annuo? E la ragione si é perchè nel mondo fisico regna la più assoluta necessità; in quelle circostanze l'idrogeno c'ha quella affinità, la terra quella forza viva: fanno così e non possono fare altrimenti. Non v'è dovere, là dove non v'è libertà. E col dovere perisce anche il diritto, essendo queste due nozioni correlative, delle quali una richiama l'altra. Nè i genitori e i superiori avrebbero il diritto alla riverenza e al rispetto dei loro figliuoli e sudditi se queste non avessero il dovere di riverirli e rispettarli.

Ora smossi queste fondamenti, scancellate queste idee, tutto nella società umana diventa incomprendibile. Le Co-

⁸ SCHOPENHAUER. *Le monde comme volonté.* Trad. franc. Paris 1866. Vol. I, p. 633. (Apud ROSSIGNOLI lib. cit. p. 7.)

stituzioni, le leggi sono una assurdità, perchè impongono dei doveri a chi non può osservarli, i tribunali, una ingiustizia, perchè puniscono un irresponsabile. L'imputabilità, l'obbligazione, il vizio e la virtù, i castighie e i premi, la giustizia e l'ingiustizia, la prudenza, l'educazione morale non saranno che pure illusioni, belle parole e nulla più. — La società umana, rovinata nelle sue basi, crollerà inevitabilmente: al posto del diritto, si sostituirà fatalmente la forza, la forza brutta, che regnerà da padrone sovrana senza scrupolo e senza freno. Ecco lo stato al quale riducono i deterministi la dignità umana, eclissando allo stesso tempo con questa ogni bellezza morale, la bellezza propria e caratteristica dell'uomo. Con vertici scrisse il FONSEGRIVE: "La bellezza non esisterebbe più nell'uomo se il libero arbitrio cessasse di esistere... Ciò è sì vero che se l'artista dà alle sue figure l'aspetto esteriore di assenza della libertà, la bellezza tosto s'invola. Nessuna passione dominatrice dell'anima al punto di renderla schiava, è bella; l'estremo terrore, l'amore bestiale, il furore cieco sono brutti; la gioia e il dolore spinti all'eccesso non lo sono meno. Ciò che è bello nell'uomo è l'emozione che eccita alle grandi opere ma lascia padrone di se." ⁹ Certo causa ribrezzo e l'animo se rivolta al solo pensiero che la fedeltà eroica di un REGOLO, la carità di un VINCENZO DI PAOLI, il patriottismo di una GIOVANNA D'ARCO non sono altro che il risultato necessario e fatale di un insieme di agenti fisici e fisiologici, il quali riuscirono così perchè non poterano riuscire altrimenti, "come una pietra, direbbe DIDEROT, che da sè stessa segue la chuià di una montagna." ¹⁰

c) *Distrugge la religione.* — Ma sfortunatamente le rovine ammassate del determinismo non si fermano nella

⁹ FONSEGRIVE, *Essai sur le libre arbitre*. 1.^a edit. p. 563. (Apud FARGES. *Libertà e dovere*. Trad. ital. Siena 1909, p. 18.)

¹⁰ DIDEROT, *Oeuvres*, edit. Brière, T. VI, p. 283. (Apud FARGES. *Ibid.*, p. 20.)

distruzione della morale e della società. Si stendono oltre, minano le basi stesse della religione rendendola radicalmente assurda nei suoi dogmi fondamentali. Tutta l'economia della religione rivelata si poggia sul fatto primitivo di una colpa originale, di una degradazione della umanità nei suoi primordii. Da questo fatto la sua spiegazione il mistero della Redenzione del genere umano, con le sue diverse fasi: Incarnazione, Passione, Morte e Risurrezione del Verbo, fatto Uomo. Alla venuta del Figliuolo di Dio sulla terra si collega la fondazione della Chiesa, l'istituzione della legge della grazia, dei sacramenti e tutta quanta l'economia attuale della Chiesa Cattolica. Ora il peccato originale, come qualunque altro, è nel determinismo, una parola vuota di realtà, importando esso formalmente nel suo concetto una ribellione colpevole; ossia un consenso della volontà libera ad una azione vietata da Colui che può imporre all'uomo il suo volere. Una volta distrutto il vero concetto di peccato, e tolta di mezzo la differenza essenziale tra il bene e il male, il vizio e la virtù, diventa anche assurde una vita futura nella quale i giusti ricevono il premio delle loro opere e i malvagi la pena dovuta ai loro misfatti. Ricompensa e punizione suppongono merito e demerito, i quali non possono aver luogo altro che in un atto morale, che sia fatto liberamente e del quale possiamo astenerci, operando altrimenti. Che! Perfino il concetto stesso di un Dio Onnipotente diventa impossibile e incomprendibile. Essendo le azioni umane necessariamente determinate, l'uomo non se può essere responsabile, ma solo la natura, ossia il suo Autore. Ad un Dio, dunque, infinitamente santo, infinitamente giusto, infinitamente perfetto si dovranno attribuire tutti i disordini morali che coprono di luto i fasti della scaduta umanità. Bestemmia orribile, ma per i deterministe conseguenza logicamente derivata dai loro principii, e che, abrinè! purtroppo spesso incontriamo in una letteratura contemporanea ispirata alle loro dottrine. "Les fautes, scriveva PROUDHON rivolgendose

a Dio, les fautes dont nous te demandons la remise c'est toi qui nous les fais commettre." ¹¹

Tale si ci presenta il determinismo nelle sue conseguenze, assurdo, mostruoso, demolitore di ogni cosa, simile a questi cicloni che non semanano sul loro passaggio che distruzione, rovina e morte.

Da queste conseguenze false si deduce il primo argomento in favore della libertà. — E intanto, quasi senza avvederci, con segnalare simili effetti della negazione della libertà abbiamo svolto un argomento, indiretto sì, mas validissimo, per la sua esistenza. Non può esser vera una dottrina che porta a simili conclusioni. Dei consequenti falsi ci danno in buona dialettica il diritto di affermare l'assurdità de l'antecedente da cui, a rigore di logica, essi discendono. Insistendo più su questo argomento diciamo: esiste il dovere, dunque esiste la libertà. Abbiamo visto la legittimità di tale deduzione; l'esistenza poi del dovere è uno di quei fatti fondamentali, così profondamente radicati nel senso comune della umanità, così fulgenti della propria evidenza che innanzi ad esso si spunta ogni sofisma, ogni arguzia si dilegna. Perfino KANT, negatore sfacciato di ogni realtà, distruggitore di ogni certezza, innanzi a tanta luce di evidenza si fermò. Dal dovere fece il suo imperativo categorico e su l'esistenza del dovere, come su rocca incrollabile, credette di poter ricostruire tutta la sua metafisica. Dio, anima, vita futura e quanto imprudentemente aveva demolito nella Critica della Ragione Pura: "Noi siamo obbligati, così egli, di credere al dovere e a tutto ciò che lo rende possibile." ¹² Camblando il credere di KANT in atto di evidenza e certezza scientifica facciamo nostra le parole sue, e su esse stabiliamo

¹¹ PROUDHON, *Contradictions économiques ou Philosophie de la misère*. (Apud LONGHAYE. *Théorie de Belles Lettres*, 3ème, édit., p. 267.)

¹² KANT, *Critique de la Raison Pratique*. Barni, p. 363. Apud FARGES, p. 11.)

la nostra prima prova dell'esistenza del libero arbitrio. "L'uomo, diciamo col FARGES, ha bisogno del dovere e della libertà per raggiungere il suo fine morale... dunque la natura ne lo ha realmente provveduto." ¹³

2.^o argomento. *Consenso del genere umano*. — Fondata su questo ragionamento l'umanità intera, s'accorda nel ammettere la libertà come un fatto indiscutibile. Questa persuasione invincibile e universale del genere humano non la cancellarono nè la cancellarono mai i monti di volumi scritti dai deterministi. Dapertutto troviamo le nozioni di giusto e d'ingiusto, di vizio e di virtù, di merito e di demerito, di diritto e di dovere; in tutte le nazioni vediamo stabilite delle istituzioni, delle leggi; i consigli, le persuasioni, i premio e i castighi, le lodi e i vituperii, le promesse e le minacce sono altrettante nazioni inesplicabili senza il libero arbitrio, le quale intanto sono si comuni a tutte le classi de uomini, a tutte i popoli, a tutto intero l'umano genero che S. AGOSTINO poté scrivere: "Nonne ista cantant et in montibus pastores et in theatris poetae, et indocti in circulis et docti in bibliothecis et magistri in scholis et antistites in sacris locis et in orbe terrarum genus humanum?" ¹⁴ Perfino gli stessi deterministi, se nella teoria rigettano la libertà, nella pratica si portano presso a poco come gli altri uomini. Tanto è vero che non si può disdire la natura! "Chassez le naturel il revient au galop", diceva DESTOUCHES, ¹⁵ ricordando il già detto da ORAZIO: Naturam expellas furca, tamen, usque recurret. Sono deterministi nei loro gabinetti di studii; in tutto il resto ammettono la libertà come il più ingenuo contadino; non possono sostenere la loro posizione se non a patto da uno sdoppiamento forzato di coscienza; pensano in un modo, agiscono in un altro — per essere deterministi saranno incoerenti.

¹³ FARGES, *Libertà e dovere*, p. 30.

¹⁴ S. AGOST., *De duabus animis*, contra Manich. c. 11.

¹⁵ DESTOUCHES, *Le glorieux*. Acte III. Scene V.

3.^o argomento. *Testimonio della coscienza psicologica* — Ora, di questa persuasione intima, costante, universale, dobbiamo assegnare una ragione, una causa adeguata. Questa causa convenientemente svolta sarà uno degli argomenti, il più ovvio e alla portata di tutti, sul quale poggieremo la nostra tesi. — I deterministi, come tanti altri moderni, dopo aver accusato gli antichi (senza conoscerli) di un apriorismo ingenuo e anticritico, sono esse stessi nelle loro conclusioni arbitrari, capricciosi e anti scientifici. Stabiliscono arbitrariamente come assioma universale la necessità di ogni fenomeno fisico e psichico, e poi, negano ogni argomento, ogni prova in contrario col pretesto di contraddire a l'universale principio, che, secondo loro, regola ogni azione creata. "La psicologia, scrive M. HOFFDING, deve essere determinista come ogni altra scienza; essa deve partire dalla supposizione che la legge della causalità si applica alla vita della volontà, nella stessa guisa che alle altre manifestazioni della vita e della natura materiale." ¹⁶ Non è così che si fa la scienza, diremo ora noi ripetendo giustamente quello che tante volte ci hanno ingiustamente rinfacciato. La scienza si deve fondare sui fatti, deve osservarli e poi cercare quanto è possibile al nostro debole intelletto, una spiegazione. Ora i fatti si osservano con l'esperienza. Quale esperienza? Con l'esperienza esterna, fondata sul testimonio dei sensi allorchè si tratta di fatti esterni; con l'esperienza interna che si poggia sulla relazione della coscienza, se i fatti sono interni appartenenti alla psiche. Essendo quindi la libertà un fenomeno psicologico esso cade sotto la coscienza normale alla quale dobbiamo ricorrere per domandare, non già direttamente l'essenza o l'intrinseca costituzione dell'atto libero, ma la sua esistenza. Ora su ciò, cosa ci dice la coscienza? Risponda per tutti al BOSSUET: "Ognuno di noi ascolte e consulte si stesso, sentirò che è libero come sentirà che è

¹⁶ M. HOFFDING, (Apud MERCIER, *Psych.* II-Vol. p. 113.)

ragionevole." ¹⁷ Il testimonio della coscienza, infatti, su questo punto è di una chiarezza, di una evidenza, che maggiore non si potrebbe desiderare. Tutti sentono di esser liberi in molti atti, di aver il dominio supra le proprie azioni, di determinare se stessi ad agire o a non agire, ad operare in questo o in quel modo. Riguardo a ciò, la coscienza ci parla così chiaro che sentiamo che nessuna altra cosa, come giustamente notò S. AGOSTINO, è tanto sotto il nostro potere come la nostra volontà. "Quid autem meum dicam prorsus non inuenio, si voluntas qua volo et nolo non est mea." ¹⁸

Questa coscienza della nostra libertà chiara nelle azioni ordinarie si manifesta con più forza e splendore nelle risoluzioni difficili, nelle azioni eroiche, quando nel più arduo della lotta contro le passioni, le abitudini, l'amore della nostre convenienze, i proprii interessi, che si sovverano alleati contro il dovere, la volontà apparisce qual dominatrice sovrana e suprema ordinatrice delle umane azioni. È il più bel trionfo della libertà, che molti dei nostri avversari non conoscono, perchè avvezzi a cedere sempre; ignorano il sublime della lotta nella quale l'uomo spirituale, l'uomo libero trionfa dell'uomo inferiore, dell'uomo che cede alla foga delle passioni e vive mancipio degli appetiti.

A questi atti possiamo per contrasto ravvicinare quelli, nei quali, sibbene siano spontanei, sentiamo tuttavia non essere nel nostro potere il farli o ometterli. Altra è la coscienza che abbiamo dell'atto intellettuale, con cui assentiamo alla proposizione: "il tutto è maggior della sua parte, o dell'atto volitivo col quale vogliamo la nostra felicità, altra la coscienza dell'atto col quale voglio adesso scrivere questa dissertazione, svolgere questa prova. Nei primi ci sentiamo non violentati ma determinati dalla natura stessa delle nostre facoltà, in guisa che non possiamo agire altrimenti, nel secondo lo stesso mi determino, io sono la causa del mio

¹⁷ BOSSUET, (Apud FARGES, lib. cit. p. 32.)

¹⁸ S. AGOST., *De lib. arbitrio* — l. 3.^o c. I.

atto, opero così perchè voglio, perchè mi piace, perchè sono libero. — Il testimonio dunque della coscienza è nitido, evidente, incontrastabile, e la coscienza non c'inganna mai. Negare la veracità è affermarla nello stesso atto in cui si la nega. Se dunque vogliamo ritenere qualche certezza, qualche possibilità di conoscere il vero, se non vogliamo precipitar nel baratro dello scetticismo universale, altrettanto impossibile quanto assurdo, infallibile deve essere per noi la testimonianza della coscienza.

Difficoltà di STUART MILL contro il 3.º argomento. — Ma ecco innanzi STUART MILL dicendo che tale sentimento della libertà è impossibile. “Imperocchè, dice egli, per aver coscienza di essere libero, sarebbe necessario che prima di scegliere, io avessi la coscienza di poter scegliere diversamente. Ora la coscienza mi dice quello che faccio o sento, quello che son capace di fare non cade sotto la coscienza.”¹⁹ La difficoltà è speciosa e per vederne meglio la forza diamole una apparenza scolastica. Solo l'atto, dicono a ragione gli scolastici, e non la potenza può esser conosciuto: nihil est cognoscibile nisi in quantum est actu. (*Summā Theologica.*) Ora l'atto è già determinato, un atto indeterminato non potrebbe esistere, la facoltà dunque di scegliere tra due beni, costitutivo essenziale della libertà, essendo una potenza è fuori della sfera della coscienza.

Rispondiamo: che sibbene sia vero che una potenza come tale non possa essere oggetto di una facoltà conoscitiva, nondimeno fra la potenza e l'atto completo v'è l'atto incompleto, o l'attuazione della potenza e questa attuazione non sfugge alla introspezione intelletiva, non è incosciente. In un primo istante vi sono nel campo della coscienza, poniamo, due motivi che sollecitano la volontà in direzioni contrarie senza determinarla o costringerla all'atto: ciò senza nessun dubbio cade sotto la coscienza. Nell'istante se-

¹⁹ STUART MILL, *Examination of Hamilton's philosophy* — 6th ed. p. 586. (Apud MERCIER, *Psych.* vol. II, p. 580.)

guente v'è l'atto determinato, completo, ossia la scelta di uno dei beni. Ora questa scelta non ha la sua causa adeguata, la sua ragione sufficiente nel motivo che poco fa sollecitava la volontà: essendo un bene finito, deficiente, esso era incapace e improporzionato a tale effetto. La causa dunque totale e adeguata dell'atto presente si dovrà ricercare nella volontà; in altri termini io sento, ho la coscienza di esser la causa del mio atto, vale a dire sento di essere libero — “*liberum est quod est sui causa*”.²⁰

Altre difficoltà contro lo stesso argomento. — Se lo STUART MILL credette la coscienza della libertà, altri la ritennero come una illusione. Non è da fidarsi nella coscienza, gridano essi, perchè ella ci illude spesso. Anche chi dorme, anche l'ipnotizzato si credono liberi, pensano di agire a loro talento mentre uno è determinato dalla fantasia, l'altro dalla suggestione. Non siamo più liberi noi di una pietra, che, cadendo, avesse coscienza di sé. La coscienza della nostra indipendenza non è altro che l'incoscienza della nostra dipendenza. Siamo come un astro, direbbe lo SPENCER, il quale invece di essere attratto da uno solo centro, fosse soggetto a l'attrazione di altri astri di ogni grandezza e posti a varia distanza, e che continuamente mutassero luogo. Che cosa ne avverrebbe? L'astro sembrerebbe non determinato dall'attrazione di nessuno dei corpo che lo circondano, mentre in realtà, egli segue la risultante delle forze diverse che lo sollecitano. Così non ignoriamo il simplemma così complicato e variabile delle forze determinatrici della nostra volontà e perciò ci crediam liberi. Dunque la testimonianza della coscienza deve essere rigettata come illusione puerile.

Puerilmente illusi invece crediamo quelli che con simili sofismi pensano di aver scartato l'argomento tolto dalla coscienza e dimostrata illusoria l'universale persuasione del-

²⁰ S. TH. C. Genti L. II c. 48. Cfr. ARIST., *Moral a Nic.* 1. III c. 1 e 6.

l'umano genere. Dissipiamo tuttavia le ombre che potrebbero addensarsi con simili obiezioni.

L'ubriaco, il maniaco, l'ipnotizzato non sono liberi e si credono tali.

E non s'accorgono gli avversari che questo non è un errore positivo della coscienza, ma bensì la mancanza di riflessione sui propri atti, dovuta al loro stato anormale. Questi ammalati ritenendo normale la loro conoscenza (e la ritengono perchè incapaci di servirsi di quelli, che adesso chiamano riduttori delle immagini sensitive e intellettive, ossia quelle idee antagoniste che correggerebbero l'illusione) non possono accorgersi che inceppata è pure per necessario effetto la volontà per mancanza di luce che la guidi. Del resto se l'argomento valesse dovremo dire anche che non vediamo perchè durante il sonno crediamo di vedere. Il vero bensì è che siccome questa illusione della vista suppone l'apprensione normale di oggetti reali, così pure la libertà che crediamo aver sognando attesta l'esistenza della libertà nello stato normale.

Quanto agli ipnotizzati rispondiamo che il preteso automatismo o irresistibilità della suggestione è stata in questi ultimi spoimenti smentita da molte e accurate osservazioni fatti tra gli altri dal DELBOEUF, da PIETRO JANET et dal Dr. MILNE BRAMWELL.²¹ Spesso gli ipnotizzati affermano di non sapere perchè hanno agito, altre volte rispondono di esser liberi perchè tali risposti sono stato loro suggerite, altre volte ancora essi sentono che sono determinati da una idea fissa e molti, prima della crisi cercano di sfuggirvi e provvedere alla loro indipendenza come quel professore di chimica, che tormentato da idee omicide, sentendo avvicinarsi la crisi si faceva legare le mani.²² L'obiezione dunque riposa su fon-

²¹ VED. DELBOEUF, *Révue de philosophie*, Mars 1887 p. 283. Sopra lo stesso argomento, cfr. articolo di MERCIER, *Révue Neoscolastique*, 1 Nov. 1897, p. 408.

²² Apud FARGES, *lib. cit.* p. 45.

damenti incerti; inoltre, l'ipnotismo è ancora un fenomeno così oscuro, così complicato, la coscienza normale così chiara, così luminosa, che questa potrebbe illuminare quello, mai quello potrebbe con le sue ombre eclissare la luminosità di questa. La coscienza negli stati normali e patologici nulla prova contro la coscienza nello stato normale della psiche, come nulla toglie alla credibilità della mente sana le idee deliranti e le allucinazioni degli alienati.

Proseguiamo. Una pietra cadendo, se avesse coscienza si crederebbe libera. Sì, si crederebbe libera come lo sventurato che precipitasse dall'alto di un aeroplano. Gli avversari confondono lo spontaneo benchè necessario col libero. Spontaneamente vogliamo la felicità, eppure la vogliamo necessariamente. Allo spontaneo si oppone il violento, al libero il necessario. Mescolando le idee si guasta ogni cosa.

Dicevamo ancora che la coscienza della libertà non è altro che l'ignoranza delle cause che determinano i nostri atti psichici. Altro abbaglio. Perchè possiamo giudicare se un atto è libero non fa mestiere conoscerne tutte le cause fisiologiche, molte e molto complesse, e poco conosciute ancora dalla scienza. Le cause fisiologiche degli atti istintivi ci sono, presso a poco, così ignote come quelle degli atti volitivi, e contuttociò sentiamo che quelli sono necessari, indipendenti da noi, questi liberi, nel nostro potere. Del resto, più riflettiamo sulle cause delle azioni liberi, più consideriamo il valore, il peso dei motivi che ci alletano, più chiara, più evidente sentiamo la nostra libertà, quando invece dovrebbe diminuire la chiarezza di questo sentimento, se questo si fondasse su l'ignoranza delle cause che agiscono sulla volontà.

Invano dunque, concludiamo, gli avversari nostri si sono arrovelati per oscurare l'evidenza di questa esperienza interna colla quale la coscienza ci rende certi di esser liberi. E su questo sentimento intimo, più chiaro della luce meri-

diana, che noi troviamo il fondamento della persuasione di tutto il genere umano intorno alla libertà.

4.º argomento. — *Tolto della natura della volontà, appetito ragionevole.* — I filosofi però che cercano di pénétrare a fondo nelle cose, indagandone le più intime cause hanno trovato un altro argomento pel libero arbitrio nella natura stessa della volontà. Mentre la prova tolta dalla coscienza psicologica e morale ci rende certi della libertà come di un fatto storico, dicendo che è così, l'argomento metafisico che prendiamo a esporre va più addentro e ci dice non solo che è, ma che deve essere così e non può essere altrimenti, svelandoci in tal grupa e l'esistenza, e, per quanto è possibile l'essenza dell'atto libero. Il suo svolgimento lo dobbiamo all'essenza dell'Aquinate.²³ Esse però suppone una coltura filosofica più elevata, anzi suppone i principii stessi della filosofia tomista, perciò non tanto spesso vien adoperato dai moderni difensori della libertà. Mala luce è sempre luce, ben conosciuta se impone a tutte le menti. Tentiamo di metterlo in evidenza quanto ci sarà possibile.

Ogni ente ha in sé innata una tendenza verso ciò che gli conviene e da cui può in qualunque modo ricevere una perfezione. Tale tendenza, proporzionata alla natura dei singoli, venne chiamata col nome comune di appetito, nome che come ogni altra ragione trascendentale non può venire applicato in modo univoco alle diverse specie di enti, ma soltanto con analogia, poichè sebbene a rigor di termini, l'appetito inchiuda la ragione di moto, tuttavia fu detto con proprietà di linguaggio, appetito, l'ordine che la materia dice alla forma da cui riceve la perfezione specifica, appetito l'abitudine che l'essenza creata è al proprio atto entitativo per cui esiste. Appetito dicesi l'esigenza che la sostanza creata, quantunque perfetta nel essere primo, è delle ulteriori perfezioni accidentali per le quali è ordinata a qual-

²³ Cfr. S. Th. 1.º 2.ºe. q. 10 a. 2.

cosa a sé estrinseca, se non altro al termine della propria operazione. È in questo ultimo caso che la ragione di appetito in modo speciale si verifica. Ma oltre al modo di essere entitativo considerato fin qui, v'è un altro modo di essere: l'intenzionale di cui noi riscontriamo il principio nel senso e il complemento nell'intelletto — anche in questo ordine logico come ne l'ontologico noi troviamo la tendenza, l'inclinazione, l'appetito. Nel campo del senso, infatti, la cognizione si ottiene mediante la mutazione de l'organo prodotta da l'oggetto, causata la quale la facoltà si porta in ciò da cui viene come da causa proporzionata la suddetta attuazione, e a questa apprensione determinata da una passione organica tien dietro l'inclinazione del soggetto senziente verso l'oggetto appeso: inclinazione che, come l'atto da cui è stata originata si è per mezzo di una mutazione organica, e termina all'oggetto, ma all'oggetto singolare e determinato dalle condizioni materiali.

Al di sopra del senso si eleva l'intelletto, costituendo un'ordine sublime con condizioni tutte sue proprie. Infatti, è per esso che l'oggetto conosciuto acquista, dall'intelligente un nuovo modo di essere che non è effetto di alcuna passione de l'intelligente stesso, come quello che è indipendente dalla reale esistenza dell'oggetto, e che a nessun genere di ente vien circoscritto. E secondo questa cognizione corrisponde nel soggetto intelligente la proporzionata inclinazione. Inclinazione che si effettua per mezzo di una operazione che n'è racchiude passione da parte del soggetto, ne suppone entitativo influsso e perciò ne meno l'esistenza da parte dell'oggetto, tendenza, infine, che, perciò, si porta in ogni perfezione, anzi nella stessa ragione assoluta di perfezione. E questa inclinazione è quel che vien chiamato appetito intellettuale, e più comunemente volontà.

Parrebbe a prima vista che noi siamo usciti fuori della nostra orbita, essendo giunti ad affermare l'esistenza della volontà non già la libertà della medesima, ma se non ci

stancheremo di seguire per breve tratto il cammino incominciato, non ci parra difficile raggiungere la desiderata meta. Noi abbiamo constatato un fatto, cerchiamone dietro la scorta del ANGELO DELLA SCUOLA la intima ragione ed esso ci dichiarerà come l'esser volontario consegue di necessita la natura intellettuale, e come alla natura intellettuale o volitiva posa assolutamente spetta l'esser libero. L'insegnamento de l'ANGELICO ci vien dato nel 2.^o l. c. g al capo 47 che noi non faremo qui che parafrasare.

Principio di ogni operazione e quindi di ogni tendenza o inclinazione è la forma per la quale un ente è in atto: ogni agente, infatti, intanto opera inquanto esso è in atto. Ora la forma sta alla operazione come il principiato sta al suo principio: se ne deduca adunque che il modo de l'operazione che tien dietro alla forma deve essere proporzionato al modo di essere della forma da cui procede. La forma però per cui un agente opera o procede dal agente stesso o no. Nel secondo caso si avrà un'operazione da cui l'agente non avrà dominio; nel primo invece, l'agente causando la forma avrà il dominio anche su l'operazione precedente. Adunque dal essere o no il principio de l'azione in potere de l'agente proverrà il dominio che l'agente stesso à o no su la sua operazione. Ora tre specie di forme noi troviamo in natura: le naturali, le sensibile, le intelligibili. Le prime sono determinate da un agente esterno al soggetto come sono determinate l'essenza e le qualità corporee; è impossibili quindi che l'inclinazione ad esse conseguente sia sotto il dominio del soggetto. Più proprie del soggetto operante sono le forme sensitive, cioè è le operazioni de soggetto senziente in quanto tale, ma dipendendo esse da l'azione esterne deloggetto e dalla disposizione organica la quale è passiva, il moto che da essa deriva non è causato completamente dal soggetto che opera, ma parte dai sensibili esterni, parte dalla natura del'agente, vale a dire che il moto conseguente è in poter del soggetto solo quanto a l'esecuzione: ciò di fatto vediamo

avvenire ai quelle animal i quali si muovono secondo l'apprensione sensitiva e non solamente secondo le leggi che regolano le forze fisiche, ma quel moto, da parte dela sola natura del soggetto rimarrebbe indeterminato. Finalmente al vertice di le atti se trovano le forme intellettive per le quali le sostanze intellettuali operano. E son queste le forme de le quali a potere assoluto il solo intelletto perchè da esso e con esso sono concepite e in certa maniera escogitate, come appare chiaramente ne la forma dell'arte concepita e escogitata da l'artefice che per essa opera. Adunque del solo intelligente può dirsi con verità che come da se a la forma con cui opera o intenzionale o ne l'ordine reale come l'artefice, così egli solo è padrone e a dominio dei proprii atti. Ora l'aver dominio del proprio atto è lo stesso che esser libero. Ma tal dominio de l'ente intelletivo sul proprio atto non può capirsi se l'intelligente non sia dotato di tal dominio riguardo al giudizio con cui l'oggetto vien proposto alla volontà. Perchè quantunque sia verissimo che ne l'ordine di causalità efficiente l'appetito muove, non è tuttavia men certo che tale moto, ne l'ordine di causa finale proviene da l'oggetto e dal giudizio circa la convenienza del medesimo. Adunque se il oggetto intelligente non muove se stesso, cioè non è libero nel formular questo giudizio, ma venga determinato da qualunque cagione sia estrinseca che intrinseca nè meno avrà dominio su ciò che tien dietro al giudizio stesso. Ma è impossibile il dominio sopra il giudizio senza una riflessione sul medesimo, per la quale (riflessione) il giudizio venga conosciuto come non necessario e mutabile e c.ò noi ritroviamo pienamente nella natura intellettuale. Adunque conchiuderemo col S. Dottore: Sunt igitur animalia irrationalia quodammodo liberi quidem motus sive actionis, non autem liberi iudicii; inanimata autem, quae solum ab aliis moventur, neque liberae actionis sunt nec motus; intellectualia vero, non solum liberae actionis, sed etiam li-

beri iudicii, quod est liberum arbitrium habere. (C.g. 411.c 48.)

Finalmente questo giudizio libero non può aversi se al soggetto che elegge non venga proposta una ragione superiore relativamente alla quale egli riguarda la sua determinazione come conveniente non già come necessaria. Può bensì apprendersi come conveniente per motivi particolari, p. e. di un qualche piacere, qualunque oggetto singolare: ma giudicare del conveniente e del bene in genere supera qualunque determinazione singolare e si estende in modo assoluto a tutto ciò che a ragione di ente. Adunque solo quell'essere che apprende la ragione comme di conveniente e di bene, può avere una determinazione libera. Ma tale è il solo ente intellectivo. Concludiamo quindi una altra volta coll'ANGELICO: sola intellectualia sunt libera in iudicando, quod est liberum arbitrium habere.

Dal giudizio deve, per conseguenza, ripetersi la libertà della volontà; non già quase che il giudizio per se e formalmente sia libero ma perchè egli è ragione per cui la volontà libera voglia, nella medesima guisa che la elocuzione non è il principio di parlare ma fa retta la loquella. È dunque della essenza di un appetito ragionevole esser libero riguardo ai beni imperfetti, e libero sarà l'uomo in quanto sarà animale ragionevole, cioè in quanto resterà uomo. Il contrario ci porterebbe a delle contraddizioni e assurdi. Basta aver compreso la teoria di S. TOMASO per veder la forza con la quale questa prova si impone ai nostri spiriti.

II Parte — Difficoltà dei moderni deterministi. — Creiamo dunque di aver stabilito la nostra tesi su fondamenti saldi e inconcussi. Le prove non ci mancarono. La morale, il consenso del genere umano, la coscienza psicologica, e la metafisica sono venute successivamente per confermare una verità nota del senso comune più elementare. Intanto non possiamo celare un sentimento di ammirazione e di sorpresa

vedendo il numero stragrande dei sedicente scienziati moderni arruolati sotto la bandiera del determinismo. Mai i nostri avversari furono sì numerosi, si arditi, si compatti. Non è dunque senza interesse investigare la causa, la ragione che ha portato tanti uomini, molti innegabilmente di grande ingegno, a rigettare una tesi così evidente alla luce di ogni sanno intelletto. Con quale diritto e in nome di quali principii essi la negano? La risposta non è dubbia, noi la troviamo unanimemente nella bocca e nella penna di tutti i recenti deterministi — in nome della scienza moderna. La scienza, dicono essi, coi suoi innegabili progressi, colle meravigliose sue scoperte, colla esattezza delle sue osservazioni e delle sue misure squarciò ai moderni il velo che nascondeva la grande verità determinista appena intraveduta da alcuni grandi ingegni della antichità! Infatte nei volumi dei moderni deterministi vediamo schierate contro la libertà tutte le scienze: la meccanica, la fisica, la fisiologia, la criminologia, la storia, la psicologia. Perfino la metafisica, l'oscura e astratta metafisica diventa nella mani dei suoi eterni odiatori una delle armi più valide contro il libero arbitrio. Per addatarci dunque ai nostri contradditori, lasceremo da parte le difficoltà che hanno trovato e confessato i più grandi genii nell'accordare la prescienza divina, la predestinazione, l'efficacia della grazia, l'azione della causa Prima con l'attività libera della creature. Sono questi i veri misteri della libertà; le cose soprannaturali, la natura degli attributi di Dio, il modo di agire della Causa Prima ci sono così oscuri che snodarli con certezza e evidenza è impresa che supera ogni vigore di intelletto umano. Non cercheremo dunque di sapere chi s'ingannasse di più, PELAGIO o GIANSENIO nè chi abbia più ragione BENEZ o MOLINA. Scenderemo invece sull'arena delle scienze positive, ivi hanno voluto essi la lotta, ivi di buon grado l'accetteremo, combattendo senza timore di lotta con le armi da loro scelte. Così vedremo che

della vera scienza moderna la libertà è una delle più capitali conquiste. Sottoscreveremo volentieri le parole del BERTHELOT, certo, uno dei suoi più illustri rappresentanti: "Il sentimento del bene e del male, scrive egli, al BRUNETIÈRE, è un fatto primordiale della natura umana; esso si impone a noi all'infuori di ogni ragionamento, d'ogni credenza dogmatica, di ogni idea di pena o di ricompensa. Il medesimo si dice della libertà, senza la quale il dovere sarebbe una parola vuota di senso. L'uomo sente che è libero: è un fatto che nessun ragionamento potrebbe scuotere. Ecco alcune della conquiste capitali della scienza moderna." ²⁴

Ma come il percorrere tutte le difficoltà ci porterebbe troppo a lungo, e sarebbe inoltre un lavoro inutile, trovandosi la soluzione di molti nei compendii elementari, lasciate da parte le altre ci tratteremo di più moderne, epperò diventate più di moda.

I — La libertà e il principio della conservazione della energia. — Anzitutto ci fanno avanti i deterministi colla meccanica e colla fisica e ci dicono che la libertà non può esistere perchè per essa non v'è un posto nel cosmo. Essa sarebbe un nuova sorgente di energia che turberebbe coi suoi atti liberi la circolazione delle forze nell'universo; ora la somma totale delle energie e delle forze è costante, dunque una causa libera che potesse agire o non agire a suo talento non trova posto nell'universo, non può esistere. La difficoltà trovata dai capi-scuela deterministi e ripetuta a sazietà dalla turba dei gregarii merita una attenzione speciale. Noi gliela daremo esaminando prima il principio, così spesso invocato, della conservazione della energia, poi determinando il punto critico della difficoltà e finalmente indicando la soluzione che crediamo più valida e conveniente.

²⁴ BERTHELOT. (Apud ROSSIGNOLI, *Il determinismo nella sociologia positiva*, p. 33.)

Esposizione del principio. — Già fin dal secolo XVII NEWTON aveva formulato il principio che ad ogni azione risponde una reazione uguale e contraria. Ogni movimento oltre esegese una forza che ne sia la causa, suppone due termini: il corpo che esercita una azione e quello che la riceve, il motore e il mobile. Siano due sfere A e B, quella in movimento dotata di una certa velocità, questa in riposo ma libera di muoversi. Se la sfera A urta nella B, dopo un istante tutte due si troveranno in moto con velocità diverse proporzionate alle rispettive masse, la somma però delle forze vive delle due palle sarà uguale alla forza viva che si trovava prima nella A; essa urtando nella B ne ha perduto quanto ne ha acquistato B. In questo caso non v'è nessuna perdita di forza viva; se però la palla B è impedita di muoversi, tutta l'azione della forza viva di A su B se ridurrà ad un aumento de calore della B. Questo fatto volgare già conosciuto dagli antichi chiamerà l'attenzione dei fisici moderni. MAYER pel primo nel 1842, poi IBIRN, YOULE ed altri, ²⁵ applicando al fatto l'esattezza delle misure moderne trovarono una equivalenza perfetta fra l'energia termica e quella dinamica. Ad ogni unità di lavoro corrisponde esattamente una certa quantità di calore, la quale poi è capace di ridare in lavoro meccanico tutta l'energia assorbita nel riscaldarsi. Così fu trovato l'equivalente meccanico del calore e formulato il principio fondamentale della termodinamica. Più tardi i fenomeni della elettrolise permisero di misurare e determinare l'equivalente chimico di una unità di forza elettrica. Ulteriori esperimenti rivelarono fra tutte le energie corporee una relazione intima, un nesso strettissimo che permette le scamvievoli trasformazioni di calore in luce, moto, elettricità, affinità chimica etc. Da ciò vollero molti

²⁵ Le diverse esperienze di questi 3 fisici si possono vedere nella Fisica del P. GORETTI, Vol. II P. II §§ 395, 396, 397.

fisici moderni dietro le orme del Cartesio dedurre che ogni fenomeno corporeo si riduce al solo moto locale passivo che ci apparisce sotto queste diverse forme. Noi non possiamo convenire in questa assurda proposizione, che togliendo dell'universo ogni principio formale ed attivo è incapace di dare la spiegazione dei fenomeni più elementari. Altro è che il moto locale accompagni sempre ogni esercizio di attività corporea, altro che tutte le mutue azioni tra i corpi non siano altro che traslazione, vibrazione ed urti. Dai fatti osservati concludiamo l'equivalenza o l'equipollenza fra le diverse qualità che per mutua e vera attività si scambiano vicendevolmente. Su questi stessi fatti è fondato il principio di conservazione dell'energia, il quale porta che la somma totale dell'energia attuale e potenziale dell'universo rimane costante attraverso tutte le trasformazioni. Per energia in generale intendiamo l'insieme delle cause, le quali in un sistema materiale sono capaci di produrre effetti meccanici. Energia attuale o cinetica sarà la forza, l'attività che possiede un corpo attualmente in moto. In un dato istante essa è rappresentata dalla sua forza viva, misurata dal semi prodotto della massa pel quadrato della velocità ($Mv^2/2$). L'energia potenziale, invece è quella che c'ha un corpo per la posizione che occupa, è la quantità di forza viva che egli svolgerebbe affine di passare dalla sua posizione attuale alla posizione di equilibrio stabile. Così diremo potenziale l'energia di un corpo in riposo, ma sospeso da un filo, la quale, poi, sarà misurata dalla forza viva che esso acquisterebbe dalla rottura del filo fino alla coincidenza del suo centro di gravità col centro di gravità dell'Universo.

Tale è in sostanza il principio della conservazione dell'energia. Principio che viene enunciato in meccanica analitica colla stessa formola del teorema delle forze vive di un sistema chiuso, nella supposizione, del resto molto probabile, che l'universo sia un sistema che non abbia forze esterne che agiscono su di lui. Eccone l'enunciato.

“La variazione de l'energia totale si un sistema dopo un determinato tempo è uguale alla somma dei lavori della forze esterne durante questo stesso tempo.”²⁶

Tale è il principio che i deterministi dicono non potere accordarsi col libero arbitrio.

Difficoltà tolta dal detto principio. — Il loro argomento si reduce a questo illogismo: L'energia totale dell'universo è costante, ciò vale a dire che non v'è lavoro di forze estrinseche. Ora se la volontà fosse la causa libera e indipendente degli atti umani essa produrrebbe un lavoro, il quale sarebbe aggiunto a la somma de l'energia cosmica. Dunque volontà libera non esiste. Così in fondo DU BOIS REYMOND,²⁷ HAMON,²⁸ MOLESCHOTTE, FOUILLÉ ed altri deterministi meccanici, per lo più materialisti grossolani. Ma l'obbiezione, anche spogliata dai preconetti materialistici che la informano ha dello specioso e noi la dobbiamo sciogliere. Ma come?

Soluzione insufficiente. — Alcuni credettero dovere negare il principio stesso nella sua universalità. Così il CAR-

²⁶ Tale è l'enunciato del principio la cui formola classica è la seguente:

$$\left(\frac{1}{2} \sum mv^2 + \Pi \right) - \left(\frac{1}{2} \sum mv_0^2 + \pi_0 \right) = \sum \tau Fe$$

o più semplicemente

$$(\tau + \pi) - (\tau_0 + \pi_0) = \sum \tau Fe$$

τ = l'energia sviluppata da un sistema dopo un certo tempo.

π = l'energia potenziale in questo momento.

$(\tau_0 + \pi_0)$ = l'energia totale prima del tempo che si considera.

$\sum \tau_0 Fe$ = 1.^a soma dei lavori dovuti alle forze esterne.

²⁷ DU BOIS REYMOND, *Révue Philosophique*, 1882, p. 182.

²⁸ HAMON, *Déterminisme et responsabilité*.

BONELLE,²⁹ SÉCRETAN,³⁰ RENOUVIER³¹ e lo stesso POINCARÉ.³² CARBONELLE, per esempio, ammette la volontà come una sorgente di forza viva; le alterazioni indotte da essa nella somma dell'energia totale, essendo ora positiva, ora negativa, presso a poco si compensano e certo sono così piccole da sfuggire le nostre più rigorose misure.

Per appoggiare poi la loro soluzione questi autori mettono in luce le parti, per così dire, vulnerabili del principio. Dicono che il teorema delle forze vive, applicato all'universo, suppone che esso sia un sistema chiuso e questa è una ipotesi non provata, osservano che è impossibile misurare tutte le energie perfino le più piccole dovute ai fenomeni fisiologici, che le nostre misure non sono così esatte e perciò gli possono sfuggire le minime variazioni. Tali osservazioni mostrano che il fondamento della difficoltà determinista non è così saldo come pretendono i nostri avversari. Contuttociò, anche accordata la verità del principio pensiamo però poter recare un'altra soluzione più plausibile e soddisfacente. (Vedere una nota separata.)

Ciò che osservano il CARBONELLE ed gli altri mostrano che il principio non è di una certezza metafisica, ma solo di una probabilità sperimentale. Se esso suppone che l'universo sia un sistema chiuso, tutte le probabilità stanno per questa supposizione. Le esperienze fatte in più di mezzo secolo, e anche in questo ultimo decennio applicate alla fisiologia, anzi che smentirlo lo confermano sempre più, e nessun fatto sperimentale s'è potuto recare in contrario. Dire poi che le nostre misure sono essenzialmente imperfette è fare una obbiezione che si potrebbe ripetere contro pressochè tutte le leggi fisiche. Si potrebbe così dubitare che l'angolo d'indidenza sua uguale a quello di riflessione: le

²⁹ CARBONELLE, *Révue des questions scientifiques*, 1878-80.

³⁰ SÉCRETAN, *La civilisation et la croyance*, II p. c. 1.3.

³¹ RENOUVIER, apud E. NAVILLE, *Physique moderne*.

³² POINCARÉ, *Révue de métaphysique*, 1900 p. 557.

più piccole frazioni di grado non sfuggono forse alle nostre osservazioni? La soluzione del CARBONELLE quindi sarebbe giustificata se il principio della energia fosse la contraddittoria della libertà, in guisa che fra l'uno e l'altra non fosse possibile nessun accordo. Allora, senza nessuna esitazione, rigetteremo un principio sperimentale il quale sarebbe in opposizione con una verità di certezza metafisica. In questo caso sarebbe evidentemente falso e l'esitazione nel sacrificarlo tradirebbe un intelletto men vigoroso. Ma non è così. Il principio in questione non è la contraddittoria della nostra tesi; la sua verità ci costringe soltanto ad ammettere che la volontà agisce senza produrre nessun lavoro. Riterremo dunque come sperimentalmente certo il principio della conservazione dell'energia, nel quale vediamo una legge ammirabile della Provvidenza per prolungare per molto anni l'andamento di questa grandiosa macchina che à l'universo corporeo. Cerchiamo dunque una soluzione più plausibile. Già alcuni scienziati pensarono trovarla ricorrendo a dottrine e teorie matematiche. COURNOT, DE SAINT-VENANT, DE BOUSSINESQ, DELBOEUR credettero trovare la desiderata conciliazione nel processo infinitesimale, nella teoria dei limiti, o in quella conosciuta dai geometri sotto il nome di soluzioni singolari,³³ ma simili tentativi furono giustamente respinte dai dotti come radicalmente falsi e fondati in un equivoco: il credere di potere applicare impunemente alla natura reale, un processo di ragione, utile nelle specolazioni delle matematiche pure ma infecondo nelle ordine reale.

Vera soluzione. — Noi partiremo di principii più saldi, nella più pure dottrine scolastiche sul composto umano

³³ Ved l'opinione di costoro più ampiamente esposta nel FARGES, op. cit., p. 113 et sgg. Cfr. anche URRAB., *Psych.* Consultar sobretudo o trabalho de CARBONELLE. *Les confins de la Science et de la Philosophie* — T. II, cap. VI e VII da pp. 57 a 114 onde éle expõe toda a teoria de BOUSSINESQ, sua discussão com BERTRAND, o merecimento de sua descoberta das soluções *instáveis* e o defeito de a aplicar aos fenômenos voluntários.

attingeremo la vera soluzione della difficoltà, comprovando ancora una volta la verità di quella vecchia metafisica così meravigliosamente feconda da racchiudere nelle sue dottrine delle risposte limpide e solide alle difficoltà più moderne e più imprevedute della scienza sperimentale contemporanea. Anzitutto importa osservare che gli atti della volontà essendo spirituali non possono formalmente essere misurati né compresi nella somma delle energie corporee. L'anima umana appartiene al mondo degli spiriti, fuori del dominio delle misure meccaniche; volere applicare a questo altro mondo da noi così poco conosciuto il principio della invariabilità della energia sarebbe ridicolo. Gli stessi materialisti lo confessano quando chiamano la volizione un epifenomeno. L'atto libero spirituale è dunque fuori di questione. Ma lo sanno tutti gli scienziati moderni e gli scolastici già lo sapevano e insegnavano da molto, che nel presente stato di unione dell'anima col corpo non v'è atto spirituale senza mutazione organica che lo accompagni. È così stretta, sibbene estrinseca, la dipendenza dell'anima del corpo che ogni alterazione, ogni scossa nervosa può turbare e impedire gli atti spirituali: l'inanizione, la discrasia del sangue, l'indebolimento nervoso producono lo snervamento della volontà o anche l'abulia. Or tutti questi elementi organici vanno soggetti, dicono gli avversari, alle leggi della meccanica e della fisica e quindi anche a quella che regola lo scambio delle energie. Come potrebbe l'anima agire sulle cellule nervose determinando, aumentando e dirigendone le alterazioni senza aumentare la quantità di energia?

L'anima non aumenta la quantità dell'energia. — La difficoltà proviene da un falso concetto: dal figurarsi, che molti fanno, l'anima come un agente completo, separato dal corpo, agendo inefficacemente su di esso come su un altro essere unito a lei solo accidentalmente. Abbaglio manifesto che si potrebbe concepire nella bocca di un platonico che distrugge l'unità sostanziale del umano composto. Per noi,

peripatetici, l'anima è forma sostanziale del corpo, vale a dire sostanza incompleta, anzi l'unico essere che può con proprietà de linguaggio chiamarse così, che da sé sola non costituisce una natura, ossia un principio di attività completo ma è essenzialmente ordinata alla materia costituendo con essa un solo essere, il composto il quale è, e agisce. "Neque materia agit, neque forma, sed compositum, quod tamen non agit ratione materiae sed ratione formae quae est actus et actionis principium." ³⁴ L'Anima spirituale dunque non è un motore separato dal corpo, nel senso platonico, ella ne è la causa formale. Quindi ne viene che la sua azione non produce nuova energia, ma dirige le forze organiche, se serve de l'energia potenziale de l'organismo indirizzandola allo scopo voluto. La volontà in altre parole non è dinamogenica, è dinamotrofica. Essa dispone delle comuni qualità corporee e non eseguisce nessun lavoro se non a spese di questa energia accumulata nel organismo. Così, per impero della volontà se contrae un muscolo, ma contraendosi svolge una certa misura de calore che risponderà al lavoro eseguito. Così similmente durante la fatica cresce nel sangue la combustione del carbonio, e abbonda l'anidride e che ne risulta. Tutto il lavoro fatto troverà il suo equivalente nei prodotti di disassimilazione dell'organismo le cui forze presto si esaurirebbero se dalla respirazione, nutrizione e assimilazione non gli fosse continuamente riformita l'energia richiesta a continuare il lavoro.

Essa può cominciare assolutamente una serie di atti, senza aggiunta di lavoro. — Ma è egli possibile fare passare dalla potenza all'atto una forza materiale, fisicochimica, senza essere per mezzo di una altra forza della stessa natura con produzione di lavoro meccanico? Nelle azioni transitive dei corpi anorganici le quali si fanno con l'urto del motore e del mobile, naturalmente, no; nelle azioni immanenti dei

³⁴ S. TH.

viventi, si. Le forze potenziali di cui dispone l'organismo sono di energia chimica: la decomposizione del protoplasma in specie chimiche più stabile. Ora le sostanze proteiche, gli idrati di carbonio che costituiscono le cellule gangliinarie del sistema nervoso sono le sostanze vive per eccellenza, vale a dire, sono informate dall'anima spirituale la quale, perciò, penetra intimamente nel loro essere. Basta quindi che lo voglia l'anima, può modificare lo stato di queste cellule nervose che informa, e così attuare quelle energie chimiche immagazzinate dalla nutrizione e dall'assimilazione. La quantità di energia non viene alterata, ma solo la qualità: quello che era energia potenziale passa a essere attuale, ma la somma totale rimane la stessa. Così rispettando il principio della invariabilità della energia la volontà libera potrà compiere tutti i moti, tutti gli atti che gli permettono la costituzione anatomica dell'organismo e i limiti di energia chimica di cui essa dispone.

Una volta cominciata può ancora cambiarne la direzione, senza nuovo lavoro. — La volontà dunque può cominciare assolutamente una serie di atti liberi, attuando la potenza dell'energia organica, ma una volta messa questa energia in atto potrà ancora la volontà dirigerla a suo talento? È possibile ancora modificare la direzione di una forza materiale senza nuova spesa di lavoro meccanico? Per l'anima spirituale forma del corpo, sì. E ciò è sì vero che non solo nelle azioni immanente, ma anche nelle transitive è possibile modificare la direzione di una forza materiale, per mezzo di una altra forza della stessa natura, senza produzione di lavoro. Il lavoro, infatti, non è l'effetto qualunque di una forza, è l'effetto misurato dal prodotto della proiezione della forza sulla traiettoria del moto, per questa stessa traiettoria. Datemi dunque una forza normale alla traiettoria di un moto, essa ne modificherà la direzione, ma non farà nessun lavoro, giacché essendo uno dei fattori, la proiezione della forza sulla traiettoria, nullo, viene annullato il

prodotto. Un esempio: la gravitazione universale, qualunque sia la spiegazione che ne vogliamo dare, può essere considerata sotto il concetto generale di forza o causa di moto. Orbene, la gravitazione inquanto ritiene, i corpi celesti nelle loro orbite non fa nessun lavoro; tutta la sua azione si restringe a cambiare la direzione del moto. Supponiamo per esempio, che cessasse in un momento l'attrazione del sole; la nostra terra proseguirebbe secondo la direzione della tangente all'ultimo arco descritto, con la stessa velocità e quindi con la stessa forza viva di prima. E dunque possibile, anche restando nel solo mondo materiale, cambiare la direzione di una forza senza aggiunta di nuovo lavoro.

Giustamente quindi concludiamo che non è inconciliabile il principio della invariabilità delle forze fisiche con l'azione libera dell'anima spirituale. Mentre la scienza constata il fatto sperimentale, nei principii della filosofia di S. TOMASO trova il filosofo la sua completa spiegazione. Ma, insistono ancora i fisici, l'attività libera dell'uomo rovescerebbe l'ordine cosmico e le previsioni scientifiche sarebbero impossibili. Distinguiamo: impossibile la previsione degli atti liberi, d'accordo, ma la scienza non se ne cura, impossibile la previsione dei fenomeni soggetti alle leggi fisiche e meccaniche e perciò necessarie, no davvero. Continui pure l'astronomo colle sue osservazioni, e con suoi calcoli a prevedere gli eclissi, e stia pur certo che la libertà umana non verrà trastornare i suoi calcoli né smentire le sue equazioni. Se contentino dunque i fisici col loro campo, del resto vastissimo, che abbraccia tutto il regno anorganico, né vogliono applicare cinamente i loro principii fondati sulla inerzia della materia, ai viventi, che sono semoventi. Ciò che è vero per l'azione transitive non lo è ugualmente per l'azione immanente. Dove c'è attività immanente, v'è anche un principio superiore alle forze della materia bruta. — la psiche. Studiare le leggi che reggono questo nuovo genere di atti-

vità, investigarne i rapporti col mondo materiale appartiene non alla meccanica, ma alla psicologia.

II. *Difficoltà psicologica contra il libero arbitrio.* — Più sottili e più speciosi che le precedenti sono le obiezioni che ci fanno i deterministi in nome della psicologia e della stessa metafisica. Tra i moderni la difficoltà psicologica è stata messa in luce dal LEIBNITZ che pure voleva in teoria ritenere la libertà. Altri più recenti come il MONDSLEY e il HERZEN ne hanno seguito fedelmente le orme, e le idee-forze del FOUILLÉ non sono forse attente in altra fonte. La volontà, ragiona il LEIBNITZ,³⁵ essendo un appetito ragionevole non può determinarsi senza un motivo presentatogli dall'intelletto, e fra i diversi motivi essa deve determinarsi sempre per il più forte, altrimenti il suo atto non avrebbe ragione sufficiente di essere.

Supponiamo infatti due motivi A e B che sollecitano la volontà, dei quali A è maggiore di B, ossia B ha una certa quantità di bene, A ne ha una uguale, più un eccesso. Questo piccolo eccesso determinerà necessariamente la scelta, esso è la ragione sufficiente della elezione della volontà, essenzialmente inclinata al bene. Insomma la volontà è come una bilancia sollecitata dai motivi essa s'inclinerà verso il più forte come i piatti di quella si piegano sotto il peso più grande. Già prima del LEIBNITZ era nota la difficoltà a S. TOMASO; più tardi nel secolo XIV, a GIOVANNI BURIDANO, scolastico decadente si attribuisce l'aneddoto dello asino il quale, assetato e affamato ad un tempo avendo a destra un mucchio di avena e a sinistra un secchiello d'acqua, morì di fame e di sete allo stesso tempo, per non sapere da che parte incominciare. A questo fatto sembra alludere DANTE nel 4.º canto del Paradiso, parlando un zio oscuramente della libertà che altrove aveva così bene interpretata:

³⁵ LEIBNITZ, *Essais de Theodicee*, I, 35-52.

“Intra due cibi, distante e moventi
D'un modo, prima si morria di fame
Che *liber* uomo l'un recasse ai denti.”

Soluzione: Tale la difficoltà del determinismo psicologico: essa riposa su idee false intorno alla natura della volontà e l'influsso del motivo. Schiarire questi due ponti è far cadere da se l'argomento degli avversari.

Come si vede dal paragone colla bilancia, LEIBNITZ e i suoi suppongono la volontà, una potenza puramente passiva, la cui ragion di moto vien tutta dall'oggetto. CLARKE in una risposta a LEIBNITZ gli fece subito osservare questo difetto nel suo ragionamento. “Una bilancia, così egli, non è un agente, essa è affatto passiva e i pesi agiscono sopra di essa. Ma gli esseri intelligenti sono agenti, essi non sono semplicemente passivi, e i motivi non agiscono sopra di loro come i pesi agiscono su una bilancia.”³⁶ La volontà è una vera sorgente di attività, essa è la causa efficiente dei suoi atti, mentre il motivo non fa altro che *indurla* ad operare; il motivo muove ma non costringe, esso sarà, se volete, una causa finale, la cui mozione è metaforica, o una condizione senza la quale la volontà cieca non potrà muoversi; mai però la causa efficiente, completa e necessitante dell'atto libero.

Ci parlano ancora di motivi più forti. Ma come misurarli, si spesse volte essi sono incommensurabili e non hanno una grandezza comune sulla quale fondare il rapporto di più o di meno? Su che cosa basare, per esempio, una relazione di maggior o di minor bene, fra un passeggio in una fresca mattina di primavera, e la lettura di una bella pagina del MANZONI? Sono cose affatto irridutibili. Di più ancora conviene distinguere (ciò che gli avversari non fanno) nei motivi due forze, una oggettiva, esterna, indipendente da noi, altra soggettiva, interna e che noi possiamo fare variare al

³⁶ *4ème réplique de Clarke*, JANET, T. II, p. 641. (Apud FARGES, p. 54.)

nostro talento, le quali non stanno sempre tra loro, nello rapporto, non sempre ciò che è un bene maggior *in se*, lo è *per noi* nelle circostanze attuali. La volontà può divertire e allontanare l'intelletto dalla considerazione di tutto ciò che rende un oggetto in se più appetibile per applicarlo ad altro in se meno appetibile e così farlo soggettivamente prevalere sul primo. "Nil prohibet, dice S. TOMASO anticipando la risposta ai moderni deterministi, nil prohibet, si aliqua duo aequalia proponantur secundum unam considerationem, quin circa alterum consideretur aliqua conditio, per quam emineat, et magis flectatur voluntas in ipsum quam in aliud." ³⁷ E in questo inclinarsi ad un oggetto di preferenza ad altri, la volontà è così libera, che spesso segue praticamente ciò che l'intelletto specolativo giudica un bene inferiore, traducendo coi fatti il detto del poeta: "Video meliora proboque, deteriora sequor."

Ma allora la volontà agisce contro la propria natura, non tende fin al bene? No, perchè essa s'inclina al minore bene non precisamente in quanto è minore, ma in quanto è anche bene, che può essere oggetto e terminare l'atto di una facoltà appetitiva, e tralascia il maggior bene non perchè è maggior ma perchè anch'egli è deficiente. Ambedue sono dei beni, nessuno è il bene assoluto che costringe e necessita l'appetito; la volontà dunque rimane libera di scegliere uno, regettando l'altro.

III — *Difficoltà metafisiche. Il principio di ragione sufficiente e la libertà.* — Ma il principio di ragione sufficiente? Rimane anche egli illeso. La ragione sufficiente di quella scelta la troviamo nella volontà libera e nel motivo che è un bene. L'equivoco viene da ciò che gli avversari confondono l'azione della causa libera con quella della causa necessaria, vogliono non una ragione sufficiente ma una ragione necessitante. Quella c'è, questa no, e a noi ci basta.

³⁷ S. TOMASO, Ia. IIa e.g. XIII a 6 ad 3um.

Il principio de causalità e la libertà. — Ma almeno il principio di causalità non si può salvare. Quella scelta un determinato dal precedente motivo rimane un evento senza causa, come dice il WUNDT, ³⁸ o una creazione ex nihilo; come se esprime il FOULLÉE. ³⁹ Non temamo i deterministi discipoli di quel HUME che non dubitò negare la legge fondamentale di ogni pensiero, di ogni fenomeno, di ogni cosa; molto più caro è a noi che non a loro il principio di causalità. La causa c'è, ed è la natura stessa della volontà. Lo vide perfino CICERONE: "Ad animorum motus voluntarios, non le sue parole, non est requirenda externa causa, motus enim voluntarius eam naturam in se continet, ut sit in nostra potestate nobisque pareat, nec id sine causa, ejus rei enim causa ipsa natura est." ⁴⁰ Volete dunque le cause dell'atto libero? Eccone tutte; Oltre il concorso della Causa Prima, da cui proviene ogni attività e la cui natura non ci preme adesso determinare per non entrare in questioni più alte v'è nell'atto libero 1.º) una *causa finale*, ed è il bene conosciuto che eccita come motivo; 2.º) una *causa esemplare* ed è l'idea dell'atto volontario che si sta per porre; 3.º) una *causa efficiente* ma libera ed è la volontà stessa che si risolve all'atto. E ciò basti per dissipare le difficoltà del determinismo psicologico e metafisico che sembravano a prima vista così complicate e spinose.

IV. *La libertà e la Criminologia positiva. Esposizione della dottrine criminale.* — Passiamo ora alle obiezioni della scuola criminalista italiana rappresentata dal LOMBROSO, FERRI, GAROFALO ed altri che li seguono in Italia ma anche all'estero. I seguaci delle nuove dottrine hanno trovato un altro argomento fin ora sconosciuto e decisivo per dissipare le ultime illusioni intorno al libero arbitrio — la necessità del delitto. Per essi il delinquente non è più un re-

³⁸ WUNDT, *Ethik*, p. 401 (Apud ROSSIGNOLI, op. cit. p. 46.)

³⁹ FOULLÉE (Apud ROSSIGNOLI, ibid.)

⁴⁰ CICERO, *De fato* — XI.

sponsabile innanzi alla società dei suoi errori, delle violazioni della legge e del diritto altrui, è una vittima infelice della fatalità biologica. L'uomo nasce delinquente come può nascere sordomuto, cieco o pazzo. "Ogni delitto, scrive il FERRI,⁴¹ non è altro che il concorso simultaneo e indivisibile sia delle condizioni biologiche (organiche e psichiche) del delinquente, sia delle condizioni del mezzo (fisico e sociale) ove egli nasce, vive ed agisce."

E la negazione la più sfacciata della libertà, lo sconquasso più radicale del codice penale di tutti i popoli. La società non avrà d'ora innanzi il diritto di castigare i perturbatori dell'ordine e della pace sociale, come essa non può senza la violazione più flagrante della giustizia, sottomettere un pazzo ai rigori dei tribunali. Chiudiamo dunque le galere ed apriamo degli ospedali, sostituamo ai tribunali di giustizia le giunte mediche, cessi lo studio delle leggi, del diritto e della giustizia e appliciamoci all'anatomia, alla fisiologia e all'antropologia criminale.

Senonchè gli avversari accortisi della portata e delle logubre conseguenze di simile dottrina si rivolsero a cercare una altra base in cui poggiare il diritto penale. Il delitto, secondo loro non implicando l'idea di colpa, la pena non potrà essere una *punizione*, sarà una *repressione* nel senso più materiale della parola. La società, dicono essi ispirati nel più schietto transformismo, è un organismo il quale tende a svilupparsi, e nel suo sviluppo obbedisce alle leggi generali di ogni evoluzione, fra le quale primeggia la selezione naturale.

Ora l'individuo, sia un pazzo o un delinquente poco importa, che colle sue azioni perturbe l'ordine sociale è un degenerato nella specie, è una molecola che non può essere assimilata dall'organismo sociale; a la società dunque sicco-

⁴¹ FERRI, *Atti del 3.º Congresso di antropologia criminale*, p. 42. (Apud MAURICE DE FLAETS, *Les bases de la morale et du droit*, Paris, 1892, p. 327.)

me spetta il diritto alla sua difesa e conservazione, così anche incombe il dovere di reprimere chiunque si opponga al suo naturale progresso con danneggiare e ledere i diritti degli individui che la costituiscono. Perciò le leggi repressive non hanno altro scopo che moderare le azioni umane che tendono più o meno gravemente alla dissoluzione dell'ordine sociale; sono una *reazione* sociale alle *azioni* antiggiuridiche degli individui. Ecco le nuove basi del diritto penale secondo i moderni antropologi le cui idee forse nessuno espose così chiaramente come il Sign. PUGLIA, prof. alla Università di Messina, il quale proponendo la soppressione della parola pens dei vocabolari giuridici intitolò il suo lavoro "Prolegomeni allo studio del diritto repressivo".⁴² Ma che si vantino i criminalisti di aver ridotto la correzione di esseri ragionevole all'arte di ammaestrare il poleddro avvezzandolo al morso; noi abbiamo la pretensione di aver un concetto più alto, una idea più elevata della dignità umana. E che questo concetto sia l'unico vero e conforme alla realtà, ecco ciò che passiamo a dimostrare sottomettendo gli argomenti degli avversari alla critica imparziale della filosofia. Non ci tratteremo su la inconsistenza della nuova base del diritto penale, tutta fondata in una equivocazione. L'ordine sociale sarebbe nel novo sistema la causa, la ragione sufficiente della repressione dei criminali. Ma questo ordine sociale chi lo stabilisce? Non è l'espressione della volontà della maggioranza? Chi dunque può costringere gli individui a rispettarla? La forza, la pura forza materiale. La società in perpetua lotta cogli individui vincerà perchè è più forte: sic volo, sic jubeo, sit pro ratione voluntas (Juv.), la raison du plus forte est toujours la meilleure (LA FONTAINE). Cancellato l'ordine morale, su cui poggia solidamente la società, la repressione del delitto non sarà più una riparazione, non sarà una pena, sarà la sferza del domatore alzata sopra la bestia feroce

⁴² Cfr. PUGLIA, *Prolegomeni, etc.* c. VI, pp. 57 e 60. (Apud MAURICE DE FLAETS, *op. cit.* p. 370 et sg.)

chè è l'uomo delinquente. Ma lasciamo quanto v'è in simile dottrina di immorale e degradante per considerarla nel suo fondamento — la negazione della libertà, che più da vicino riguarda il nostro argomento.

Difficoltà degli antropologi contro il libero arbitrio. — Il delitto è una necessità, dunque il libero arbitrio è un sogno — ecco in due parole tutto il loro sistema. La conseguenza è buona ma il veleno sta nell'antecedente. Il delitto è una necessità. E come lo sanno essi? e come lo provano? Dal fatto della reincidenza negli stessi delitti, dalla ereditarietà, e da certi indizi anatomici e fisiologici, il cui insieme costituisce il tipo-delinquente nato.

Si riducono a tre i loro argomenti. — Ecco le tre armi alle quali crediamo poter ridurre tutto l'apparato bellico difensivo e offensivo della Scuola Criminale. Vediamone il valore.

a) *La reincidenza.* — È un fatto, dicono essi, provato dalle statistiche criminali che l'uomo una volta punito per un delitto, rimesso in libertà vi recade necessariamente. Chi ha rubato una volta, ruberà sempre, chi ha ucciso una volta sarà omicida appena se gli ne presenterà l'occasione. Una detenzione di 20, 30 anni nei pubblici penitenziari non influirà per nulla nel suo avvenire; il delitto è per lui una legge fatale, crudele, ai cui influssi egli necessariamente è soggetto, e della quale non si potrà mai sottrarre.

Soluzione. — A ciò che diremo? Neghiamo schiettamente agli antropologisti e il fatto e le conseguenze che così ne ricavano. Neghiamo il fatto non è vero che la ricaduta sia un fatto universalmente provato dalle statistiche e ne recheremo tra poco degli esempi in contrario. Ma data e non concessa l'esistenza del fatto attribuirne la causa a una necessità ineluttabile, sarebbe misconoscere l'influsso potentissimo di tante altre cause che agiscono su quelli che una volta hanno ceduto all'impeto della passione. La volontà col cedere s'infievolisce, le buone abitudini cominciano a inde-

bolirsi aperta la prima breccia, gli appetiti disordinati guadagnano in arroganza tutto quello che la volontà perde del proprio vigore; le cadute insomma producono su l'animo degli individui gli stessi effetti che le sconfitte negli eserciti: scoraggiamento, perdita di brio, difficoltà di riacquistare l'elevatezza e la forza morale di prima. Non solo la volontà s'infievolisce ma le allettative del vizio diventano più forte e più potenti. L'infelice che esce dalle carceri pubbliche si torva innanzi a delle difficoltà quasi insuperabili; per mantenere l'esistenza egli deve cercare un impiego, ma ai carcerati i padroni chiudono le loro fabbriche, le famiglie le loro case. La polizia gli sorveglia; e questa sorveglianza e la malignità pubblica presto svelano il suo passato, ed egli, in breve spesi i piccole risparmi fatti durante la sua detenzione trovasi alle prese colla fame e la miseria; si aggiunga l'ascendente degli antichi compagni che lo sollecitano, i ricordi degli anni di prigionia, attualmente migliorate nella abitazione e nel trattamento spesso preferibile a quello che possono trovar fuori ed avremo tante altre cause indiscutibili della reincidenza. Una volontà che non sia di ferro difficilmente vi resisterà. Non neghiamo che in alcuni individui vi sia anche una disposizione naturale, una tendenza innata nell'organismo che li spinge ad una determinata specie di delitti: tra poco esamineremo anche l'influsso e il valore di questo nuovo coefficiente. Ma nei casi più numerosi e ordinari, la ricaduta ha la sua ragione nel concorso simultaneo delle cause accennate si sopra, le quali non distruggono, ma paralizzano la libertà. Diminuiamo e la proporzione della reincidenza nelle statistiche sarà scemata di molto. E qui non è da tacere la sollecitudine della Chiesa Cattolica nel soccorrere questi sfortunati, vittime della loro passione. Illuminata dall'alto ella conosce il cuore umano meglio del più dotto scienziato, armato di tutto l'arsenale di strumenti e di osservazioni della psicologia moderna. Ella sa che non è una necessità interna che li spinge al delitto, ma la debo-

lezza, la quale, frutto di una prima caduta nel primordio dell'umanità, facilmente cede innanzi alla allettative del vizio. La Chiesa perciò cerca di eliminare quelle cause secondarie e si possono vedere nei suoi fasti gloriosi il salutare risultato. Si leggano la vita di un VINCENZO DI PAOLO, di un CAMILLO DE LELLIS, di un IGNAZIO DI LOIOLA e si contino si è possibile i recuperi di convertiti fondati da questi ed altri santi, ove uomini e donne, dopo esser vissuti molti anni nel vizio, si rialzarono della loro abbiezione morale per pareggiare nella pratica della virtù e nella fedeltà ai proprio doveri le anime pure che non hanno macchiato mai la loro coscienza. Nei fasti della Chiesa si trova una smentita solenne alle pretese statistiche dei moderni criminali e una prova lampante di evidenza che il delitto non è una necessità come la reincidenza non è una legge fatale, ma, per lo più, l'effetto di un concorso eventuale di cause accidentali e secondarie.

b) *L'ereditarietà.* — Il secondo argomento degli antropologi è il fatto della eredità: nuovo saggio dell'influsso delle idee trasformiste sugli autori della criminologia. Tutti sanno la parte importante che l'eredità rappresenta nel trasformismo. Essa fissa, trasmette e conserva le perfezioni acquisite colla selezione naturale dei più atti nella lotta per la vita; essa elimina nei discendenti gli organi atrofizzati pel disuso dei genitori, mentre conserva e sviluppa quelle parti dell'organismo, che svolte dall'uso negli ascendenti servono meglio alla conservazione e evoluzione progressiva della specie. Per gli antropologi l'eredità è il veicolo conduttore della necessità del delitto tra le successive generazioni. Partendo del fatto che spesse volte osserviamo di figli che seguino i traviamenti dei loro genitori asserirono che il delitto si trasmette col sangue di generazione in generazione come una anomalia morbosa, qualunque. Il delitto non è più figlio della volontà perversa di un individuo che ne sia responsabile, è una conseguenza fatale collegata con questa o con quel nome, con questo o con quella genealogia. Se

nonchè anche qui i nostri avversari sono precipitosi nell'universalizzare e trascurati nell'osservare le altre cause che concorrono allo stesso effetto e spiegano il fato assai comune della somiglianza morale tra padri e figli. Sono precipitosi nell'universalizzare perchè la storia e l'esperienza ci offre tutti i giorni degli esempi di figli che sono l'antitesi morale dei loro genitori. Il crudele e dissoluto Comodo era figlio del filosofo MARCO AURELIO. De PERICLE, già osservava PLUTARCO, che era nato di famiglia sacrilega e maledetta. E quante volte non vediamo noi coi nostri occhi dei genitori onesti che rimpiangono i traviamenti dei loro figliuoli travciati al vizio dai compagni? Se dunque il delitto si trasmette colla eredità anche la virtù dovrebbe tramandarsi col sangue da padri a figli. E intanto:

“Rade volte risurge per li rami
l'umana probitate, e questo vuole
Quei che la dá, perchè da Lui si chiami.”⁴³

Cio spiega la cura si squisita dei genitori virtuosi nella educazione dei loro figliuoli, nell'instillar loro fin dai primi anni, cogli esempi e colle parole l'amore della virtù. Perché ciò? Non basterebbe avergli infuso una volta nelle vene col sangue, l'onestà e la probità? No; essi riconoscono una altra influenza più potente che non la fisiologia dei genitori su sui propri figliuoli: l'influenza morale dell'esempio e della educazione. Se l'influenza del mezzo in cui si vive è grande negli adulti, nella formazione morale del fanciullo è grandissima. Dominati dallo istinto di imitazione, essi ricopiano fedelmente i loro genitori, nei giudizi, negli affetti e nelle azioni. Ecco perchè convivendo con genitori viziosi difficilmente riescono i figli esenti dei loro disordini. Ricordiamo un esempio: l'alcoolismo. Cosa volete divenga la moralità di un fanciullo che vede ogni giorno l'abbrutamento e

⁴³ DANTE, *Purg.* VII, 121.

l'abbiezione morale di quelli con i quali convive e che ama e segue? Non è dunque la trasmissione ereditaria del sangue, è l'educazione, la condotta dei genitori che influisce potentemente sulla morale dei figliuoli. Asserisce il de BAETS⁴⁴ di aver constatato tra i figli di un padre e il secondo marito della madre delle tracce di somiglianza morale così accentuate da credere, se il secondo sposo fosse il loro padre, un esempio spiccato di eredità.

Finalmente con queste cause non neghiamo l'influsso fisiologico nella morale dei figli, trasmesso loro dai genitori. Senza alcun dubbio il temperamento, l'organismo predispone l'individuo al vizio e il temperamento è spesso ereditario. Ma non è mai il delitto che si trasmette, è la tendenza, l'inclinazione naturale, il predominio di un elemento che predispone ad una passione; la volontà, però, eccetto rarissimi casi di vera morbosità, rimane sempre libera, sempre padrona di ossecondare quella tendenza o di resistergli.

“Poniam che di necessitate
Surga ogni amor che dentro a voi s'accende,
Di tenerlo è in voi la potestate.”⁴⁵

Sotto l'influsso della volontà l'individuo può con improvvise risoluzioni e più ancora con una azione lenta e costante trasformare il suo carattere.

c) *Il tipo fisiologico delinquente nato.* — Ma inoltriamo ci più in questo punto che costituisce l'argomento Achille degli antropologi — il tipo del delinquente nato.

Per solo amore della scienza e della verità i nostri criminalisti portando la dedicazione all'eroismo si sono rassegnati a vivere in mezzo ai delinquenti per studiar e osservarne il fisico e il morale. Penetrarono nelle carceri e nei correzionari con un arsenale di antropometri, craniostati, ca-

⁴⁴ DE BAETS, *Les bases de la morale et du droit*, p. 356.

⁴⁵ DANTE, *Purg.* XVIII, 70.

tetometri, estesiometri etc. etc. e poi come risultato delle loro lunghe e scrupolose indagini rivelarono al mondo stupefatto una nuova conquista della scienza moderna — il tipo delinquente nato. “Il delinquente, scrive il GAROFALO,⁴⁶ ha la fronte piccola, stretta e depressa, gli archi delle ciglia preomamente, la nascella allungata, i capelli lanuginosi e crespi; egli manca di barba. Inoltre si osserva molto spesso in lui una lunghezza eccessiva delle braccia e l'ambidestria.” Vi è ancora, secondo il LOMBROSO, asimmetria nella parte occipitale e parietale del craneo, microcefalia, prognatismo, e eurignatismo, le ossa nasali sono poco sviluppate, è sviluppato in vece molto il cervelletto, prominenti le arcate sopracciliari e i seni frontali, bocca larga, occhi piccoli, naso grande (con molto amore l'OTTOLENGHI ne ha studiati più di mille), ottuso il gusto e l'olfatto — insomma la frenologia del GALL, e la fisionomia di LAVATER già sepolte nell'oblio e nel ridicolo, rivestite di nuovi apparati scientifici ritornano a galla. Ecco il frutto prezioso delle indagini di quel LOMBROSO che mette in un fascio coi pazzi non solo i delinquenti e le prostitute, ma anche i grande genii “forma, secondo lui, di psicosi degenerativa nel genere epiletticoide”, e perfino i santi “genii della bontà, rari fenomeni aluistici, il cui altruismo non è che una anomalia benefica e grande, una ipertrofia dell'affetto, la quale, come accade sempre nella ipertrofia si associa a perdite ed atrofie dell'affetto in altre direzioni”⁴⁷ Ecco, genio, santità e follia, se stringono le mani ARISTOTELE, S. VINCENZO DI PAOLI e GASPARONE uniti tra loro coi più stretti legami psicologici! Sarebbe ridicolo, se non fosse blasfemo! Povera scienza! i cui banditori non hanno che l'idea fissa di trovare dei pazzi dappertutto! Ma non ce ne ammuriamo, animalis homo non percipit ea quae

⁴⁶ GAROFALO, *Delitto* 2 p. c. 1. (Apud FARGES, op. cit. p. 154.)

⁴⁷ LOMBROSO, *L'uomo di genio in rapporto alla psichiatria, alla storia e alla estetica*, Torino, 1888. (Cfr. locum integrum apud ROSSIGNOLI, op. cit. p. 18.)

sunt spiritus Dei. Lasciate dunque da parte simili deliri ritorniamo al freddo esame della dottrina antropologica in ciò che essa ha di meno irragionevole.

Soluzione. — Che diremo noi del tipo delinquente nato così minuziosamente descritto dal LOMBROSO? V'è veramente un tipo criminale? Sì e no. No, se con ciò si voglia intendere una organizzazione anatomica e fisiologica che porte necessariamente al delitto. Sì, se vogliamo intenderlo come un complesso di segni che, di regola ordinaria, se manifestano nei delinquenti. E di ciò non ci dobbiamo meravigliare: ni è una scoperta nuova del LOMBROSO, è cosa antica assai: cor hominis immutat faciem illius.^{47a} Lo sa il volgo quando parla di faccie patibolari, di ceffi da galera. E in ciò abbiamo una splendida conferma delle antiche dottrine scolastiche. Vediamo come si deve spiegare il tipo criminale di accordo cogli antichi insegnamenti.

Nei diversi temperamenti degli individui v'è una diversità di tendenze, dominante, ossia di disposizioni particolari a rispondere ad stimolo determinato con reazioni determinate, conseguenza ed effetto della costituzione fisiologica di ciascuno.⁴⁸ Nei temperamenti fleumatici, le passioni sono poco gagliarde, nei sanguigni vi dominano le passioni attraente dell'appetito concupiscibile, l'amore, il desiderio, la gioia, in quelli biliosi e collerici sono predominanti le passioni steniche dell'appetito irascibile, la speranza, l'audacia, e l'ira. Ora il delitto, è di regola ordinaria una attuazione disordinata della tendenza predominante non refermata. I grandi omicidi difficilmente se troveranno tra i timidi e apatici, un fleumatico di rado oserà commettere un gran delitto. Ora, il temperamento, l'abbiamo detto, dipende dalla costituzione fisiologica; nessuna meraviglia dunque se si tro-

^{47a} *Ecles. c. XIII, 31.*

⁴⁸ *Cfr. un corso di psicologia empirica dove si parla delle tendenze e degli istinti, v. g. quello del DE LA VAISSIÈRE, c. V, 179-214.*

vino alcuni segni quasi comuni ad una specie di criminosi. Più ancora: oltre questa azione dell'organo sulla funzione e sull'atto, dobbiamo anche ammettere una come reazione dell'atto sull'organo. L'abitudine, l'esercizio continuato di alcuni atti sviluppa proporzionatamente gli organi corrispondenti. I contadini e quelli si occupano di lavori manuali grossolani avranno i muscoli molto più sviluppati che lo scienziato che siede giorno e notte al suo tavolino, esso invece avrà più sviluppate quelle parte dei centri nervosi che inservono alle operazioni conoscitive. Così nel delinquente la ripetizione di certi atti avrà il suo contraccolpo nello sviluppo di certe parti dello organismo di preferenza ad altro. In oltre, chi ignora l'influsso del morale sul fisico? Ogni passione porta sulla fisionomia umana una espressione caratteristica. L'orgoglioso avrà la portatura fiera, gli sguardi vivi ed agitati, il servo di Dio sarà calmo, sereno, con un sorriso che gli sboccia perpetuamente sulle labbra, l'ipocrita, il furbo non vi oserà mai guardare in faccia. Ora questi cambiamenti non sono per altro che uno degli influssi della tensione continua dei nervi determinata da uno stato morale sui muscoli frontali e facciali. Ma chi non sa l'ampiezza dell'influsso del sistema nervoso in tutto l'organismo? I nervi dunque, non solo trasfigurevano la fisionomia ma recheranno anche delle alterazioni più o meno profonde in tutto il sistema muscolare, nei vasi sanguigni, e nei linfatici. Ecco dunque come lo stato morale del delinquente potrà determinare molti dei caratteri fisionomici, anatomici e fisiologici. Caratteri che diventano ancora più spiccati colla vita nelle galere, nelle quali per lo più gli antropologi hanno fatto le loro osservazioni. Ogni maniera di vivere, per la diversità dei pensieri, degli affetti, delle occupazioni, degli compagni, imprime col tempo delle tracce caratteristiche che costituiscono un tipo. V'è il tipo militare, come v'è il tipo ecclesiastico e monacale. Ora la dimora prolungata nelle carceri (per lo più, scuole di vizio) finisce per creare il

tipo penitenziario, ⁴⁹ così spiccato che qui entra per la prima volta in una di queste case infelici si crede di trovare fra persone forestiere, e colpito a prima vista della comune somiglianza solo col tempo viene a distinguere le note individuali. Sono queste delle osservazioni, che se i criminalisti avessero preso in conto non sarebbero arrivati alle assurde conclusioni che abbiamo visto. Viziate nella loro origine da principii falsi dogmaticamente ammessi, le inchieste del LOMBROSO e dei suoi portarono ella illogica conseguenza che un certo numero di noti fisiche, fisiologiche e psichiche trovate in un individuo lo costituiscono un infelice fatalmente destinato al delitto, e che non potrà mai sfuggire al suo ineluttabile destino. Senonchè simili asserzioni non resistettero al cimento della esperienza. Gli stessi criminalisti, quando scesero in particolare a determinare il tipo fisiologico — delinquente nato — caddero nella più flagrante contraddizione. Così, a suo desempio, mentre secondo HEGER e DALLEMAGNE, nei delinquenti la circonferenza craneana posteriore è più sviluppata, secondo il Dott. MORSE accade il contrario, mentre il LOMBROSO trova nei delinquenti la fronte che fugge indietro e molto sviluppatti i seni frontali, per il Dott. MORSE questi caratteri sono più frequente nelle persone oneste, che nei malfattori. ⁵⁰ Sicchè, morfologicamente parlando, non esiste un tipo criminale, ma piuttosto molti criminali presentano delle anomalie morfologiche comuni a tutti i degenerati. Delle note trovate nei delinquenti dai criminalisti non v'è una sola esclusiva a quelli, la quale non si trove anche nei delinquenti. Nessuna ragione dunque ci costringe ad ammettere tra questa due fenomeni (certe note fisiologiche e il delitto) un vincolo costante di causa ad effetto. Ai criminalisti toccherebbe dimostrarci che ogni de-

⁴⁹ Lo dimostrò il GAUTIER nell'opera "Le monde des prisons" cfr. p. 541.

⁵⁰ Ved. altre contraddizioni dei criminalisti apud ROSSIGNOLI, op. cit., p. 22 e apud SENIBALDI, *Curso de Filosofia*, vol. II, p. 166.

linquente è individuato da certe note caratteristiche, e che ogni individuo che possiede simile organizzazione è necessariamente un delinquente. Non l'hanno fatto ne lo faranno mai. Non ci reca quindi meraviglia che il congresso antropologico criminale de Bruxelles conchiudesse la discussione sul argomento con queste parole: "Il tipo anatomico designato dal Prof. LOMBROSO come appartenente al criminale nato, è un prodotto ibrido, composto riunendo caratteri attinte a fronti diverse. Non è adunque un tipo reale. Ammettendo tuttavia che questo tipo s'incontri, non si troverebbe che nella minoranza dei criminali; dunque deve essere rigettato." ⁵¹

Conchiudiamo quindi che il delitto, nella maggior parte di quelli che lo commettono è frutto di una passione, di una tendenza liberamente non domata; che ad essi quindi sono veramente imputabili i loro misfatti, dei quali debbono rispondere innanzi alla legge e alla giustizia. Nella maggior parte, abbiamo detto, perchè veramente non si può negare che in alcuni infelici, inibiti nello loro operazioni volitive da gravi disturbi fisiologici la libertà sia nulla, essi sono portati ciecamente a determinate azioni, come i cleptomani al furto. Ma ciò anzi che recarci meraviglia è per noi peripatetici una prova di più della sostanziale unione tra l'anima e il corpo, e della loro mutua dipendenza e vicendevole influsso. È vero che l'anima, come puramente spirituale ha delle operazioni proprie, indipendente affatto della condizioni materiali, le quale, perciò stesso che non si esercitano per mezzo di organo corporeo non possono soffrire nessuna lesione intrinseca: tali sono le operazioni intellettive e volitive. Ma anche queste, nelle presente condizioni dipendono estrinsecamente da certe operazioni organiche che naturalmente le accompagnano, e senza le quale non si possono esse esercitare. Una lesione nei centri nervosi della fantasia reca inevitabilmente un disturbo e può anche del tutto inibire

⁵¹ Apud ROSSIGNOLI, op. cit., p. 23.

le operazioni intellettive. Può darsi dunque il caso patologico di un individuo che non possa nè volere, nè eleggere nè scegliere liberamente, per difetto dei nervi dell'appetito sensitivo. Tra questi infelici e l'uomo di volontà energica v'è una scala, una graduazione nella quale varia indefinitamente il dominio sopra i proprii atti, a seconda delle maggiori o minori energie psichiche di cui dispone l'individuo, in una maniera affatto simile alle innumerabili variazioni di vigore intellettuale che possono trovare posto tra il genio e l'idiota. Già l'aveva osservato S. TOMASO, quando cercando le ragioni della diversità degli intelletti, fra le altre recava anche questa: "Allo modo contingit (aliquem unam et eandem rem magis quam alium intelligere) ex parte inferiorum virtutum, quibus intellectus indiget ad sui operationem: illi enim in quibus virtus imaginativa et cognitiva et memorativa est melius disposita, sunt melius dispositi ad intelligendum."⁵² Le ricerche degli antropologi non hanno fatto altro che mettere in luce questa verità antica. E come non v'è male del quale non si possa ricavare qualche profitto, dalle recenti esperienze dei nostri avversarii si potrà raccogliere come frutto, evitate certe esagerazioni ridicole, una maggior attenzione nei tribunali all'organizzazione anatomica degli imputati, acciò che la pena non venga applicata in astratto ma in concreto secondo la maggiore o minore imputabilità dell'accusato. Questo sì, sarà un vero progresso della civiltà — tributo leale pagato alla giustizia. E quanto alla Scuola di Criminologia positiva facciamo punto qui.

Conclusione. — Siamo giunti finalmente al termine. Nel nostro lungo percorso abbiamo visto che le scienze sperimentali schierate dai moderni deterministi contro la tesi della libertà, lungi di indebolirla ne hanno recato una splendida conferma. Il terribile cimento a cui fu sottoposta la verità non ha fatto altro che renderla più luminosa e più evidente.

⁵² S. TH. I, p. q. 85, a VII in corp.

Gli spiriti retti e indipendenti, siano filosofi, siano scienziati, indaghino le ultime ragioni delle cose, o si fermino al ordine sensibile dei fatti, tutte

"Color che ragionando andavo a fondo,
S'accorser desta innata libertate,⁵³
Però moralità lasciaro al mondo."

Sì, col difendere la libertà noi abbiamo combattuto per la moralità, per la società, e per la religione, salvandole dall'eccidio onde le minacciano i deterministi; abbiamo combattuto per la causa del bene e della virtù, e per la vera dignità dell'uomo, la quale lo innalza e eleva sopra ogni creatura sensibile. Scrisse da pari suo il divin ALIGHIERE,

"Lo maggior don che Dio per la sua larghezza
fesse creando, et alla sua bontate
più conformato, e quel ch'El più apprezza
fu de la volontà la libertate
di che le creature intelligente
e tutte è sole fur e son dotato."⁵⁴

Infine abbiamo restituito l'uomo al tipo che Dio aveva davanti agli occhi quando disse: *Faclamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram*. Volentieri termineremo, facendo nostra la magnifica conclusione di Monsig. D'HULST alla sua conferenza sulla morale e la libertà: "Una piramide vivente, al centro il cuore colle sue affezioni e coi suoi desideri, alla sommità la ragione, e dall'alto al basso la libertà che cerca, per mantenere l'ordine morale, per far pervenire fino alla spontaneità animale i dettami di una volontà ragionevole, ecco l'uomo che Dio ha concepito, l'uomo che la creazione ha cominciato, l'uomo che perfeziona l'educazione

⁵³ DANTE, *Purg.*, XVIII, 67.

⁵⁴ DANTE, *Parad.*, V, 19.

domestica e sociale, l'uomo insomma che dá compimento a sè medesimo col esercizio laborioso della virtù. Un tale uomo è libero. L'uomo non libero è quello che guasta sè medesimo e ritorna allo stato del bruto: homo cum in honore esset non intellexit. Lasciamo che i deterministi veggano se convenga loro di prenderlo per ideale. Noi conserveremo in noi stessi l'ideale divino, saremo gli uomini che Dio ha voluto creare. Noi crederemo alla libertà, e per mostrare che vi crediamo, l'eserciteremo, esercitandola la perfezioneremo, con essa perfezioneremo noi medesimi e per mezzo di essa quingeremo sempre più alla somiglianza di Dio." ⁵⁵

Roma, 15-10-914.

FINE

L a u s D e o

⁵⁵ Conferenze vol. I, Quaiesma, 1891

NOTAS

¹ A tutti è noto come fin dal secolo XVII NEWTON aveva già formulato il principio che ad ogni azione risponde una reazione uguale e contrario. Tale principio fecondato dall'ulteriori esperienze diede origine a quello più generale della conservazione della energia. Infatti nel 1842 MAYER, poi HIRN e JONLE, trovarono una equivalenza perfetta fra l'energia termica e quella dinamica, basando sopra questa equivalenza i principi fondamentali della termodinamica. Più tardi il FARADAY, studiando il fenomeno dell'elettrolisi riuscì del pari a determinare l'equivalente elettrochimico dei diversi elementi; WEBER et HELMHOLTZ l'equivalente meccanico dell'elettricità. Altre osservazioni rivelarono fra tutte le energie corporee una relazione intima, un nesso strettissimo, che permette le scambievoli trasformazioni di calore, in luce, moto, elettricità, affinità chimica, etc. Considerate perciò queste energie nel loro insieme, fatta astrazione d'ogni forza estranea al sistema, il principio il quale porta che la somma totale dell'energia attuale e potenziale dell'universo rimane costante attraverso tutte le trasformazioni. Tale è il principio della conservazione dell'energia enunziata ordinariamente in meccanica analitica.

² Il principio della conservazione dell'energia, se forse è una tesi nel mondo inorganico, applicato alla biologia non è che una ipotesi.

Certo, la verifica sperimentale del teorema non è rigorosamente fatta né per i sistemi della meccanica terrestre, né con più forte ragione, per l'universo intiero. Applicato alle forze della natura inorganica, e più ancora a quelle della natura organica, non ritiene più di una sufficiente probabilità che è ben vicina certezza ma non la raggiunge. È una ipotesi ben fondata, non una tesi irrefragabile. (Cf. MERCIER — *Origine della Psicologia Contemporanea*, p. 262.)

³ La società può essere giustamente considerata come un organismo morale. Chi ne facesse l'anatomia troverebbe che la famiglia, le associazioni, le classi sono le diverse parti organiche del corpo sociale. Ma ciò non basta. A l'anatomia sfuggè il principio vitale. Qual è dunque la forza che unisce le parti della società in un solo corpo sociale, che riunisce quele elementi sparsi in un tutto organizzato, attribuendo loro un fine, una azione comune? Questo principio de unità è la giustizia.

Spezzato questo vincolo, etc.

Cfr. ANTOINE, *Economie sociale*, c. V.)

La brevità del tempo non ci permette di passare in rassegna tutte le obiezioni che i dotti dei nostri opposero alla libertà in nome della scienza, restringiamoci perciò alla criminologia positiva per essere una scienza più moderna, e che, per esse nata qui in Italia, ci riguarda più da vicino.

⁴ *Proporzionata... al concetto, o, con parola più usata dai moderni, alla idea.*

Intorno all'uso della parola *idea*, tutti sanno che esse è frequentissimo presso i moderni nel senso non già di esemplare, ma anche di rappresentazione intellettuale. Fra gli antichi filosofi del medio evo, *idea* è usato non esclusivamente ma *più frequentemente* nel senso di esemplare. In hac significatione (forma exemplaris) consuetum est nomen *idea* accipi, ut idem si *idea* quod forma quam aliquid imitatur. (Summa Theologica, *De Verit. Quaest. II, Art. I*. Cf. totum articulum: cf. etiam art. III ejusdem quaestionis.) Si *idea* sit forma cognitionis practicae, sicut magis est in communi usu loquentium, sic non est *idea* nisi eorum quae vel fuerunt vel sunt. (*De Verit. Quaest. II a V ad 3^{um}*.) Nel senso poi di rappresentazione intellettuale speculativa gli antichi adoperavano di più le parole *forma intelligibilis* o *species intelligibilis*; parole, che del resto non sono che la tradizione latina della voce greca *idea* — CICERONE: *Formae sunt quae graeci ideas vocant. (Topicorum 30.)* *Quam graeci ideam, nos recte speciem dicere possumus. (Quaest. Tuscul. lib. I.)* Lo stesso dice S. AGOSTINO citato da S. TOMASO: *respondeo dicendum quod sicut dicit S. Augustinus in lib. LXXXIII Quaestionum ideas latine dicere possumus species vel formas, ut verbo transferre videamus. (De Verit. Quaest. III art. I in corp.)*

Da ciò appare che l'uso della parola *idea* presso gli antichi, sebbene che più comune nel senso di esemplare, nondimeno non è esclusivo, e alcune volte è anche adoperato nel senso di forma cognoscitiva. Lo avverte lo stesso S. TOMASO: *Idea enim graece,*

latina *Forma dicitur. Unde per ideas intelliguntur formae aliquarum rerum praeter ipsas res existentes. Forma autem alicujus rei praeter ipsem existens ad duo esse potest: vel ut sit exemplar ejus, cujus dicitur forma, vel ut sit principium cognitionis ipsius, secundum quod formae cognoscibilia dicuntur esse in cognoscente. (Summa Theologica, Quest. XV art. I in corp.)* E, invero, la stessa forma intellettuale può riferirsi tanto alla conoscenza speculativa, quanto alla conoscenza pratica, inquanto si riferisce alla prima è principio di conoscenza, in quanto si riferisce alla seconda, è esemplare. Tra l'una e l'altra v'è questa differenza: che nella conoscenza speculativa, l'idea appartiene a l'ordine diretto e immediato della conoscenza, e perciò essa non vien conosciuta prima e direttamente, ma bensì l'oggetto che cosa rappresenta, allora è medium, quo cognoscitur; nella conoscenza pratica invece, l'idea appartiene all'ordine riflesso, e perciò viene conosciuta prima; costituendo allora l'oggetto diretto della conoscenza.

Ciò serve a mostrare che l'uso dei moderni non è irragionevole, ni alieno della mente degli antiche. Dal resto quanto all'uso delle parole, segni arbitrari del pensiero, conviene attenersi a l'uso più comune (quem penes arbitrum est, et jus et norma loquendi) quando esso però è stabilito, non se deve cambiare a caprisso.

BIBLIOGRAFIA

- M. CONAILLAC, S. J. — *La liberté et la conservation de l'énergie*, Paris, Victor Lecoffre, 1817.
- E. PORTALLÉ, S. J. — *La liberté et la conservation de l'énergie*. Étuds, Sept. 1897.
- ETIENNE DARLEY, O.S.B. — *L'action de la volonté libre et la conservation de l'énergie d'après S. Thomas*. Revue thomiste, 1899, p. 400.
- M. P. DE MUNYNYCK, O. P. — *La conservation de l'énergie et la liberté morale*, Revue thomiste, 1897, p. 153; 1898, p. 697; 1899, p. 413.
- J. BOUSSINESQ — *Conciliation du véritable déterminisme mécanique avec l'existence de la vie et de la liberté morale*. Paris, 1878.
- MERCIER — *Revue catholique*, 1884, p. 108.
- PEDRO LESSA — *Philosophia do direito*. 1912. Ver Exposição histórica da questão e uma defesa muito fraca do determinismo psíquico. Relações com o direito penal, pp. 127 a 263.
- PAUL LEPELTMANN — *Das Gesetz von der Erhaltung der Energie und die verschiedenen Auffassungen von der Leib und Seele*, no "Philosophisches Jahrbuch", t. 36 (1923), pp. 179-198.
- La Libertà e la Criminologia positiva*.
- GEMELLI — *Lumbròso* — Firenze, 1911.
- MORSELLI — *L'opera di Cesare Lombroso*, Torino, Bocca, 1908.
- FRANCHOTE — *Anthropologie criminelle*. Paris, J. B. Baillièrè, 1891.
- JOLY — *Le Crime* — Paris, 1890.
- INGENIEROS — *Classificazione dei delinquenti* — Palermo, 1907.

ÍNDICE

Liberdade	7
Campo da liberdade	25
Determinismo	49
Determinismo fisiológico	65
A vontade	77
Educação da vontade — Princípios diretores	93
Educação da vontade — Meditação	110
Educação da vontade — Ideal	128
O ideal	143
Escolha do ideal	153
O problema da vida	164
Filosofia e psicologia educacionais	173
Natureza da criança	179
Psicologia da criança	197
Autoridade e liberdade	200
Sanções na educação	219
Disciplina	236
A educação moderna	253
A família na educação	268
Co-educação dos sexos — I	284
Co-educação dos sexos — II	302
Co-educação dos sexos — III	319
Co-educação dos sexos — IV	338
Escola ativa — Educação da inteligência	346
Escola ativa — Pedagogia nova	365
Escola ativa — Intuição e trabalho manual	382
Apêndice — La libertà e il moderno determinismo scientifico	400

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA
EMP. GRÁF. OUVIDOR S. A.
A RUA DO LAVRADIO, 162/166
RIO DE JANEIRO — BRASIL

(continuação da 1.ª orla)

intenção de retomar
repensá-lo, completá-
vários de seus aspectos
mo como foram de
mereciam vir a lume
ã profundidade hab
seu pensamento, c
nada prejudica a cla
exposição, o autor a
ato da vontade, estud
gumentos alegados p
terministas, põe o le
contato com os eleme
sicos para julgar da

Acrescentaram-se
ginas que se referem
mente ao tema cer
Liberdade e determin
outras afins, que p
sugerir o subtítulo
tação da vida human
vez assentada a ver
livre arbítrio, era just
dar os móveis e moti
podiam influenciar n
dade humana. A êle
ferira em diversas op
dades o pensador br
Convinha enfeixar na
de superior de uma vi
tética esses ensinam
esparços

O aspecto profun
humano destas pági
minará não poucos e
e concorrerá para ori
em sua marcha para
dade e para o Bem.



Livraria Alfarrábio